MARCELLO CAETANO

DEPOIMENTO

Portugal de ontem. Portugal de hoje.

Portugal de amanhã. Portugal do sempre.

Lutam as facções mas a Pátria portuguesa permanece. Eterna.

Outros já falaram. Muitos falarão.

Marcello Caetano, figura central da
política portuguesa desde a juventude,
presta aqui o seu DEPOIMENTO.

Logo que, sob prisão, cheguei ao Funchal em 26 de abril, resolvi aproveitar as horas de ócio forçado para ir redigindo o meu depoimento sobre os sacrificados cinco anos e -meio em que tive sobre os ombros o encargo do governo português. E não mais deixei de trabalhar nele até o dia que, dois meses decorridos, o ter minei, já no Rio de Janeiro.

Trata-se de um depoimento e que, por isso, não pode deixar de ser prestado na primeira pessoa. Mas ao qual procurei imprimir a objectividade vel do testemunho de quem apenas tivesse presenciado os fatos. Com ele não pretendo criar dissensões, agravar pessoas, açular ódios, mas unicamente esclarecer propósitos, justificar orientações, rectificar versões de fatos, em legítima defesa própria e dos meus colaboradores, e nada mais.

Escrevi o que tinha de memória, longe dos documentos, sem poder consultar livros, estatísticas ou peritos e colaboradores, e só tarde, quase chegado ao fim do texto, consegui obter os cinco volumes onde estão coligidas as declarações por mim feitas em discursos, comunicações, "conversas em família" e entrevistas nos cinco primeiros anos de governo, bem como as publicações que no final de cada um sumariavam a obra realizada.

Com tão magros recursos, é -.natural que a narrarão tenha lacunas e haja até um ou outro erro cronológico, mas pela exactidão da substância do que digo respondo eu. As circunstâncias não permitiam demorar a edição do livro, não só por se anunciar o julga mento de colaboradores meus mantidos sob prisão, como por não convir que se deixem consolidar acusações e opiniões postas a correr mundo no afã de mostrar os malefícios do "fascismo" - como se chama agora ao regime constitucional que o povo português desejou e mantive durante quase cinquenta anos e lhe garantiu ordem e prosperidade, após as vicissitudes agitadas da pseudodemocracia partidária que se seguiu à proclamação da República.

Estou certo de que os historiadores desapaixonados do futuro hão de fazer justiça quer à acção do Dr. Salazar, quer ao esforço que desenvolvi no governo. Mas seria imprudente da minha parte limitar-me a confiar no futuro e deixar que o vociferar do presente tolde e deforme a imagem do passado próximo. Tenho um nome e uma obra a defender, uma obra a que se ligaram muitos milhares de portugueses, e nessa defesa não deixarei de cumprir até o fim o que considerar de meti dever.

Neste livro faltam alguns capítulos que não julguei conveniente

ou oportuno incluir nele. Em especial o referente às relações internacionais, que, todavia, seria esclarecedor de muitos fatos. São fáceis de compreender as razões da omissão.

Pautei sempre a conduta na vida pública pelo amor a Portugal. Nas horas de atribulação da Pátria os sentimentos que por ela nutro permanecem inalteráveis. Inalterável, também, o veemente desejo de que sejam vencidas da melhor maneira as graves dificuldades do momento e se rasguem perspectivas felizes ao futuro do povo português.

INDICE

Introdução - A INVESTIDURA 11

Capítulo I - O ULTRAMAR 17

1 - Antecedentes próximos do problema ultramarino português.

2 - Os acontecimentos de 1961 e a atitude portuguesa.

3 - Razões da política adoptada. -

4 - A visita do Chefe do Governo ao Ultramar em 1969.

5 - Rumos traçados para a evolução a fazer, na revisão constitucional de 1970.

6 - A autonomia económica e o problema dos pagamentos interterritoriais. Cabora-Bassa.

7 - A situação de Cabo Verde e o êxito da luta contra a seca.

Capítulo II - POLÍTICA INTERNA 47

1 - Renovação na continuidade: razão de ser da fórmula. As forças políticas em 1968.

2 - Gestos de acalmação. Remodelação da União Nacional. Primeiras dificuldades. As "conversas em família".

3 - As eleições de 1969: preparação, campanha eleitoral, partidos que as disputaram, resultados.

4 - A nova Assembleia Nacional e o grupo liberal. A remodelação ministerial de 1970 e a entrada dos chamados tecnocratas.

5 - Tentativa de reorganização das forças políticas: criação da Acção Nacional Popular e promoção da SEDES. Limitações à política de liberalização. O combate à subversão.

6 - O regime de censura. A nova lei de imprensa e a evolução ensaiada.

7 - A polícia política.

8 - Reeleição em 1972 do Presidente da República.

9 Preparação das eleições de 1973. O Congresso oposicionista de Aveiro e a táctica revolucionária adoptada. As eleições.

10 - Remodelação ministerial que se seguiu ao acto eleitoral, suas razões e seu sentido. Intensificação da acção revolucionária e apatia burguesa.

Capítulo III - A ECONOMIA E AS FINANÇAS 94

1 - A situação económica e financeira do País entre 1968 e 1974.

2 - A inflação.

3 - Providências tomadas para dar impulso à economia nacional. Criação de infra-estruturas. Participação do Estado na gestão de empresas.

4 Favorecimento da iniciativa privada. Comportamento dos empresários.

5 - A política tributária.

Capítulo IV - O ESTADO SOCIAL 123

1 - Importância dada à promoção social dos trabalhadores. A doutrina corporativa e os benefícios por ela produzidos.

2 - Em que consiste o Estado Social: como se procurou pô-lo em prática. A reacção comunista pela agitação sindical.

3 - Extensão da previdência e do abono de família aos rurais. Benefícios concedidos a certas classes ainda desprotegidas.

4 - Política de habitação.

5 - Providências em favor do funcionalismo público.

6 - O sector da saúde.

Capítulo V - A REFORMA DO ENSINO 148

1 - Antecedentes e necessidade da reforma do ensino.

2 - Circunstâncias em que foi lançada a reforma.

3 - A lei da reforma educativa de 1973 e dificuldades que suscitou.
A criação de novas universidades e escolas superiores.

4 - A acção social escolar. Relações com o ensino particular.
Problemas do ensino dos filhos dos emigrantes no estrangeiro.

Capítulo VI - AS FORÇAS ARMADAS 165

1 - A acção do Conselho Superior de Defesa Nacional e a orientação por ele definida das operações no Ultramar.

2 Os grandes problemas militares: órgãos de comando, material e pessoal.

3- Da Marinha e da Forca Aérea

4- Situação militar da Guiné, de Angola e de Moçambique no verão de 1973. O caso dos "massacres" em Moçambique.

5 - O conflito suscitado pela publicação das providências sobre recrutamento dos oficiais do quadro permanente e o aparecimento do "movimento dos. capitães".

Capítulo VII - A CRISE 189

1 - As origens.

2 - A publicação do livro do Gen. Spínola e suas consequências.

3 - O debate sobre a política ultramarina na Assembleia Nacional. A audiência aos oficiais generais de Terra, Mar e Ar. Remodelação ministerial nas pastas económicas. O episódio do levantamento militar nas Caldas da Rainha.

EPILOGO - 205

A amarga experiência de um homem que quis cumprir o seu dever de cidadão.

APÊNDICE 209

BIBLIOGRAFIA 247

INTRODUÇÃO

A INVESTIDURA

Quando em setembro de 1968 se produziu o acidente que inutilizou o Dr. Salazar encontrava-me há dez anos fora da vida pública. Com a saída do General Craveiro Lopes da Presidência da República e, logo a seguir, no verão de 1958, a minha exoneração do governo, onde ocupava o cargo de Ministro da Presidência, tinha considerado encerrada a minha carreira política e assim o comunicara a todos os amigos. Na vida familiar produzira-se, aliás, um grave acontecimento que profundamente a perturbou: a doença de minha mulher, doloroso calvário que iria prolongar-se por mais de dez anos, exigindo de mim a mobilização de todas as energias morais para apoio da doente e para permitir a mim próprio resistir animosamente. A minha actividade repartiu-se, pois, nesses dez anos, entre os cuidados a proporcionar a um ente querido e os trabalhos profissionais. Apeguei-me como nunca à Faculdade de Direito, às aulas, aos alunos, ao estudo, a escrever ou reescrever os meus livros, e em 1968, justamente, empreendera redigir de novo, de uma ponta a outra, o Manual de Direito Administrativo cuja 14 edição fora feita em 1936 e que desde então sofrera, em seis edições subsequentes, aditamentos, retoques, actualizações, supressões, que haviam prejudicado a unidade inicial. Era preciso lançar a 84 edição: ,resolvi portanto escrever o livro outra vez, aproveitando páginas das edições anteriores mas integradas em nova versão global da`, obra. Com que entusiasmo me dediquei à tarefa! Era como se regressasse ao princípio da minha experiência docente!

Solicitado frequentemente a emitir o meu parecer sobre problemas jurídicos, foi esse decénio também muito fecundo em trabalhos de jurisconsulto. Daí me provinham, aliás, os rendimentos necessários para fazer face` às despesas da doença devastadora que assolava a minha casa. Nesta, era-me difícil atender consulentes e organizar os processos das consultas. Até para dactilografar os pareceres pede um mínimo de organização. Quando um dia me pediram que aceitasse ser administrador da, então modestíssima, Companhia de Seguros Bonança (com o ordenado mensal de 4.000 esc.) respondi que mesmo de graça assumiria o lugar se na sede da Companhia, na Rua do Ouro, me proporcionassem um gabinete onde pudesse também atender os meus clientes. Que sim, que teria o gabinete. Mas não tive. Puseram à minha disposição, com toda a amizade e amabilidade, a melhor sala da Companhia que era onde se reuniam a Assembleia Geral e o Conselho de

Administração. Claro que não era solução. Arrendei então um escritório onde me instalei. De manhã estava na Faculdade; à tarde no escritório. E todas as mais horas eram para casa e para a minha doente.

Estou a procurar da ideia da situação em que me encontrava no mês de setembro de 168. Não se estranhe, pois, que não faça referência ao período, vivido com intenso fervor, do reitorado da Universidade de]Lisboa, finca em 1962. Foi uma experiência apaixonaste mas de que saí mais. decidido ainda a remeter-me exclusivamente à vida privada. Pedira, i, aliás, a exoneração de todos os cargos políticos em que estava investido, sem exceptuar o de Conselheiro de Estado. Mas o senhor Presidente da República terminantemente recusava aceitar a minha renúncia a essas funções. Apesar disso procedi como, se a exoneração tivesse sido um fato.

Foi nesta posição de total afastamento da política que me encontrou a crise suscitada em 6 de setembro de 1968 pela doença do Dr. Salazar. Logo se viu que ele não poderia continuar a exercer a chefia do governo e que não tardaria a impor-se a necessidade da substituição. E começaram a aparecer-me os amigos, cada vez mais insistentes na tese de que não deveria naquele 'gravíssimo momento deixar de dar todo o meu concurso ao Chefe de Estado. Por outro lado o meu nome circulava, com surpresa minha, como sendo o que reunia maior número de sufrágios para assumir a presidência do Conselho. Os rumores iam crescendo até ao ponto de a situação se tornar incómoda.

Jornalistas estrangeiros assediavam a minha casa e o meu escritório. Fotografavam-me com ou sem licença minha. Pediam-me notas biográficas, e declarações que em regra recusava. Onde quer que chegava, gente de todas as condições aparecia a saudar-me com simpatia e muitos me pediam que não recusasse servir mais uma vez o País.

Em 17 ' de setembro reuniu-se o Conselho de Estado a que fui instado a assistir. O Presidente da República expôs o que se passava: a doença do Dr. Salazar era muito grave e o doente dificilmente resistiria mais do que alguns dias. Mas, ainda quando a resistência se prolongasse, uma coisa era certa: não ficaria em condições de governar o País. Era preciso, pois, tomar uma decisão e para isso pedia o parecer dos presentes.

Os votos dividiram-se. A maioria opinava pela substituição imediata, pois do contrário havia-o risco da paralisação da administração e de que se deteriorasse o ambiente público até aí admiravelmente calmo e confiante. Alguns, porém, entendiam que

enquanto vivesse o Dr. Salazar ele não devia ser afastado das suas funções, e que a solução estava em nomear um presidente interino. Surgiu uma opinião intermédia: a de esperar mais uns dias, até que se confirmasse o prognóstico dos médicos e ficasse bem claro não haver qualquer esperança de cura do grande homem que governara o País durante quarenta anos.

A discussão reflectia o estado de espírito geral. A verdade é que o Dr. Salazar gozava de um prestígio que tocava a veneração e suscitava um respeito reverencial. Exonera-lo, parecia a muitos um sacrilégio. Diga-se o que se disser, a massa do País era salazarista. E revelou-o bem nesses dias de expectativa-que se-seguiram ao acidente que prostrou o estadista. Em todo o território nacional não se produziu o mais simples incidente, não houve um único acto de rebelião ou de protesto contra o regime que Salazar personificava. A calma era total. E as manifestações de simpatia e de gratidão, os votos de restabelecimento, as preces públicas, multiplicavam-se por todo o lado. Por isso a crise pôde ser resolvida constitucionalmente, com lentidão até e sem se poupar uma única consulta ou uma só diligência que ajudassem a conduzi-Ia pela .melhor maneira dentro da legalidade.

No final da reunião do Conselho de Estado, o Senhor Almirante Américo Tomaz anunciou que, ouvidos os pareceres emitidos, se pronunciava pela nomeação imediata de um novo presidente do Conselho. E explicou as razões por que não se lhe afiguravam de seguir os outros caminhos preconizados.

Iria, pois, ouvir individualmente os conselheiros e outras, personalidades qualificadas acerca do nome da pessoa a designar.

As consultas começaram no dia seguinte, e abrangeram conselheiros de Estado, antigos ministros que pudessem traduzir tendências ou correntes de opinião, chefes militares. Ouvi dizer que foram auscultadas cerca de quarenta pessoas, sem contar os governadores

e comandantes militares das províncias ultramarinas cujas opiniões não deixaram de ser ponderadas. Fui recebido nessas audiências e dei a minha opinião. Mas decorridos dias voltei a ser chamado. O presidente da República comunicava-me que mais de noventa por. cento das pessoas consultadas haviam indicado o meu nome para suceder ao Dr. Salazar. E era também seu desejo nomear-me para a presidência do Conselho. Conhecia as dificuldades da minha -vida familiar mas esperava que elas não fossem impeditivas da aceitação. Era absolutamente necessário o meu assentimento e em momento de

tamanha--delicadeza da vida nacional eu não podia escusar-me a cumprir o dever que me era imposto.

Respondi que evidentemente o convite me honrava muito. Mas para além da situação familiar a que o senhor presidente se referira, havia outras razões que me levavam a hesitar. Estava há dez anos retirado da vida pública: perdera contactos com pessoas e com problemas. Não ocultava a minha discordância de certas orientações governativas. E relativamente ao problema ultramarino, embora convencido de que o Dr. Salazar agira como as circunstâncias exigiam, não sabia o que pensava o País. Se assumisse a chefia do Governo, procuraria que as, eleições gerais a realizar em 1 969 fossem o mais correctas possível para que, se as ganhasse, ganhasse bem. Seria a oportunidade de deixar a Nação exprimir o seu ponto de vista quanto ao Ultramar. Se a votação fosse favorável à política de defesa que estava em curso muito bem... Se não...

- Se não, as Forças Armadas intervirão, interrompeu o Presidente da República.

Soube depois que os chefes militares consultados haviam aceito o meu nome, mas com reservas. Alguém havia posto a correr um papel confidencial em que transmitira, anos antes, ao Dr. Salazar a opinião que, sobre uma possível evolução constitucional do Ultramar português, ele me pedira por intermédio do então Ministro Adriano Moreira. Nesse papel (cujo conteúdo merecera a adesão dos antigos Ministros Francisco Machado e Vasco Lopes Alves, salvo erro) preconizava-se a criação de uma federação de Estados, em que; juntamente cota a Metrópole e no mesmo plano entrassem as províncias ultramarinas. Uns "Estados Portugueses Unidos" que eu admitia, no início da década de 60, constituíssem solução aceitável para a Organização das Nações Unidas de modo a evitar a hostilidade _internacional contra Portugal. O papel não teve seguimento, nada se fez então. Mas, para muita gente, uma tal ideia era antipatriótica por atentar contra o dogma sacrossanto da_ integração, em que então encarnava o ideal nacional. As Forças Armadas, através dos seus chefes, punham, pois, ao Presidente da República, como condição para aceitarem o novo chefe de Governo, que não só se mantivesse a política de defesa do Ultramar como se evitasse qualquer veleidade de experimentar uma solução federativa.

O Chefe do Estado transmitiu-me estas únicas condições. Ficou bem claro que- se fosse mal sucedido no meu propósito de obter em 1969 um voto do eleitorado favorável` à defesa do Ultramar, eu cederia o Poder às Forças Armadas.

No final da conversa pedi ao Senhor Presidente da República que não se considerasse vinculado pelo convite feito. Que reflectisse sobre quanto fora dito. Se insistisse, eu não poderia dizer que não, sem ficar com a consciência remordida e mal visto por muitos dos meus concidadãos para quem a recusa traduziria comodismo, egoísmo ou covardia. Mas não sendo candidato nem possuindo pronta solução para nenhum dos grandes problemas nacionais em aberto, só p sentimento do dever me levaria a aceitar o pesadíssimo encargo que me era proposto. Talvez Sua Excelência encontrasse alguém mais idóneo para a função: fosse quem fosse, essa pessoa teria toda a colaboração que de mim desejasse.

- Que não, que estavam passadas em revista todas as hipóteses e que era o meu nome o indicado - redarguiu o Almirante Tomaz.

Saí, pois, do Palácio de Belém convencido de que nada mais podia ' fazer senão arrostar com as responsabilidades de repente caídas sobre os meus ombros ... . Havia quase vinte dias que o País vivia numa expectativa ansiosa." ambiente de grande e dolorido respeito pelo homem que lutava com a morte na Casa de Saúde da Cruz Vermelha era também de preocupação pelo futuro e de desejo de ver o governo de novo em marcha, pondo termo à quase paralisação em que se achavam os Ministérios e os serviços.

Dias antes de adoecer, em agosto, o Dr. Salazar procedera a vasta remodelação ministerial na qual haviam entrado para o governo vários antigos alunos meus, todos também meus amigos pessoais.

Eram pessoas capazes, e nos curtos dias que levavam nas funções nada podiam ainda ter feito: quer dizer, tratava-se de homens novos, ainda não queimados na política c que podiam perfeitamente ser aproveitados. ..

Pensei que, após tamanho período de crise, só havia vantagem em _ que logo a seguir a ser tornada pública a notícia da minha nomeação eu pudesse anunciar a constituição do governo de modo a, sem detença, se começar a trabalhar.

Por isso conservei quase todos os membros do governo que estava, limitando-me a substituir os Ministros de Estado, adjunto à Presidência do Conselho, da Defesa Nacional, das Obras Públicas e da Saúde e Assistência e alguns subsecretários de Estado.

Como era natural, consultei os ministros acerca da sua

disposição de continuarem no governo sob a minha presidência. Todos anuíram prontamente. Apenas o Brigadeiro Bettencourt Rodrigues, recém-nomeado Ministro do Exército, que eu não conhecia e logo se impôs pelo aprumo da pessoa e pela franqueza da conversa, voltou ao assunto da defesa do Ultramar.

- Para responder ao seu convite (disse-me) preciso de saber qual o seu grau de resolução relativamente à defesa do Ultramar. Considero essencial essa defesa; as Forças Armadas têm-na cimo ponto de honra e estão dispostas a sustentá-la. Não poderia colaborar num governo que não seguisse intransigentemente tal política.

- Senhor Ministro - redargui eu -, neste momento a minha disposição é nesse sentido. Mas não posso tomar compromissos imutáveis. Até quando aguentará a Nação esse esforço? Pois defenderemos o Ultramar enquanto puder ser...

O Brigadeiro ficou de pensar. Disse-me depois que consentia em ficar.

Em 27 de setembro tomei posse e dirigi-me seguidamente ao Palácio de S. Bento onde, perante numeroso auditório, proferi curto discurso a anunciar as minhas intenções. (1)

Esse discurso, em que sublinhei vivamente o propósito de prosseguir na defesa do Ultramar, teve favorável repercussão no País. De todo o lado me chegaram manifestações de adesão e de apoio. A atmosfera geral era de simpatia e de confiança. Interna e internacionalmente o modo pacífico, calmo e regular como se processara a sucessão do Dr. Salazar era motivo de admiração e, para muitos, de profunda alegria.

E começamos a trabalhar...

(1) Está publicado no livro Pelo Futuro de Portugal.

CAPÍTULO I

O ULTRAMAR

O primeiro capítulo deste comentário ao meu governo não pode deixar de ser consagrado ao problema do Ultramar português. Na verdade, toda a minha actuação de governante foi condicionada pela questão ultramarina. A sua existência explica muito do que fiz e também do que não pude fazer.

Pertenci a uma geração para a qual o Ultramar surgiu como a grande missão de Portugal no Mundo. Leitores apaixonados de Eça de Queiroz - não era a África o caminho apontado na Ilustre Casa de Ramires aos portugueses que quisessem fugir à mediocridade das lutas partidárias em que se esgotava o regime, liberal?

Já no final da monarquia fora no Ultramar que. se - haviam concentrado as esperanças esperanças da Nação. O Partido Republicano Português buscou apoio popular acusando .a dinastia e os seus áulicos de fraqueza na sustentação dos direitos de Portugal sobre os territórios cobiçados, por ocasião da partilha da África, pelas potências estrangeiras, designadamente pela Grã-Bretanha. O Ultimatum inglês de 1890, provocado pela nossa recusa de abandonar as zonas da província de Moçambique que a gente de Cecil Rhodes pretendia ocupar (e ocupou...), desencadeou uma onda de patriotismo exaltado, que esteve na origem da revolta republicana do Porto de 31 de janeiro de 1891 e inspirou a composição de A Portuguesa, consagrada, após 1910, como hino nacional.

A República declarou-se desde início intransigente defensora do património ultramarino. Datava dos últimos anos do anterior regime a corrente de pensamento favorável à maior autonomia da administração das províncias africanas. O século XIX fora entre nós, nessa matéria, dominado pelas ideias de assimilação e de centralização. Era a inspiração francesa herdada da Revolução de 1789. Assimilação, no sentido de que, sendo os homens iguais em todo o mundo, se deveria procurar instaurar nos territórios colonizados as mesmas instituições políticas e jurídicas consideradas nas Metrópoles como libertadoras da humanidade. E centralização, porque a essa igualdade de leis e instituições e até para evitar as prepotências dos interesses locais - convinha, seguindo a tradição jacobina, um poder nacional único, de que toda a autoridade fosse emanação.

Mas a geração que no Ultramar português fez as campanhas da ocupação rebelou-se contra essas doutrinas. Ao serem investidos em funções governativas locais e ao procurarem encarar com de cisão e energia os problemas realmente existentes nas paragens tropicais, os Antonio Enes, os Mousinho de Albuquerque, os Paiva Couceiro verificavam que as circunstâncias eram profundamente diferentes daquelas para as quais as leis tinham sido feitas no reino. Não toleravam as ordens e instruções pachorrentamente concebidas no remanso dos gabinetes do Terreiro do Paço, em Lisboa, e transmitidas em apurados ofícios que levavam um mês a transpor por mar a distância até Lourenço Marques. "Moçambique deve ser governado em Moçambique" proclamava Antonio Enes. Mousinho detinha-se a analisar a administração das colónias britânicas, com largos poderes delegados nas autoridades locais exercidos expedita é oportunamente, sem preconceitos doutrinários com espírito prático. Assim as ideias da especialidade do direito e da autonomia do governo se iam - contrapondo às da assimilação é da descentralização, até aí vigentes.

O regime republicano apesar de se querer manter fiel às tradições da Revolução Francesa chamou a si as ideias novas. E por mais extraordinário que hoje nos pareça, foi o que quis 'significar ao mudar em 5 de outubro de 1910 a designação do Ministério da Marinha e Ultramar para Ministério da Marinha e Colónias -, criando tempos depois; em 1913, um Ministério exclusivamente dedicado às Colónias.

A colónia era, para os doutrinários de então, um território com maior `vocação para a autonomia que a mera província. E pouco a pouco, com indignação e saudade os tradicionalistas -monárquicos, foram os termos "colónias" e "colonial" entrando no vocabulário -político português.

Por ocasião da guerra mundial de 1914 os governantes do partido no poder, que era denominado democrático, buscavam a todo o transe que as potências aliadas aceitassem a nossa participação militar. Por quê? Porque a entrada de Portugal nessa guerra consolidaria o regime republicano e daria ao País, na futura conferência da Paz, autoridade para defender a integridade do nosso império colonial e talvez até possibilidade de o aumentar, o que só ocorreu com o restrito triângulo de Quionga, junto ao rio Rovuma, mas aconteceu.

As críticas feitas à administração colonial portuguesa na altura da Conferência da Paz de 1919, as cobiças da União Sul Africana sobre o Sul de Moçambique então vigorosamente manifestadas pelo general Smuts, os antecedentes das convenções secretas anglo-germanicas de 1898 e 1913 para a partilha de Angola e de Moçambique, tudo isso

levou os governos republicanos após 1919 a procurar incentivar a política colonial. Infelizmente a instabilidade govemativa da Metrópole, a desordem financeira, e a anarquia política em que se vivia não permitiram que tais desígnios se tornassem realidades. A experiência do governo dos Altos Comissários - governadores investidos na plenitude do Poder Executivo - foi um fracasso. Em 1926 a administração das colónias frisava o caos. Se João Belo pôs fim aos Alto Comissariados e estabeleceu mais rígida tutela de um governo central regenerado sobre os governos coloniais, não foi por preconceito doutrinário dele, o homem que passara grande parte da vida em Moçambique , o fundador do ChaiChai o companheiro da geração reivindicadora das autonomias. Foi por necessidade. Anos depois Armindo Monteiro, num relatório que está publicado sob o título de Finanças Coloniais, poria a nu o calamitoso estado em que as autonomias sem controle haviam posto a administração das colónias. Ainda durante muitos anos se teve de proceder ao rescaldo da desordem administrativa então reinante: despesas feitas sem dotação orçamental, dívidas criadas arbitrariamente e que os credores com dificuldade reivindicavam munidos de escassos elementos... Eleito em 1935 vogal do então denominado Conselho do Império, por cuja secção de Finanças tinham de correr todos os processos de pagamento de dívidas de exercícios findos, tive ensejo de verificar pêlos meus olhos tudo isso. Quantos casos me passaram pelas mãos em que ficava atestada a desordem administrativa e a anarquia financeira em que tinham vivido antes de 1928 as colónias portuguesas!

Quando o Dr. Salazar começou a preponderar no governo, a partir de abril de 1928, a situação das colónias não podia deixar de o preocupar. Uma corrente de opinião pretendia que a Metrópole investisse quanto antes em Angola e Moçambique somas avultadas em obras de fomento. A isso retorquia Salazar que a arrumação das finanças na Metrópole não podia deixar de ter primazia sobre o fomento colonial e que, por outro lado, era impossível confiar no bom emprego de capitais ministrados a Angola e Moçambique sem estas províncias terem também saneado a sua administração financeira de modo a poderem responder pela conveniente gestão dos dinheiros emprestados.

Daí que, no meio da incompreensão dos meios coloniais interessados, Salazar tivesse determinado a aplicação ao Ultramar das mesmas normas de equilíbrio na elaboração e na execução dos orçamentos adoptadas na Metrópole.

Entretanto, e porque a cada passo corriam, sob um ou outro pretexto, boatos acerca da redistribuição internacional dos

territórios coloniais, pensou o Governo ser indispensável definir os princípios jurídico-políticos- por -que--á --Nação - sé --deveria reger nessa matéria.

A Constituição de 1911 continha algumas normas fundamentais sobre política ultramarina, que haviam sido desenvolvidas em bases orgânicas aprovadas por lei. Como a Constituição de 1911 fora suspensa era necessário promulgar uni estatuto a que se atribuísse força constitucional, no qual se inscrevessem regras para limitar a acção dos governos: eis a origem do Ato Colonial de 1930. Tem-se ultimamente criticado muito esta lei. Em geral por ignorância da sua génese e do seu objectivo. Uma ou outra fórmula contida no seu articulado que hoje se nos afigura retórica correspondia então ao espírito da época e ninguém a estranhou. Era o tempo dos "impérios coloniais". Se num Congresso Colonial, na altura da sua gestação reunido na Sociedade de Geografia, foi criticada a persistência do termo colónia disse já que era apenas por saudosismo do passado monárquico, mera atitude reaccionária a que o Dr. Salazar resistiu, malgrado a pressão de muitos amigos, pela preocupação que nessa altura tinha de não bulir nas formas republicanas.

Também se censurava a distinção, entre Metrópole e Ultramar. Mas essa distinção era correntemente aceite e correspondia â necessidade da especialização dó direito e da administração ultramarina a que atrás me referi. Era evidente, para quem conhecia o Ultramar, que os territórios africanos, sobretudo, situados num continente desolado e despovoado, em fase primitiva de economia e civilização, habitados. por. tribos na idade da pedra, não podiam. ser governados pelas leis que séculos de elaboração haviam ajustado à vida da população do Portugal europeu e segundo as instituições que nesse mesmo período tinham evoluído ao sabor das necessidades e das circunstâncias da cultura europeia.

Aliás, promulgado o Ato Colonial, as únicas .reacções contra o seu texto vieram de certos círculos intelectuais dó Estado da índia que lastimavam ver este incluído na enumeração das "colónias" quando o julgavam com jus, pela antiguidade do seu título de Estado e pela civilização dos habitantes de Goa, a um tratamento discriminado.

Ao mesmo tempo que Salazar procurava delinear a orientação política da Nação quanto à defesa, colonização e fomento do Ultramar, parte inalienável do território do Estado, e buscava dar-lhe ordem financeira, tentou também resolver o velho problema das transferências de Angola. Coube a Armindo Monteiro, durante a missão que como Subsecretário de Estado das Finanças desempenhou em Angola, ao mesmo tempo que atacava a questão da reorganização

financeira, buscar solução para as dificuldades cambiais. E o trabalho do universitário ilustre foi coroado de êxito. O decreto sobre as transferências de Angola" publicado em 1931 com notabilíssimo relatório, sarou durante vinte e cinco anos essa velha chaga da economia angolana.

E foi com estes alicerces que se começou á erguer á obra de fomento que fez de Angola a grande e promissora potência económica da África austral que hoje é, e deu a todas as restantes províncias o impulso que as transformou em florescentes, territórios onde de dia para dia se via crescer a riqueza e aumentar o bem-estar.

Mas assim mesmo - como é possível que ainda se encontrem tantos terrenos desaproveitados e tantas populações em estado quase-primitivo? Que fizemos nós por lá, então, durante os cinco séculos que apregoamos aos quatro ventos ser o tempo da nossa presença e domínio?

As pessoas que j, formulam esta interrogação não fazem ideia das condições naturais do continente africano e das dificuldades que tiveram todos os europeus em penetrar no interior dele.

Na África intertropical a densidade populacional foi sempre baixíssima. E essa escassez de gente não se deve, como alguns opinam, às razias da escravatura ou às mortandades das guerras. Deve-se à hostilidade da Natureza que tornava difícil a vida humana. Até há poucas dezenas de anos os autóctones sobreviviam com dificuldade no meio das florestas ou errando pelas chanas, roídos de

doenças endémicas e devastados por epidemias frequentes, atacados pela fauna - quer dos insectos quer dos animais ferozes -, à mercê das chuvas torrenciais e das queimadas gigantescas, subsistindo pela colheita de frutos silvestres ou graças a uma agricultura primitiva praticada em solos pobres de fácil erosão . . . A coesão tribal, com chefes despóticos e feiticeiros omnipotentes, era a sua melhor defesa contra o meio inclemente.

E os brancos mal podiam afastar-se do litoral, sobretudo dos portos onde mantinham contacto com as paragens distantes da civilização. A entrada nos sertões, por picadas que iam sendo abertas à catana segundo se progredia no mato, sempre à espera da surpresa e quantas vezes a caminho do mistério, era uma aventura com laivos de heroísmo. As febres consumiam os colonos, morria-se facilmente com biliosas ou de outros males tropicais.

O interior da África só começou a ser dominado quando a máquina foi posta ao serviço do homem para abrir caminhos e para os percorrer, e quando a medicina pôde dispor de meios de sanear o ambiente, prevenir as endemias tropicais e cura-las sem esforço.

Mas ao encontrar no sertão as aldeias tribais habitadas por gente primitiva, que em muitos casos nem sequer conhecia e utilizava a roda, como proceder?

Destruir imediatamente as suas estruturas sociais? desconhecer os seus usos e costumes milenários? força-los a aceitar uma civilização que não compreendiam nem tinham condições para praticar, com leis e instituições completamente estranhas à sua índole e organização social?

Ou procurar conservar as estruturas existentes, buscando pacientemente expurga-las de aberrações desumanas e de crendices grosseiras, mas de modo a que a evolução se fizesse colectivamente, em cada aldeia, regulado ou sobado, com o mínimo de abalo dos valores tradicionais?

O rumo que seguimos oficialmente foi este último. E daí resultou a distinção legislativa entre cidadãos ou assimilados e indígenas.

A qualificação de indígena não correspondia a um ferrete ignominioso ou sequer depreciativo imposto aos nativos: mas a um estado de integração dos indivíduos nas suas sociedades e usos tradicionais. Respeitava-se a sua vida social própria e a sua cultura. E protegiam-se os nativos contra os logros em que poderiam cair, se europeus ardilosos os enredassem nas malhas de leis que eles não sabiam nem compreenderiam.

Fico espantado quando agora vejo condenar a administração colonial portuguesa por ter consagrado o indigenato. Quando essa consagração correspondia à realidade da existência de culturas diferentes, com diferentes hábitos de vida e diferentes leis, e ao espírito de respeito das culturas nativas e de tutela dos que as professavam.

A ideia de que não se devia abalar violentamente as sociedades tradicionais nem destribalizar os seus membros que, uma vez lançados sozinhos nos meios urbanos, se convertiam, em geral, em pobres seres privados das suas crenças e amparos ancestrais, sem adquirirem outras que as substituíssem macaqueando, externamente apenas, as maneiras civilizadas, essa ideia explica o escrúpulo com que se

concediam os chamados alvarás de assimilação, graças aos quais de indígena se passava a cidadão regido pelo direito português, esse direito vindo dos romanos, com influências germânicas e oito séculos de estratificaçoes de cultura europeia nas terras de além e aquém Douro ou de riba e além Tejo e Algarve . . .

As ideias que acabo de resumir muito rapidamente foram aquelas em que formei o meu espírito. Logo em 1933, ao iniciar, depois de prestadas provas de doutoramento e concurso, a carreira docente, foi-me confiada na Faculdade de Direito a regência do curso de Administração Colonial. O curso não merecia até aí grande . atenção nem dos professores nem dos alunos e geralmente reduzia-se a meia dúzia de aulas dadas no segundo semestre lectivo, em que eram enunciadas algumas definições. Tomei, porém, a sério o encargo, embora acumulasse a regência da cadeira (essa fundamental) de Direito Administrativo, onde, como novato, tinha, as maiores responsabilidades. E estudei largamente as questões que deviam estar dentro do seu âmbito. Um aluno, que mais tarde iria destacar-se no panorama da imprensa diária de Lisboa, Mário Neves, compilou e publicou essas lições sob o título Direito Público Colonial Português que me pareceu mais apropriado que a designação oficial do curso.

Relembro este fato porque ele traçou o meu destino sob muitos aspectos. A repercussão das lições esteve na origem da minha escolha para director cultural do 19 Cruzeiro de Férias às Colónias em 1934, da eleição em 1935 para vogal do Conselho do Império e, afinal, da nomeação em 1944 para Ministro das Colónias. Num

País pobre de gente - e sobretudo de gente que estude e trabalhe - sucedem coisas assim...

Mas a minha opção pela descentralização ou autonomia administrativa e financeira das províncias ultramarinas e a convicção arreigada de que estas deviam reger-se por legislação própria, com respeito das culturas e dos usos e costumes das populações nativas, deixou de estar, a partir da revisão constitucional de 1951, de harmonia com a doutrina oficial.

Na década de 50, na verdade, começou a ganhar terreno vertiginosamente a chamada política de integração, modalidade nova da de assimilação corrente nó século XIX.

Para os seus partidários, importava que Metrópole e Ultramar deixassem de ser distintas e se fundissem efectivamente numa só

realidade nacional. Embora constituído por várias parcelas separadas geograficamente umas das outras o território do Estado era uno, e nele devia reger um só direito para uma só classe de nacionais, todos cidadãos portugueses. Entre as diversas parcelas deveria haver inteira liberdade de circulação de pessoas e de mercadorias, com supressão total de barreiras aduaneiras, e também liberdade de circulação de capitais, com tendência para a moeda única. As instituições administrativas seriam iguais em todo o território e haveria que extinguir o Ministério do Ultramar, passando os assuntos ultramarinos a ser tratados, no mesmo plano dos metropolitanos, pêlos vários ministérios especializados do governo de Lisboa.

Nunca ocultei a minha discordância desta doutrina. Logo a manifestei na Câmara Corporativa ao apreciar a proposta de lei da revisão constitucional de 1951. Fui o relator do parecer emitido pela Câmara. Isso quer dizer, porém, que consignei no parecer, como me cumpria, o voto da maioria sobre cada um dos pontos discutidos, fosse ou não concorde com a minha opinião pessoal, mas esta apesar disso transparece bem claramente do texto.

A doutrina integracionista .era sedutora e conquistou largas e valiosas- adesões ria Metrópole e no Ultramar. .Se nunca chegou a ser aplicada até às últimas consequências, ficaram dela muitos traços na legislação e muitas sequelas na vida. Acabou o indigenato e todos os habitantes das províncias ultramarinas, fosse qual fosse a sua cultura, receberam o estatuto de cidadão. Aboliram-se ou reduziram-se direitos aduaneiros, tirando às nascentes indústrias ultramarinas a protecção pautal local, com vantagem para a indústria metropolitana e para o grande comércio importador de cada província. Não se consagrou a moeda única: mas instituiu-se um engenhoso sistema de pagamentos interterritoriais que devia assegurar as transferências das moedas por valor ao par do escudo metropolitano entre todas as parcelas do território, e que acabou por facilitar as fugas de capitais para a Metrópole à custa de enorme dívida das províncias constantemente acumulada sob o nome de atrasados. E passo adiante...

A integração ganhou em partidários e prestígio justamente com a eclosão do terrorismo em Angola em 1961.

Desde os acontecimentos do Congo Belga ligados à proclamação da independência desse território que, sobretudo em Angola, se vivia em constante preocupação.

A forma como os belgas haviam facilmente abandonado a sua colónia, o procedimento dos nativos para com eles, desrespeitando os patrões e as autoridades da véspera, trucidando brancos, violentando

mulheres, destruindo bens, tudo com escassa reacção das vítimas e a complacência do mundo -, tinha indignado os angolanos.

Havia, por um lado, a convicção de serem muito melhores as relações interraciais na África portuguesa, mas por outro a decisão de não permitir que se passasse em Angola qualquer coisa de semelhante.

Todavia moviam-se forcas ocultas entre a população negra Numa pesquisa paciente, inteligente e tenaz, palmilhando as terra de Angola de lés-a-lés, o Prof. Joaquim da Silva Cunha conseguira fazer um levantamento consciencioso .dos Movimentos associativos da África negra. E as sociedades, geralmente secretas, onde os nativos se filiavam tinham quase sempre um fundo religioso do quase destacava a promessa messiânica da libertação do continente pela expulsão do branco.

As autoridades foram assim avisadas dos perigos iminentes. F algumas providências começaram a ser tomadas.

A independência do Congo Belga em junho de 1960 não podia deixar dá produzir os seus reflexos em Angola, - cujo norte é constituído pela antiga província do Congo português, habitado por raça; comuns à restante bacia do rio Zaire. As fronteiras traçadas em 1885 entre as velhas possessões portuguesas (no reinado de D. Manoel I já tínhamos relações assíduas com o rei do Congo) e as novíssimas colónias belga e francesa na bacia do Zaire, eram pura mente diplomáticas. Ai, como noutras zonas de África, os limite das colónias dos países europeus cortam muitas vezes famílias étnicas e com frequência vivem de um lado da fronteira povos cujo: chefes tradicionais habitam do outro.

De modo que não admira que no Congo português os nativos acompanhassem com exaltação o que se passava no Congo belga e que deste viessem a cada momento homens e notícias capazes de excitar a nossa gente.

Pensaram os pretos do Congo português que também em Angola lhes seria fácil viver a sua hora. Em 4 de fevereiro de 1961 o assalto à prisão e a uma esquadra de polícia em Luanda foi a primeira manifestação do movimento e tudo indica ter sido o arranque precipitado de uma revolta que então ficou sem o eco combinado e esperado. Este produziu-se em 15 de março seguinte: com uma violência brutal, por todo o Congo português se levantaram os insurrectos de surpresa, matando a torto e a direito, por vezes com requintes de malvadez, os ranços que viviam nas numerosas fazendas de café dispersas pela região e os pretos que lhes ficaram fiéis.

Mais de mil e quinhentas pessoas pereceram selvaticamente nesses dias trágicos. Com á confiante displicência que nos caracteriza e alguma negligência dos altos comandos não tínhamos em Angola forças de segurança que contassem e a guarnição militar era predominantemente constituída por unidades indígenas. Fiéis observantes das convenções que regulavam o regime da bacia internacional do Zaire, estava estritamente condicionada pelas autoridades a posse individual de armas de fogo e de pólvora, que só nas épocas de caça saíam , do depósito existente em Luanda. Assim mesmo os colonos que puderam sobreviver à primeira brutal e traiçoeira investida, juntaram-se, barricaram-se, reuniram as escassas armas que possuíam e resistiram. Pouco a pouco os aviões civis do Aero-Clube de Angola e os aviões militares iam localizando os núcleos de resistência e lançavam-lhes do ar víveres e armas. Colunas organizadas sabe Deus como começaram a movimentar-se em socorro dos grupos cercados e a contra-ofensiva entrou a desenhar-se e a progredir. Um grande escritor de Angola, que as capelinhas literárias de Lisboa desconhecem, mas cujos livros documentam a história social da província nos últimos trinta anos, Reis Ventura, descreveu em páginas sugestivas com jeito de novela o que foram esses dias. Vale bem a pena ler o seu livro Sangue no capim .

E em Lisboa?

Enquanto a gente de Angola, desesperada, pedia auxílio e armas, Lisboa atravessava uma fase de perplexidade. Dera-se havia pouco o episódio da aventura pirata da tomada do paquete Santa Maria que houve quem relacionasse com os subsequentes acontecimentos africanos. Envelhecido, magoado e torturado, o Dr. Salazar parecia carecer da flexibilidade de movimentos, da rapidez de decisão e até da firmeza de convicções que o momento requeria.

Nas Forças Armadas respirava-se um ambiente de inquietação; O Marechal Craveiro Lopes, ofendido pelas circunstâncias em que no fim do seu mandato na presidência da República fora afastado da reeleição, não escondia os seus propósitos de voltar a intervir na vida pública, iludido pelas conversas de outros descontentes que o procuravam para desabafar. '

E no departamento da Defesa Nacional, como no Ministério do Exército, havia a sensação de não lhes serem dadas as facilidades indispensáveis para agir. Aliás, perguntavam-se, haveria possibilidades de resistência eficaz contra o que parecia ser um movimento irresistível desencadeado pêlos ventos dá história? Não seria- preferível entrar desde logo no jogo então conduzido pêlos Estados Unidos da América?

Nasceu daqui uma tentativa de golpe de Estado que foi facilmente abortada. E desde que os vencedores levaram a vitória ao Presidente do Conselho, este saiu do seu desânimo e. num assomo de energia chamou a si a direcção da Defesa Nacional e anunciou ao País, pela televisão, a sua resolução de socorrer Angola, enviando soldados e recursos "rapidamente e em força".

Todos quantos viveram essas horas podem testemunhar como foi bem recebida tal decisão histórica. Principalmente pelo povo comum, que sem complicações sente a Pátria, os seus interesses e os seus destinos.

Estava traçada a linha de acção na defesa do Ultramar.

E poderia ter sido doutra maneira?

Quando assumi as funções de Presidente do Conselho o meu primeiro cuidado foi, naturalmente, o de fazer o ponto em relação aos principais problemas que requeriam a atenção do governo.

Comecei, claro está, pelo problema ultramarino e, sem preconceitos com espírito crítico, reexaminei os seus dados, as suas circunstâncias e as soluções em curso.

Em 27 de novembro de 1968 fiz o meu primeiro discurso perante a Assembleia Nacional: e ao referir-me à defesa do Ultramar disse que da consideração a que procedera de todos os aspectos dessa magna questão nacional concluíra que a posição de Portugal não poderia ter sido outra.

De fato, perante á investida crudelíssima , de que haviam sido vítimas os colonos do Norte de Angola, que outra coisa poderia ter feito o Governo?

Apressar-se a dar independência a Angola - e também a Moçambique, como seria inevitável? Mas em que termos? Deixando aos colonos o governo dos novos Estados? Seria fatalmente, naquela altura, entregar a maioria nativa à desconfiança e ao ressentimento da minoria branca, como todos os seus inconvenientes, comprometendo quase com certeza a política de fraternidade racial sempre preconizada por nós e levando os novos Estados a aproximar-se da África do Sul e quem sabe se da sua política de apartheid

Aliás já então as Nações Unidas e os meios internacionais

influentes condenavam tais governos chamados "de minoria".

Abandonaria então o governo português Angola (pois em Moçambique ainda não surgira a subversão, e apenas houvera incidentes no Norte com a tribo dos macondes) ao recém-aparecido movimento que Holden Roberto chefiava? A opinião nacional veria com náusea que os carrascos da população do Cõngo fossem premiados com o reconhecimento oficial de uma vitória que não tinham obtido. Aliás os, acontecimentos não passaram do Congo: o resto da província estava calmo, em pleno labor, e nela residiam, agrupados em magníficas e progressivas cidades ou dispersos em florescentes fazendas, já com excelentes infra-estruturas e um parque industrial, algumas centenas de milhar de brancos a que continuava fiel a grande maioria da população nativa. Como entregar, logo ao primeiro safanão dado por umas dúzias de aventureiros, toda essa gente, e a obra por nós realizada, aos caprichos de um grupo de tiranetes, que como em quase todos os recém-criados estados africanos se vira, carecia de preparação capaz para conduzir uma Nação moderna e não conseguiria despojar-se da aversão ao branco construída sobre recalcamentos seculares? ou que seria mero e frágil biombo do neocolonialismo para proveito dos Estados Unidos?

O Dr. Salazar decidiu, pois, seguro de interpretar o sentimento da grande massa do povo português, que permanecêssemos em Angola. E só quem tenha a memória fraca poderá ter esquecido o aplauso que essa decisão suscitou e que iria renovar o prestígio do chefe, antes comprometido e abalado pelo cansaço de muitos anos dó seu governo e de permanência do mesmo pessoal na administração.

Foi tudo isto que recapitulei nos primeiros dias em que ocupei S. Bento. Ouvi pessoas. Li documentos. Não vi que se pudesse mudar de rumo, e, repito, não encontrei na opinião pública e entre os responsáveis quem preconizasse outra orientação. Apenas um amigo, muito ligado às esquerdas, me escreveu a aconselhar negociações com os "movimentos de libertação". Estes amainaram os ataques e na própria Organização das Nações Unidas se fez uma pausa na campanha em marcha na expectativa de que decidiria o novo Governo português.

A situação existente nas províncias ultramarinas não era, de resto, salvo na Guiné, muito alarmante. Só na Guiné, realmente, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) conseguira infiltrar guerrilhas em grande parte do território. O que não era difícil, dada a posição geográfica da província, encravada entre o Senegal e a Guiné ex-francesa (Guiné-Conakry). Em ambos estes países

existiam bases de instrução militar, aquartelamentos e até posições fortificadas onde as guerrilhas, eram preparadas, se abasteciam e refugiavam e donde partiam para as suas incursões. Houve períodos em que as comunicações dentro da província eram difíceis e as nossas guarnições se achavam bloqueadas. Mas a situação melhorou depois._

Em Angola as guerrilhas continuavam a actuar no planalto do Congo apoiadas nos países vizinhos, acobertadas pela floresta e ao abrigo dos acidentes naturais, e pertenciam a dois movimentos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que derivara da União dos Povos de Angola (UPA) responsável pêlos morticínios do Congo, com o seu governo Revolucionário de Angola no expio (GRAE), mantendo o Exército da Libertação Nacional de Angola (ELNA) designações pomposas de realidades exíguas em homens e meios, tudo ao redor de Holden Roberto -; e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que o mestiço Agostinho Neto fundou, em dissidência do anterior, com carácter menos racista (admitia brancos e mulatos) e sem ligações tribais, especiais como 0 outro, que era predominantemente de ba-congos.

Os dois movimentos digladiavam-se, aliás. Holden Roberto, que conseguira em certa altura o reconhecimento do seu "Governo no exílio" por vários países africanos e pela própria Organização d idade Africana (OUA), vira a sua estrela empalidecer, pela reputação que lhe fora criada de ser protegido pêlos Estados Unidos, enquanto o MPLA, ostentando cada vez mais simpatia pelo comunismo, ia ocupando o lugar primacial nas intrigas internacionais.

Quanto a Moçambique, também lá surgiram, em 1964, as actividades subversivas em Cabo Delgado. A primeira organização terrorista, a MANU (Moçambique African National Union) teve, pouco tempo depois, a concorrência da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que, dirigida pelo Dr. Mondlane não evitou a aparência de receber inspiração e apoio norte-americanos. Apesar da rápida popularidade que a FRELIMO obteve por esse mundo fora, ela não actuou, durante anos, senão no Norte da Província em Cabo Delgado - e no Niassa, próximo à fronteira da Tanzânia. E como a província de Moçambique tem aquela forma estirada ao longo da margem do Oceano Indico, de tal modo que de Lourenço Marques ao Rovuma vai a mesma distância que de Lisboa a Varsóvia, as guerrilhas no Norte deixavam quase insensível o resto do território' onde a vida decorria normalmente e, por vezes, segundo muitos observadores, até com demasiado desprendimento da conjuntura.

Recapitulo estes pontos para notar que em nenhuma das três províncias havia uma rebelião generalizada das populações contra a

soberania portuguesa. A_ subversão verificava-se em áreas perfeitamente delimitadas, por obra de `guerrilhas vindas dos países vizinhos onde recebiam apoios estrangeiros de 'diversas origens. Mesmo na Guiné a maior parte da população era-nos fiel; e alguma mais em contacto com o inimigo estava connosco ou com ele, consoante as forças presentes em cada ocasião, originando assim áreas chamadas de "duplo-controle".

Não havia terrorismo urbano. E centenas, para não dizer milhares, de observadores estrangeiros, jornalistas, diplomatas, políticos, comerciantes e industriais, puderam viajar à sua vontade por toda a parte nessas três províncias sem escolta, sem armas e sem problemas de segurança.

Assim, não se tratava em 1968 de negociar com povos sublevados ou de pôr termo a levantamentos nacionais. Os bandos guerrilheiros eram relativamente pouco numerosos e sem representatividade. Contê-los, era uma questão. de segurança interna. Em todo o caso uma coisa era ler relatórios e ouvir testemunhos; outra, ver com os próprios olhos. O Ultramar alimentara sempre o desejo de receber a visita do Presidente do Conselho. Mas o Dr. Salazar era pouco dado a longas viagens. Por isso a primeira visita de um chefe de governo à Guiné, a Angola e. a Moçambique foi a que eu realizei em abril de 1969.

Já conhecia as três províncias de visitas anteriores e nas duas maiores estivera mesmo em diversas ocasiões e qualidades. Desde 1934 que, como já contei, me eram familiares os seus problemas, pois nunca mais perdera contacto com os casos e as pessoas do Ultramar. O que em 1969 me levou a África foi, primeiro, o desejo de com a minha presença dar às populações mais uma prova de interesse e de confiança do governo central, e depois , a necessidade de verificar pessoalmente se, na verdade, as coisas corriam com a r ' paz, a segurança e a normalidade que me diziam.

Não excluí que os movimentos chamados "de libertação" tentassem aproveitar a viagem para afirmar a sua força ou, pelo menos, a sua presença. -parti sem medo, mas consciente dos riscos. Devo dizer que o fato de não se ter produzido o mínimo incidente em nenhuma ocasião, mesmo quando andava no meio de multidões onde seria facílimo criar pânico, foi para mim a prova mais cabal de que tais movimentos não tinham expressão válida.

Porque as manifestações podem ser preparadas (eu não tinha ilusões sobre esse trabalho de convocação, embora soubesse medir o grau da espontaneidade com que os participantes se manifestavam),

mas num território revoltado, com parte da população hostil, nem é possível mobilizar massas para aclamar um governante, nem é crível que não exista ao menos um herói para protestar contra a mentira das aclamações ou para tentar empanar o brilho delas, ainda que fazendo rebentar uma bomba de pataco.

E todavia, para não falar em Bissau, onde após a manifestação convencional da chegada, me apeei de surpresa, no regresso de uma cerimónia, à porta da catedral, e me dirigi, sozinho para os L nativos ali presentes o que logo constituiu chamariz para reunir- uma pequena multidão ruidosa e espontaneamente festiva -, que dizer do que se passou em Luanda, em Lourenço Marques, na Beira, em Nova Lisboa! Com maior ou menor preparação oficial, o fato é que , se reuniram multidões de todas as etnias; e que o Presidente do Conselho andou no meio delas, sem unia arma (que nunca usei, aliás) tantas vezes afastado para longe pelas 'ondas ,de gente que queriam chegar ao pé de mim, apertando mãos e dando beijos e abraços a quem nos pedia numa confusão amistosa que deixava atónitos os repórteres estrangeiros habituados a ver, em meios considerados mais seguros e civilizados, os governantes rodeados de severas precauções policiais. (1)

Ouvi a pretos e brancos espontâneas declarações de patriotismo, exprimindo a resolução de ficar em África como portugueses e pedindo ao governo que nunca os abandonasse.

Não nego a influência muito grande que esta viagem exerceu sobre o meu espírito. Voltei de África convencido de que seria uma traição ignóbil à gente de lá e à obra lá erguida pactuar com os grupúsculos que, por mero aventureirismo, só mantido graças a apoios internacionais, perturbavam num ou noutro ponto restrito dos imensos territórios de Angola e de Moçambique a paz geral, contrariando a vontade da maioria.

Porque não é só por votos, expressos em quadrados de papel por eleitores analfabetos, ou quase, como seriam muitos dos nativos africanos, que se exprime uma vontade: a aceitação pacífica de uma autoridade, o convívio normal quotidiano sem dificuldades nem atritos (salvo os atritos naturais em toda a vida social) são também significativos, e porventura mais ainda que as fórmulas democráticas, em povos que nem por tradição, nem por convicção, sabem o que seja a democracia.

O impacto desta minha viagem na opinião pública metropolitana foi grandemente favorável. Não falo já nas efusões com que fui acolhido no regresso a Lisboa ao chegar ao Aeroporto da Portela. Mas durante muitos dias, nas minhas deslocações de casa para o Palácio

de S. Bento, que me obrigavam a atravessar a cidade, eram constantes as saudações calorosas das pessoas com quem me cruzava, automobilistas ou peões, acentuando o seu aplauso ao que se tinha passado e dito em África.

Estou convencido mesmo que à repercussão da viagem se deve em enorme parte a grandiosidade da recepção que me foi feita quando tempo depois, em 21 de maio desse ano, visitei a cidade do Porto. A preparação pelas autoridades locais, que 'decerto houve, foi espantosamente ultrapassada pela espontaneidade das manifestaçoes que me acompanharam a partir. da chegada a Vila Nova de Gaia e que deixaram essas autoridades atónitas. Três horas levei a atravessar a vila e até chegar à Câmara Municipal do Porto, seguido por uma multidão entusiasta. A Avenida dos Aliados e' todas as ruas afluentes estavam apinhadas de gente. O Ultramar era aclamado por todas as bocas. E mesmo que não falassem nele: a tão pouco tempo do meu regresso de África, se os sentimentos populares fossem contrários ao que essa viagem tinha significado, seria porventura possível passar-se o que se passou no dia da chegada ao Porto e no seguinte, em que visitei vários bairros populares, assisti a um festival desportivo no Estádio Salazar e me desloquei à Foz e a Matosinhos?

Já ouvi dizer nos últimos tempos que todo esse caloroso acolhimento popular traduzia apenas esperança - esperança de democratização... Não: o que eu verifiquei, por ver e ouvir, é que se celebrava a continuação da paz e da ordem internas e a resolução de prosseguir na defesa do Ultramar.

Esta é a verdade pura. A verdade que traduz o estado de espírito do País em 1969.

O exame da situação quanto ao Ultramar 'e a prospecção da opinião pública lá e na Metrópole, não esgotaram, porém, as minhas preocupações quanto ao problema existente. ' Tinha perfeita consciência de que não se podia, ficar parado c assentar em que "o que está, está..." Era preciso traçar uma política para o futuro que encaminhasse a uma solução satisfatória.

Já disse .que nunca aceitei o integracionismo. Além de me parecer uma doutrina errada, por ser contra a natureza das coisas, a fórmula de unidade por ela visada nunca poderia obter a compreensão e a adesão da comunidade internacional.

E como não. era admissível o abandono do Ultramar nem a proclamação de independências prematuras, sob o domínio de

minorias-brancas que teriam de assentar na força o seu governo ou entregando a . aventureiros africanos a vida, os bens e o destino de fortes núcleos civilizados dotados de infra-estruturas e equipamentos técnicos modernos, tinha de se procurar uma via intermédia.

[(1) Ao sair da aerogare de Lourenço Marques a multidão rodeou-me e, se não fossem alguns oficiais que estavam perto de mim, teria revoluteado nó torvelinho de gente que se formou. O chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, General Venancio Deslandes, que me acompanhava, fechou um círculo à minha volta com outros oficiais generais e seus ajudantes e ficou, salvo erro, sem as condecorações, arrancadas no embate do povo. A polícia desaparecera... Foi com dificuldade que me livrei do entusiasmo popular e tomei lugar no automóvel que me aguardava.]

Essa via defini-a eu como de autonomia progressiva. O meu pensamento era o de ir entregando cada vez mais o governo e a administração dos territórios às suas populações, procurando fazer participar em escala rapidamente crescente os nativos em todos os escalões da gestão pública.

Tínhamos uma tradição de fraternidade racial, uma doutrina cristã de não discriminação em razão da cor da pele, uma prática constante de entendimento entre gente de todas as etnias. Durante muitos anos - como parecem longínquos esses tempos do final do século XIX e do primeiro quartel do século XX! - fomos mesmo criticados na literatura estrangeira pela facilidade com que convivíamos com os nativos dos continentes onde nos estabelecíamos e até nos cruzávamos com eles sem preconceitos de miscigenação. Severos autores britânicos, sobretudo, referiam-se desprezivelmente a esta, para eles, degradante condescendência que, todavia, seria exaltada depois por Gilberto Freire como um dos traços mais salientes do luso-tropicalismo.

Era preciso, portanto, seguir nessa senda para fundar verdadeiras sociedades multirraciais onde brancos, pretos e amarelos tivessem o seu lugar em igualdade de condições e de oportunidades, de tal modo que só da cultura e das aptidões de cada um, e de nada mais, dependesse o seu lugar na vida social e cívica.

Participação crescente das populações nativas na administração e no governo das províncias, igualdade de direitos dos portugueses independentemente da raça ou da cor, transição de poderes legislativos e executivos em número e importância crescente para os

órgãos locais, desvinculação da economia de cada província da economia metropolitana - eis o conteúdo da fórmula autonomia progressiva das províncias ultramarinas, que também foi expressa como sendo de autonomia progressiva e participada.

Já esboçada nas minhas primeiras declarações públicas, ela foi acentuadamente definida no discurso que em 18 de abril de 1969 proferi em Lourenço Marques perante os Conselhos Legislativo e de Governo reunidos em solene sessão conjunta.

Levaria esta política à independência das províncias? Talvez. Disse sempre que ninguém podia responder pelo futuro, pois não se é senhor das circunstâncias que ao longo dos tempos vão condicionando os fatos e explicando o fluir da História. E que, por isso, a obrigação da geração a que pertenço e do governo cuja responsabilidade me cabia era a de procurar preparar para as províncias ultramarinas um futuro português.

Esse futuro visionava-o eu como de tolerância racial e de inevitável convivência de culturas. Tive sempre respeito pelas culturas africanas. Considero um erro destruí-Ias pura e simplesmente, para as substituir pelas receitas feitas desta burundanga cosmopolita que hoje é imposta através dos meios de comunicação social como padrão tiranizador de ideias, de hábitos e de costumes. Se Angola e Moçambique tivessem que ser Estados independentes um dia e por que não? - o importante era que neles pudessem continuar a viver brancos com direito inteiro de cidadania e a ser respeitados os valores da cultura que durante séculos lá implantamos e nos últimos tempos; sobretudo, soubemos aliar às técnicas contemporâneas. Em especial a língua portuguesa.

Foi esta política de autonomia progressiva que propus ao eleitorado nas eleições de 1969 a que mais adiante me referirei com maior detença, e que recebeu nelas uma incontestável ratificação nacional. E foi no seu seguimento que o Governo incluiu na proposta de lei de revisão constitucional, apresentada à Assembleia Nacional em 2 de dezembro de 1970,. a reforma do título consagrado ao Ultramar português. O novo texto desse título foi inteiramente redigido por mim e se, por um lado, chocou os meios conservadores, por outro mereceu os aplausos incondicionais dos deputados liberais que' me afirmaram não terem julgado possível que nessa altura "se fosse tão longe"...

Custou-me a fazer aceitar pela maioria da Assembleia, profundamente fiel quase toda às ideias integracionistas, a reforma proposta e foi forçoso, numa reunião com os seus deputados,

pedir-lhes que não pusessem em cheque o chefe do Governo. Uma campanha de livros, folhetos e artigos atacava-me com violência. Com uma ou outra alteração 'o texto porém passou e foi convertido em lei em 16 de agosto de 1971. E logo a seguir se publicaram em 23 de junho de 1972 a nova lei orgânica do Ultramar Português e em 22 de dezembro seguinte os estatutos das diversas províncias.

Cada província ficava tendo a sua Assembleia Legislativa eleita por sufrágio directo. Continuava o Governador a ser nomeado pelo Governo Central, mas era assistido por um pequeno conselho de Estado electivo (Junta Consultiva) e nas províncias de Angola e de Moçambique presidia a um governo, constituído por "secretários provinciais" das diversas pastas, que com ele reuniam em Conselho de Governo. A justiça estava entregue a tribunais locais, com Relações em Luanda e Lourenço Marques, todos todavia subordinados ao Supremo Tribunal de Justiça em Lisboa.

Alargou-se consideravelmente a competência das Assembleias Legislativas para fazer leis, embora os Governadores mantivessem a faculdade dê publicar decretos.

Nas matérias de interesse nacional geral continuava, porém, a existir a ,competência legislativa dos órgãos da soberania.

O sistema era, pois, de ampla descentralização política. Expliquei que, se não se podia falar em federalismo (porque. essa forma de Estado implicaria uma complicada duplicação de órgãos pela redução da Metrópole a um dos estados federados, enquanto, por outro lado, minúsculos territórios como S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor ou mesmo a Guiné, dificilmente poderiam funcionar como Estados) era lícito enquadrar a construção no tipo de regionalização que se consagrara na Constituição republicana espanhola de 1931 e esta em vigor na actual Constituição da República italiana.

As regiões políticas autónomas não afectam o carácter unitário do Estado, mas permitem que os interesses locais de cada região sedam por órgãos políticos privativos desta contemplados.

Nos meios ultramarinos houve certo descontentamento vagamente se esperava "mais". Perguntei com paciência a porque muitas pessoas vindas de Angola, de Moçambique e da Guiné que é que teriam querido "mais". Ninguém me respondeu concretamente. Nem ninguém me explicou o motivo por que, tendo a reforma constitucional e a subsequente proposta de lei orgânica sido submetidas ao parecer da Câmara Corporativa, e depois debatidas na Assembleia Nacional, em reunião

das comissões, primeiro, em sessões plenárias, depois, aí não surgiram as divergências de fundo que se insinuava existirem. Apenas apareceram duas ou três propostas de modificação de artigos que facilmente foram aceitas ou rejeitadas segundo o seu mérito.

A política de autonomia progressiva e participada das províncias ultramarinas foi, pois, claramente definida e passada a letra da lei. E logo se procurou pôr em prática. De novembro de 1972 a 31 de março de 1973 procedeu-se às eleições para as câmaras municipais, para as assembleias legislativas e juntas consultivas. As instruções de Lisboa seguiram no sentido de alargar o mais possível os recenseamentos eleitorais e de procurar que nas listas oficiais de candidatos figurasse o maior número que pudesse reunir-se, em cada localidade, de personalidades nativas valiosas. As instruções foram mais ou menos perfeitamente cumpridas, segundo as províncias. Em geral não houve tempo para refazer os recenseamentos. As percentagens de naturais das províncias eleitos foram bastante elevadas salvo em Angola. As perspectivas eram, todavia, favoráveis como se revelou nas primeiras reuniões dos novos órgãos.

Na opinião dos críticos, porém, a política da autonomia progressiva não andou com a rapidez desejada. Mas quem, mais do que eu, desejava que marchasse depressa?

Não há dúvida de que a sua realização carecia de algum tempo. Tempo, dêem-me tempo, era o que eu pedia aos impacientes, era o que eu solicitava aos estadistas estrangeiros a quem expunha os meus planos, geralmente acolhidos com compreensão e simpatia.

É inegável que no Ultramar a maior parte das autoridades locais - salvo na Guiné - não via com entusiasmo a nova orientação política. Depois, a guerrilha continuava na Guiné, em Angola e em Moçambique a absorver muitas atenções e perturbando o clima de confiança que deveria existir entre as raças. ,

Embora, a cada passo se recordasse aos governos locais que a guerra subversiva não sé vence' só com armas mas sobretudo com política,, - era humanamente impossível conseguir que ao fazer essa política V os governadores abstraíssem das circunstâncias traiçoeiras em que decorria a subversão.

Isto era particularmente importante no recrutamento dos nativos para as funções de administração. Por um lado, os movimentos de libertação tinham captado muitos valores da população negra, sobretudo, com o apoio americano, ao provocarem o êxodo para o estrangeiro dos africanos que ao redor de 1960 frequentavam as

universidades em Portugal.

Alguns elementos tinham abandonado as actividades revolucionárias e regressado às suas províncias de origem: isso foi particularmente frequente em Moçambique, onde as deserções da FRELIMO eram constantes. Mas esses elementos tinham de passar o seu período de quarentena e não podiam ser logo valorizados de modo a dar a aparência de que o ter um dia militado nas fileiras inimigas constituía razão de preferência em relação aos constantemente fiéis.

E os valores que permaneciam entre nós, não queriam, uns, comprometer-se; e não eram, os outros, em quantidade e qualidade, os que precisávamos parta pôr em marcha a política delineada.

Essa dificuldade em recrutar um escol dirigente nativo para ir substituindo os funcionários e dirigentes brancos, sentiu-a o próprio governador da Guiné, apesar do seu aberto desejo de corresponder às novas directrizes traçadas.

Aliás, muitos dos nativos com cultura e capacidade para intervir na vida pública eram funcionários do Estado. E uma bem inten-

cionada disposição da lei declarava os funcionários públicos inelegíveis para as assembleias legislativas...

Mas tudo isso o tempo, estou certo, permitiria ir corrigindo e melhorando. O tempo que afinal não nos foi dado... Porque de 1971 a 1974 decorreram apenas, não o esqueçamos, três escassos anos. Anos de dificuldades, anos em que à conjuntura económica desfavorável se juntava a crescente pressão internacional. Anos que só quem os viveu à frente do governo da Nação pode avaliar o que foram. . .

Um domínio em que a política de autonomia das províncias pôde também ser executada foi o económico, mas em geral essa execução foi vista com pouca simpatia pêlos interesses locais.

Já atrás fiz referência à questão das transferências. Essa questão assumia particular acuidade nas relações entre as duas grandes províncias de Angola e Moçambique, c a Metrópole. As pessoas que queriam mandar dinheiro do Ultramar para Lisboa - para pagar mercadorias importadas ou serviços recebidos, para ocorrer a mesadas ou pensões ou para qualquer outro fim - depositavam na província onde residiam, em moeda local, a importância a transferir e teoricamente o pagamento seria feito. dois na Metrópole, ao destinatário, em ,,igual soma de escudos metropolitanos. Para que

assim pudesse ser, criara-se o Fundo Monetário da Zona do Escudo com as suas contas no Banco de Portugal, alimentado pêlos escudos metropolitanos que resultassem de operações em sentido inverso (pagamentos da Metrópole ao Ultramar) e por um capital inicial e empréstimos dos bancos emissores. Aconteceu,-. porém. que pouco a pouco se foi verificando o desequilíbrio entre ás entradas no Fundo Os pagamentos aos exportadores de o Ultramar começaram a demorar meses, e depois um ano e mais, sobre a data em que deveriam ter lugar. E esse desequilíbrio ia-se acentuando aceleradamente de trimestre para trimestre.

O problema preocupava-me desde que assumi o governo, . até porque, como já disse, nunca acreditei na eficácia do sistema. Em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos foi o assunto i e os pagamentos a satisfazer. I produtos da Metrópole para

versado mais de uma vez e encarregaram-se pessoas competentes de estudar soluções para ele. Até que, ao chegarmos à soma de doze milhões de contos de atrasados declarados no Banco de Portugal, resolvi acabar de vez com os estudos ë hesitações e aceitar a fórmula mais consentânea com ã doutrina da autonomia: cada território voltava a ter o seu fundo cambial próprio e deveria organizar anualmente o seu orçamento de entradas e saídas em moeda exterior, de maneira a não despender mais em divisas do que pudesse dispor. Para o futuro seria assim: não se podiam assumir compromissos de pagamentos em moeda diferente da que circulava na província sem previamente se ter a garantia de cobertura na moeda necessária, para satisfação no prazo convencionado.

Restava a liquidação dos atrasados. E aí surgiu uma surpresa: além do que era conhecido das autoridades do Fundo Monetário, havia outro tanto a satisfazer de encargos não manifestados, mas legítimos. Eram os atrasados ocultos. Subia assim aperto de vinte e quatro milhões de contos a dívida a liquidar aos credores metropolitanos e estrangeiros de entidades do Ultramar.

Isso obrigou ao escalonamento de pagamentos dos atrasados, calculando-se em três anos o tempo necessário para mobilizar sem sacrifício os recursos indispensáveis e para lança-los no mercado sem agravar gravissimamente a situação inflacionária.

Nas províncias ultramarinas o sistema suscitou protestos da parte do alto comércio interessado em manter . a sua posição de importador de equipamentos e bens de consumo.

Mas ao mesmo tempo suscitou-se logo um movimento de viva

animação para a criação de novas indústrias, quer em Angola, quer em Moçambique.

Em Angola, apesar de serem mais veementes os clamores de queixa, as coisas começaram rapidamente a compor-se. A economia prosperava a olhos vistos. Além dos diamantes, do algodão e do café, riquezas tradicionais da província, havia agora o ferro e o petróleo. De ano para ano sobrava mais forte o vento de prosperidade, por toda a parte surgiam iniciativas novas, os empresários lançavam-se para diante cheios de audácia confiante. Construía-se em ritmo vertiginoso. Aldeias de ontem convertiam-se em airosas cidades estuantes de animação é progresso. A rede de estradas asfaltadas crescia constantemente a cobrir o território inteiro. Até às vésperas da minha saída do governo as notícias da economia angolana eram de entusiástico optimismo, um optimismo que o governador Santos e Castro soubera consolidar e reforçar. Em junho de 1974 deviam estar pagos todos os atrasados e não me admiraria se, a

seguir, o escudo angolano se mantivesse naturalmente ao par, mesmo no mercado livre, do escudo metropolitano.

Era diferente o panorama de Moçambique. Enquanto Angola, com o seu extenso e fértil interior, chamara de há muito o trabalho dos colonos e o capital dos empresários, e estava povoada de pequenas e médias empresas bem enraizadas na terra, Moçambique pela sua configuração criara um tipo de economia dependente dó trânsito internacional e o seu desbravamento fora feito por grandes empresas capitalistas.

Estão em Moçambique os melhores portos africanos da costa do Indico: Lourenço Marques, Beira, Nacala. E esses portos, todos progressivamente melhorados e equipados, serviam sobretudo territórios estrangeiros do interior. Lourenço Marques é, há muito, o porto do Transvaal; a Beira, o da Rodésia. Nacala, que está em princípio de desenvolvimento, poderá ser utilíssimo (e já é bastante útil) ao Malawi e à Zambia.

A ligação dos portos aos territórios por eles servidos faz-se por caminho de ferro. Em Moçambique os transportes ferroviários, aéreos e rodoviários, a cargo de um poderoso serviço público, desempenham papel fundamental na economia.

O bloqueio do porto dá Beira por virtude das sanções aplicadas à Rodésia veio, pois, afectar muito as receitas cambiais da província. E, apesar de todos os esforços, não conseguiram as actividades

económicas locais compensar com novas iniciativas os prejuízos daí resultantes. As receitas do algodão, do sisal, do açúcar, do caju, da copra, do chá, não chegavam para equilibrar as despesas em moeda exterior de uma província largamente importadora de bens de consumo e necessitada de equipamentos de toda a ordem.

Ainda não falei em Cabora-Bassa. E todavia, esta obra teve enorme influência na história do período a que me refiro.

Já se sabe o que é Cabora-Bassa: uma barragem construída na garganta do rio Zambeze que tem esse nome e que, permitindo criar uma colossal albufeira a montante, com 250 km de comprimento e 38 km de largura máxima, se destina a permitir a produção de energia eléctrica, a irrigação de uma grande área e a regularização do curso do rio a jusante, até a foz, de modo que os terrenos até agora periodicamente inundados possam passar a ser cultivados nas melhores condições de produtividade.

O fato de na primeira fase do aproveitamento hidroeléctrico a central ficar apta a produzir 17 mil milhões de KWh exigia que se encontrasse consumo imediato para tanta energia. Daí que a obra só fosse possível mediante acordo com a República da África do Sul, que se comprometeu a consumir parte considerável da energia produzida, durante trinta anos, ficando ainda energia disponível para o fomento da província e para outros clientes eventuais.

Em 1966, no governo do Dr. Salazar, portanto,, foi aberto concurso para a adjudicação da obra, com financiamento a fazer pêlos construtores. Quando, em setembro de 1968, assumi a chefia do governo, o Conselho de Ministros tinha feito meses antes a adjudicação provisória ao Consórcio ZAMCO constituído por firmas alemãs, francesas, sul-africanas, portuguesas, italianas e suecas. A conversão da adjudicação em definitiva dependia da satisfação de certas condições que o governo formulara, e que deveria ter lugar até 31 de dezembro desse ano.

O exame do processo não me entusiasmou. É certo que era grandioso, pois com ele se ia valorizar todo o vale do Zambeze, admitindo-se que pudesse vir a sustentar generosamente mais de um milhão de pessoas que nele se estabelecessem. A propaganda adversária, por sinal, bradou por esse mundo que íamos instalar lá um milhão de colonos brancos expulsando os pobres negros residentes nessas terras. Debalde se observava que tendo Portugal na Metrópole escassos nove milhões de habitantes, seria impossível deslocar para o Zambeze um milhão de uma vez só . . . Os colonos de que falavam os relatórios elaborados pelo Gabinete do Plano do Zambeze eram brancos

ou pretos, mas sobretudo pretos, a instalar lá, como se fizera no vale do Limpopo, em muito melhores condições de vida do que têm nas pobres palhotas dispersas pelo mato.

Por que motivo hesitei eu tanto em fazer seguir a obra, depois de ter recusado a conversão em definitiva da adjudicação provisória na data aprazada?

Parecia-me uma obra regional desproporcionada com o desenvolvimento global da província e temia que, apesar dos financiamentos prometidos pelo Consórcio para executar o aproveitamento e que seriam depois reembolsados pelo produto da energia vendida à África do Sul, o País tivesse (como teve) de arcar com consideráveis encargos.

Esses encargos, desde logo certos, eram os' da defesa da obra e da linha de transporte de energia, com seus quilómetros de extensão, dos quais cerca de 900 em território nacional, e os da complexa fiscalização dos trabalhos que exigia um exército de técnicos de várias e especialidades. Depois, haveria garantias a prestar. E vieram ainda os encargos novos, provenientes de, por motivos políticos, a seguir a uma campanha de intimidação promovida pela FRELIMO e seus amigos por todo o Mundo; - os italianos e os sue-

cos, terem faltado à sua palavra, recusando os financiamentos prometidos pelo Consórcio para ganhar o concurso.

Mas dentro do meu governo havia partidários calorosos da obra. O governador geral de Moçambique fazia-me saber que, se ela não fosse por diante, não poderia manter-se no lugar, tão grave seria a decepção da província. Sucessivamente fui procurado pêlos embaixadores da Alemanha (era Ministro dos Estrangeiros, do governo da grande coligação, o Sr. Willy Brandt), da França e da África do Sul a exprimirem o interesse dos seus governos por que Cabora Bassa se realizasse. O Ministro da Defesa Nacional assegurava-me que as forças armadas consideravam estar dentro das suas possibilidades a solução das dificuldades de defesa que eu assinalara. Retomaram-se as negociações com os grupos interessados e acabou por se fazer a adjudicação definitiva à. ZAMCO.

O aproveitamento de Cabora Bassa está quase pronto e constitui uma portentosa obra de fomento que honrará os que ó conceberam e por ele lutaram, a quem a História fará justiça.

Não quero louros que me não caibam. Quando Cabora Bassa for uma

realidade em todos os aspectos do plano admirável dentro do qual foi integrada, esquecer-se-ão todas essas dificuldades e hesitações. Esquecer-se-á talvez que Cabora Bassa se transformou (estupidamente!) numa bandeira de mobilização antiportuguesa da opinião mundial; e até que o desafio de labora Bassa atraiu o terrorismo para o Distrito de Tete, de onde ameaçou cortar ao meio, com incidência sobre a Beira, a província de Moçambique, sem que as forças armadas lograssem contê-lo eficazmente. Esquecer-se-á talvez tudo isso. Para só se verem os benefícios que para a África e para os africanos resultaram (se houver quem saiba extraí-los . . .) da domesticação de um dos maiores, mais poderosos e mais selvagens rios dó continente . . .

O caso é que a construção de Cabora Bassa não podia deixar de pesar nos encargos cambiais da província de Moçambique. Apesar dos financiamentos da Metrópole e das firmas estrangeiras do Consórcio, havias sempre umas tantas despesas acarretadas pela obra para o fundo cambial local.

Nos fins de 1973 e princípio de 1974 a situação económica de Moçambique era preocupante e o pessimismo dos seus empresários contrastava com o entusiasmo dos de Angola. Pude ainda anunciar uma ajuda a prestar pela Metrópole a Moçambique da ordem de três milhões e meio de contos. Mas havia formalidades a cumprir para mobilizar o dinheiro, segundo o plano traçado na Secção de Política Monetária do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. Julgo que quando deixei o governo não se conseguira ainda por à disposição da província a soma prometida. Claro está que a atitude de Moçambique, em matéria de autonomia, não podia, nessas condições, ser tão altiva como a de Angola. Porque Angola, enriquecida de mais a mais pela alta das cotações do petróleo e das matérias-primas, começava a tratar sobranceiramente o governo central...

Não posso deixar de incluir nestas notas um apontamento sobre a situação de Cabo Verde, o arquipélago-mártir flagelado pela seca durante todo o tempo do meu governo.

Quando os portugueses descobriram aquelas ilhas atlânticas, acharam-nas desertas. E iniciou-se o povoamento com gente levada do reino e escravos trazidos da costa da Guiné. Assim começaram a tecer-se os laços que através da história unem a Guiné e Cabo Verde.

No arquipélago o cruzamento das duas raças e das suas culturas originou uma população mestiça com sua cultura e língua crioulas. A pobreza das ilhas, periodicamente assoladas pela falta de chuvas

durante largos períodos, fez com que os mestiços cabo-verdeanos fossem em grande número fazer comércio para a Guiné. Ainda agora, a maioria dos comerciantes ë dos funcionários dá Guiné portuguesa é constituída por filhos de Cabo Verde que em grande número estão também no Senegal e na antiga Guiné francesa, hoje Guiné-Conakry.

O movimento para a independência da Guiné portuguesa foi, por isso, lançado e chefiado por intelectuais caboverdianos: Amílcar Cabral era natural da ilha de S. Tiago. O Partido em que se corporizou propõe-se a independência da Guiné e Cabo Verde, para justificar a presença e o predomínio dos naturais do arquipélago. Mas na Guiné os caboverdianos não têm simpatias: tradicionalmente são olhados como exploradores e dominadores dos indígenas. E daí as inevitáveis tensões formadas dentro do Partido entre guinéus e cabo-verdianos nas quais, porventura, está a explicação do assassínio de Cabral

A Guiné é um pequeno território com escassíssimas possibilidade de existência independente: nem a economia nem a posição geográfica a favorecem. Ligada a Cabo Verde pior seria. Já disse que o arquipélago é pobre e sujeito a secas periódicas que se sucedem ciclicamente. Uma das maiores foi a que começou em 1968 e durou todo o tempo do meu governo: quase seis anos. Não seria, pois, _ Cabo Verde que iria completar a economia da Guiné. Só valoriza o arquipélago, e muito, a sua situação estratégica que, para uma grande potência marítima com pretensões a dominar o Oceano Atlântico, é preciosa.

Noutros tempos uma seca de dois ou três anos era a catástrofe - vinham vinham a fome, à doença, a mortandade. Os socorros improvisados chegavam tarde e a más horas. As vezes tinham de ser exportadas à força levas de famintos para territórios onde pudessem comer e trabalhar.

De há anos para cá começou-se a prever e a planear o que deveria fazer-se, assim que no ano agrícola falhassem as primeiras chuvas. Graças ao estabelecimento desses planos, logo em 1968 foram postas em marcha as primeiras providências. Mas a seca prolongou-se em termos anormais, como uma das mais demoradas da História. E transformou-se em grave problema. do governo, ao qual dedicaram inteligente e eficiente atenção o Ministro Silva Cunha e os governadores Sacramento Monteiro e Lopes dos Santos.

Eu ia acompanhando o assunto. E nos dias de Carnaval de 1971, - triste carnaval naquelas ilhas! - resolvi deslocar-me ao arquipélago para examinar a situação e avaliar das necessidades a satisfazer.

Acompanhado pelo Ministro do Ultramar visitei quase todas as ilhas, numa visita de amigo, sem manifestações, sem festas. As populações acorriam, porém, aonde eu passava e com elas ia conversando de modo a colher directamente as suas queixas e as suas opiniões. É uma população rural, de pequenos proprietários, muito prolífica e habituada a uma passadio austero: a dieta sóbria e o bom clima proporcionam condições de saúde satisfatórias.

Um programa de obras públicas, baseado na abertura e pavimentação de estradas e na pesquisa e captação de águas subterrâneas, assegurava trabalho a todos. Os salários pagos pela província eram baixos, mas a província também se encarregava de fornecer a baixo preço os géneros alimentícios essenciais. Dava, além disso, de acordo com as indicações da missão de médicos nutricionistas que desde início acompanhava o estado sanitário da população, as

vitaminas necessárias a todos, o leite para as crianças, e o indispensável para manter os velhos. Graças a esta assistência aturada, cuja execução o Governador acompanhava pessoalmente com inexcedível zelo,, não só se evitaram avitaminoses como ninguém morreu de fome.

Entretanto nó Mindelo construíram-se silos para manter em reserva o milho destinado a ser distribuído para alimentação; e foi inaugurada uma estação de dessalinização de água do mar que permitiu dar à cidade e `a navegação água potável, embora cará, sem ter de ir busca-la à fronteira ilha de Santo Antão.

Fiz-me acompanhar de uma brigada da Rádio-Televisão Portuguesa não para me filmar a mim mas para registrar o que se visse. Os telespectadores puderam assim verificar que o estado geral da população cabo-verdiana era bom. E improvisei na Praia uma mesa redonda cotei o governador e os chefes de serviços (por sinal todos naturais da província ou de outras terras do Ultramar) onde se debateram os problemas existentes para esclarecimento do País.

De regresso mandei abrir os créditos - necessários para doar a Cabo Verde os fundos de que carecia a fim de manter e ampliar a luta em curso, e daí por diante o tesouro da Metrópole continuava a proporcionar ao arquipélago as somas solicitadas é justificadas pelo governador para evitar a fome. Ao todo, a província deve ter assim recebido perto de um milhão de contos neste período.

O anormal prolongamento da estiagem levou ' a ter de se animar a emigração. O cabo-verdiano é um emigrante tradicional, não só para

outras regiões de África, como para os Estados. Unidos e para a Holanda. Desta vez procurou-se encaminhar a emigração para a Metrópole. As circunstâncias eram favoráveis, devido por um lado à alta conjuntura que .desencadeara larga procura de mão de obra, e por outro à escassez de trabalhadores provocada pela emigração metropolitana para a França e para a Alemanha.

Vieram, pois, para a Metrópole à roda de 25.000 cabo-verdianos, homens, mulheres e jovens que encontraram fácil emprego com razoáveis salários. Apesar das cuidados que lhe dispensavam o Ministério dó Ultramar e o Secretariado Nacional de Emigração é claro que, em tanta gente, casos haveria com problemas. Mas em conjunto tem de reconhecer-se que os trabalhadores cabo-verdianos encontraram na Metrópole remédio para as suas carências em ambiente fraterno.

Quando em tantas regiões do continente africano esta seca produziu mortes e desolações sem conta fala-se em centenas de milhares de seres que pereceram à míngua de socorro dos países

civilizados e dos pomposos organismos filantrópicos internacionais - é um título de glória ter conseguido atravessá-la em Cabo Verde sem consequências catastróficas.

Não faltaram a este respeito as mentiras de propaganda adversa, até na ONU. Mas as realidades são o que são. E as calúnias não resistem à evidência dos fatos testemunhados por tantos.

Já agora anote-se que na altura da minha visita a Cabo Verde já se dizia nos mentideiros do mundo que a população do arquipélago estava de alma e coração com o PAIGC e pronta a sublevar-se à primeira voz. Pois andei, como disse, por quase todas as ilhas S. Tiago, Brava, Fogo, S. Vicente, Santo Antão, Sal. . . - e, como era meu costume, misturando-me com a gente da terra, em conversa aberta e simples, sem distâncias e sem cerimónias. Encontrei por todo o lado acolhimento simpático e respeitoso, alegria por verem (pela primeira vez na História) o chefe do governo, franqueza nos diálogos, protestos de amor à Pátria e de fidelidade aos governantes: nunca deparei com nada que, de perto ou de longe, traduzisse rebeldia ou adesão ao partido subversivo. Mesmo na terra natal de Amílcar Cabral onde passei e me demorei conversando com mulheres vindas do mercado, ouvindo os seus queixumes por haver tão pouco para comprar - e para comer. . . -, mas cientes de que a culpa não era do governo graças ao qual se repartia com igualdade o essencial para subsistir...

Não seria, pois, Cabo Verde o território complementar da Guiné que tornasse viável a independência desta. A Guiné portuguesa é um território do tamanho do nosso Alentejo, cortado por vários rios e habitado por um mosaico de etnias que andam à volta de vinte.

São os guinéus agricultores. E como a densidade da população é grande, não ficam apreciáveis extensões de terras cultiváveis sem aproveitamento. Os nativos nunca foram espoliados das suas propriedades, e poucas empresas europeias se estabeleceram na província. Era dos tais casos em que a descolonização seria simples se Portugal tivesse só que se haver com o caso da Guiné.

Mas tínhamos de fazer face .a um problema global de defesa do Ultramar: não podíamos aceitar para a Guiné princípios e soluções inaceitáveis nas restantes províncias. Nem podíamos esquecer que a cedência da Guiné seria, mesmo localmente, o primeiro passo para o abandono de Cabo Verde que o PAIGC incluía nos seus objectivos. E que potência mundial iria aproveitar a privilegiada posição estratégica de Cabo Verde?

A URSS já tem a sua primeira base naval em Conakry.

CAPÍTULO II

POLÍTICA INTERNA

Julgo indispensável recordar que assumi o poder constitucionalmente, isto é, investido na chefia do governo por um Presidente da República no exercício regular das suas funções, o qual, segundo a Constituição, livremente escolhia o Presidente do Conselho de Ministros só perante ele responsável pela política geral do Pais.

Lembrar este fato é muito importante para prevenir as críticas à linha de continuidade que proclamei. Não houve, nem podia haver, rotura com o passado próximo. Eu tinha de executar a Constituição vigente, largamente programática, isto é, contendo numerosos preceitos onde se condensava a doutrina do Estado, e de me conformar com as instituições por ela criadas e reguladas. E nisso não fazia sacrifício.

Mas no meu discurso de posse logo preveni que na vida a continuação não pode deixar de ser adaptação, renovação, evolução. Era forçoso, após tão longo período de governo dominado pelo génio de um homem, o País adaptar-se a ser governado por "homens como os outros';, e proceder-se a uma vasta revisão que abrangesse objectivos e métodos, para suprimir quanto estivesse caduco, vitalizar as boas iniciativas esmorecidas, lançar novas ideias e ensaiar outros processos. Daí a fórmula renovação na continuidade que foi o lema do meu governo.- Alguns dos meus amigos da chamada "ala liberal" preferiam dizer evolução na continuidade core a intenção de que o

sistema político fosse mudando em sentido mais democrático. De qualquer modo aceitava-se a ideia de que o novo governo vinha na continuação de certo regime, tomando esta palavra no sentido de uma ordem constitucional, e que era dentro desse regime e com os meios _ jurídicos por ele proporcionados que se havia de operar qualquer transformação.

E com quem podia eu contar para essa transformação?

O governo apoiava-se numa organização cívica criada em 1932 sob o nome de União Nacional com o intuito de juntar à roda do programa do Movimento de 28 de maio de 1926, refeito por Salazar- os portugueses

de qualquer partido ou cor política que aceitassem desistir dos seus particularismos ideológicos para colaborarem numa obra comum de salvação nacional.

A União Nacional em 1968 era, porém, uma simples organização de quadros agrupando "notáveis" em cada distrito ou concelho para actuar nos períodos eleitorais. Como se acentuava constantemente que não constituía um partido, havia o cuidado de lhe não conceder qualquer espécie de monopólio político e por isso não era só nas suas fileiras que se recrutavam os homens para ocupar os postos governativos, nem se admitia que na actuação corrente da administração pública procurasse obter preponderância a fim de lograr favores para os filiados ou amigos ou colher prestigio de, por sua influência, se conseguirem melhoramentos ou outros êxitos locais. De modo que a União Nacional estava enfraquecida e, pior ainda, dividida, porque ao substituírem-se comissões era frequente ficarem rivais os homens que saíam e os que entravam.

Como organização, pois, a União Nacional valia pouco. Mas, caso curioso, os princípios por ela defendidos, que eram os consagrados pela Constituição e que o Governo se propunha executar, reuniam a adesão da grande maioria da população, sobretudo nos meios rurais. As pessoas não estavam inscritas na União Nacional mas pensavam fundamentalmente como ela preconizava.

Dera-se porém um fenómeno importantíssimo nos anos anteriores a 1968.. Até à roda de 1960 os organismos juvenis da Acção Católica perfilhavam as ideias do chamado "Estado Novo" construído nos anos 30 por intelectuais católicos a par ` r-áã doutrina social da Igreja.

Era mesmo nesse ponto que o Estado Novo português se distinguiu sempre dos sistemas totalitários que pela mesma altura tiveram na Europa tamanha voga. O Dr. Salazar era católico praticante e fora dirigente do Centro Católico Português. Católicos, imbuídos da Rerum Novarum era frequente ficarei o magistério social dos pontífices, foram os seus colaboradores na organização do Estado e na construção do corporativismo.

E a Igreja mão podia deixar de se considerar triunfante ao ver que as soluções preconizadas nos seus documentos pastorais eram ensaiadas em Portugal - ao mesmo tempo que Dollfuss as tentava pôr em prática na Áustria, até ser esmagado tragicamente pelo nazismo.

De modo que rapazes e raparigas que passavam pela Acção 1 Católica - e era a maioria da juventude portuguesa encontravam aí um ambiente de, simpatia, senão de apoio, ao regime do Dr. Salazar. .

Nas Universidades as minorias comunistas deparavam na sua frente com a sólida e séria condenaçao da sua ideologia, fulminada pelo Papa e sustentada pêlos jovens católicos.

Ora, ao redor de 1960 a situação começou a modificar-se. A política da mão estendida pêlos comunistas aos católicos em -França teve aqui os seus ecos nos meios eclesiásticos. O Dr. Salazar envelhecia e ia perdendo qualidades de doutrinação e de acção. Muitos jovens intelectuais católicos começaram a perguntar-se se a doutrina social da Igreja seria eficaz, e se a, pregação dos pontífices não passava de platónica tentativa de justificação moral da transigência prática com os vícios capitalistas. O corporativismo estava em execução em Portugal desde 1933: mas como sucede com todas as doutrinas e com todos os ideais, a rotina quotidiana das suas instituições não conduzia integralmente aos resultados almejados e parecia até pretender-se ã sua sombra preservar interesses indesejáveis.

Um certo número de católicos, quase todos universitários ou recém-saídos das escolas superiores, entrou, deste moda, em oposição- mais ou menos aberta ao governo do Dr. Salazar, primeiro; ao próprio regime, depois. Muitos , deles tinham sido meus discípulos ou eram meus amigos. Teria maneira de obter a sua colaboração? Adiante voltarei ao problema.

Em análoga atitude de retraimento perante o governo se encontravam os monárquicos. Por muito estranho que possa parecer, quase sessenta anos após a proclamação da' República em Portugal continuava a existir uma corrente monárquica influente. A revolução de S de outubro de 1910 foi um acontecimento lisboeta a que, o País assistiu surpreendido e a cujas consequências se submeteu resignadamente. Mas em muitas regiões" o sentimento monárquico ficou vivo. E o insucesso da primeira República, bem como as perseguições religiosas dos primeiros anos do novo regime, não só contribuíram para consolidar esse sentimento como criaram condi

ções para que grande parte da juventude acolhesse com franca adesão a teoria da Monarquia social divulgada. pêlos literatos do grupo do Integralismo lusitano.

Os monárquicos ajudaram a vitória do Movimento de 28 de ¡maio de 1926 e depois foram acalentando o sonho da possibilidade de uma restauração que o Dr. Salazar, para não perder o apoio deles, nunca desvaneceu inteiramente.

Quando em 1951 faleceu o Marechal Carmona o grupo monárquico, muito influente ao tempo na Assembleia Nacional, julgou chegada a hora de restaurar a Monarquia. Não pensou assim o Dr. Salazar e promoveu a eleição, por sufrágio directo, para a Presidência da República, do General Craveiro Lopes.

Mas os monárquicos não desarmaram. E, como poucos meses depois se reunisse em Coimbra o congresso ordinário da União Nacional, resolveram arrancar 'aí um voto favorável ao regresso à Monarquia. A ideia não podia ser mais infeliz nem mais inoportuna colocando em posição delicadíssima o governo, que a União Nacional apoiava, e o Chefe do Estado, que a Nação havia pouco elegera. Tomei sobre, mim demonstrar -essa inoportunidade e a inconveniência de se continuar a insistir em mudança de regime e fi-lo com assentimento do Dr. Salazar, no discurso que tinha de proferir numa sessão plenária. Entretanto, na mesma altura, o Presidente Craveiro Lopes visitava o Porto onde afirmou que não trairia o seu juramento de fidelidade à Constituição da República. A combinação, gorou-se, pois. Mas os sectores monárquicos nunca mais perdoaram, nem a Craveiro Lopes, nem a mim, as atitudes então tomadas.

Na chamada Causa Monárquica que os agrupava começaram depois a surgir dissidências.

Eram, em geral, grupos de intelectuais (ou de pseudo-intelectuais que pretendiam maior vigor no combate ao regime e ao seu governo. E nãos hesitando em aliar-se a grupos da esquerda e em perfilhar ideias e métodos deles, pouco a pouco foram-se esvaziando de todo o conteúdo doutrinário próprio (salva a reivindicação da hereditariedade dinástica na Chefia do Estado) a ponto de, para muitos deles, o apodo de "monárquico" passar a constituir apenas uma máscara ou um alibi.

Neste panorama há a destacar o procedimento, correctíssimo sempre, do Senhor D. Duarte Nuno de Bragança, que corno pretendente deveria ser o chefe dos monárquicos mãe a quem a maioria destes foi cada vez mais ignorando e desobedecendo.

A contracenar com este grupo monárquico havia, ainda, em 1968, uma oposição republicana formada por velhos liberais fiéis aos princípios dá lá República e procurando ressuscita-la. Com o tempo o seu número foi-se reduzindo progressivamente. Eram geralmente burgueses, conservadores e patriotas e os próprios revolucionários oposicionistas dos primeiros tempos da Ditadura militar se haviam acomodado a uma atitude verbalista e protestatária onde sobretudo se

procurava salvar a coerência dos princípios e a dignidade das pessoas.

Vinha depois _a. esquerda. Também era nos grupos intelectuais, na gente das profissões liberais sobretudo, que sé encontravam os doutrinários, os partidários e ,os militantes destas correntes esquerdistas. Muita simpatia pelo socialismo, concretizada em sistemas mais ou menos definidos. Como força, o socialismo reformista, porém, valia pouco. Soubera-se recentemente das tentativas de criar um movimento, chamado Acção Socialista Portuguesa, com sede em Roma e ligações estreitas, através do Partido Socialista Italiano, à 2a Internacional. E para secretário geral em Portugal fora escolhido um apagado advogado, que ao frequentar a Faculdade de Letras, antes de se formar em Direito, se destacara como comunista militante mas fora depois excluído do partido. Mário Soares, de seu nome, não representava grande coisa no País - salvo a influência das forças estrangeiras que o manobravam.

Mais sério era o caso do Partido Comunista Português. Desde 1926 que existia na clandestinidade, a lutar incessante e incansável mente contra a Ditadura militar, primeiro, a Estado Novo, depois. Nos seus programas reivindicou sempre o carácter revolucionário, fomentador da luta de classes para através dela conseguir o advento do "grande dia". Mas a partir de certa altura prevaleceu entre os militantes a tese de que, embora se devesse cultivar a organização das células nos meios do trabalho, dos estudantes, dos militares e dos intelectuais,, e intensificar a propaganda doutrinária, a missão fundamental do partido era a de preparar a insurreição armada, por que só mediante o levantamento de forças armadas apoiadas pelo povo seria possível derrubar o regime político e conquistar as facilidades necessárias para o aniquilamento do capitalismo. Havia no partido quem julgasse isso utópico ë preferisse o aproveitamento de todos os ensejos de actuação na legalidade, em especial as campanhas eleitorais, pai .ir infiltrando a vida social e o aparelho do Estado. Tratados desprezivelmente de oportunistas pêlos duros da acção revolucionária, ainda foi a linha por eles preconizada que. triunfou nas eleições de 1969: mas depois destas, tiveram de ceder terreno.

Em todo o caso a táctica da infiltração de elementos criptocomunistas foi sendo seguida com persistência, sem excluir as forças armadas onde, como oficiais milicianos, esses elementos se destacavam pelo zelo- disciplinado com que serviam.

Embora não ligados oficialmente ao partido mas trabalhando de mãos dadas com ele havia algumas organizações terroristas, como a ARA

e a conhecida pela sigla- LUAR (Liga da Unidade de Acção Revolucionária) que deu alguns golpes de mestre, nomeadamente o célebre assalto em maio de 1967 à Agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz destinado a colher fundos para o financiamento das suas actividades. Fugidos de Portugal, os autores do golpe refugiaram-se em França onde montaram o seu quartel-general até 1974.

Finalmente havia os grupos anarquistas. Ainda em 1968 eram poucos e constituídos por marginais: jovens sem profissão ou com vagas profissões, trabalhando às vezes na publicidade ou em jornais, aspirando a literatos, com muito tempo gasto nos cafés ou a consumir drogas, e cuja actividade era sobretudo de demolição literária entrecortada por um ou outro acto de gratuita de estúpida violência: o incêndio da igreja de São Domingos, em agosto de 1959, foi obra de um destes grupos.

E já agora não deixarei de notar que, ao ,assumir o governo, poucos meses haviam decorrido sobre a revolta) estudantil de Paris, de maio de 1968. Tive, , logo que ela se deu, a noção de que se produzira um acontecimento carregado de eventuais consequências e cheio de significado histórico. E de que, mais que em França, as ideias da revolta de 1968 iam expandir-se na Europa e porventura no Mundo, tal como acontecera a quando da revolução francesa de 1848. Revolta de jovens, interessou e excitou a juventude com a sua exaltação romântica e o desrespeito audacioso de todos os valores estabelecidos. Em Portugal a França continua a ser o País para que constantemente se olha, o modelo que se está sempre a seguir. calma...

Os anos, que se seguiram mostraram bem que me não enganara.

Em setembro de 1968, porém, a vida em Portugal estava calma...

Ao procurar traçar a orientação a seguir na política interna, no momento em que iniciava o meu governo, a situação, portanto era esta: o Dr. Salazar continuava vivo, debatendo-se entre a vida e a morte na Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa onde diariamente desfilavam pessoas de todas as classes sociais ã manifestar interesse pela sua saúde, e os desejos naturais da renovação resultante da mudança de ministério eram amortecidos no ambiente de respeitosa veneração pela figura do grande homem agonizante.

Assim mesmo procurei ver que sinais poderia dar da intenção k, de fazer tábua rasa de velhos ressentimentos e de abrir a possibilidade de colaborar a quantos se dispusessem a aceitar õ

quadro constitucional em que tínhamos de nos mover.

Ao contrário do que em geral se supunha, era relativamente pequeno o número de presos por crimes contra a segurança do Estado, quase todos regularmente condenados pêlos tribunais, estando os restantes com processos instruídos a aguardar julgamento.

A amnistia concedida por ocasião da visita de Paulo VI a Fátima em maio de 1967 fora ampla e, embora não contemplasse especificamente essa classe de crimes, beneficiara por várias das suas disposições genéricas os condenados, encurtando a duração das . penas e permitindo a imediata libertação de bastantes.

Havia, porém, dois casos que eram motivo de comentário: o exílio do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e a deportação para S. Tomé do advogado Mário Soares.

O caso do bispo exigia exame cuidadoso e até negociações que só meses - mais tarde conduziram à sua reintegração na diocese. .. Quanto ao advogado Mário Soares a deportação resultara de se ter apurado que, aproveitando-se dás suas relações no estrangeiro, provocara uma campanha caluniosa contra membros do governo português ou, pelo menos, colaborara nela. Era um caso mais fácil de resolver. A deportação fora ordenada sem limitação de tempo. Levei, pois, o. processo a um dos primeiros Conselhos de Ministros a que presidi - era o órgão competente para a aplicação da medida e propus que se fixasse num ano a duraçao da sanção. Esta expiraria, desse modo, dentro de uns dois meses. Assim se deliberou. Mas entretanto o Dr. Soares, ao tomar conhecimento da resolução, pediu, por intermédio do governador de S. Tomé ë Príncipe, que era o Coronel Silva Sebastião, que o deixasse vir um tempo antes de modo a poder assistir à comemoração dos 90 anos de seu pai, o Prof. João Soares. Assumi a responsabilidade de aceder prontamente ao pedido e ficou combinado que, para não dar nas vistas esta 'infracção de uma deliberação recém-tomada, a viagem de regresso se fizesse discretamente, sem anúncio prévio, sequer, à família. Não posso afirmá-lo, porque estou longe dos documentos, mas parece

me que a proposta para se proceder assim veio do próprio peticionário. Por isso, e não por qualquer outra razão, ele chegou de surpresa a casa. Dias depois, o Dr. João Soares, que era homem de outros tempos, escrevia-me a agradecer a alegria que eu lhe proporcionara com a presença do filho no dia do seu aniversário. E não tardou a generalizar-se a notícia da presença em Lisboa, e em liberdade, do advogado em questão, que pleiteou livremente as eleições de 1969 e continuou depois a exercer a advocacia,

profissional e politicamente apagado como sempre. Resolveu então fazer uma tournée por vários países, de propaganda contra a defesa do Ultramar português, em termos -que indignaram a opinião pública em Portugal. Com base nas declarações feitas no estrangeiro contra a integridade do território nacional foi-lhe instaurado pelo Ministério Público processo criminal e o interessado, para evitar o julgamento, não voltou ao País. Salvo quando faleceu seu pai. Pediu licença para vir ao funeral, o que prontamente lhe foi concedido. Depois, um funcionário da polícia, com a devida correcção, avisou-o da existência do processo pendente e de mandado de captura: mas comunicou-lhe que o governo, tendo-o autorizado a entrar no País nas circunstâncias respeitáveis em que o pedido. fora formulado, lhe assegurava a saída em liberdade, caso preferisse. Optou por voltar para o estrangeiro e assim lhe foi consentido -sem incómodo.

Como objectivo político a visar a médio prazo, fixei a eleição geral de deputados que tinha de ter lugar em outubro do ano seguinte. Para isso era preciso tentar uma reorganização de forças. A começar pela União Nacional, refrescando os seus quadros e procurando obter para ela novas adesões.

A minha posição em relação à União Nacional era difícil. Tinha-se demitido dos seus órgãos dirigentes ao afastar-me, dez anos atrás, da política. O presidente da Comissão Central era o Dr. Salazar, que um Congresso, ardendo no entusiasmo do culto da personalidade, proclamara presidente vitalício. Enquanto ele vivesse, portanto, não poderia haver outro chefe. Chamei o vice-presidente da Comissão Central, o meu velho amigo Albino dos Reis, que prontamente concordou comigo na necessidade de começar a trabalhar-se numa renovação. Castro Fernandes, que era o presidente da Comissão Executiva, facilitou as coisas, e Albino dos Reis, por sua exclusiva iniciativa, fê-lo substituir pelo entusiasta e generoso Dr. José Guilherme de Melo e Castro, então muito embalado na corrente do progressismo católico. A nossa amizade permitia a troca franca de opiniões e durante tardes seguidas procuramos "acertar as agulhas" de modo que o fervor com que José Guilherme queria encaminhar a evolução para uma "democracia de tipo europeu" (qual?) se tornasse compatível com respeito da Constituição e a preocupação de não comprometer na retaguarda a segurança das forças em luta no Ultramar.

Cheio de fogo, o novo Presidente da Comissão Executiva da União Nacional lançou-se ao trabalho, começando a contactar pessoas não só de entre as afectas ao regime ou susceptíveis de para ele serem recuperadas, como entre os próprios líderes da oposição. As comissões distritais da União Nacional foram renovadas ou refrescadas com

gente nova. Procurava-se criar-se um clima de maior abertura dentro da União Nacional, e de diálogo com os adversários.

A última sessão legislativa da 1X legislatura da Assembleia Nacional ia decorrendo sem grande interesse embora com maior vivacidade que de costume por afrouxamento da rígida disciplina que se mantinha sob o Dr. Salazar. Em minha opinião, partilhada pêlos meus directos colaboradores políticos, as grandes reformas legislativas a empreender deveriam ser reservadas para a legislatura seguinte, proveniente de eleições que se. esperava fossem francamente significativas e renovadoras da representação nacional.

Em todo ë caso, em 27 de novembro de 1968 eu pudera apresentar à Assembleia um programa de governo no qual avultavam as providências tendentes a vivificar a organização sindical e, sobretudo, a revitalizar o meio rural. Oportunamente trataremos destes pontos.

Já então o governo tinha tido algumas preocupações com a disciplina estudantil. A crise grave rebentaria tempos depois, em 17 de abril, quando o Chefe de Estado inaugurava em Coimbra um novo edifício dá: Cidade Universitária, estava eu ainda de visita ao Ultramar. Ao desacato que lhe foi feito sucederam-se sanções a estudantes, cuja aplicação desencadeou uma greve geral de cariz marcadamente político.

Dó lado do governo traçou-se uma orientação firme: dar toda a força às autoridades académicas, pondo à disposição delas os meios necessários para manterem a liberdade de frequência das aulas e a ordem nos recintos universitários. Determinei que a Polícia Internacional e de Defesa de Estado se mantivesse alheia aos incidentes, nos quais só interviria a Polícia de Segurança Pública e, quando houvesse matéria criminal a investigar (agressões, violações de domicílio, ameaças...), a Polícia Judiciária. A greve foi dominada e revelou uma organização estudantil esquerdista forte, que impunha a sua legalidade própria, coagindo estudantes a proceder

em oposição às leis do Estado e às injunções das suas autoridades. A minoria que resistiu a este domínio implacável teve de lutar heroicamente para se afirmar e sobreviver. Em Lisboa a crise teve os seus reflexos também, exigindo cautelas e providências hábeis. Muitos dos professores ainda acreditavam na boa fé "dos rapazes", julgavam que fossem movidos por razões de ordem puramente académica e facilmente se dispunham a tomar o partido deles contra o governo. Daí o cuidado em entregar, quanto possível, aos conselhos escolares a apreciação e resolução dos conflitos, salvo o apoio do governo

para tudo o que fosse necessário.

As dificuldades que iam surgindo e a necessidade de esclarecer o País acerca delas e das providências governamentais levaram-me a tomar a iniciativa de estabelecer através da rádio e da televisão um contacto directo com o público. É que verifiquei a necessidade de expor pessoalmente ao País, em linguagem desataviada e clara, as ideias que me conduziam, os fatos que me condicionavam e as razões das decisões que se tomavam. Não podia contar, para o esclarecimento necessário da opinião pública, com quadros políticos activos e bem doutrinados ou com uma imprensa colaborante.

E, por um lado, aqueles que, por fidelidade sentimental ao Dr. Salazar, não admitiam que depois dele houvesse quem fosse capaz de conduzir serenamente a nau do Estado, por outro os desejosos de liquidar o regime, espalhavam na atmosfera nuvens de críticas, de insinuações é de boatos que o Dr. Moreira Baptista me fazia chegar num boletim semanal de informação condimentado do pessimismo dos redactores.

Por isso em 8 de janeiro de 1969 apareci nos écrans da RádioTelevisão Portuguesa a anunciar que, permitindo os atuais meios de comunicação "conversar directamente com as pessoas, sem formalismo, nem solenidades, sempre que fosse julgado oportuno ou necessário eu tentaria, a partir de então, estabelecer de vez em quando "essa conversa em família".

O êxito da iniciativa foi muito grande e nunca mais o público deixou de chamar às exposições que eu fazia na TV conversas em família.

É curioso ver as reacções que ao princípio suscitaram. Na imprensa - houve certa reticência, para não dizer hostilidade. Mas de entre amigos meus também muitos me formularam reservas quanto ao tom coloquial adoptado e a elementaridade das explicações dadas. Tive de lhes explicar que, segundo as informações colhidas, aquelas conversas seriam ouvidas, só na Metrópole, por cerca de três milhões de pessoas e se eu queria ser entendido por essa massa e gente não podia falar-lhe em linguagem de bacharéis: antes linha de ser muito acessível em quanto dissesse. Não me interessava já, na altura da vida em que estava, mostrar cultura ou erudição: o importante era informar ó País, ceai-lhe consciência dos problemas que o governo enfrentava e dos motivos de preferência por certas soluções, e isso procuraria fazer de maneira a alcançar a mais larga zona de ouvintes que fosse possível.

E a verdade é que o País correspondeu com extraordinário interesse às minhas exposições. Em .muitos dias, para ouvir a "conversa em família" (que nunca durava mais de vinte a -vinte e cinco minutos) parava tudo, quem não tinha aparelho de TV procurava o café mais próximo, na província havia famílias que percorriam quilómetros para poderem na assistir. A minha imagem popularizou-se e por toda á parte encontrava pessoas que me agradeciam a "presença em suas casas" para conversar sobre temas de interesse geral.

As "conversas" nunca tiveram periodicidade certa. Como não desejava fatigar o público, se as circunstâncias me obrigavam em certo período a fazer discursos forrais, não os entremeava com essas exposições informais que guardava sobretudo para as ocasiões em que me faltavam outros ensejos de contactar com a massa dos portugueses.

Através, `pois, de todos os meios ao roeu alcance não deixei, durante o tempo do governo, de esclarecer, de justificar, de informar, de doutrinar, procurando dar maior consciência política . aos meus concidadãos e obter para a acção que desenvolvia a anuência, a adesão, o apoio deles. Por isso disse atrás que mesmo sem estarem inscritas na organização política de apoio ao governo as pessoas, em grande número, acompanhavam a orientação dele.

Assim chegamos, na primavera de 1969, à intensificação dos trabalhos preparatórios das eleições.

Interessava-me que as oposições concorressem às urnas e que o pleito fosse franco. e leal. Nesse sentido dei sempre instruções aos meus colaboradores.

Nos meios hostis ao regime havia a convicção, de que, caído o Dr. Salazar, não seria preciso mais do que liberdade de propaganda e seriedade de escrutínio para que o eleitorado se manifestasse esmagadoramente contra o governo.

A maneira calorosa como o povo me recebia por toda a parte onde eu aparecia não confirmava aparentemente essa suposição. Mas sabe-se lá o que valem manifestações populares, por muita espontaneidade que pareça revestirem? Os grupos oposicionistas encararam, pois, com entusiasmo e optimismo, o ensejo de concorrer às eleições e o próprio governo admitia que vencessem nalguns distritos.

Mas logo de entrada as correntes da oposição não conseguiram entender-se. Praticamente desaparecidos da liça os velhos

republicanos liberais-democratas (muitos deles, sobretudo na província, dispostos a colaborar cota o governo) ficavam em campo os comunistas, os socialistas reformistas e os católicos-progressistas.

Neste último grupo havia várias cambiantes de opinião com diversas tendências de acção, desde os que, na prática, enfileiravam já ao lado dos comunistas até aos que repeliam essa aliança e preconizavam apenas a liberalização do regime e a Intensificação da política social.

Como já disse, preocupava-me muito que toda uma camada de gente nova, abaixo dos 35 anos, estivesse afastada ou a afastar-se do regime. E por isso assentei com o Dr. Melo e Castro em tentar recrutar para as listas da União Nacional um núcleo forte de jovens da ala progressista moderada, garantindo-lhes liberdade de movimentos desde que aceitassem os princípios fundamentais comuns à lista em que haviam de ser propostos aos eleitores.

Não nos assustávamos com certo radicalismo de atitudes de alguns porque o atribuíamos ao afastamento das realidades do Poder, tornando-se por isso útil é necessário ao País que esses homens tomassem mais directo contacto com os problemas do governo e as dificuldades da administração.

Muitos foram os pressentidos, mas só alguns aceitaram ser candidatos nas listas da União Nacional. E, de entre estes, um grupo do Porto condicionou a aceitação à publicação .de uma declaração de que me não foi dado conhecimento prévio (como seria de elementar correcção) e de que só soube pêlos jornais depois de anunciadas as candidaturas.

As listas da União Nacional representaram uma larguíssima renovação- da Assembleia: cerca de dois terços dos antigos deputados eram substituídos por gente nova.

Entretanto, a oposição aparecia , dividida em dois grupos; a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), socialista e a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) que reunia comunistas e progressistas.

Em muitos distritos essas duas comissões entenderam-se: mas nos distritos principais concorreram às urnas separadamente. Em Lisboa surgiu mesmo uma quarta dista, a dos monárquicos independentes, fantasia que se traduziu na recolha de um escasso milhar de votos.

Como de costume as oposições haviam feito as suas reclamações, na fase inicial da campanha, contra o recenseamento e contra a lei eleitoral. As queixas contra a legislação por que se regia o recenseamento -não tinham razão de ser. A lei era fundamentalmente a que estivera em vigor na lá República, aperfeiçoada em muitos pontos e incluindo a faculdade do recenseamento oficioso de eleitores, em determinadas condições. Defeitos de execução existiam, de fato, como veremos, mas prejudicaram tanto a oposição como o governo.

Quanto à lei eleitoral, que fora alterada .por proposta minha logo em dezembro de 1968 pelo alargamento do sufrágio universal às mulheres (que até ai o tinham só em termos restritos), sofreu pelo dec.- lei de 10 de setembro de 1969 modificações de acordo com os desejos das oposições, reconhecendo-se a faculdade de se constituírem "comissões eleitorais" para apresentação, sustentação e propaganda das candidaturas, garantindo-se a livre fiscalização do sufrágio nas assembleias eleitorais por delegados das listas e assegurando o pagamento das despesas com a confecção das listas a todas as que obtivessem uma -percentagem mínima de votação. Isto entre outras coisas.

A campanha eleitoral iniciou-se trinta dias antes do ato eleitoral e foi muito viva. Os jornais' apareceram inundados de prosa da ,oposição, com escassa e frouxa 'reacção, da União Nacional, mal apetrechada para a pugna apesar do grupo de jovens a quem Melo e Castro encarregara de preparar a documentação a usar.

Houve alguns incidentes ' em Lisboa, lastimáveis, decerto, e que o governo procurou sempre reprimir com equidade, mas bem insignificantes quando comparados com a violência que na mesma ocasião caracterizava a campanha eleitoral na República Federal Alemã que teve mortos e feridos no seu activo.

A CDE procurou sobretudo mobilizar as "bases", em reuniões de treino dos métodos dó democracia directa. Quanto à CEUD gozou de início da simpatia de certos elementos do funcionalismo e das

profissões liberais a quem desagradava o radicalismo da CDE. Mas não soube aproveitar essa simpatia e jogar na moderação: em breve se revelou pobre de ideias e com uma táctica demagógica em que se não poupava a violência verbal. Mais uma vez o- advogado Soares se quis valorizar pelas suas relações no estrangeiro., Vieram representantes de partidos socialistas de fora participar nas suas sessões de propaganda, e na vésperas da eleição os jornais anunciaram a chegada, com intuitos fiscalizadores, de uma delegação da

Internacional Socialista (a "Internacional amarela" ou 2? Internacional). A notícia desta presença despertou geral reacção na opinião, mas a minha posição era a de que, não tendo conhecimento oficial da qualidade dessas pessoas, se tratava de estrangeiros como outros quaisquer que poderiam passear pelo País nó dia do sufrágio e ver com os seus olhos o que quisessem e eram já muitos os jornalistas e os curiosos chegados com esse propósito.

Mas, na antevéspera desse dia, o Presidente do Conselho, o Ministro do Interior e o Secretário de Estado da Informação receberam ofícios em papel timbrado da Internacional Socialista nos quais os comissionados comunicavam a sua presença em Lisboa com o fim de fiscalizar o sufrágio, solicitando para esse efeito determinadas facilidades de acesso às urnas e aos documentos eleitorais.

Não me parece que o governo de qualquer País que se preze pudesse admitir tão impertinente ingerência na sua política interna. Tive, com pesar, de mandar convidar esses senhores a regressar às suas terras. Um deles, deputado trabalhista no Parlamento britânico, foi reclamar da expulsão perante o seu governo, comentando: "E o pior é que a campanha eleitoral estava a correr correctamente e tudo indica que a eleição assim seja também..." Claro que perante a exibição dos ofícios recebidos, o governo britânico não deu qualquer seguimento ao protesto. Mas o tal deputado ficou sendo inimigo encarniçado de Portugal e do governo português e não perdeu uma única ocasião de o mostrar daí por diante...

O sufrágio decorreu no País inteiro com grande afluência às urnas é na maior correcção. Em todas as assembleias eleitorais os representantes das diversas listas tomaram lugar na mesa, acompanharam os actos, participaram no escrutínio. A leitura da imprensa dos dias seguintes reflecte, sem que fique lugar para dúvidas, essa sensação de liberdade e seriedade do sufrágio com numerosas declarações a confirma-las. Nos meus papéis havia fotocópias de declarações espontaneamente redigidas e assinadas pêlos representantes das listas de oposição, em certas assembleias a congratular-se com á forma correcta como tudo tinha decorrido. Lembro-me de que uma dessas declarações tem a assinatura do Prof. Lindley Sintra.

Como disse, o governo temia, que a oposição- ganhasse em três ou quatro distritos e o Dr. Melo e Castro chegou a indica-los à imprensa. Não ganhou em nenhum. Vi depois escrito que essa derrota fora um grave erro do meu governo, más não percebi a crítica. Queriam que se tivesse mandado depor votos para a oposição nas

urnas? Recomendei insistentemente às autoridades lealdade e isenção; facultei livre e severa fiscalização do sufrágio. Que culpa tive de que a oposição não obtivesse mais votos?

A verdade é que o País quis naquela altura mostrar a sua confiança no governo, correspondendo ao apelo que no final da campanha formulei pela rádio e pela televisão.

Conversei nos dias que se seguiram à eleição com vários elementos da oposição: todos reconheceram a vitória do governo e que o acto eleitoral havia sido o mais correcto de quantos, até aí, haviam visto em Portugal sob qualquer regime.

E bem significativo foi o fato de pessoas habitualmente hesitantes e cautelosas em política me dizerem: depois destas eleições ninguém pode recusar-lhe o seu concurso . . .

A imprensa estrangeira, apesar de tão representada nessa ocasião em Lisboa, deu pouco relevo à vitória governamental embora reconhecendo, com dificuldade, que as eleições haviam sido livres. Um amigo meu que na tarde do domingo da eleição perguntou a um grupo de jornalistas e operadores da TV de vários países se iam pôr em destaque a ordem e correcção com que tudo se passara, ouviu uma resposta bem demonstrativa de mentalidade desses informadores: "Destaque por quê? Foi tudo tão normal que não é notícia. . . "

Especulou-se depois com a elevada percentagem de abstenções. Mas essas abstenções foram aparentes. A afluência às, urnas foi enorme. Simplesmente o recenseamento estava mal feito. Em época de forte emigração, os nomes dos emigrantes continuavam nos cadernos-eleitorais: Lá estavam também mortos, e pessoas deslocadas dentro do País que não podiam votar. Em compensação recebi muitas reclamações de eleitores a queixar-se de não estarem inscritos, tomo julgavam, no recenseamento: as pessoas esqueciam-se de verificar na altura própria, apesar dos anúncios feitos segundo a lei, sé a inscrição se mantinha e só à última hora davam pela falta. . .

As ,eleições de 1969 , foram um êxito incontestável, para o governo e um desapontamento para as oposições.

O governo, como eu desejara, ganhou - e ganhou bem.

Inaugurou-se, pois, a nova legislatura (a 10d) da Assembleia Nacional, em 25 de novembro de 1969 num ambiente de grande expectativa. O discurso proferido na sessão inaugural pelo chefe do

Estado (redigido, segundo a praxe, pelo Presidente do Conselho) causou boa impressão e foi considerado promissor. É nele que, pela primeira vez na linguagem oficial do regime, se fala em "democratização do ensino".

Os primeiros trabalhos da Assembleia tinham constitucionalmente de consistir na sua organização interna e no debate e aprovação da lei de autorização das receitas e despesas para o ano seguinte, a chamada "lei de meios" sobre a qual o governo iria elaborar o orçamento geral do Estado.

Mas apesar dessa rotina inevitável, houve ensejo de se começar a revelar o grupo que depois seria denominado "liberal" e logo se mostrou irrequieto e irreverente, de modo a modificar o ambiente de serena paz em que costumavam até aí decorrer as sessões. O País gostou desta mudança e muitos foram os eleitores que encorajavam com os seus aplausos os deputados mais destacados do grupo.

Repare-se todavia que logo numa das primeiras reuniões foi apresentada e votada por unanimidade uma moção onde se ratificava a política de defesa do Ultramar. Essa política figurava entre os pontos capitais do programa eleitoral da União Nacional em contraste com as ideias defendidas pelas listas derrotadas. E os deputados eleitos, sem distinção de tendências, apressaram-se a corroborar as suas. promessas ao eleitorado, impondo por sua vez ao governo o que eu depois chamei um "mandato indeclinável".

Como já disse, era intenção do governo apresentar à Assembleia uma série de reformas importantes que definiriam os rumos da nova política. Conversei com os membros mais destacados dos vários sectores da Assembleia acerca dessa apresentação: conviria que as reformas, das quais a mais significativa seria a revisão constitucional, fossem debatidas logo na primeira sessão legislativa que findaria em 30 de abril de 1970? ou seria preferível que o fossem na segunda sessão, que iria de 25 de novembro de 1970 a 30 de abril de 1971?

A opinião unânime foi de que o melhor era remeter a discussao para a segunda sessão (1970-71). Por várias razões. Primeiramente, a Assembleia fora tão largamente renovada que dois terços dos seus membros careciam de experiência parlamentara e era, pois, conveniente rodá-la antes de lhe pedir um esforço dessa magnitude. Depois o próprio processo legislativo impunha certa dilação: as propostas de lei que o governo apresentasse teriam de ser, pela Constituição, submetidas a parecer da Câmara Corporativa que em questões tão importantes decerto excederia os trinta dias

regimentais de estudo, e só depois podiam ser examinadas nas comissões e debatidas em sessão plenária da Assembleia. Finalmente eu manifestara sempre a disposição em que estava de remodelar profundamente o governo após as eleições: a solução adoptada em setembro de 68 fora um expediente para abreviar a crise, e todos esperavam agora que constituísse o meu "verdadeiro" governo. Ora, era natural que as reformas a empreender fossem preparadas já com esse governo novo.

Concordei com estas razões e, portanto, comecei a tratar da remodelação ministerial, ao mesmo tempo que incrementava os trabalhos preparatórios da revisão constitucional, da lei de liberdade religiosa e da lei da imprensa.

A remodelação ministerial teve lugar em janeiro de 1970 e obedeceu ao princípio de reduzir o número dos ministros, mediante a junção de pastas na mesma pessoa sempre que daí pudesse resulta; a expectativa de proveitosa coordenação.

É sabido que nos tempos atuais se luta no governo dos Estados com duas necessidades antagónicas. Por um lado, a complexidade da Administração pública, de dia para dia a estender-se a novos domínios, exige especialização das funções ministeriais. Por outro, para haver unidade na orientação política e administrativa e certa maleabilidade e eficácia na acção é indispensável que exista um órgão restrito e responsável de decisão.

Os ingleses resolveram há muito o problema com a distinção entre governo e gabinete. O governo abrange muitos membros, mas só alguns deles são ministros políticos e participam com o Primeiro Ministro nas decisões do gabinete.

Os outros países foram sendo levados, de uma maneira ou de outra, a adoptar soluções semelhantes. Nós também temos os ministros, os secretários de Estado é os subsecretários de Estado. Os ministros em Conselho assumem a função política do governo. Os secretários de Estado são ministros para a gestão administrativa.

Deste modo investi vários ministros em funções políticas coordenadoras: o Ministro da Defesa, que já superintendia na Aeronáutica, passou também a sê-lo do Exército; o Ministro das Finanças acumulou a Economia; o das Obras Públicas juntou as Comunicações; o das Corporações e Previdência Social recebeu a Saúde e Assistência. Todas estas junções se fizeram á título pessoal e experimental: queria fazer a experiência antes de consagrar soluções orgânicas com ar definitivo. O ideal parecia ser que passasse a

haver um Ministério das Forças Armadas a substituir os departamentos militares existentes, um Ministério da Coordenação Económica, outro para o que os franceses chamaram o Equipamento mas nós poderíamos continuar a denominar das Obras Públicas e Comunicações, e outro para Assuntos Sociais. Mas o tempo e as pessoas diriam se isso era viável e conveniente.

Na escolha dos novos membros do governo ouvi muito os deputados considerados de maior categoria política nos vários sectores. Não podia recrutar ministros na Assembleia recém-eleita: já disse que era novata, que precisava de se e afirmar perante o País, e ,se fosse priva-la logo de início dos seus melhores valores decerto comprometeria as expectativas nela depositadas.

Mas a remodelação proporcionava-me o ensejo de fazer apelo à homens novos. E fiz. Foi nesta remodelação que entraram para o governo, como ministros, Baltazar Rebelo de Souza, Rui Patrício, e Veiga Simão, e como Secretários de Estado João Salgueiro, Xavier Pintado, Rogério Martins,. Vasco Leônidas, Silva Pinto, Gonçalves Ferreira, Martins dos Santos, e até, pela primeira vez, uma mulher, a Dra. Maria Teresa Lobo.

A imprensa chamou a este grupo jovem - de tecnocratas. Não o eram. Com excepção do Prof. Gonçalves Ferreira que vinha de um socialismo generoso e humanitário, todos os outros eram da mesma proveniência dos deputados progressistas ou liberais: antigos elementos da Acção Católica, nas suas doutrinas formados. O tecnocrata é aquele que põe os seus conhecimentos técnicos ao serviço de qualquer sistema, indiferente à política seguida, e estes homens tinham princípios firmes e convicções seguras.

Nenhum deles, creio, deputado ou membro do governo dessa corrente chamada liberal, pode dizer que lhe tenham faltado alguma vez a minha simpatia e, sempre que possível, o meu apoio.

Aos deputados dizia constantemente que a porta do meu gabinete estava aberta para todos, de qualquer orientação que fossem. Cumpri. E isso, mesmo depois de designado o líder ou representante do governo na Assembleia.

Com qualquer deles estive sempre disposto a conversar e a examinar problemas e situações. Durante a primeira sessão legislativa o interlocutor mais frequente do grupo liberal era o meu antigo aluno José Pedro Pinto Leite, espírito vivo, de graça fácil e intervenção atrevida, que logo de início revelou a sua vocação parlamentar. O José Pedro .era bastante meu amigo e repetidamente me

assegurava o seu desejo de me ajudar, mesmo ao exercer a função necessária de crítico duro de ideias e _actos. Infelizmente, no intervalo da primeira .para a segunda sessão legislativa, durante uma visita de parlamentares à Guiné, morreu num acidente de helicóptero juntamente com mais três colegas entre os quais o próprio deputado da província e dela- natural, Pinto Bull. ,

A partir de então o grupo liberal careceu de coesão e de chefia. Actuava por vezes dispersivamente. Na comissão oficiosa que estudou a proposta de revisão constitucional a apresentar pelo governo, incluíram-se deputados do grupo, com prévio conhecimento destemas esses deputados não ouviram os seus colegas, nem os mantiveram ao corrente dos trabalhos da comissão e foi como se tudo se tivesse passado à margem dos liberais.

Seguindo uma táctica errada, o grupo apresentou um contraprojeto próprio de revisão constitucional, de cujo conteúdo não me deu conhecimento; como dois dos seus membros apresentaram um projecto de lei da imprensa sem esperar pela proposta governamental.

Conhecida a minha intenção de ir seguindo uma via de progressiva liberalização e o meu desejo de colaborar com eles, parece que o procedimento inteligente dos deputados liberais teria sido a de acolher, senão com entusiasmo ao menos com simpatia, as medidas liberalizadoras do governo, apoia-las, aprova-las, encorajar essa orientação e pedir mais à medida que fosse possível.

Em vez disso optaram pela oposição sistemática, sob o pretexto de que aquilo que o governo propunha não era bastante. E apresentaram projectos próprios. , Debalde lhes chamei a atenção para o erro que cometiam. Nenhum governo pode deixar-se bater em questões essenciais numa `assembleia parlamentar. Desde que o grupo liberal apresentava projectos próprios exigia uma opção: ou se aprovavam as propostas governamentais ou as contrapropostas dele. E então o governo tinha de apelar para a formação de uma maioria que o apoiasse, - ficando a partir daí prisioneiro dela.

Na revisão constitucional não teve o governo relutância em aceitar que a comissão competente da Assembleia Nacional substituísse a sua proposta por um projecto dela, no qual sobre a base da iniciativa governamental se incluísse tudo quanto fosse razoavelmente possível das iniciativas dos deputados. Assim se fez e foi esse projecto da comissão que veio a ser discutido no plenário. Pois houve liberais que não sei se por falta de inteligência se por decidida vontade de criar dificuldades, protestaram contra a solução, procuraram arguí-la de inconstitucional (1), desencadearam

na imprensa uma campanha de descrédito do processo parlamentar seguido e para sempre se coloca

ram na situação de vítimas oprimidas! Tudo porque depois de discutido e votado o projecto da comissão, ao qual poderiam ter proposto os aditamentos e alterações que entendessem, não se passara a discutir o projecto deles necessariamente prejudicado já, como em qualquer Parlamento do mundo é de entendimento comum.

O fato é que esta atitude, filha da inexperiência ou já de deliberada oposição, criou na Assembleia a divisão entre maioria e minoria que daí por diante dificultou as relações entre o governo e os deputados, todos eles eleitos na mesma lista com votos destinados a apoiá-lo.

A tradição da Assembleia era de que as maiorias se formavam em cada caso consoante os ditames da consciência dos deputados e a sua disposição de atender sugestões dos lideres. Um destes dizia, com graça e com verdade, no tempo em que na Câmara havia cento e trinta deputados, que era decerto o parlamento mais complicado do mundo porque, reivindicando cada deputado a sua liberdade de apreciar, decidir e votar, era como se houvesse cento e trinta partidos...

A partir de 1971 (ano em que a sessão da Assembleia foi prorrogada por uma sessão extraordinária para assim poderem ser aprovadas a revisão constitucional e as leis de liberdade religiosa e de imprensa) a Assembleia Nacional ficou cindida.

E como nunca encontrei apoio seguro nos liberais, fui forçado a procurar esse apoio na maioria conservadora da Assembleia, fato da maior importância de que os liberais foram os únicos responsáveis.

Eu tinha, após as eleições de 69, procurado reorganizar as forças políticas do regime.

Ainda certamente não se terá apagado, da memória de alguns jovens amigos de então o almoço na messe do Monsanto em que com eles procurei definir rumos inovadores . . .

A União Nacional dera o que tinha a dar. Propus-me substituí-la por uma outra organização cívica, que pudesse enquadrar massas e formar um novo pessoal para o regime e para a qual propus a designação de Acção Nacional Popular.

E certo que por esse País fora a nova organização não poderia

prescindir da gente da União Nacional. O governo não tinha outra para o apoiar. Já haviam sido afastados alguns caciques clássicos e convidados homens de ideias mais arejadas para as comissões dirigentes. Mas não era possível deixar de contar com os amigos seguros da burguesia citadina e dos meios rurais, há muitos anos fiéis ao regime cuja continuidade eu representava.

O que se poderia, sim, era injectar sangue novo na organização, a partir dos seus próprios órgãos supremos, de modo a ir fazendo nascer essa força que se desejava profundamente popular -- e de modo .nenhum presa a uma classe social ou a certo estrato de interesses.

Convidei por isso para a lista a eleger da Comissão Central da nova Acção Nacional Popular vários amigos que julguei representativos da orientação renovadora. E se dois ou três anuíram, todos os outros hesitaram, temeram e recusaram.

Bom. Mas se não queriam tomar responsabilidades políticas ostensivas na organização cívica sucessora da União Nacional, não. Lhes seria possível formar um grupo que, filiado ou não na Acção Nacional Popular, colaborasse com o governo na procura de novos rumos para a sociedade portuguesa?

A ideia foi bem recebida de início, mas as pessoas que deveriam fazê-la marchar entraram em hesitações: sim, não, talvez... Depois disseram-me que a fazer-se o grupo não convinha que fosse filiado na ANP. Transigi. E, mais para trás, mais para diante... as conversas iam revelando cada vez menos desejo de uma colaboração dentro do regime e nisso é que eu não podia ceder. O mal de que até aí se sofrera na política portuguesa era o de que quem não estava de acordo com o governo se manifestava ipso facto hostil à Constituição. Ora tínhamos de vencer essa mentalidade e admitir a existência de orientações diversas sob a mesma Constituição. O acatamento e o respeito das normas constitucionais (até para as modificar) parecia-me por isso indispensável a um são pluralismo. Quando não, continuávamos a cair no vício de equiparar divergência a subversão, -- e oposição a revolução.

Isto que parecia simples de entender foi complicado de fazer aceitar. O primeiro projecto de estatutos que a comissão organizadora da SEDES (Sociedade de Estudos de Desenvolvimento Económico e Social) me apresentou não continha a tal cláusula, para mim essencial, de aceitação dos princípios fundamentais da Constituição Política da Nação. Repeti à comissão o que dissera antes a outros interessados e a comissão ficou de ir ouvir os amigos. Daí a

tempo recebi um segundo projecto em que se dizia que a Sociedade funcionaria nos termos da Constituição, ou coisa que o valha, sem exprimir o assentimento que eu pedira. Remeti então o projecto ao Ministério do Interior com as minhas notas, e disse que tratassem do caso nos termos normais da legislação sobre associações.

Constituiu-se pois a SEDES e vi com surpresa aparecerem entre os aderentes nomes de, ainda na véspera, fogosos paladinos da CDE e da CEUD. Convertidos? Não: infiltrados. As primeiras reuniões de estudo iam confirmá-lo. Os temas eram tratados com a mentalidade e o estilo revelados pelas oposições na campanha eleitoral, sem que os esforços de algum moderador (que certa imprensa logo criticava ou deturpava) conseguissem dar aos debates o aspecto de objectividade e de colaboração que inicialmente se esperava. E essa tendência para aproveitar o ensejo de actuação na legalidade a fim de ir fazendo doutrinação socialista nas diversas modalidades foi-se acentuando com o tempo. As tentativas de trazer a associação à função de uma segunda força no regime baldaram-se completamente.

Diziam alguns dos meus amigos do sector chamado liberal que, se eu não tivesse aceitado a presidência da Acção Nacional Popular, tudo seria mais simples porque, ficando estranho a qualquer organização política, podia até considerar-me equidistante de todas as correntes e sobre todas exercer um magistério que estariam prontos a acatar.

Nunca me convenci da razão desse modo de ver. Desde que se constituía uma organização cívica destinada a sustentar e propagar os princípios por que se orientava o governo, o lógico era ser chefiada pelo próprio responsável pela orientação governamental. Quando não, arriscava-me a, um dia, ter a ANP contra o governo ou a seguir caminhos divergentes dos dele.

Justamente fiz uma experiência de tais riscos por ocasião das comemorações do 28 de maio em 1971. A doutrina da revisão constitucional então em curso, sobretudo no respeitante ao Ultramar, desagradara a uma facção importante da Legião Portuguesa.

A Legião era uma milícia nascida, para combater o comunismo, por ocasião da guerra de Espanha. Na segunda grande guerra prestara assinalados serviços como organização de defesa civil do território. E neste último papel se conservou, cada vez com menos, e mais idosos, voluntários, todos bons portugueses e sempre fiéis aos seus ideais anticomunistas.

A atitude tomada em 1971, ao promover um grande jantar

legionário no Porto de oposição às reformas projectadas, dava-me pretexto para a extinguir. Todavia foi-me ponderado por várias pessoas que um organismo de Defesa Civil continuava a ser necessário e aquele estava já calhado nos respectivos serviços e missões, com mínimo dispêndio para o Estado. Optei então por chamar a mim as comemorações. Dirigi uma mensagem à Legião para ser lida em todas as suas cerimónias. E fui a Braga, no dia 30, assistir à parada das forças aí concentradas e discursar na sessão solene comemorativa.

O jantar realizado na véspera, na cidade do Porto .tivera o anunciado carácter contestatário mas a presença do Presidente do Conselho em Braga e as suas palavras abafaram o eco da divergência.

Por outro lado eu não podia estar equidistante de todos os movimentos políticos que se propusessem colaborar comigo, sob pena de só semear nos espíritos dúvidas acerca dos princípios abraçados e das orientações seguidas.

Quem governa tem de adoptar rumos certos e, sobretudo, de dar a quem o segue a sensação de segurança nesses rumos.

Havia que perfilhar, portanto, um programa de doutrina e de acção, ainda que se aceitasse a existência de divergências dentro do regime, não sobre os princípios fundamentais, mas acerca da sua aplicação, dos métodos, dos processos a empregar.

E no momento concreto em que estava o País não era possível também esquecer as circunstâncias.

Liberalização?

Sempre expliquei que a um professor de Direito Público não ;podia deixar de se impor a ideia de governar com respeito das justas liberdades dos indivíduos e dos grupos. ,Pois que é o Direito Público senão a limitação jurídica do Poder político? E essa limitação - donde há-de provir, senão do reconhecimento da existência de outros poderes na sociedade além do Poder político?

Mas um governante não pode ser mero ideólogo que tudo sacrifique à aplicação das teorias que lhe sejam caras. Governar é uma responsabilidade gravíssima porque implica o zelo das vidas, dos bens, dos interesses respeitáveis dos governados, tanto quanto à sua feição presente como aos desenvolvimentos futuros. .

E eu não podia esquecer dois pontos fundamentais: primeiro, que. entre quantos reclamam liberdades figuram muitos que as não querem

senão para terem aberto o caminho do poder totalitário que logo as suprimirá; segundo, que Portugal tinha no seu território três frentes internas de subversão a combater. e que nesse combate o governo não podia desprezar a retaguarda onde o inimigo, caso

conseguisse infiltrar-se (como se infiltrou), ganharia facilmente a partida total.

Por isso a liberalização tinha de ser cautelosa. A revisão constitucional tocou em muitos pontos (foi a mais ampla de quantas sofreu a Constituição de 1933) (1) mas nela não se podiam perder de vista as limitações dos dois pontos a que me referi, e aí residiu a principal divergência entre o governo e o grupo liberal. Embora este tivesse reconhecido a importância do segundo ponto e votado, por isso, o novo § 6° do art. 109 da Constituição cujo texto é o seguinte:

"Ocorrendo actos subversivos graves em qualquer ponto do território nacional, poderá o Governo, quando não se justifique a declaração de estado de sítio, adoptar as providências necessárias para reprimir a subversão e prevenir a sua extensão, com a restrição de liberdades e garantias individuais que se mostrar indispensável; deve todavia, a Assembleia Nacional, quando a situação se prolongue, pronunciar-se sobre a existência e gravidade dela".

Ficou, portanto, legitimada a acção do Governo -- por via legislativa ou administrativa, porque a Constituição não discrimina o tipo das providências autorizadas - que, para "reprimir a subversão ou prevenir a sua extensão", fosse exercida ainda que com restrição de liberdades e garantias individuais. Apenas se exigia que, quando a situação se prolongasse, houvesse o reconhecimento, por parte da Assembleia Nacional, de que existia subversão com gravidade suficiente para justificar o exercício dos poderes extraordinários do Governo.

A Assembleia tomou por unanimidade a resolução de verificar a persistência dessa grave subversão em algumas partes do território nacional. (Diário do Governo de 27 de dezembro de 1971).

E deste modo ficou o governo coberto constitucionalmente quanto à restrição de liberdades que tivesse de impor para prosseguir na luta de defesa do Ultramar.

E a altura de fazer referência a duas instituições discutidíssimas: a censura à imprensa e a polícia política. .

Encontrei em 1968 a funcionar o sistema de censura às publicações periódicas instaurado em 1926 e regulado por lei em 1933. Deveria tê-lo abolido? Nunca poderia pensar em fazê-lo sem publicar uma lei de imprensa. Eu trabalhara num projecto quando, entre 1955 e 1958, ocupava o cargo de Ministro da Presidência. Mas saí nesse último ano do governo sem que tal projecto pudesse ter sido aperfeiçoado e discutido. Dez anos decorridos, a leitura do projecto mostrou a sua desactualização. E entretanto surgira a subversão no Ultramar que constituía uma guerra de tipo especial, mas uma guerra. Não era a altura de levianamente levantar todas as restrições à liberdade de imprensa. Pedi, pois, que se estudasse quanto antes uma nova proposta de lei da imprensa a submeter à Assembleia Nacional, que na matéria era o único órgão competente para legislar, traçando a orien

[(1) Foi nesta revisão constitucional que se introduziram as emendas necessárias para tornar possível á celebração com o Brasil do acordo de igualdade de direitos entre Portugueses e Brasileiros. Esse acordo era-me particularmente caro. Desde a minha primeira visita ao Brasil, em 1941, que me bati na imprensa pelo que então se, chamava "estatuto da quase nacionalidade". Recordei-o no discurso que em 11 de julho de 1969 proferi na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao agradecer o doutoramento "honoris-causa" em tempos conferido e o título de professor honorário que então recebi. A passagem que se refere à necessidade de dar corpo a esse estatuto especial pode ler-se no meu livro "Pelo futuro de Portugal", pág. 287. Sucedeu, que nesse mesmo ano, teve o governo brasileiro ensejo de emendar a Constituição e, por iniciativa do Prof. Gama e Silva, nela foi incluído o artigo 199 que, sob condição de reciprocidade, previu a equiparação de direitos de portugueses e brasileiros. Para que essa reciprocidade fosse um fato (como ardentemente desejava o governo português) era necessário incluir preceito adequado na Constituição portuguesa. Mas esta só podia ser revista e alterada pela Assembleia Nacional que de dez em dez anos podia assumir poderes constituintes para esse efeito. Justamente a Assembleia revia a Constituição em 1970, tendo a respectiva proposta sido apresentada pelo Governo em novembro desse ano. Entre os numerosos pontos abordados, figurou o da igualdade de direitos a que me referi, chamando-lhe "cidadania luso-brasileira", no discurso proferido na Assembleia sobre a proposta e que pode ler-se no meu livro "Renovação na Continuidade" pág. 69. A lei de revisão constitucional foi publicada, após os demorados trâmites da discussao parlamentar, em 16 de agosto de 1971. Logo a seguir, em 7 de setembro, foi assinada em Brasília a "Convenção sobre igualdade de 'direitos e deveres entre Portugueses e Brasileiros". Restava providenciar sobre a execução administrativa da Convenção e os dois governos concordaram na conveniência de elaborar um texto padrão que

garantisse a identidade de soluções praticas nos dois países. Assim se fez, tendo sido enviado um perito português a Brasília onde, de acordo com os colegas brasileiros, preparou o texto do decreto publicado em Lisboa em 22 de abril de 1972.]

fação de se preparar nessa proposta uma transição para ,a liberdade, que se iria processando na medida das possibilidades oferecidas pelas circunstâncias.

Quase meio século de regime de censura desabituara os jornalistas do sentimento das responsabilidades, a começar pêlos directores dos jornais que comodamente descarregavam sobre os censores o encargo de dizerem se um texto devia ou podia ser publicado. Desabituara também a Administração Pública das críticas e do esclarecimento oportuno da opinião. Os próprios leitores haviam perdido o critério para apreciar os jornais é ã matéria neles inserta.

Era preciso fazer a reeducação progressiva de todos estes elementos A isto havia., quem logo retorquisse com o argumento clássico de que só na liberdade se aprende á agir em liberdade. Argumento que não aceito nos tempos presentes. Outrora, quando as coisas evoluíam lentamente e se tinha a certeza de que o uso da liberdade conduzia a um regime liberal, poderia ser assim. Hoje não é. Já atrás expliquei a grande dificuldade em que se vêem os governantes liberais paia evitar a utilização das liberdades cívicas pêlos partidos totalitários cujo fito é destruir a liberdade.

E esses partidos, sobretudo o partido comunista, quando não estão no poder clamam em ,altos gritos liberdades, jogando aparentemente o jogo democrático, mas para mais facilmente expandirem as suas doutrinas e conquistar posições-chave. ,:

Ao combater a violência a situação é ainda mais grave. Porque os terroristas,- seja qual for a sua cor, recusam-se a, respeitar qual quer norma: mas exigem da sociedade burguesa, quando esta se lhes opõe, a observância escrupulosa, das leis que a enleiam de acordo com as regras do jogo da democracia liberal.

Hoje quem não se acautelar em controlar a prática das liberdades arrisca-se' a colher os frutos da anarquia a que se sucederá, como remédio heróico, a solução totalitária.

Elaborou-se, pois, uma proposta de, lei de imprensa de tendência liberalizadora, que, a Câmara Corporativa, primeiro e a Assembleia

Nacional, depois, tornaram ainda mais liberal, suprimindo a possibilidade de aplicação de sanções administrativas, de tal modo que todas as infracções aos seus preceitos só pêlos tribunais podiam ser apreciadas e punidas.. Conhecida a lentidão do nosso processo judicial e a coacção psicológica que a própria imprensa pode exercer sobre os intervenientes nele, não era difícil prever que a lei seria, ineficiente.

Ao abrigo do novo § 6° do artigo 109 da Constituição manteve-se o exame prévio dos textos a inserir na imprensa periódica. Procurou-se, desde setembro de 1968, aliviar a censura; e depois da lei de 1971 fixar, por instruções genéricas, as matérias sobre as quais deveria incidir a atenção dos censores.

Este problema da censura é, porém, dos mais difíceis de resolver satisfatoriamente. Pode a lei definir as matérias proibidas, as permitidas e as de publicação condicionada por visto em exame prévio: a lei é executada por homens e estes têm os seus critérios de interpretação. Uns apreciam de uma maneira, outros de outra. Por mais instruções que se emitissem, nunca se evitou a existência de certo arbítrio dos censores.

A lei estabeleceu o direito de recurso e fixou a instância competente para apreciar os recursos interpostos. Algumas vezes se me dirigiram pessoas a protestar contra certo corte: em geral o gabinete enviava esses protestos às entidades que legalmente deviam zelar pelo cumprimento das instruções dadas. Pessoalmente expliquei a vários reclamantes que não podia nem devia arvorar-me em censor-mor, ingerir-me num serviço que tinha os seus órgãos, o seu pessoal e as suas normas e que era preciso responsabilizar pela sua actuação.

Nem sempre esta atitude foi compreendida. Penso que era a única a adoptar pelo Presidente do Conselho. De contrário, seria a institucionalização do arbítrio que se desejava reduzir quanto possível. E impedir-me-ia de exigir dos serviços que pautassem a sua acção por regras gerais e segundo as normas processuais legalmente estabelecidas.

A verdade é que, apesar da difícil situação causada pela guerra no Ultramar e pelo crescente atrevimento da subversão interna na Metrópole, a ,imprensa portuguesa, em abril de 1974, estava longe de ser monótona, mera reprodução de um pensamento oficial, sem liberdade de diferenciação ideológica. Para só falar dá imprensa diária de Lisboa, publicavam-se de manhã um jornal católico Novidades -, um jornal governamental - Época -, um jornal de

centro-esquerda, - O Século -, um jornal informativo conservador - Diário de Notícias - sem falar no Tornai do Comércio:

A tarde o público tinha à sua disposição um jornal socialista República -, outro de tendência maoísta - Diário de Lisboa e dois vespertinos informativos - Diário Popular e Capital em cujas redacções, especialmente no último, preponderavam elementos comunistas ou simpatizantes.

A intervenção do exame prévio não impedia, pois, a expressão de diversas tendências na imprensa

Bem diferente do que se passou depois.

Quanto à polícia política o tema é dos mais delicados.

A Primeira República (1910-1926),--- tendo partido de afirmações rasgadamente contrárias à existência desse tipo de polícias, acabou por instituir a Polícia, de Segurança do Estado que a lei dizia ter "carácter essencialmente secreto".

Depois da Revolução de 28 de maio de 1926 essa Polícia foi reorganizada, com novo pessoal, e passou a chamar-se Polícia de Defesa do Estado. Aí por 1932, salvo erro, fundiu-se com outra policia existente, a Polícia Internacional, nascendo assim a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

Esta polícia tinha a seu cargo a vigilância das fronteiras e dos estrangeiros residentes ou que passavam pelo País .e, além disso, a informação, a investigação e instrução dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado enumerados no Código Penal. Era, também, a agência nacional da INTERPOL com as consequentes funções de colaboração internacional na perseguição de criminosos comuns e a competência especial relativa a certos crimes como os de emigração clandestina e de moeda falsa.

Durante a , guerra de Espanha. (1936-1939) e a subsequente guerra mundial (1939-1345) foi essa Polícia que teve sobre si as delicadíssimas e imprescindíveis funções da contra-espionagem, numa época em que Portugal fervilhava de espiões de todas as nacionalidades e cores.

Mas deixou de ser uma polícia secreta. A partir de 1945 teve estatuto legal com os seus quadros, sendo os respectivos dirigentes e agentes nomeados no Diário do Governo como quaisquer outros e usando no exercício de muitas das suas funções uniforme próprio.

A ideia, a partir dessa data, foi organiza-la como Polícia Judiciária y especial, nos moldes da Polícia Judiciária dependente do Ministério da Justiça e, portanto, colaborando com o Ministério Público junto dos tribunais ordinários.

Efectivamente em 1945 os crimes contra a segurança do Estado deixaram de ser do foro militar onde eram julgados por Tribunais Militares Especiais. '

A competência para o seu julgamento passou para os tribunais comum. Mas o Governo ponderou então os inconvenientes da dispersão dessa competência por todas as comarcas do País: fragilidade da maior parte das cadeias comarcãs para receberem os presos a julgar, falta de preparação dos delegados e dos juízes, risco de divergências de jurisprudência que levassem a tratar com iníqua desigualdade situações semelhantes, consoante o local de julgamento, que o mecanismo dos recursos dificilmente permitiria corrigir com oportunidade. ,

Por isso se concentrou o julgamento dos crimes contra a segurança do Estado nas comarcas de Lisboa e do Porto, em cujos tribunais criminais, além dos vários juízos, funcionariam "tribunais plenários", sob a presidência do desembargador presidente do tribunal criminal da comarca tendo por assessores dois dos corregedores desta, designados periodicamente segundo um .sistema de rotação estabelecido por lei. Junto do tribunal plenário funcionava um ajudante do Procurador da República da Relação, nas funções de Ministério Público.

Os tribunais plenários eram, por conseguinte, tribunais judiciais comuns de competência especializada, formados por juízes togados. A PIDE passou a ser fundamentalmente uma polícia judiciária. também especializada na investigação cios crimes da competência desses tribunais.

O fato de o Partido Comunista se declarar revolucionário e constituir uma associação clandestina fez com que a PIRE a combatesse constantemente.

Quando a subversão começou nas províncias ultramarinas foi ainda à PIDE que coube a vigilância dos movimentos subversivos, a desarticulação das suas redes de apoio nos territórios e até, a partir de certa altura, a luta no _ mato, mediante o lançamento de contraguerrilhas com grupos de nativos, alguns deles ex-guerrilheiros, dotados da mesma organização e usando os

métodos dos inimigos. A eficiência, o entusiasmo e a combatividade da Polícia trouxeram-lhe enorme prestígio no meio das populações do Ultramar que lhes atribuíam grande parte dos êxitos obtidos. Se esse fato despertava' algum ciúme nas tropas, ele era porém rasgadamente reconhecido e louvado pêlos comandantes-chefes locais a quem .ouvi mais de, uma vez referências muito elogiosas à actuação da Polícia.

Quando tomei conta do governo havia, porém, na Metrópole um mau ambiente ao redor da PIDE. O género de actividade a que me dedicara até aí e o meu afastamento da política não me permitiam dispor de pessoas de confiança para ocupar as funções directivas desse importante serviço. Mas as conversas tidas com o Director que estava, um oficial de engenharia na reserva, o Major Silva Pais, permitiram-me verificar tratar-se de um homem inteligente e equilibrado, perfeitamente consciente da delicadeza do serviço que dirigia e aberto a uma colaboração sincera com o novo governo - o que não se verificava, infelizmente, com todos os seus adjuntos.

Disse-lhe logo de início que a PIDE tinha má fama e era preciso evitar tudo quanto pudesse justificar tal reputação. Desejaria que o exercício das atribuições que a lei lhe conferia decorresse dentro da maior correcção e legalidade. Isso não só porque a minha formação e maneira de ser não permitiam outra atitude, mas até no próprio interesse da Polícia que só ganhava em prestigiar-se pela correcção dos seus métodos.

O Major Silva Pais mostrou a sua concordância c atribuiu brande parte das acusações feitas à Policia ao ódio do Partido Comunista, explicável por se tratar de dois inimigos que há muito se combatiam. Daí as calúnias que eram lançadas para desacreditar o seu serviço.

Insisti no meu ponto de vista, que teve sempre o apoio do Ministro do Interior Dr. António Rapazote, homem agora tão mal apreciado, mas que encontrei constantemente interessado em manter a Polícia dentro da legalidade não poupando determinações nesse sentido que pareciam, por vezes, ao organismo, limitativas em excesso da sua acção e embaraçosas da eficácia do serviço que lhe estava cometido.

Poucos dias após a minha entrada para o governo faleceu na cadeia onde se encontrava preso à ordem da PIDE um jovem, Daniel de Sousa Teixeira, e logo esse falecimento foi veementemente aproveitado para atacar a Polícia à qual se atribuía responsabilidade no fato.

Determinei que com a maior prontidão se fizesse um inquérito rigoroso, a que efectivamente se procedeu. A circunstância de se tratar do filho de um antigo aluno meu a quem sempre me tinham ligado excelentes relações, permitiu-me agir em colaboração com a família.

O inquérito mostrou que não tinha havido culpa da Polícia, quer directamente na morte, quer indirectamente por tratamento que o preso tivesse sofrido. Mas o episódio permitiu marcar logo a posição do governo.

Determinou-se _á remodela ao do serviço de investigação cujo chefe foi posteriormente substituído e fizeram-se as mudanças internas de pessoal que se afiguraram convenientes para garantia da nova orientação.

Após as eleições de 1969 foi extinta, em 24 de novembro, a PIDE e substituída pela Direcção Geral de Segurança, cuja lei orgânica levou algum tempo a publicar pela preocupação de a ajustar às alterações que iam ser introduzidas no Código do Processo Penal, após a revisão constitucional, no sentido de dar maiores garantias aos arguidos e que só vieram a ser publicadas em 31 de maio de 1972.

A lei orgânica da DGS saiu a seguir, em 30 de setembro de 1972, e nela o Ministro Gonçalves Rapazote procurou incluir o mais possível do novo regime processual. A polícia, porém, levantou objeccoes a que se aplicassem certos preceitos, como o da faculdade de assistência de advogado aos interrogatórios dos detidos. E, fundamentava-se na prática em todo o mundo quanto a crimes de traição e contra a segurança do Estado, agora particularmente necessária por serem, por via de regra, correligionários dos arguidos, militantes ou simpatizantes do Partido, os advogados convocados pêlos terroristas ou comunistas, _ detidos, de tal modo que nunca mais um destes abriria a boca pára dizer fosse o que fosse. Aceitaram-se as razões e ficou sendo facultativa a presença do advogado mas sempre obrigatória a 'de testemunhas.

A campanha contra a DGS não tardou, porém, a recrudescer.

O governo conseguiu manter esta polícia em actividade discreta, na Metrópole, até ao momento em que, a seguir ao fracasso eleitoral das oposições, reapareceram as organizações e acções terroristas. Do Partido Comunista nasceu então a ARA (Acção Revolucionária Armada) que reivindicou a autoria de vários golpes, sobretudo dados no porto de Lisboa, enquanto a gente da LUAR voltava também a meter-se. O mais grave destes actos terroristas foi o cometido em Tantos, onde um

grupo conseguiu entrar no aquartelamento da Força Aérea e montar num hangar o dispositivo, que pela explosão de vários engenhos, conduziu à destruição de aviões e helicópteros no valor de muitos milhares de contos e cuja falta afectou a eficiência da aeronáutica militar. Verifiquei então que não havia um serviço eficaz de informações militares, nem era possível, segundo a declaração dos responsáveis, fazer qualquer investigação útil pêlos meios ao dispor das Forças Armadas.

As autoridades militares entendiam que só a DGS poderia apurar alguma coisa e solicitavam o seu concurso. Louve que prestá-lo. O ataque destas organizações terroristas e a ineficácia de outros organismos policiais para agir (mais de uma vez se experimentou a 5ã Polícia Judiciária, mas tirando a greve académica de Coimbra, sem ' resultado) valorizou novamente a acção da DGS.

Note-se, porém, quer nunca se consentiram (nem consta de transgressão dessas ordens) perseguições ideológicas: não houve prisões, de pessoas pelo mero fato de professarem estas ou aquelas ideias. a intervenção da DGS operava-se em relação a fatos, quer para os prevenir, quer para os reprimir. Mais de uma vez fui procurado per pessoas de família de detidos que atribuíam a mera arbitrariedade a detenção: exigida à polícia a explicação do ato, verificava-se que havia fundamento para a detenção. - Simplesmente o carácter Glande: tino da maior parte das actividades perseguidas e a discrição com que as investigações tinham de decorrer não permitiam que o público tivesse pronta consciência da justiça do procedimento.

A DGS começo . sistematicamente a ser acusada de tratamento desumano dos presos e até de torturas. Além das instruções e das Ì recomendações constantes, minhas e do Ministério do Interior, no sentido de que as investigações e os interrogatórios decorressem sempre de modo a não haver motivos para crítica fundada, não deixou de se fazer a fiscalização possível. Quando surgiu uma Comissão de Auxílio e Protecção aos Presos Políticos que publicava-o seu boletim periódico, conversando com o Ministro do Interior concordamos em não discutir a sua legalidade pela ajuda que nos podia prestar na fiscalização das actividades policiais. O boletim, aliás, dava a lume a relação dos presos e via-se como havia a preocupação de aprontar os processos a fim de serem enviados ao tribunal. A lei permitia que, uma vez confirmada a captura pela autoridade com poderes de juiz de instrução, pudesse manter-se a prisão preventiva durante noventa dias, prorrogáveis por mais noventa. Se essa prorrogação durante o tempo do meu governo foi concedida, deve tê-lo sido uma ou duas vezes, a título excepcional, porque a orientação dada ao Ministro do Interior era para a evitar a todo o transe. Os noventa dias mesmo

raramente eram atingidos.

A partir de certa altura, logo que alguém era detido pela DGS • começavam a receber-se na Presidência do Conselho cartas de familiares queixando-se de que o detido estava a ser torturado. A regularidade da correspondência e uma certa uniformidade de acusações e de estilo mostravam que se tratava de um movimento organizado, sendo as famílias, assim que se sabia de uma detenção, logo-procuradas e solicitadas a escrever as cartas de protesto.

Todas as cartas eram porém mandadas ao Ministério do Interior ou à DGS com pedido de informação invariavelmente satisfeito.

Quando certa vez as queixas a respeito de um preso foram mais insistentes, determinei de surpresa ao Procurador Geral da República que enviasse à prisão de Caxias um do seus ajudantes proceder a inquérito. O magistrado foi, inquiriu, mas nada apurou.

Desse inquérito e suas conclusões foi dado conhecimento a um deputado, salvo erro o Dr. Sá Carneiro, que na Assembleia Nacional se fez eco das acusações.

Aliás em vários casos se confirmou a falta de fundamento dos rumores postos a correr. Ainda pouco antes da revolução um amigo meu protestou junto de mim pelo tratamento que teria sido infligido a um detido a quem, para o vexar e diminuir, haveriam começado v por raspar o cabelo. Perguntei asperamente ao Ministério do Interior o que se passava e recebi negativas formais. Passado algum tempo o detido foi liberado sob caução, e ele próprio esclareceu o meu amigo de que fora sempre bem tratado é não sofrera a tosquia infamante, apenas lhe tendo sido feito o corte periódico normal do cabelo, tal como ele usava...

E não correu na imprensa mundial que um célebre terrorista condenado por crimes comuns tinha sido torturado, e até morto, na prisão pela DGS, quando, no dia da revolução, a TV mostrou sua libertação - como heroi ! - nédio e bem disposto? Por sinal que, segundo me. dizem, passou de preso a inquiridor do procedimento dos agentes de segurança cuja profissão era a luta contra a crime. ..

Os detidos eram examinados por ,médicos no momento da detenção e à saída da prisão.

Sobre as condições da cadeia de Caxias foi convidado um grupo de juízes dos tribunais criminais 8e Lisboa a fazer uma visita de que me chegaram impressões favoráveis.

O grupo liberal da Assembleia Nacional requereu a visita dos deputados às cadeias de Peniche e de Caxias: tudo o Governo logo facilitou para que a delegação parlamentar visse à sua vontade as prisões e ouvisse os presos, mesmo individualmente e sem a presença de mais ninguém. Sobre essas visitas alguns deputados fizeram declarações na Assembleia favoráveis, aos serviços e os Ministros da Justiça e do Interior estiveram sempre à disposição daqueles que os quiseram procurar para tratar de casos observados ou de pedidos recebidos.

Não posso garantir que, apesar de todos estes cuidados, se não tenha passado alguma coisa de menos correcto- no tratamento dos detidos. Mas também não sei se há alguma polícia no mundo que esteja isenta de pecado. É lastimável, mas é assim. Em relação à DGS montou-se uma campanha sistemática de difamação na imprensa estrangeira. Em janeiro de 1974, como havia novos ministros do Interior e da Justiça, condensei num despacho, a ambos dirigido, a doutrina que sobre prisões e tratamento de detidos sempre anteriormente expressara. O despacho foi enviado aos dois ministros com a indicação de que do seu teor deveria ser dado conhecimento aos directores e comandantes das diversas polícias, com ordens estritas de observância, e deve constar dos arquivos. Veremos, com o correr dos tempos, se o novo regime pode dispensar este tipo de polícia e se consegue fazer melhor.

É muito difícil a quem está no topo da hierarquia administrativa, assoberbado por mil cuidados e preocupações, ir além do que eu fiz. Os chefes militares que o digam, relativamente às forças que tinham sob o seu comando ?m África...-\

Em agosto de 1972 terminava o segundo mandato de sete anos do Presidente da República, Almirante Américo Tomaz. Desde o princípio desse ano que o tema da eleição presidencial começou a aparecer nas conversas dos responsáveis políticos.

Segundo estava estabelecido na Constituição, a eleição era feita por um colégio eleitoral composto pêlos deputados, pêlos procuradores à - Câmara Corporativa, e por delegados especialmente eleitos pêlos membros electivos dos órgãos legislativos das províncias ultramarinas e dos corpos administrativos de todo o País. Somava este colégio 669 eleitores qualificados.

Tal solução fora consagrada na revisão constitucional de 1959 em vez do sufrágio directo que constava do texto original. Por ocasião da revisão de 1971 alguns deputados, incluindo a ala liberal,

entendiam que se deveria regressar à antiga forma de eleição, que eu defendera, como procurador à Câmara Corporativa, na revisão de 1951.

Não concordei com eles e aderi à opinião da maioria da Assembleia por duas razões principais: a primeira, era ver o empenho posto , pêlos grupos contrários defesa do Ultramar na restauração da eleição por sufrágio directo, manifestamente na intenção de desenvolver por todo o País uma campanha eleitoral revolucionária (como depois se verificou nas eleições de 1973); a segunda resultava do curto espaço de vigência da nova fórmula constitucional que de apenas uma vez, em 1965, pois não me parecia bem que em matérias de tamanha importância se variasse de critério cada vez que se bulisse na Constituição, sem ao menos dar tempo para aferir à bondade das soluções através de um tempo razoável de prática.

A Assembleia,. por isso, manteve o que estava, com grande `irritação dos deputados, divergentes com quem mais de uma vez discuti o assunto sem ouvir razões convincentes em contrário das minhas, e com despeito das oposições que viam fugir-lhes o almejado ensejo de uma grane campanha em todo o País.

Restava o problema do candidato.

Com certa, surpresa', minha á maioria dos meus amigos, de ,Lisboa ou da província, inclinava-se para a não reeleição do Almirante Tomaz., Não lhe negavam dualidades nem serviços. Américo Tomaz era um homem inteligente e arguto, com larga experiência política, simpático, cultivando esmeradamente amizades e. procurando não quebrar contactos com pessoas que, por um ou por outro motivo, estivessem descontentes com o governo: A sua bondade era proverbial e tinha maneiras delicadíssimas de a manifestar. Reunia,, pois, um conjunto raro de qualidades favoráveis ao exercício dás funções de Chefe de Estado.

Mas, objectava-se, já ocupava o cargo havia quatorze anos. Por excelente que ,seja a pessoa; a permanência longa em certos lugares cansa o público. O Presidente percorria incessantemente o País fazendo inaugurações e recebendo homenagens durante as quais proferia curtos discursos de improviso, . adequados às circunstâncias e que a Televisão transmitia. Os discursos, muito correctos, não podiam manifestamente deixar de exprimir sempre os mesmos sentimentos de congratulação e agradecimento, com alguns lugares-comuns. Todas as ,cidades e vilas já tinham pois recebido; em geral mais de uma; vez, a visita presidencial.

Ora, dizia-se, o Almirante iria iniciar o novo mandato aos 78

anos, numa fase da vida que só podia ser de decadência. Tivera

Fuma presidência feliz, resolvera com êxito o problema do regime cuja solução mais se temia: o da sucessão do Dr. Salazar. Era a altura de se retirar, rodeado da veneração e do respeito da Nação.

As pessoas que a cada passo, e repetindo os mesmos argumentos, me expunham este ponto de vista eu retorquia sempre da mesma maneira.

Havia uma pessoa em Portugal que, quanto à eleição presidencial, não podia ter opinião própria: essa pessoa era eu. Nos termos da Constituição o Presidente da República designava por livre escolha o Presidente do Conselho. Este exercia, pois, o governo por um acto de confiança daquele, perante quem respondia pela política geral seguida. Seria leal e correcto que o Presidente do Conselho dissesse ao Chefe do Estado que saísse do lugar? Aliás, se o Presidente da República não estivesse de acordo com tal sugestão podia demiti-lo. E se o Presidente do Conselho entendesse em consciência que a pessoa que exercia a chefia do Estado não devia permanecer no lugar, só teria uma coisa digna a fazer: demitir-se ele. '

Portanto, procurassem outras vias para persuadir o Almirante Tomaz, se assim entendessem, a não se candidatar. Porque, não tendo razões para me recusar a continuar a servir com uma pessoa de quem até aí só recebera provas de estima e. confiança, desde que o Senhor Almirante declarasse querer ser reeleito, não tinha nada mais a fazer do que tornar-me defensor da sua candidatura.

A verdade é que ninguém, segundo parece, teve coragem para dizer ao Almirante o que me dizia a mim, ao passo que os seus amigos lhe manifestavam, como expressão da opinião unânime do País, o desejo de o ver continuar nas funções.

Quando, na altura oportuna, perguntei ao Almirante Tomaz se era sua intenção candidatar-se à reeleição, encontrei-o perfeitamente decidido. Sem a menor hesitação respondeu-me que sim. Entendia de seu dever permanecer, pois de todo o lado lhe vinham solicitações nesse sentido.

Pedi-lhe então que me escrevesse uma carta a traduzir a sua resolução. Estranhou o pedido, pois nas eleições anteriores não lhe fora feito. Respondi que julgava muito importante a carta para que as pessoas soubessem que não lhe íamos impor, à beira dos 80_ anos,

um sacrifício que eu sabia ser muito grande.

Anuiu, e escreveu a carta, que li na reunião da Comissão Central da Acção Nacional Popular onde eu sabia que alguns vogais se preparavam para exprimir em público as opiniões que me tinham dado particularmente. De fato, perante a leitura da carta, ninguém teve mais coragem para discutir a candidatura.

Para mim, a solução da reeleição era a mais cómoda, sem /dúvida. Continuaria a trabalhar com um Presidente da República que conhecia há muito e sinceramente estimava. Dispensava-me de `procurar um sucessor que agradasse ao maior número e não deixasse muitos concorrentes, despeitados. Inclusivamente punha termo às instâncias que me eram feitas no sentido de me deixar eleger para a Presidência da República, o que, por muitos motivos, eu não podia admitir. '

Teria havido vantagem em mudar nessa altura o Chefe do Estado e talvez até também o chefe do governo? Evitariam essas mudanças os acontecimentos de 1971? Não sei. Preveni o Almirante Tomaz que teria de ir pensando na minha substituição, pois, por mais vontade que tivesse, não poderia acompanhá-lo durante todo o setênio. As funções da presidência do Conselho eram desgastantes e cada' vez mais. E a minha saúde, perturbada por uma insuficiência cardíaca desde há três avós, requeria cuidados. Por isso, acrescentei, calculava que não poderia manter-me no governo mais do que um ano após as eleições gerais de deputados. Nessa , altura, com uma Assembleia com mandato para três anos mais, seria a boa ocasião de me substituir.. .

A notícia de que a Acção Nacional Popular propunha a reeleição do Presidente Tomaz causou o desespero da oposição, que desencadeou uma campanha de anedotas tendentes a depreciar a inteligência e a capacidade do candidato. Campanha injustíssima, mas terrível! Porque os mais fiéis amigos do Presidente não resistiam. a reproduzir as graças mais demolidoras, e os mais leais defensores do regime se compraziam em rir com "a última" posta a correr.

A ala liberal procurou encontrar um candidato a opor ao Almirante e constou ter sondado o General Spínola que conversou comigo sobre a eleição, dizendo-me ter repelido as sugestões recebidas no sentido de se candidatar. Repeti Q que costumava dizer sobre a minha posição pessoal no caso.

Chegada a data da eleição, em 25 de julho de 1972, a votação deu como resultado a entrada na urna de 645 listas, das quais 29 foram consideradas nulas, havendo portanto 616 votos para o Almirante Américo Tomaz.

E em 9 de agosto iniciava-se o .3° mandato presidencial do Almirante Américo Tomaz que perante a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa, reunidas conjuntamente, prestou juramento e leu a mensagem presidencial.

Dessa mensagem, escrita pelo punho do Presidente da República, não tive conhecimento prévio. Explicou-me o Almirante Tomaz que a razão disso fora ter incluído nela algumas palavras elogiosas a respeito do Chefe do Governo, a quem ratificou a sua confiança.

Em abril de 1973 findou a X legislatura da Assembleia Nacional após a renúncia de dois deputados ditos liberais, um com um pretexto regimental, outro por causa do incidente da capela do Rato. Esta capela tinha-se tornado num centro político. E na noite de 31 de dezembro de 72 para 1 de janeiro de 73, a pretexto da comemoração do dia da Paz universal, instalaram-se dentro dela uns tantos senhores para protestar contra a "guerra colonial". Durante horas seguidas, no meio de cartazes publicitários alusivos aos fins da reunião, os contestatários, entre os quais havia católicos militantes, antigos católicos e outros que não eram, ,nunca tinham sido, nem faziam tenção de ser católicos, iam entremeando as missas e as rezas com discursos e objurgatórias contra a defesa do Ultramar e distribuíam panfletos nesse sentido. As autoridades eclesiásticas nada fizeram para pôr termo ao escândalo. A autoridade civil teve de intervir. Desde que o governo sustentava a defesa do Ultramar, e a essa política era forçado pela Constituição, a ela era incitado pêlos eleitores, nela era apoiado pela opinião, claro que não podia consentir em actos de propaganda derrotista, como esses. A polícia entrou na capela e cordatamente convidou as pessoas presentes a sair. -"Foram identificadas e algumas, por motivos vários, ficaram detidas, aliás por pouco tempo. Verificando-se que entre os presentes havia uma dúzia de funcionários públicos, foi o assunto levado a Conselho de Ministros onde, depois de curta discussão, por unanimidade se deliberou aplicar-lhes a 'lei que permitia demitir os funcionários que não dessem garantias de cooperar nos fins superiores do Estado. Verificou-se depois, ,aliás, que a maioria deles era constituída por simples contratados e assalariados. Contra isto é que, num discurso 'extremamente infeliz, um deputado eleito com o compromisso da defesa dó Ultramar protestou, declarando renunciar ao mandato. E fez bem.

A atitude desses dois deputados levou-me a reunir com os restantes do grupo para saber o que pensavam e o que queriam. Mais uma vez se expuseram pontos de mista de um e de outro lado, se

examinaram críticas, se fez um esforço de entendimento e de compreensão que continuou em conversais individuais com alguns deles. Foi por isso com surpresa que, por ocasião da discussão das Contas Públicas referentes ao ano de 1971, verifiquei que dois ou três tomavam atitudes duras para com o governo e sobretudo injustas e injustificadas. Admirou-me em particular a intervenção cie Magalhães Mota, sempre tão cordato nos frequentes encontros que tinha comigo, c que só pude explicar como desempenho de encargo dado por outros de romper as pontes de ligação com o governo. l

Entretanto começavam a alinhar-se as forças para a eleição geral de deputados que tinha de realizar-se em outubro de 73.

A oposição estava a movimentar-se e pediu para realizar, como ato preparatório, o já tradicional congresso em Aveiro. Os anteriores tinham-se denominado ."congressos republicanos" abusivamente, pois procuravam arrogar-se o exclusivo da expressão do regime. O governador 'civil de Aveiro, o liberalíssimo Dr. Francisco do Vale Guimarães, dispôs-se mais uma vez a receber o congresso oposicionista em Aveiro com a condição de ele escolher outro nome. E foi o Congresso da Oposição Democrática que reuniu nos primeiros dias de abril de 1973.

Constava que se havia realizado no estrangeiro um acordo entre os dirigentes do Partido Comunista Português e da Acção Socialista Portuguesa (depois convertida em Partido Socialista) para adoptarem uma linha comum de actuação nas eleições e no período pós-eleitoral.

O Congresso de Aveiro confirmou a existência dessa "frente popular" mas com predomínio marcado dos elementos comunistas, sobretudo dos mais jovens. Os democratas clássicos que lá apareceram foram rapidamente postos de lado, alguns retiraram-se preocupados ou aterrados, outros receberam desconsiderações ao tentarem expor ideias liberais. As pessoas conscientes que acompanhavam a evolução política não ficaram com dúvidas: a oposição estava dominada pelo grupo social-comunista que formava a nova CDE. A esquerda dele ainda permaneciam os anarquistas ou maoístas que não poupavam o Partido Comunista aos seus ataques. Mas a força com capacidade de organização, dispondo de quadros, de dinheiro e, de apoios internacionais, era a do velho Partido, agora reforçado, nesses últimos aspectos (do dinheiro e do apoio externo) pela colaboração socialista.

A táctica desta oposição foi definida com clareza: era impossível vencer o governo nas eleições e mesmo que se conseguisse eleger

alguns deputados oposicionistas isso pouco adiantaria para o objectivo a conseguir. O que interessava era derrubar o regime político e o sistema capitalista. Para isso, o período eleitoral facultava liberdade de reunião e de expressão que deviam ser aproveitadas, criando um clima revolucionário que, custasse o que custasse, tinha de ser mantido depois. A apresentação de candidaturas seria feita para legitimar a propaganda mas com quaisquer nomes: nem convinha incluir nas listas nomes prestigiosos que pudessem ficar comprometidos. E feita a campanha, os candidatos da oposição desistiriam, deixando os do governo sós em campo, de modo a não sancionar os resultados obtidos.

Quanto ao Ultramar a oposição também era clara: entendia que devia ser imediatamente feita a entrega das províncias ultramarinas aos respectivos "movimentos de libertação" retirando Portugal as suas tropas e reconhecendo a independência proclamada por esses movimentos. Da propaganda a fazer constava, pois, o descrédito da política ultramarina em curso, o apelo à juventude para que não prestasse serviço militar, o incitamento à insubordinação das Forças Armadas.

Esta táctica oposicionista criava um sério problema ao governo.

As sondagens feitas através das autoridades administrativas e de outras vias de informação revelavam que o governo podia contar com a esmagadora maioria do eleitorado. Nos meios rurais a atenção dispensada aos camponeses mediante a atribuição do abono de família, dos benefícios da Previdência Social e das primeiras pensões assistências aos velhos e doentes, criara um ambiente de geral agradecimento e adesão. A par disso haviam-se multiplicado os melhoramentos, especialmente tinha-se dado extraordinário impulso à electrificação rural, e era com entusiasmo que se travava a batalha da educação. As populações estavam satisfeitas e esperançadas.

Mesmo nos próprios meios urbanos e nos centros industriais o ambiente era favorável ao governo. Os operários reconheciam o esforço feito a seu favor, e malgrado o trabalho de propaganda dos agitadores políticos, faziam justiça aos governantes e diziam que "nunca tinham estado tão bem". Se alguém se queixava eram os patrões, sobretudo os das pequenas e médias empresas, .que alegavam não conseguir suportar os novos salários e os encargos sociais. Mas nesta burguesia o , descontentamento podia manifestar-se mais pela abstenção do que pelo voto na oposição.

Deste modo, só em Lisboa e no Porto havia a contar com a actividade dos grupos da oposição, constituídos predominantemente por

intelectuais ou pretensos intelectuais, estudantes e empregados de bancos, companhias e escritórios. Esses fariam decerto muito barulho - pois estavam representados em grande força nas redacções dos jornais, nas empresas publicitárias, nas actividades de espectáculo, sem contar os organismos corporativos de certas profissões liberais, ou seja médicos, engenheiros e advogados. E tinham inegavelmente conquistado larga audiência na juventude dos dois sexos, sobretudo através da catequizacão feita nas escolas superiores onde as associações de estudantes haviam sido dominadas pela esquerda desde anos atrás.

Do ponto de vista eleitoral o governo nada tinha a temer. Era público e notório, porém, não ser intenção da oposição social-comunista disputar as eleições. Deveria então dar-se-lhe toda a liberdade que era razoável conceder aos que honestamente pretendessem esclarecer o eleitorado e obter sufrágios?

Se dávamos a liberdade que pretendiam, escancarávamos as portas â actividade revolucionária e sujeitávamos aqueles que combatiam no Ultramar ao ataque pela retaguarda. Se a restringíamos; desencadeávamos o escarcéu do costume em todas as longitudes e latitudes, contra a "burla" das eleições portuguesas, a "repressão" da campanha eleitoral, as violências "fascistas" para ganhar votos a todo o transe . . .

Este perigo diminuiria caso aparecesse a par da oposição social-comunista uma outra oposição com propósitos construtivos dentro do regime. Os chamados "liberais" anunciaram que iam realizar o seu congresso, e tive ainda esperança em que conseguissem apresentar a sua lista. Efectivamente não me parecia conveniente voltar a incluí-los nas listas governamentais, pois os eleitores que as votavam não queriam sufragar candidatos "heterodoxos". Eu tinha-lhes dado o ensejo de se revelarem, de se tornareis conhecidos do público, de conquistarem adesões. Era convicção deles terem desse modo obtido larga aceitação e aplauso no País. Pois bem: chegara a hora de se apresentarem por si próprios, sem ajudas, ao eleitorado, e de tentarem fazer entrar em São Bento alguns deputados que lá actuassem com mandato próprio e não à sombra de um mandato equívoco; como antes acontecera.

A reunião dos liberais teve lugar em Lisboa, em. 28 e 29 de julho de 1973.

Não podia esse congresso constituir maior decepção para o público e para os seus próprios participantes. Ninguém sé entendeu

sobre coisa nenhuma. As opiniões divergiam em todos os pontos. Ao abordarem o problema do Ultramar também as contradições ressaltaram: o relatório equilibrado que o deputado José da Silva elaborou não foi apresentado e à última hora substituíram-no por outro, mais próximo da atitude da oposição social-comunista do que da do governo. Em conclusão, os liberais mostraram carecer de maturidade como grupo e de força corno corrente. E não apareceram no ato eleitoral - senão para, através de certa imprensa onde influíam, ajudar a oposição contra o governo.

Entretanto a Acção Nacional Popular não estava inactiva. Realizou no começo de maio o seu congresso em Tomar no meio de enorme entusiasmo, aprovando no final um rol de conclusões programáticas francamente positivo. Aí, de cada vez que se mencionava a defesa do Ultramar a assistência vibrava com calorosa emoção: a questão do Ultramar tornara-se a verdadeira separadora de posições dos portugueses. E o mesmo sucedeu rio Plenário Distrital de Aveiro que, em 24 de junho, constituiu extraordinária parada de forças, reunindo numeroso auditório representativo de todos os lugares e classes de distrito.

Aveiro queria afirmar claramente que estava ao lado do governo. E afirmou-o. Por sinal que o governador civil, Vale Guimarães, constantemente falava no "aveirismo" e nas suas tradições ,liberais e democratas: a maioria dos filiados na ANP comungaria nesses princípios. Redigi, pois, o meu discurso cautelosamente, pondo em destaque primeiro o que na acção governamental era abertura, para depois justificar o que não podia deixar de ser autoridade. E a reacção do público foi curiosa: desconfiada e reticente quanto a aberturas, francamente decidida nó tocante a afirmações de firmeza na autoridade, que aplaudiu com calor. "Até em Aveiro", comentava eu a seguir ao discurso, "o que o povo quer, afinal, é segurança e bem-estar, antes de mais".

A aproximação da data marcada para o acto eleitoral (28 de outubro) ia tornando mais patente o jogo da oposição. As declarações de que não interessava ir às urnas sucediam-se; os nomes dos candidatos eram inexpressivos. O Ministro do Interior insistia por que se adoptassem providências legislativas tendentes a assegurar a seriedade da apresentação das candidaturas. Em --numerosos países democráticos a garantia dessa seriedade é dada pela caução a depositar pelo candidato e que este perde no caso de não reunir um número mínimo de votos no sufrágio. Por que não se exigir também em Portugal a caução?

A ideia não teve as simpatias do governo. E então surgiu outra hipótese: a de cominar uma sanção, que poderia consistir na suspensão dos direitos políticos, para os candidatos que desistissem à última hora de se apresentar às ornas.

O projecto de decreto-lei neste sentido foi submetido a Conselho ' de Ministros e aí discutido. Devi notar que a discussão não significava nada de especial: raros eram os projectos que passavam sem observações e até sem controvérsia. Por fim foi aprovado por grande maioria.

A providência era razoável e moralizadora: o candidato que, como tal, fosse apresentado nos termos legais tinha obrigação de se submeter ao sufrágio. Se desistisse no final da campanha, isso significava que a candidatura não fora proposta para os fins visados na lei e era justo que tal infracção da boa conduta cívica fosse punida.

Mas a oposição levantou um hipócrita clamor de espanto e de protesto contra à lei. Que, desistir era um direito que o governo tirava aos candidatos oposicionistas o seu último direito, etc, etc. E o caso é que os seus candidatos desistiram na mesma...

A campanha começou mal e correu como era de 'esperar. Logo nas primeiras reuniões da oposição foram postos em prática os desígnios anunciados: não se tratava de apresentar programas, mas de fazer ataques demagógicos ao regime e de condenar a defesa do Ultramar. Eu preconizara que se deixasse assim mesmo andar a campanha nos primeiros tempos e com publicidade, para a massa da opinião saber o que se passava e compreender a intervenção que o governo tinha fatalmente de ter a certa altura.

Mas o que se dizia sobre a ,guerra no Ultramar, as aclamações à independência da fantasmágórica Guiné-Bissau, os incitamentos à deserção dos soldados e à recusa de apresentação ao serviço militar, os desacatos à autoridade, forçaram esta a intervir desde o princípio. E o Ministro do Interior argumentava com os próprios relatórios dos representantes da polícia nos comícios, para me demonstrar que não era possível deixar passar sem intervenção o que se dizia, até porque, de outro modo, quando se quisesse proceder,' já seria tarde.

De forma que a oposição conseguiu dar da campanha eleitoral a imagem que queria: uma campanha em que só os candidatos do governo gozavam de plena liberdade, enquanto os da oposição estavam sujeitos

a constantes restrições e limitações...

E essa imagem foi transmitida para a imprensa estrangeira pêlos seus correspondentes (sempre hostis ao governo!) e impressionou mesmo a muitos portugueses, apesar dos repetidos avisos meus e de outros membros do governo ,com que se desmascararam

as intenções e as acções da oposição social-comunista. Esta, aliás, teve o apoio de muitos patetinhas da direita (tipo monárquico mais ou menos "independente") e dos habituais sacristães do progressismo católico, sem falar em plutocratas pescadores em águas turvas e em "empresários" e "quadros" de empresas que queriam fazer figura de "modernos".

As eleições correram bem, com razoável afluência, mas sem o entusiasmo que só a competição provoca. O fato de haver apenas candidatos da Acção Nacional Popular tirava estímulo ao eleitorado. Mesmo assim, por todo o País os eleitores corresponderam ao apelo, t que lhes fiz para demonstrarem pela sua presença e o seu voto ' confiança no governo e apoio à política que estava a ser seguida.

Imediatamente após o acto eleitoral fiz a remodelação do ministério. Na altura própria narrarei o que se passava no seio das Forças Armadas e como o conhecimento dos fatos me não deixou dúvidas da sequência que iam ter.

Mas o meu dever era tentar sustar a derrocada para onde a indisciplina militar e a sua politização estavam a conduzir. Na pasta da Defesa Nacional, que acumulava com a do Exército, encontrava-se desde o início do meu governo o General Horácio de Sá Viana Rebelo. Grande trabalhador, devotado ao prestígio das instituições militares, achei-o sempre pronto a tudo quanto representasse servir o seu País e manter a defesa do Ultramar. Não sei por que, mais talvez por feitio pessoal que por outro motivo, nunca gozou de simpatia no Exército. Era centralizador e nem sempre se rodeava dos melhores. Mas tinha excelente espírito e chocava-me_ a injustiça com que eram apreciadas as suas qualidades pessoais e a sua acção ministerial, durante a qual procurou beneficiar as forças armadas. Considerava-se, porém, nos meios militares, que a sua continuação no governo impediria o restabelecimento da disciplina entre os oficiais. Ouvi, quanto à substituição, as principais figuras do Exército. A opinião do Chefe do estado Maior General; que vingou, era a de que para a pasta dá Defesa fosse nomeado um civil, pois só assim seria possível discriminar devidamente as tarefas

próprias do Ministro, das do Estado Maior General. O que até aí acontecera era o Ministro, como militar, não resistir a imiscuir-se constantemente tios domínios orgânico e operacional, de tal modo que ao Chefe do Estado-Maior General só em segunda mao chegava o que o Ministro queria. Pois bem: colocando-se um civil' no lugar onde, sobretudo sé deveria tratar - das matérias da: política geral e da administração das Forças Armadas, ficaria ao Estado Maior General reservada a sua função própria.

Já ouvira opinião, semelhante ao antecessor do General Costa Gomes. Perguntei então a este quem era o civil com quem gostaria de trabalhar: e veio prontamente a indicação do Prof. Silva Cunha que, estando há mais de dez anos no Ministério do Ultramar, eu pensava em substituir nesta pasta. Assentou-se, pois, em que para á Defesa Nacional se transferiria o Prof. Silva Cunha, profundo. conhecedor do Ultramar e também, por gosto e em razão das funções até aí exercidas, homem muito a par dos problemas militares, das operações em curso e até da personalidade de numerosos oficiais.

Não convinha que continuassem, nesse caso, anexas as pastas da Defesa e do Exército: por isso encarreguei o Prof. Silva Cunha de procurar quem com ele pudesse colaborar intimamente no Exército, e assim foram nomeados Ministro do Exército o general Alberto de Andrade e Silva, já na reserva, e que com distinção desempenhara as funções de Chefe do Estado Maior do Exército e de Comandante-chefe em Angola, e Subsecretário .o Coronel Viana de Lemos, pessoa até aí muito da privança também do general Costa Gomes.

Foi substituído o Ministro do Interior. O Dr. Rapazote era um transmontano rijo e combativo que nunca vi abalado, mesmo nos mais difíceis momentos da política ou nas mais críticas situações de ordem pública. Mas a resolução com que defendia o Estado e os princípios em que acreditava não matou nunca na sua consciência os escrúpulos do jurista, nem embotou na sua sensibilidade os naturais sentimentos humanos de cristão. Como já disse, . verifiquei como constantemente se preocupava com a correcção do procedimento dos organismos policiais em que superintendia, alguns dós quais não suportavam de boa vontade a pressão a que os submetia.

Tinha uma oratória de estilo muito seu, bastante floreada e ás vezes com arroubos poéticos pouco consentâneos com a função exercida. E nem sempre era feliz no que dizia quer por não ser bem entendido quer por se exprimir com .rude franqueza. Quantas vezes lhe disse que o seu maior defeito como Ministro do Interior. era ser pouco político! Aferrava-se a uma ideia, teimava, insistia, descontentava e,' apesar de pessoalmente per muito simpático, criou

com

tal feitio resistências e inimizades dentro do próprio regime. Mas é um grande homem de bem.

Para o seu lugar procurei pessoa com mais facilidade de "relações públicas" e por isso passei para o Interior o Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista. Amigo velho e fiel, o Moreira Baptista conhecia muito bem o País e era geralmente estimado, mesmo em meios rebarbativos, como os dos artistas.

O Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, que há muito ocupava o Ministério da Justiça, passava para á. Presidência da Câmara Corporativa sendo substituído no governo por um magistrado distinto, o Dr. António Maria Lino Neto.

No Ministério do Ultramar foi colocado o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa que, antes de tomar conta das pastas das Corporações e da Saúde, exercera com brilho as funções de governador geral de Moçambique e sempre se mostrara entusiasta partidário da política da autonomia progressiva.

Estas foram as principais alterações no Governo por tocarem pastas essenciais -- a Defesa, o Interior, o Ultramar. Haveria também a remodelar o sector económico, mas pareceu-me melhor deixar essa recomposição para uma segunda fase - que veio a ter lugar em 15 de março de 1974, já em plena crise. _

A remodelação de novembro pareceu cair bem. De vários lados chegaram ecos favoráveis dizendo que a tensão nas forças armadas diminuíra imenso e que outras tensões existentes na política local metropolitana e ultramarina também haviam quebrado.

A Assembleia Nacional iniciou a sua XI legislatura com uma câmara mais homogénea que a anterior mas em cujo seio se sentia a preocupação de mostrar ao País que a ausência dos "liberais" não destruíra o espírito crítico ou “frondeur” dos deputados. A primeira sessão legislativa, que começou em 15 de novembro de 1973 e devia findar em 30 de abril de 1974 (a revolução pôs-lhe termo cinco dias antes), foi, como todas as primeiras sessões, de simples ensaio de possibilidades e forças. Mesmo assim teve actividade importante, cabendo-lhe a aprovação, logo no primeiro período de trabalho, da lei de autorização do IV Plano de Fomento.

Mas cá fora cumpria-se o programa da oposição: o fim da campanha eleitoral não pôs termo ao esforço revolucionário. Grupos oposicionistas persistiam em reuniões políticas; as canções de protesto e as baladas insinuadoras infestavam as estações de rádio (entre as mais activas, por sinal, figurava a convencionalmente chamada Emissora Católica Portuguesa, Rádio Renascença, que foi depois quem espalhou o sinal indicativo da revolução) e sucediam-se em festivais; no teatro de amadores como nas revistas fazia-se descaradamente o ataque frontal à ordem social; e o mesmo no cinema c na imprensa, onde, além da infiltração na maior parte dos jornais diários, os sociais-comunistas dispunham de alguns semanários de certa expansão, sobretudo o "Notícias da Amadora". O "República", órgão do Partido Socialista, ia lançando vasta rede na imprensa Regional. Não esmorecia a agitação académica, jugulada embora nalgumas escolas onde os reitores e directores haviam conseguido, no fim de anos de cedências e transigências, estabelecer. certa ordem...

Para fazer face a toda esta onda de subversão o Governo agia praticamente sozinho. Era forçoso reprimir. E eu compreendia bem que, não bastava a repressão numa conjuntura destas. Mas quem devia opor à acção e à doutrinação do adversário outras de sinal contrário estava intimidado ou comodamente refestelado no gozo dos seus interesses. '

A verdade é que a burguesia portuguesa, habituada a gozar um clima de paz durante quase meio século, sob a protecção de umas tantas instituições policiais que lhe serviam de escudo, não tinha espírito combativo nem sabia como agir na defesa dos princípios que dizia professar.

A sua tendência imediata, perante qualquer perigo ou ameaça, era para transigir,- procurando a todo o custo o sossego sem complicações. E até quando esboçava uma tomada de posições como ao adquirir jornais diários, ficava depois sem saber que fazer, deixando que essa imprensa minasse ou atacasse frontalmente os próprios alicerces da sociedade a que os donos pertenciam.

Assim, a uma oposição extraordinariamente activa e agressiva em todos os sectores da vida social, só se deparava a barreira que o governo e os serviços dele dependentes constituíam. Nalguns desses serviços trabalhavam funcionários inteligentes e dedicados, mas com o handicap do seu estatuto público, esmagados ao peso do trabalho que sobre eles recaía e até da incompreensão de muitos em favor de quem agiam.

CAPÍTULO III

A ECONOMIA E AS FINANÇAS

Os inimigos de Portugal, na campanha implacável que moveram contra a política prosseguida pelo governo a que presidi, não compreendiam como conseguíamos sustentar) a luta em três frentes africanas e incrementar o fomento de todos os territórios exclusivamente com os nossos recursos.

Diziam-nos o "país mais pobre da Europa", e só encontravam explicação para a nossa resistência, para a fortaleza da nossa moeda e para a prosperidade da nossa economia numa hipotética ajuda dos países da NATO. Era então contra a NATO que vociferavam, por mais que a evidência mostrasse a falsidade da suposição e que nos diversos parlamentos dos países membros dessa coligação se, sucedessem as negativas dos governos respectivos acompanhadas, nalguns casos (como os dos países escandinavos, da Bélgica, da Holanda e da Itália), de condenações formais da posição portuguesa.

Pois é verdade: Portugal aguentou, praticamente sozinho, não só o embate político, como os encargos financeiros resultantes da sua política ultramarina e sem que daí resultasse afrouxamento do fomento económico, quer da metrópole, quer do Ultramar.

Foi minha preocupação constante, aliás, promover, em ritmo quanto possível acelerado; o desenvolvimento da economia nacional. Ao contrário da opinião daqueles que consideravam impossível, ou pelo menos inconveniente, que o Estado, assoberbado pelas despesas militares do Ultramar, investisse grandes somas em fomento, sus tentei sempre, e procedi em conformidade com o. meu modo de ver, a necessidade absoluta do desenvolvimento económico por vários motivos, mas entre os quais figurava ser condição da nossa resistência na luta.

Na Metrópole colhia ó Estado os recursos necessários para ocorrer à maior parte das despesas militares é até pára ajudar a economia das províncias ultramarinas: sem desenvolver a riqueza, como haveríamos de arrecadar rendimentos em importância crescente- de ano para ano?

Quanto ao Ultramar, o fomento económico era, em primeiro lugar, um dever de soberania, o dever de valorizar os territórios, de aproveitar as suas possibilidades nalguns casos imensas e de trazer

à civilização terras e povos. Mas, em segundo lugar, a própria luta 'contra a subversão exigia um esforço acrescido de promoção económica e social. Na subversão o que se disputa são as populações - a sua simpatia, a sua adesão. E se para isso é muito importante ter força (infelizmente a tendência das massas é sempre para se inclinarem para os mais fortes) também é indispensável ter razão; as populações não podem deixar de reconhecer o esforço que se faça para melhorar o seu nível de vida e esta melhoria tem de assentar na produção de mais riqueza e na melhor distribuição do produto nacional.

Por isso, em todas as províncias ultramarinas se fez um esforço enorme para melhorar infra-estruturas (portos, aeroportos, estradas, energia, abastecimento de água, saneamento...) e se procurou dar impulso à iniciativa privada. Neste último caso nem sempre como eu desejaria: porque, apesar de todas as providências tomadas para simplificar e abreviar processos, havia sempre formalidades administrativas a cumprir da parte dos empresários, e a burocracia, pelo seu peso e lentidão naturais, pelo receio. de ser acusada de favorecer este ou aquele interesse privado ou pela hostilidade de algum funcionário mal pago contra os homens de negócios, arranjava sempre modo de protelar pedidos e de demorar decisões. Isso era assim no Ultramar - e também na Metrópole. Mais que burocracia, em certas repartições públicas cultivava-se a empatocracia. Até com o inconveniente de suscitar dúvidas acerca dos motoros reais, que levavam os funcionários a arrastar os assuntos e a fazer valer a sua intervençao

É certo que durante o meu governo me vi a braços com a crise da Administração Pública - a juntar às outras crises... Os funcionários de maior categoria e os técnicos eram solicitados para passarem ao serviço das empresas privadas em condições muito mais

aliciantes do que tinham no Estado. A este era impossível acompanhar a escalada das remunerações do mercado do trabalho numa economia de pleno emprego. Daí que os seus quadros estivessem envelhecidos, com inúmeras vagas por preencher, e fosse forçoso transigir com a acumulação pêlos funcionários de outros lugares ou tarefas fora do serviço. A maior parte dos técnicos trabalhava em regime de tempo parcial. A conjuntura económica pedia uma administração ágil e dinâmica, e consegui-lo era um dos pontos fundamentais da reforma administrativa, mas as circunstâncias faziam com que, pelo contrário, a deterioração dos serviços públicos e a diminuição da sua eficácia fossem cada vez maiores.

Foi, porém, nessas condições que se teve de trabalhar e chega a

parecer milagre que se fizesse tudo quanto se fez.

Cumpriu-se o III Plano de Fomento que tinha entrado em vigor em 1 de janeiro de 1968 para um período de seis anos (1968-1973) e cuja execução ocupou portanto todo o tempo do meu governo. Na revisão trienal que teve lugar em 1970, sob a minha responsabilidade, alargou-se o seu âmbito. Mas novas iniciativas foram tomadas fora dele, cuja execução se projectou no N Plano que o meu governo preparou para o hexênio de 1974-79 e que começou a vigorar em 1 de janeiro de 1974.

O País estava a modificar rapidamente o seu aspecto e sentia-se por todo ele um surto de progresso do qual iam beneficiando todas as classes.

A afirmação de que era o mais pobre da Europa baseava-se em estatísticas donde se extraíam índices desfavoráveis. Mas o que nós tínhamos, com certeza, era o pior serviço estatístico da Europa e a menor capacidade, também da Europa, para trabalhar a informação internacional. Quem percorria o território metropolitano via por todo o lado uma lavoura a renovar-se procurando vias novas na fruticultura, na florestação e na pecuária, uma indústria em plena expansão, os serviços cada vez mais espalhados e a oferecer mais empregos. O comércio vendia quanto tinha. Os impostos entravam facilmente nos cofres do Estado, a conta do Tesouro apresentava constantemente saldos elevados e nunca tive no governo dificuldades financeiras.

Deve-se ao Dr. Salazar a ordem mantida durante quase meio século nas finanças portuguesas. Caprichei em conservá-la. A partir de um orçamento prudentemente equilibrado praticava-se uma gestão legalista em que a previsão orçamental das despesas tinha de ser respeitada. As despesas militares ficavam sempre muito abaixo das receitas ordinárias para que o saldo pudesse servir de cobertura às despesas extraordinárias militares e até a algumas de fomento. No rigor dos princípios, o que se empregava em investimentos reprodutivos podia - e até talvez devesse ser obtido por empréstimo: mas a verdade é que só uma parte o foi, porque se encontrou sempre maneira de conter o montante da dívida muito abaixo das possibilidades do crédito nacional e da percentagem razoável do Produto Nacional Bruto.

As despesas militares eram um quebra-cabeças. Nunca se conseguiu que o Ministério do Exército se submetesse à disciplina orçamental e por isso todos os anos apareciam contas de despesas feitas sem cabimento nas verbas legalmente aprovadas, despesas essas da ordem

do milhão ou dos dois milhões de contos, que era preciso liquidar depois, com recurso ao saldo do exercício findo. Debalde eu determinara que não se excedesse com as despesas militares os 40% do orçamento geral do. Estado: ia-se até aos 45%,.: e o pior é que se tinha a consciência de uma péssima administração do Exército, pois na Marinha e na Força Aérea as previsões orça mentais eram respeitadas.

E certo que não se pode fazer guerra perguntando, para cada operação, se a despesa está prevista no orçamento; é certo que a máquina da guerra é dilapidadora por natureza; mas sempre estive 'convencido, de acordo com a opinião de muito boa gente, de que ', o dinheiro confiado ao Exército podia ser gerido bem melhor, de `'modo que, com igual ou menor despesa, se obtivesse maior eficiência da acção das forças e melhor passadio dos soldados.

Mensalmente recebia da Direcção Geral da Contabilidade Publica um relatório confidencial sobre a situação orçamental e do Tesouro: sabia assim, a pequena distância no tempo, do modo como ia a entrada das receitas e do volume das despesas, bem como Vidas disponibilidades da tesouraria. Isso me permitia, de acordo com ,o Ministro das Finanças, ir planeando as reformas legislativas de maneira a não comprometer o equilíbrio das contas.

Por outro lado a moeda continuou sempre sólida. O Banco de Portugal dispunha de reservas muito vultosas e seguras para sustentar o valor do escudo constituídas pelo jogo natural da balança cambial, sempre excedentária. Muitas pessoas, no País e no estrangeiro não compreendiam como se mantinha tamanho volume de reservas Frequentemente tive de explicar, que as reservas do banco emissor, hoje, à parte o papel psicológico de segurança, só interessam

para os pagamentos internacionais, e que não tendo nós posto quaisquer obstáculos às importações de bens é sendo as praças portuguesas das mais livres para movimentação de moeda estrangeira não podíamos, por gosto, dissipar as reservas e enfraquecer a nossa divisa.

Durante o período do meu governo várias vezes se verificaram flutuações de valor das moedas de referência do comércio internacional: o dólar, a libra, o marco, o franco francês. Ajustávamos o valor do escudo de maneira a não fugir muito ao nível tradicional das paridades, pois nem nos convinha depreciar a nossa moeda, aumentando os encargos a suportar nas moedas estrangeiras valorizadas sem vantagem para a exportação dos produtos

nacionais, nem valorizá-la, prejudicando o comércio externo.

Assim, a nossa vida económica se conservou de 1968 a 1974, fiel a certos princípios: o fomento planeado, as finanças disciplinadas e equilibradas, a tesouraria abastada, a moeda sólida e de valor internacionalmente estabilizado.

O que não se conseguiu foi travar a inflação...

Depois de um período inflacionário que abrangeu os últimos anos da 2a grande guerra e os que imediatamente se lhes seguiram (1946-1950) Portugal conheceu uma época de estabilidade de preços durante quase toda a década de 50 e metade da de 60.

Mesmo nos primeiros tempos da defesa do Ultramar (19611965) e apesar das despesas extraordinárias que ela envolveu, conseguiu-se manter o nível médio dos preços com flutuações insignificantes, o que permitia também aguentar os salários mínimos convencionados. A todo o aumento de retribuição dos trabalhadores correspondia melhoria do seu poder de compra. Foi uma época de progresso do salário real e de paz social.

Por meados da década de 60 esse equilíbrio começou a romper-se. E as causas principais da rotura foram, quanto a mim, três: o aumento da emigração para o estrangeiro, a repercussão das despesas militares no consumo interno e a inflação que começava a acelerar-se no mundo inteiro e que, num País importador em larga escala, tinha de ser importada também.

Sempre se emigrou de Portugal. A maior parte da população vivia da agricultura e esta era a actividade menos progressiva e de mais escassa contribuição relativa para o Produto Nacional. Nos trabalhos agrícolas havia desemprego sazonal a que era preciso ocorrer com expedientes, de maneira a garantir o mínimo de subsistência aos trabalhadores; e mesmo os que tinham trabalho todo o ano, estavam em regime de subemprego, com ocupação deficiente a que não podiam corresponder altos salários. Anos e anos houve em que o principal problema do governo nos meios rurais era assegurar a todos os camponeses a possibilidade de subsistirem - no que, diga-se a verdade, era ajudado pelo sentimento de solidariedade comunitária ainda existente nesses meios. Acrescente-se que a população rural era muito prolífica e em geral sem preparação profissional especializada. Mas formada por gente muito boa, com um fundo cristão como já raramente se poderia encontrar neste mundo.

Os países de destino dos emigrantes estavam sobretudo nas

Américas e em especial no Brasil. Ora, na segunda metade da década de 50 e no princípio da década de 60 a alta conjuntura da economia do centro da Europa determinou uma escassez enorme de mão de obra. A França, tradicionalmente subpovoada, começou a empregar quantidades maciças de trabalhadores estrangeiros: primeiro argelinos e marroquinos, depois italianos, espanhóis, turcos, iugoslavos... Até que, esgotadas as reservas dos países vizinhos, os engajadores descobriram Portugal. E começou a intensificar-se a emigração para França, e em menor escala para a Alemanha, a Suíça e o Luxemburgo.

O governo do Dr. Salazar quis, de início, disciplinar a emigração, de modo a que só emigrassem os portugueses em boas condições de saúde, com instrução elementar, pelo menos, e alguma preparação profissional e que tivessem trabalho garantido no Pais de destino. Os acordos celebrados, então, funcionaram sempre regularmente com a Alemanha.

Mas os franceses estavam esfomeados de trabalhadores, aos patrões até convinha poderem dispor de pessoal em condições irregulares, que deles ficasse totalmente dependente, as autoridades francesas não são muito zelosas (senão quando lhes convém) e dai resultou que, a par da emigração legalizada, começou a crescer a onda da emigração clandestina. Os rurais portugueses emigravam "a salto", passando a fronteira furtivamente, confiados em engajadores que lhes levavam couro e cabelo... Para se pouparem aos incómodos das formalidades administrativas da emigração legal e ao risco de ser rejeitada nalguns casos a concessão de passaporte, os

camponeses gastavam o que tinham e o que não tinham, sujeitavam-se a mil martírios e vexames, e davam em França uma imagem deplorável do País de origem: apreciados pelas suas qualidades de honestidade, docilidade e apego ao trabalho, viam-nos rudes, ignorantes e bisonhos e imaginavam-nos fugidos da miséria e do medo. Quando muitos dos emigrantes, que iam viver em França nas mais precárias condições a fim de poupar quanto possível, deixavam na sua terra um património razoável, casas e fazendas, e nela gozavam situação respeitável sem problemas políticos. Mas era preciso "sair da cepa torta" e abrir melhores perspectivas ao futuro dos filhos...

A emigração para França foi assim engrossando até se tornar gravemente patológica. Iam uns porque tinham ido os outros... Quase era vergonha não emigrar também... E ainda por cima, não se ia para muito longe e, em poucas horas, podia-se vir ver a família e os amigos (mesmo os clandestinos, tornavam a entrar clandestinamente no País quando queriam, e a sair outra vez...)

Como a mobilização militar para prestar serviço em África chamava practicamente todos os mancebos na idade própria, resultou da conjugação da emigração e do recrutamento militar uma drástica redução da mão de obra, primeiro na agricultura depois na própria indústria e nos serviços. ,

Note-se que, ao contrário do que tantas vezes a propaganda antiportuguesa clamou, o número de mancebos que emigrava para fugir ao serviço militar era relativamente pequeno, embora tivesse aumentado nos últimos anos e mais nas classes burguesas e entre os meninos ricos, do que no povo. O que acontecia em larga escala, isso sim, era voltarem de África os homens que lá tinham sido soldados e não quererem regressar aos trabalhos de campo, emigrando a seguir.

A escassez da mão-de-obra provocou fatalmente a alta dos salários. Mas, por outro lado, os emigrantes remetiam para as famílias o dinheiro poupado, parte para o sustento delas, parte para investir - sobretudo na compra de terra e na construção de casas. E o Estado pagava à família dos militares mobilizados que o requeriam uma pensão ou parte do soldo ou do pré.

Daqui resultou um progressivo aumento da massa da moeda em circulação, aumento que não provinha de um incremento da produção, e a que não correspondia, portanto, uma maior oferta de mercadorias e de serviços.

Era sobretudo através desses rendimentos individuais que as despesas militares influíam--nos preços. Mas também se fazia sentir no mercado o peso desse enorme consumidor, que eram as Forças Armadas, nas indústrias de alimentação, do vestuário, dos transportes, metalúrgicas, etc.

Finalmente, o fato de quer nos Estados Unidos quer nos países europeus com quem mantínhamos mais estreitas relações comerciais, subirem constantemente os preços dos equipamentos e dos bens de consumo importados por Portugal, não podia deixar de reflectir-se no mercado interno.

A estas razões fundamentais do surto inflacionário vieram juntar-se outras. Aumentou o turismo e, com esse aumento, veio o entusiasmo dos estrangeiros pêlos investimentos em terrenos, muitas vezes para fins especulativos, com maciças entradas de capitais, aliás estimuladas pela fama da solidez e da estabilidade da moeda. Foi então preciso condicionar severamente a importação de capitais...

O dinamismo que o governo imprimiu à sua acção, a reforma educativa, a multiplicação das obras, o alargamento dos quadros, tudo isso ia implicando uma expansão de despesas públicas favorável ao aumento da quantidade da moeda em circulação.

Para obviar a chaga da emigração clandestina liberalizou-se a saída do pessoal para o estrangeiro, o que nos primeiros anos do meu governo ainda mais incrementou o êxodo dos trabalhadores, já recrutados entre os próprios operários especializados da indústria ou empregados nos serviços, com os consequentes efeitos na subida dos salários e no crescimento das remessas de rendimentos.

A inflação começou assim, á afligir o governo, tendo atingido em 1972 uma taxa ao redor dos 10%. Os números oficiais, dados pêlos serviços de estatística, incluíam entre os bens considerados para o cálculo do número-índice do custo de vida a renda das casas vagas para arrendamento no mês em causa. Está claro que essa renda só influía no custo da vida dos casais novos a alojar, mas não no da generalidade das pessoas que mantinham estáveis as rendas pagas, algumas até injustamente baixas. Em 1973, nos três primeiros, trimestres, fez-se um esforço de contenção dos preços: mas no último trimestre desencadeou-se a crise (lá energia e das matérias-primas com os seus efeitos amplíssimos sobre os custos de quase todos os bens. Uma nova onda inflacionária varreu o mundo ocidental. Estávamos a braços com ela quando veio a revolução.

É sabido quanto a inflação favorece a inquietação política e a agitação social. De entrada é estimulante da vida económica. A abundância de dinheiro provoca o incremento dos rendimentos individuais e dos consumos, a procura cresce constantemente, o comércio não tem mãos a medir e transmite à produção as suas mensagens

optimistas. Há um ambiente de excitação alegre resultante da circulação de tanto dinheiro e das oportunidades que ela oferece. Mas tudo isto vai bem enquanto os governos conseguem controlar a situação. Porque a partir de certo momento, se o fenómeno se mantém, a inflação, de rastejante converte-se em galopante, toma o freio nos dentes e é ela que descontrola todos os mecanismos e funções da economia nacional. Perante a subida constante dos preços e a correspondente desvalorização da moeda deixa de ser possível fazer planos e contratos a médio prazo, sequer. Não convém conservar

dinheiro liquido, o que importa é convertê-lo em bens que se não depreciem com o tempo. A velocidade da circulação da moeda aumenta, o mercado torna-se frenético, a bolsa endoidece, os bens supérfluos, ouro, obras de arte, antiguidades, são sofregamente procurados: quer-se ter nas mãos qualquer coisa em lugar do dinheiro.

Mas quando se atinge este ponto começa a ser difícil conter as reivindicações salariais: se o custo de vida está sempre a subir, o trabalhador sente o seu poder de compra diminuir o quer conservai pelo menos o que tinha. Pretende aumentar, mesmo, esse poder de compra, visto à sua roda notar a existência de tanta gente a gastar e até a esbanjar dinheiro. Em época de pleno emprego são então constantes os conflitos entre patrões e trabalhadores e os agitadores encontram fácil receptividade para a sua acção.

Por outro lado, para as classes de rendimentos fixos (entre as quais está a militar) o espectáculo das fortunas facilmente ganhas na especulação e do impudor das despesas com dinheiro que não custou a ganhar, juntamente com a insuficiência da oferta no comércio de certos produtos de mais intensa procura retidos muitas vezes na expectativa do próximo aumento de preço, constitui um escândalo. E na ingenuidade das concepções do vulgo, os governos não deixam de ser responsabilizados por ele.

Neste domínio as melhores intenções podem ser frustradas. Dou um exemplo. As bolsas em Portugal tinham escasso movimento e as empresas habituaram-se afazer aumentos de capital em benefício dos accionistas existentes (quer por autofinanciamento, mediante incorporação de reservas, quer reservando a subscrição de novas acções aos detentores das antigas) sem participação possível do público.

Resolveu-se fazer pressão sobre as grandes sociedades para que uma parte de todas as emissões fosse posta à subscrição do público, enquanto outra seria reservada, em condições favoráveis, à subscrição dos próprios empregados e operários. Começaram assim a tornar-se frequentes os convites à tomada de acções pelo público: e o entusiasmo suscitado foi tal que rara era a subscrição que não fosse coberta num múltiplo do seu montante, exigindo operações complicadas de rateio em que ninguém recebia mais de um número dígito de acções. A trapalhada que resultou daí, os conluios formados para obter o maior número possível de papéis apresentando a mesma pessoa uma quantidade de boletins em nome de amigos, dependentes e conhecidos, a valorização imediata dos títulos conseguidos, porque quem recebia uma acção não estava interessado em conserva-la e sim em vendê-la a outros para formação ou arredondamento de lotes, as bolsas paralelas

que nasceram até na rua para comércio desses títulos - tudo isso criou um clima febril que desorganizou as transações de valores mobiliários e envenenou o ambiente financeiro.

Para lutar contra a inflação, recorreu o governo aos peritos cuja colaboração foi sempre solicitada e aceite. Várias providências se tomaram e no dia da revolução estava justamente para se realizar uma importante reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em que seria aprovado um vasto e completo conjunto de medidas. Com prudência e equilíbrio estávamos certos de dominar a crise.

Sempre trabalhei muito em Conselho. O Conselho de Ministros reunia-se regularmente todas as quinzenas para apreciar projectos de decretos-leis, ser informado da marcha da política interna e externa e pronunciar-se acerca de problemas de maior relevo. Mas além deste Conselho, havia mais dois de reunião frequente: o Conselho Superior da Defesa Nacional a que adiante se fará mais detida referência e o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

Este último compreendia os ministros das pastas com atribuições tocantes à economia juntamente com os respectivos Secretários e Subsecretários de Estado, entre os quais havia sempre muitos homens jovens e com boa formação técnico-econômica. As suas reuniões - de que existem relatos minuciosos cuja publicação seria útil para a História eram extremamente interessantes sofrendo apenas, nalguns dias, do defeito de resvalarem para o debate académico. Era neste Conselho que se preparavam os planos de, fomento

e as respectivas revisões e se acompanhava trimestralmente a sua execução; e neles se fazia também, sobre documentos preparados pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, a análise da conjuntura de modo a poder-se ajustar constantemente a acção governamental às circunstâncias. O aumento do número dos seus membros e a extensão das matérias sobre que tinha de pronunciar-se levou à criação de secções no seu seio: foi primeiro a Secção de Política Monetária, em que participaram também os governadores dos bancos-emissores; depois as Secções de Abastecimento e Preços e de Com,rio Externo.

Não houve medida importante ou empreendimento de vulto no domínio económico sobre o qual o Conselho não sé debruçasse e não se pronunciasse. Conservo excelente recordação das suas reuniões (como aliás das do Conselho de Ministros) pela liberdade de discussão mantida sempre dentro da maior cordialidade e correcção e num nível elevado de conhecimentos e de capacidade crítica.

Não vou aqui enumerar tudo quanto se fez, nem este livro é um relatório. Esboçarei apenas as linhas gerais da orientação adoptada.

Numa, economia de mercado, como a portuguesa, deveria procurar-se garantir o papel da livre iniciativa e da empresa privada, reservando-se o Estado a criação e o aperfeiçoamento das infra-estruturas e a intervenção nos postos-chaves empresariais que garantissem o controle do conjunto em termos de assegurar o respeito do interesse nacional, a observância dos planos oficiais e maior justiça na distribuição dos rendimentos.

Assim o Estado tinha a constante preocupação de manter em boas condições as comunicações e os transportes, construir, apetrechar e conservar estradas, portos e aeroportos, garantir a produção e distribuição da energia indispensável, proporcionar às populações água, luz e saneamento.

No que respeita a estradas, era manifesta a progressiva incapacidade da rede existente para suportar o tráfego crescente. Existiam apenas pequenos troços , de auto-estradas nos arredores de Lisboa e do Porto, e tornava-se indispensável unir as duas cidades principais por esse tipo de via, bem como alargar a rede, desde já, nas zonas onde a quantidade e as perspectivas da evolução do tráfego o aconselhassem.

O Estado não dispunha de técnica, de dinamismo, nem de dinheiro para construir directamente a rede de auto-estradas sem sacrifício da sua capacidade para fazer e conservar as outras. Mas a circunstância de ser corrente o pagamento do seu uso pêlos automobilistas mediante a' satisfação de peagem ou portagem, tornava possível a concessão da construção a empresas privadas à semelhança do que noutros países se praticara com êxito. Resolveu-se, pois, após ponderado estudo, abrir concurso para conceder a construção e exploração de auto-estradas. O concurso revelou deficiências do caderno de encargos a que nenhuma proposta dos concorrentes satisfazia. Foi anulado, com a grande vantagem de, através dele, terem os serviços aprendido muito para a abertura de um segundo concurso.

A este segundo concorreram três consórcios, um onde predominavam ingleses, outro com preponderância hispano-italiana, e um terceiro luso-francês.- ' Constituída uma comissão de quatorze membros - incluindo os melhores técnicos de estradas de que o Estado dispunha, representantes do Ministério 1 da Finanças e de outros serviços interessados, e um ajudante do Procurador Geral da República - esta,

após demorado estudo comparativo das propostas, apresentou ao governo. um relatório, votado por unanimidade, que concluía ser a terceira proposta a mais favorável ao interesse público e propondo por isso a adjudicação, condicionada a alguns esclarecimentos e correcções. '

Deste relatório destinado ao Conselho de Ministros, foi por um dos vogais da comissão dado conhecimento (certamente não desinteressado) ao Consórcio Luso-hispano-italiano que logo desencadeou uma ofensiva tendente a convencer o governo de que a conclusão estava errada. Acontece, porém, não se achar previsto que 'os concorrentes discutissem o relatório: se estivesse, teria de se dar a todos, por igual, o ensejo de se pronunciarem. O Conselho de Ministros entendeu que não devia reabrir a discussão nesta fase, que era sobretudo imoral premiar a inconfidência de um membro da comissão, e considerando haver esta feito uma proposta por unanimidade, sem qualquer declaração de voto, sequer, deliberou adoptar a proposta.

Daí resultou uma campanha descaroável do consórcio preterido, que não só recorreu da adjudicação para o Supremo Tribunal Administrativo como espalhou largamente pelo País e no estrangeiro: várias exposições e comentários a atacar a deliberarão do Conselho de Ministros e a insinuar irregularidades no concurso e na adjudicação.

A personalidade portuguesa que representava o consórcio adquiriu dois jornais diários em Lisboa e um no Porto, com os quais exercia pressão sobre o governo.

Mas a verdade é que este não podia ter passado por' cima do parecer técnico subscrito unanimemente por quatorze pessoas autorizadas. Se o fizesse, que se não diria, que sé não suporia - e com razão? Tampouco havia motivo para suspender a marcha de um melhoramento que levaria anos a completar e cuja execução era reconhecidamente urgente.

Quando o Consórcio reclamante apresentou, no verão de 1973, mais uma exposição ao governo com arguições concretas e cálculos para demonstrar os inconvenientes da adjudicação feita, o Conselho de Ministros resolveu que fosse constituída uma comissão presidida pelo Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e formada por um professor de engenharia e um economista, a fim de, com plenos poderes para agregarem quem entendessem e ouvir os serviços e pessoas que quisessem, examinar os argumentos do tal Consórcio e rever todos os elementos utilizados para fundamentar a escolha

feita.

Essa comissão trabalhou diligentemente, analisou . pareceres, refez contas, e estava, quando estalou a revolução, para entregar o seu parecer. Não sei o que sucedeu depois. Mas, dias antes, recebera a informação de que o parecer confirmava os pontos de vista da comissão dos quatorze e o bem fundado da sua proposta de adjudicação.

Era minha intenção que o parecer, foste qual fosse, tivesse a maior publicidade. Se chegasse à conclusão de que os quatorze se tinham enganado, proceder-se-ia exemplarmente contra quem levianamente levara o governo a decidir mal. Mas não era o caso, segundo soube. O que não impediu que o grupo plutocrata interessado tivesse largamente insinuado um escândalo e impressionado com isso muita gente boa, inclusive no meio militar.

As auto-estradas, entretanto, estavam a começar a ser construídas. E oxalá o sejam, porque o País precisa delas com urgência.

Outra iniciativa importante do meu governo, tomada pouco depois de assumir a sua chefia, (decreto-lei de 8 de março de 1969), por iniciativa do então Ministro das Comunicações, Eng. Canto Moniz, foi a da construção do novo Aeroporto de Lisboa.

O actual foi construído há de haver uns trinta anos muito próximo da cidade, de tal maneira que está hoje dentro dela, sem poder ter a expansão imprescindível e causando a poluição sonora de toda a região urbana. (1)

A previsão do crescimento do tráfego aéreo nos próximos anos exige um aeroporto internacional muito maior. Por outro lado interessava encontrar um local, perto do litoral, onde os aviões transatlânticos, mesmo os supersónicos, possam aterrar comodamente. Uma comissão, já antes de 1968, estudara nos arredores de Lisboa as várias localizações possíveis para o novo aeroporto e pronunciou-se pela Herdade de Rio Frio perto do Montijo, a segunda propriedade rústica do País em área.

O Conselho Aeronáutico aceitou a proposta dessa comissão, cujo relatório foi publicado. Criou-se o Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa que começou a trabalhar activamente nos estudos e projectos e foram feitas as diligências necessárias à expropriação da Herdade. O programa previa o início da exploração do novo Aeroporto em 1978, o qual ficaria ligado a Lisboa pela auto-estrada de Setúbal, além da

via férrea que passaria no segundo tabuleiro previsto para a Ponte Salazar. A 40 km. da Capital, na margem esquerda do Tejo, o novo aeroporto teria excelentes perspectivas de futuro sem incómodo para os centros urbanos existentes.

Em matéria de portos trabalhou-se muito e foi particularmente notável a ampliação da capacidade de armazenagem do Porto de Lisboa e o seu equipamento para operar com contentores (containers). Mas a grande realização é a do novo porto de Sines. Num estudo feito sobre ordenamento regional do País verificou-se, por um lado, a necessidade de evitar o progressivo congestionamento das cidades de Lisboa e de Setúbal; por outro, que um largo troço da Costa Sul, entre Setúbal e o Cabo de S. Vicente, estava economicamente desaproveitado, com prejuízo do respectivo hinterland no qual se acha abrangido o Alentejo. Tornava-se, por isso, indispensável encontrar maneira de dar vida à região, criando um "pólo de desenvolvimento" e para tal estava indicado o aproveitamento das águas profundas da baía de Sines, mediante construção de um porto ligado a um complexo industrial de que fizesse parte uma refinaria de petróleo. Na verdade, a profundidade das águas junto à costa per-

[(1) Relacionado com os aeroportos existentes há um caso que serve bem de exemplo à distancia que vai da decisão governamental à prática e de como os serviços, quando querem, podem empatar a execução das leis. Quando, em setembro de 1968, tomei conta do governo sabia que estava pendente de decisão a instalação nos aeroportos portugueses de lojas francas (free shops) nas salas de trânsito, onde os passageiros pudessem comprar produtos locais sem pagamento de direitos à semelhança do que se fazia em todo o mundo. Mandei acelerar os trabalhos, e em 20 de agosto de 1969, pôde ser publicado o decreto-lei que, removidas dificuldades aduaneiras -e técnicas, permitia e regulava a instalação e o funcionamento de tais lojas. Pois bem: apesar de, volta não volta, perguntar pelo estado da execução da lei e ouvir explicações promissoras saí do governo, em abril de 1974, sem as lojas estarem a funcionar...]

mitirá a acostagem dos maiores navios petroleiros existentes e a construir, até ao milhão de toneladas.

Analisada a sugestão inicial mediante o estudo sistemático de uma comissão de técnicos (cujo relatório está publicado) o governo deliberou que se construísse o porto de Sines, e para isso, bem como para simultaneamente se proceder ao aproveitamento e valorização da área por ele dominada sem dar tempo a que se instalasse a

especulação, foi criado o Gabinete da Área de Sines, dependente da Presidência do Conselho, dotado de largos poderes de expropriação de terrenos por utilidade pública, de promoção de iniciativas e de gestão de actividades. Quando estalou a revolução estava aprovado o plano geral do aproveitamento da área; concedida a uma firma italiana, em concurso público, a construção do porto, a. erguer-se uma nova cidade para albergar as pessoas que iriam trabalhar na zona; em marcha a instalação da refinaria e em negociação a de outras indústrias.

A concepção dessa refinaria de petróleo, conjuntamente com a ampliação da refinaria da Sacor em Matosinhos e a remodelação do esquema de distribuição dos produtos petrolíferos, fora objecto de estudo de que proveio um relatório, lago publicado conjuntamente com a resolução governamental que consagrou a orientação a seguir.

Não descuramos, aliás, nem um só momento o problema da energia. A existência de petróleo de boa qualidade e em apreciável quantidade em Angola dava-nos grande segurança que, por ocasião da crise do Médio Oriente, permitiu encarar com serenidade o bloqueio dos países árabes.

Os contratos de exploração dos jazigos angolanos conferiram ao governo a faculdade de, em caso de emergência, requisitar a produção deles para o consumo nacional; assim se fez, com plena compreensão das empresas concessionárias.

Quanto à energia eléctrica, estavam em vias de esgotamento as possibilidades de aproveitamento hídrico, embora ainda houvesse que fazer: e justamente durante o meu governo não só se prosseguiu a execução de planos anteriores (geralmente combinando o aproveitamento das águas para rega e para a produção de energia) como se lançou o plano do aproveitamento do rio Mondego, que além da produção de energia, visa a regularização do curso do rio e a beneficiação da respectiva bacia com um conjunto de obras e acções de fomento a ser realizado simultaneamente, e integrado na mesma administração autónoma com fito de valorização regional.

Para 1980 estava prevista a entrada em exploração da primeira central nuclear. Os estudos achavam-se muito adiantados, não só para essa primeira central como para as que se lhe haviam de seguir, Chegou-se a conversar com a Espanha sobre a hipótese de montai centrais que produzissem energia para os dois países, mas as negociações não conduziram a nada.

Fez-se um esforço muito grande para melhorar a distribuição da

energia eléctrica de modo a que, dentro de poucos anos, não houvesse nenhuma povoação sem electricidade. A produção e o transporte da energia em alta tensão foram concentradas na Companhia Nacional de Electricidade na qual se fundiram todas as empresas anteriormente existentes com esses objectivos, em que o Estado directa ou indirectamente tinha participação importante. Quanto à distribuição, continuavam a existir bastantes concessionárias, mas experimentou-se alargar a municipalização dos serviços, sempre que possível, aos concelhos onde as concessões caducassem, integrando-os em federações de municípios. Pôs grande entusiasmo nesta política o Ministro António Rapazote, furiosamente acusado de socialista pêlos empresários das sociedades concessionárias. As federações, nalguns casos em que havia já alguns serviços bem montados com pessoal técnico sabedor e experiente, provaram muito bem, revelando dinamismo e zelo pelo interesse público. Mas noutros, as dificuldades de recrutamento de técnicos e as resistências dos interesses criados não as deixaram progredir.

Na Secretaria de Estado da Indústria não se via a política das municipalizaçoes com simpatia: preferia-se a solução de criar três ou quatro grandes distribuidoras no País, sociedades de economia mista em que entrassem o Estado, os municípios e as antigas concessionárias, e graças às quais se estabelecesse em cada zona a uniformização das tarifas. Nunca excluí a possibilidade de se chegar aí: mas pareceu-me cedo para o tentar. Por agora a disparidade tarifária era muito grande e os egoísmos locais não eram menores, de modo que eu não via a cidade do Porto, gozando, como goza, de tarifas das mais favoráveis do mundo, consentir em vê-Ias aumentadas para que Bragança ou Carrazeda de Anciães pudessem ter energia mais barata do que têm. A formação das federações não impedia que, na altura própria, tais sociedades se`,, formassem. Iríamos tentando, entretanto, levar a electricidade mesmo aonde não fosse lucrativo fornecê-la. E muito se fez neste âmbito, até porque as próprias empresas particulares, temendo perder mais concelhos para as federações, começaram a oferecer condições muito favoráveis para a renovação dos seus contratos de concessão.

Um problema delicado quanto às infra-estruturas dos meios rurais era o de saber quais as aldeias que valeria a pena beneficiar. Muitas delas estão condenadas a desaparecer e já hoje só por lá vivem alguns velhos. A dispersão do povoamento em certas regiões não pode manter-se e para proporcionar às pessoas que residam no campo as comodidades mínimas de que se compõe hoje uma razoável qualidade de vida, é preciso concentrá-las mais e fazer incidir nas povoações que se preveja terem futuro os investimentos públicos. Por isso se começou a levantar a carta do ordenamento racional do território com

a indicação para cada região das povoações decadentes, das estáveis e das progressivas ou com possibilidades de progresso. Tudo isto é falível. Mas o fato de não se acertar necessariamente, não pode servir de desculpa para cruzar os braços.

O Estado, porém, não se limitava a proporcionar infra-estruturas à economia nacional, porque geria ou participava na gestão de numerosas empresas -- privadas, de economia mista ou públicas.

Sem obedecer a um ideário socialista e apenas por força da necessidade de controlar sectores fundamentais da vida económica ou por ser solicitado a sustentar empresas reputadas de interesse geral, o Estado foi penetrando em numerosos domínios e conseguindo, mesmo sem nacionalizações ou socializações, preponderar na administração de muitas sociedades.

Por exemplo, no sector bancário, pertencia ao Estado o Governo do Banco de Portugal e a designação, de fato, dos seus administradores; era o accionista majoritário do Banco de Angola; tinha uma forte posição no capital do Banco Nacional Ultramarino com a faculdade de nomear o governador e um vice-governador e mais um administrador, além do Comissário do Governo, e influindo na escolha da restante administração; e dominava o crédito agrícola, industrial e hipotecário através dá Caixa Geral de Depósitos (empresa pública) e dos Bancos de Fomento Nacional e do Crédito Predial (empresas de economia mista), dispondo ainda da Sociedade Financeira Portuguesa.

No sector da energia era também da política há muito seguida possuir o Estado os comandos da produção e do transporte de energia eléctrica através da Companhia Nacional de Electricidade. Quanto ao petróleo, o Estado tinha forte posição accionista em todas as empresas de refinação, além de poder nomear alguns administradores e delegados do governo.

Por sinal que um dos problemas que encontrei ao assumir o governo foi o do licenciamento da pesquisa de petróleo na plataforma submarina metropolitana. 8 dado que me diziam ser muito provável a existência de petróleo ou de gás natural na costa portuguesa, quis logo acelerar o processo de licenciamento. Levei anos a insistir, em vão, para que se despachasse o assunto, até que já à vista a crise da energia, marquei uma data, no ano de 1973, à Secretaria de Estado da Indústria para dar as licenças. Cinco anos depois das minhas primeiras instruções foram passadas as primeiras licenças e isso por grande esforço e diligência do então Secretário de Estado Dr. Hermes dos Santos e do Ministro Costa Dias. Em todas as licenças está prevista a participação do Estado nas empresas que eventualmente se

formem, caso apareça o petróleo almejado, para o explorar.

No sector dos transportes cai sobre o Estado a responsabilidade inteira dos caminhos de ferro, embora subsista a CP (Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses) com a aparência de sociedade anónima. A verdade é que há muito o Estado- cobre integralmente os deficits da exploração ferroviária e proporciona os capitais necessários para investir na renovação da via e do material circulante. Por isso em 1973 se fez a revisão do regime jurídico deste tipo de transporte e do contrato de concessão à CP, para que ficasse bem claro que o Estado chamava a si os encargos de subsistência do serviço público e da empresa cuja administração, de fato, totalmente dele depende. Para manter 'o caminho de ferro o Estado despende em subsídios anuais à roda de um milhão de contos: e cada vez que havia um aumento de salários, era o Estado que tinha de suportar o maior .peso dele, dado ser inconveniente agravar demasiadamente as tarifas.

É também o Estado grande accionista dos Transportes Aéreos Portugueses e, indirectamente, da nova companhia de navegação que resultou da fusão da Companhia Colonial e da Empresa Insulana. Seguiu-se aqui a política de procurar constituir duas fortes empresas de navegação capazes de uma concorrência viva, em lugar da dispersão existente em 1968: e esta orientação, definida em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 1969, veio sendo metódica e pacientemente executada até ao ano de 1974, em que se conseguiu finalmente chegar à redução a duas companhias.

Não vale a pena continuar a enumerar as posições do Estado em empresas base da economia nacional. Seriam, porém, estas posições convenientemente guarnecidas e utilizadas no interesse público?

Murmurava-se constantemente a respeito da. designação dos administradores por parte do Estado e dos delegados do Governo. No fundo a maior parte dessas murmurações eram fruto da inveja

muito nacional. Mas tem de se confessar a dificuldade de escolha das pessoas para tais lugares. -

Uma das críticas mais acerbas dirigia-se ao recrutamento de alguns desses administradores e delegados entre antigos membros do governo. Essa é a menos procedente, a meu ver. Porque um homem que passou pelo governo adquiriu conhecimentos e, sobretudo, um sentido do interesse público, que não podem deixar de o qualificar para continuar a prestar serviços ao Estado. Acresce a isso que a permanência durante anos de alguém no governo o prejudica na sua

profissão. Se é médico ou advogado, foi-se-lhe embora a clientela... e a técnica. Mesmo noutras actividades, raramente o antigo membro do governo está em condições de voltar ao emprego que tinha antes ou é conveniente que vá prestar seus serviços a entidades privadas. Há países onde todo o antigo membro do governo, qualquer que haja sido o período que nele serviu, fica a receber uma pensão que lhe garanta com decência a situação de independência de que deve desfrutar. Entre nós só ao cabo de dez anos de serviço a lei confere direito a pensão. Nos outros casos não será justo aproveitar essas pessoas em lugares onde continuem a colaborar na execução da política que ajudaram a definir?

Fez o meu governo todo o possível para recrutar pessoas capazes para tais lugares. Quando em 1956 era Ministro da Presidência, tomei a iniciativa da publicação de um diploma regulador do exercício das funções de administrador e de delegado do governo do qual consta o dever de informação mediante a apresentação de relatórios periódicos. Na Presidência do Conselho eram esses relatórios cuidadosamente lidos e anotados, tendo-se mesmo criado uma inspecção geral das Participações do Estado como germe de mais extenso e importante departamento coordenador.

Para muita gente, porém, trata-se de prebendas bem pagas e de pouco trabalho - o que nem sempre é verdade. Se o Estado pretende gerir empresas tem de designar dirigentes para elas, e dirigentes que se orientem pêlos mesmos princípios que o Governo segue na condução dos negócios públicos e que ao Governo fiquem subordinados. A experiência mostrará que não seguíamos caminhos errados no recrutamento deles. Não se iluda ninguém, porque seja quem for a exercer o Poder, estará sempre na escolha de colaboradores para certos postos condicionado por circunstâncias a que não pode fugir. Mais ainda o ficará quando esse regime dure há uns tantos anos, acumulando serviços e compromissos que aos chefes políticos é impossível ignorar.

Quanto à criação de condições favoráveis à manifestação e ao desenvolvimento da iniciativa privada fez-se bastante, mas deparando com determinados obstáculos tradicionais na sociedade portuguesa.

Sou dos que continuam a acreditar nas virtudes da iniciativa particular e na necessidade da existência da livre empresa e de um mercado competitivo. Onde essas instituições desaparecem, cai-se na administração pública, com mais ou menos autonomias e democracias de base, mas sempre tendendo para a burocracia, para a irresponsabilidade, para a estagnação a, o que é mais grave, para a sujeição de todas as pessoas a um sistema de centros de decisão

ligados rigidamente entre si que tolhe a liberdade nos seus mais íntimos aspectos e tira ao homem a alegria de viver.

Viver á ter a possibilidade de realizar com risco um projecto pessoal, é ter a faculdade de criar. Hoje é corrente ouvir os jovens manifestarem a pretensão de "realizar-se": uma sociedade socialista só permite que se “realizem” aqueles que consigam postos de chefia dentro do sistema. E mesmo assim, é preciso que se subordinem aos planos e escapem às purgas resultantes da fiscalização vertical ou horizontal, geralmente muito mais inspirada em preconceitos ideológicos e em ódios pessoais ou de classe, do que no interesse geral.

A empresa privada terá os seus defeitos, mas permite que muitos tentem possibilidades de introduzir no mercado e na vida social actividades novas, novas ideias, novas soluções, de correr a aventura dos riscos e de colher a experiência do insucesso ou a alegria do êxito.

Implica a sua existência o reconhecimento da propriedade privada dos instrumentos de produção. Já o direito de propriedade em Portugal não era, na época do meu governo, aquele poder absoluto que os seus adversários descrevem e condenam. A preponderância da doutrina católica no tempo do Dr. Salazar levou a fazer aceitar, nas escolas, na doutrinação política e na prática, a ideia de que a propriedade privada exerce uma função social e de que o proprietário tem de aceitar os encargos e limitações consequentes dessa função. Em poucos países existe uma legislação sobre expropriação por utilidade pública que dê tantas facilidades para a passagem de bens do domínio dos particulares para o da colectividade. E em poucos países era tão facilmente aceite a restrição do direito de propriedade por motivos de interesse público.

Mas esta docilidade tem os seus inconvenientes num sistema de economia de mercado. Porque correspondia talvez a uma falta de energia lutadora dos indivíduos que se traduzia em ausência de combatividade para fazer vingar iniciativas. O empresário português, em geral (porque se tem de exceptuar alguns casos à parte), carecia de cultura, de capital e de espírito de risco. Tinha ideias, mas poucas vezes bem fundadas, estudadas e desenvolvidas em programas convenientemente organizados. Propunha-se avançar com um mínimo de capital próprio e na esperança de obter por crédito necessariamente oneroso o resto que lhe faltava. E gostava de jogar pela certa, com lucros altos e rápidos e, sendo possível, com o auxílio, o amparo, a protecção paternal do Estado.

Disse uma vez que a prova mais provada da incapacidade da iniciativa privada em Portugal estava no que se tinha passado durante o governo do Dr. Salazar. Os empresários tiveram nesse período dinheiro oferecido nas condições mais favoráveis da Europa (a taxa do desconto do Banco de Portugal era das mais baixas, e foi por vezes a mais baixa, sobre ela assentando as taxas da banca comercial), mão-de-obra abundante, um regime tributário favorável e protecção às empresas com interesse para o País dada à sombra do condicionamento industrial. Alguma coisa que se fez na indústria foi graças a esse conjunto de condições: mas ele era de tal modo favorável que justificaria um florescimento extraordinário de novas indústrias bem diferente do moderado desenvolvimento verificado. Do que as pessoas se queixavam era de não poderem fazer sempre as mesmas coisas que outras já faziam e que parecia garantir lucro certo: novos caminhos, novas sendas, poucos se arriscaram a trilhar.

As circunstâncias proporcionavam ao meu governo uma viragem forte na política económica. A emigração rarefez a mão-de-obra rural e a agricultura viu-se repentinamente privada da abundância de braços que até aí fora uma das causas da sua rotina técnica e da baixa produtividade do sector. As grandes e médias explorações agrícolas foram forçadas a mecanizar-se e a procurar culturas mais rentáveis e métodos de gestão mais racionais. Muitas pequenas explorações, a cargo dos próprios proprietários, foram abandonadas; e foi preciso lançar o movimento da "agricultura de grupo", incitando os pequenos proprietários vizinhos a associar-se de modo a reunir as suas terras para poderem ser lavradas com máquinas e empregar pouca gente no granjeio repartindo-se no final o produto pêlos associados (decreto-lei n° 49.184 de 11 de agosto de 1969). O Estado auxiliou por meio de subsídios a compra de máquinas, de preferência para formação de parques que associações de lavradores, grémios da lavoura e cooperativas mantinham para uso próprio ou para alugar aos interessados. E subsidiou também a reconversão de culturas, a fim de serem abandonadas as mais onerosas e menos adequadas aos terrenos em benefício de outras mais fáceis e úteis, ou da florestação que o desenvolvimento da indústria da celulose tornou extraordinariamente lucrativa para os particulares.

As cooperativas agrícolas multiplicaram-se, umas especializadas no comércio de vinhos, frutas ou laticínios, por exemplo, outras de fins múltiplos, tendo sobretudo em vista a industrialização, a semi preparação e a conservação dos produtos da terra. Algumas destas cooperativas, sobretudo as organizadas nos grandes regadios, tornaram-se importantes factores do progresso da lavoura local.

Tratou-se durante o meu ' governo de lançar a rede de frio, da maneira a conservar os produtos agrícolas e pecuários e a poder comercializá-los ao longo do ano nas melhores condições. Estava em marcha a construção dos grandes matadouros frigoríficos, situados estrategicamente para valorizar ao máximo a riqueza pecuária do País e abastecer com facilidade os principais centros de consumo.

Procurava-se o mais possível no sector agrário substituir a uma política de conjuntura, baseada nos preços e sustentada à força da subsídios, uma política de estrutura que modificasse formas de exploração, métodos de gestão e processos de produção e comercialização.

Quanto à indústria, era indispensável pôr termo ao regime de condicionamento que protegia um grande número de actividades. Esse regime, justificara-se para permitir que se implantassem e radicassem novas actividades industriais, sem excessos de concorrência que na mesma actividade provocassem concentração de capitais e a sujeitassem à subprodução com escasso aproveitamento do equipamento adquirido, sua lenta amortização e consequente obsolescência. Tratava-se de orientar a empresários, desviando-os das actividades cujo mercado estava saturado para outras de perspectivas mais úteis ao País.

Com o tempo, porém, esta protecção resultante da necessidade de licenciamento para o ingresso de novas empresas em certo sector de actividade industrial, mostrou-se inconveniente ao progresso económico e técnico. e sobretudo criou um clima moralmente desagradável em relação aos que estavam instalados e protegidos e defendiam com ardor a sua posição contra quantos queriam concorrer com eles. Já em 1957, sendo Ministro da Presidência, no discurso de abertura do Congresso das Indústrias Portuguesas, então . realizado em Lisboa, eu avisara os empresários de que a criação do Mercado

Comum Europeu e as perspectivas da instituição da Zona de livre Câmbio complementar dele, nos iam forçar a abrir as fronteiras à concorrência internacional e tínhamos para isso de começar por demolir pouco a pouco a protecção que impedia no mercado interno a competição entre empresas. Esta mesma doutrina foi constantemente pregada aos industriais pêlos negociadores do acordo da EFTA, em que Portugal participou comprometendo-se a demolir barreiras aduaneiras e a pôr de parte medidas discriminatórias de protecção aos produtos nacionais. Conseguimos, então, graças ao Ministro Correia de Oliveira, tratamento favorecido no acordo, mediante a obtenção de um prazo de desarmamento aduaneiro mais largo que o concedido aos

outros países, para dar tempo a que a nossa indústria se fortalecesse e pudesse sofrer, sem dano de maior, o embate da concorrência estrangeira. Era, porém, indispensável e urgente que se aproveitassem as vantagens obtidas e que as nossas empresas se fossem habituando a lutar em campo aberto com as armas usadas no resto da Europa.

Os anos foram passando, porém, e as empresas, embora nalguns sectores aproveitassem bem as facilidades de exportação dadas pela liberalização do comércio europeu, não se resolviam a dispensar francamente o amparo da lei.

Logo no princípio do meu governo fiz estudar a reforma do regime do condicionamento industrial e, mesmo dentro dele, a maneira de abrir o mais possível o mercado à competição interna. O Ministro Dias Rosas preparou, assim, com a colaboração do Secretário de Estado Rogério Martins, uma proposta de lei de fomento industrial que foi discutida pela Assembleia Nacional e por ela aprovada em 1972 (lei n° 3 de 27 de maio).

As bases dessa lei prevêem, por um lado, o alargamento da liberalização do lançamento de novas indústrias, por outro incentivos fiscais de crédito (criação do Fundo de Fomento Industrial) e outros, a esse lançamento. Em 1973 e 1974 foram publicados os diplomas que a regulamentaram, sobretudo o novo regime do condicionamento, de transição progressiva para a liberdade o estatuto dos "parques industriais zonas demarcadas onde se.proporcionam economias externas e vantagens especiais para a implantação de estabelecimentos fabris, a lei aos incentivos fiscais, que assegura largas isenções tributárias durante prazos razoáveis às indústrias .novas, consoante o seu grau de interesse publico ou até de esperada contribuição para o desenvolvimento ao uma região deprimida, e a lei orgânica do Fundo de Fomento Industrial destinado a apoiar financeiramente as iniciativas dignas de ser sustentadas. 0 problema do desenvolvimento regional foi dos mais constantemente tidos em coma. Em Portugal as condições naturais fizeram nascer o contraste entre o literal em pleno desenvolvimento e o inferior geralmente reduzido a uma agricultura contingente, sujeito a hemorragia demográfica e por isso de lento progresso, quando não em vias cio decadência Tinha, por isso, de se fazer uma política de fomento dessas regiões atrasadas, e ela foi empreendida com a colaboração entusiasta nas :omissões Consultivas Regionais de Planejamento que mobilizaram em cada região centenas de boas-vontades. Quantas esperanças se depositavam nos planos do Alentejo, da Cova da Beira, do Nordeste Transmontano, por exemplo, o primeiro a partir da irrigação quase concluída das zonas da

província onde havia águas susceptíveis de aproveitamento!

Voltando à liberalização industrial não podíamos estar à espera das leis para ir abrindo o mercado e quebrando monopólios de fato que por lá andavam instalados. O Eng. Rogério Martins lançou-se com entusiasmo na promoção de novas iniciativas em diversos sectores. Num deles. porém. a sua acção desencadeou reacções que na altura da revolução o governo estava a sentir manifestarem-se com violência e que não sei mesmo se, de um modo ou outro, não terão contribuído para que o movimento revolucionário deflagrasse: o dos cimentos.

A produção de cimentos estava ha muitos aios nas mãos da um cartel onde preponderava um activo industrial a cujo dinamismo se devia a instalação da siderurgia Nacional. Esse industriai conseguia, dentro do regime do condicionamento, impedir o aparecimento de novas empresas usando a táctica de pedir constantemente autorização para ampliar fábricas e montai outras novas: obtidas as autorizações, ia dilatando o seu aproveitamento, mas se alguém falava em produzir cimento ele tinha sempre em carteira a possibilidade de provar que estava preenchida e excedida, com as licenças já outorgadas, a capacidade de consumo do país,

A verdade é que as perspectivas desse consumo eram crescentes e iriam aumentar enormemente com a construção das auto-estradas enquanto as licenças concedidas ao grupo predominante continuavam por utilizar por um motivo ou outro. A Secretaria de Estado da Indústria estudou o problema tendo em vista os consumas--o matérias-primas disponíveis e respectiva localização, c concluiu que se justificava a instalação de mais duas fábricas de cimento. uma no centro do País, perto de Coimbra e outra no Nui, no Algarve Levado o assunto ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, foi este unanimemente de parecer que se concedes

sem as licenças e que de entre os requerentes se desse preferência a grupos nacionais. Assim se fez, sem que eu, aliás, nunca mais tivesse, a ver, fosse o que fosse, com o seguimento do assunto.

O industrial a que há pouco me referi estava então a ser julgado à revelia num processo escandaloso movido por um irmão e que interessou vivamente a opinião publica. os advogados do industrial, todos da extrema esquerda. por binai, acusaram o governo do Dr. Salazar de ter perseguido o acusado, por haver procurado simplificar e abreviar a longa e complexa instrução decorrida na Polícia Judiciária. Mas que diriam os advogados socialistas se o governo tivesse dado a impressão de não deixar fazer luz sobre as acusações

formuladas a um plutocrata pela sua própria família!

O julgamento teve, pois, lugar na altura própria e não contribuiu pouco'- peio escândalo levantado, pela inépcia do juiz presidente e pela demagogia aos advogados para a criação de um ambiente público desfavorável ao capitalismo. No expio, o industrial acusado continuava a comandar as suas empresas, o que estava certo, e mesmo nu auge ao processo (cujo julgamento durou quatro anos e tal) procurava fazer operações de grande envergadura financeira. Foi avisado mais de uma vez, por intermédio dos seus representantes em Lisboa, que se o governo desejava não ver estagnados os negócios que ele tinha em Portugal e que tudo prosseguisse normalmente (assim como o Governo não podia ficar à espera do resultado do julgamento para executar a política industrial estabelecida), já não parecia conveniente que, enquanto eram discutidos publicamente os seus actos, surgissem notícias de que procurava ampliar o seu império financeiro mediante grandes operações, como sucedeu com a tentativa de fusão do o que possuía com outro Brande banco comereis., em condições que a maioria dos administradores deste último considerou censuráveis.

Ora quando o industrial foi absolvido no tribunal criminal, em 1973, e regressou ao Pais, resolveu pedir contas ao governo por, ao conceder as duas licenças para as fábricas de cimentos do Norte e do Sul, "o ter prejudicando no seu património". E vá de encetar uma campanha a insinuar irregularidades e favoritismos na concessão dessas licenças. Quando num diário pró-cumunista me constou que ia sair urna entrevista do industrial, cheia de insinuações e de ataques pessoais (não a mim) fiz saber-lhe que achava errado o caminho adoptado. Com essa atitude de ressentimento ia prosseguir uma obra de descrédito do sistema econômico-social, descrédito de que ele viria a ser vi,],..- também quando era mais inteligente enterrar o passado e olhar com entusiasmo o futuro. Se ele quisesse, porém, o texto seria publicado sem o corte de uma vírgula, como integralmente teriam de sair as inevitáveis respostas que iriam aparecer numa polémica decerto acerba: as observações que lhe fazia eram um apelo ao seu bom-senso e nada mais.

Respondeu prontamente que acatava as observações e desistia da entrevista: mas esta passou a correr de mão em mão em papéis ciclostilados. E decorrido pouco tempo o seu conteúdo surgiu sob forma de relatório anual de uma empresa desse industrial. Quando de tal tive conhecimento convenci-me de que o relatório, onde se não continha uma única indicação relativa a gestão do exercício, era apócrifo. O industrial seria certamente homem de palavra e não me unha comunicado que mudara de opinião. Quis saber dele o que se passava, mas estava no estrangeiro e não consegui contara-lo. Daí

por diante a campanha continuou em discursos de assembleias gerais, etc. Dizem-me que o industrial asseverava a quem o queria ouvir o seu propósito de "deitar-- abaixo" . .o Governo. Conseguiu. E os seus advogados social-comunistas lá estão agora com a revolução a combater os monopólios...

Gente que visse nos propósitos do governo uma ameaça às posições de domínio- que adquirira e consolidara não faltou. Mas houve uma outra espécie de reacções à perspectiva de liberalização económica imposta, como disse, pela aproximação ao termo do proteccionismo, em consequência dos acordes da EFTA e por força do acordo posterior com o Mercado Comum o que me referirei mais adiante. Essa reacção foi a da venda das empresas a grandes grupos estrangeiros. em muitos - casos multinacionais

O industrial português, não se sentia com ânimo para enfrentar competição externa e por outra lado as empresas multinacionais tinham interesse em ocupar posições em Portugal onde as condições de produção pareciam favoráveis e donde se desvendavam mercados interessantes na África e na América do Sul. De modo quer surgiu 4 procura de estabelecimentos fabris que muitos empresários portugueses encantados com os preços oferecidos e a comodidade da vida 'antegozada, se apressaram a vender. Assim se foi desnacionalizando grande parte da nossa industria apesar das dificuldades postas, através do Banco de Portugal, à importação de capitais estrangeiros. Havia, porém, sempre maneira de frustrar os impedimentos governamentais. Assisti com inquietação - e indignação - a esse fenómeno sem saber como atalhá-lo, para além de uma fiscalização mais severa das empresas estrangeiras. Como mais de uma vez disse, não sou xenófobo. e de bom grado veria entrar no País a tecnologia dos outros e uma contribuição que fosse estimulante da gestão, organização e métodos da indústria. Mas, em geral, os estrangeiros abordavam-nos com espírito colonialista: para aproveitar mao-de-obra mais barata e vantagens fiscais e de fiscalização.

Na indústria portuguesa salvaram-se deste demissionismo e marcavam pelo dinamismo progressivo meia dúzia de grupos. cera embaraçoso para o governo verificar serem sempre os mesmos que apareciam em todos os sectores: mas como fugir a isso, se as circunstâncias do País eram essas

Não fiquei com muito respeito nela maior parte da alta burguesia tio meu País...

Não quero deixar de fazer referência a uma medida que reputo da maior importância: a que instituiu um regime sério de fiscalização

das sociedades anónimas. Era uma necessidade instante e dela tinha há muitos anos plena consciência. Por isso, mal chegado ao governo pedi ao Ministro da Justiça que preparasse um projecto de diploma sobre o assunto, expondo-lhe as minhas ideias pessoais: aproveitarmos, em período de transição, os conselhos fiscais mas regulando a intervenção progressiva de revisores oficiais de contas, cuja profissão se deveria criar e regulamentar, no controle da contabilidade eras sociedades; e fixar normas sobre os elementos a incluir nos documentos a publicar obrigatoriamente para a prestação anual de contas, caminhando-se no sentido de uma racionalização da contabilidade tal como é de há muito praticada nas sociedades de seguros.

Daqui nasceu o Dec.-Lei no. 49.381 de 15 de novembro de 1969. depois pacientemente executado, no meio da má vontade ou incompreensão da maioria das sociedades. Em 1972 deu-se mais um passo na regulamentação de alguns tipos de sociedades com maior projecção no mercado financeiro; e, em 1973 já se podia instalar a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas para começar em 74 a actuação deles. Oxalá não se abandone este caminho que iria desembocar, estou certo disso, numa efectiva fiscalização das sociedades anónimas, até aqui praticamente inexistente.

Resta fazer um apontamento sobre o acordo com a Comunidade Económica Europeia (Mercado Comum). Esta Comunidade, formada inicialmente pela França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, reunia desde logo alguns dos principais fornecedores e clientes de Portugal. Mas em 1972, com o ingresso da Grã-Bretanha, da Irlanda e da Dinamarca, passou a ter posição excepcional no nosso comércio externo, pois absorvia 55 % das exportações portuguesas. Os três países aderentes pertenciam a EFTA e por isso admitiam até aí os nossos produtos nos seus mercados sem ónus aduaneiros ou com direitos cada vez mais reduzidos. Era urgente firmar com a Comunidade alargada um acordo que proporcionasse a Portugal a possibilidade de exportar para a Europa em ternos semelhantes aqueles em que exportava para a Lr TA, de modo a não perder o mercado britânico e a poder competir nos restantes parras do mercado Comum. Não podíamos pensar em ingressar neste, porque tal ingresso pressupunha certa identidade de condições económicas que não tínhamos. em relação a países altamente industrializados. A maior parte das pessoas julgava que entrar ou não para o Mercado Comum era mero problema político. equacionado em termos de regime mais ou menos democrático ou relacionado com os nossos interesses e responsabilidades no Ultramar. Mas não. De momento não se punha, nem se podia pôr, a hipótese ar passarmos a fazer parte de um só território aduaneiro e fiscal juntamente com os países de ,entro

europeu. Tratava-se apenas de estabelecer com essa potência um acordo que facilitasse a entrada dos nossos produtos e nos desse algum tempo ,para o desarmamento alfandegário da protecção às indústrias novas.

Os emigrados portugueses acto estrangeiro, sobretudo os que se intitulavam socialistas fizeram junto dos governos do Mercado Comum todas as diligências ao seu alcance para que não fôssemos bem sucedidos. Felizmente sem êxito.

As negociações decorreram com relativa rapidez entre os técnicos e foram acompanhadas atentamente pelo Governo, tendo-se chegado em julho de 1972 à conclusão do acordo que, depois de submetido à aprovação da Assembleia Nacional e a ratificação pelo chefe do Estado. entrou em vigor em 1 de janeiro de 1973. O acordo foi considerado pêlos peritos internacionais bastante favorável a Portugal e constituiu por isso um êxito para os seus negociadores sob a chefia do Dr. Rui Patrício- cuja cultura económica era invulgar num Ministro de Negócios Estrangeiros.

Uma palavra ainda sobre a política tributária, na qual procurei, não apenas obter recursos, mas utilizar o imposto como meio de contenção de acumulação de riquezas e processo de redistribuição de rendimentos.

Todavia é bem difícil pôr em prática uma política tributária com intenções redistributivas num país em via de desenvolvimento. É preciso não afugentar capitais. importa incentivar as iniciativas, não convém rapar demasiadamente os lucros impedindo o autofinanciamento das empresas, nem estimular a poupança empresarial em detrimento da distribuição de dividendos... De forma que, excluindo quanto possível o agravamento de impostos sobre o trabalho, querendo aliviar a contribuição industrial ou isentar dela as actividades novas de interesse geral, bem como as que se reconvertessem ou reequipassem, não se podendo tocar na agricultura e indústrias afins, nem reduzir demais os rendimentos dos valores mobiliários restava, no campo dos impostos directos, o imposto complementar Este era, como o nome indica, um tributo que completava e corrigia, em relação ao conjunto dos rendimentos de cada contribuinte, as deficiências dos impostos cedulares. Imposto de rendimento, pois. lançado pelo englobamento dos rendimentos já parcialmente tributados, a sua liquidação fazia-se por taxas progressivas e nestas ,alcançaram-se, para os últimos escalões; valores francamente altos. Ao que os contribuintes respondiam como em toda parte e desde que há tributo, mediante processos engenhosos de evasão criação de sociedades civis imobiliárias, conversão de

bens em títulos ao portador etc.

A inflação tornava fáceis as cobranças e os réditos públicos subiam rapidamente de ano para ano. Mas eram os impostos indirectos ,como sempre, os mais frutuosos. Destes, o imposto de transações. incidia com taxas mais pesadas sobre certos consumos suntuarios e assim se conseguiu fazer reverter para a colectividade alguma coisa do que se despendia em coisas de luxo ou de prazer. E a contribuição que mais duramente ia buscar aos patrimónios uma parcela para o Estado era o imposto sobre sucessões e doações quando recaía sobre mentes distantes ou estranhos ao falecido ou ao doador.

A lição colhida é de que são muito diferentes_ os processos de agir para corrigir por via fiscal desigualdade-- sociais em países já desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Naqueles pode sacar-se a vontade sobre a riqueza criada e automaticamente criadora de mais riqueza, enquanto nestes importa não matar a galinha dos ovos de ouro...

CAPÍTULO IV

0 ESTADO SOCIAL

Se há domínio onde tenho a consciência de que o meu governo desenvolveu uma acção profícua durante todo o tempo que o chefiei é o da protecção aos trabalhadores e da promoção social dos humildes. Não terei conseguido tudo quanto desejava mas fez-se muito. E não se fez mais porque, como já tenho mais de uma vez sublinhado, actuou sempre em ambiente de luta contra dificuldades de toda a ordem .

Não procedi nesta matéria por manobra política ou por cálculo eleitoral, mas em obediência a convicções antigas muitas vezes expressas ao longo da minha vida. Oriundo de uma família modesta do meio rural, sabia bem pelo contacto com os pobres desde a infância quais eram as suas angústias e os seus problemas. B sinceramente desejei sempre valer-lhes. Não se tratava de ideologia, de pretexto retórico, de motivo político, mas de radicado propósito de melhorar a condição de tantos portugueses cujas qualidades os `faziam merecedores de melhor sorte.

Esta minha atitude foi desde início compreendida. pelas populações com a intuição natural da gente do povo. Talvez tudo haja sido esquecido já: mas a verdade é que desde o primeiro ao último dia do meu governo recebi do povo provas de consideração e de estima que eram para mim constantes incentivos e estímulos. Como mais de uma vez disse nas "conversas em família", a bondade com

que por toda a parte era tratado pela massa popular criava-me um sentimento de grave responsabilidade a que pretendia corresponder. Escutava as queixas e os apelos que me eram dirigidos, e ouvia também expressões comovidas de reconhecimento por aquilo que em benefício das pessoas ia sendo feito. A recordação desses contactos com o povo não se apagará jamais da minha memória mesmo que passe da dele. Não sei se alguma vez na história moderna de Portugal se terá atingido tamanha compenetração entre um governante e o País talvez porque tivesse sido sentida a sinceridade, a espontaneidade, a naturalidade com que da minha parte sempre avancei para as pessoas e as tratei como tais. Creio que se diz agora que o povo estava oprimido etc., etc Estranha opressão que permitia ao chefe do governo mover-se, praticamente só, no meio de multidões onde, entre manifestações inequívocas de carinho, dialogava abertamente com quem se lhe queria dirigir!

A política social, na altura em que tomei conta do governo, seguia as normas traçadas na Constituição dentro da concepção do Estado Corporativo.

Este conceito fora inspirado na doutrina da Igreja Católica tal como era ensinada na primeira metade deste século e que, impregnada do espírito cristão, repudiava o materialismo dialéctico que está na base do marxismo e o dogma da luta de classes em que assenta toda a construção do socialismo revolucionário.

Não só não era admitida a dicotomia exploradores-explorados, construída a partir da ideia de que o valor de uso dos bens corresponde ao trabalho nestes incorporado, não integralmente retribuído pelo salário de que era retida injustamente uma parte pêlos detentores dos instrumentos de produção em regime de propriedade privada, como se entendia ser possível o fraterno entendimento de patrões e trabalhadores que tinham comum interesse na manutenção e na prosperidade da empresa onde todos concorriam.

Por isso, em vez do sindicalismo` revolucionário, que arvora os sindicatos operários em armas de ataque à sociedade capitalista e de reivindicação sistemática de poder para os trabalhadores, se preconizava a organização, não só reconhecida pelo Estado mas até inserida nele, de todas as forças da produção, de modo que pacificamente pudessem os organismos representativos das empresas e dos trabalhadores discutir interesses e procurar acordos num ambiente de compreensão da existência de interesses gerais a sobrepor-se aos interesses egoístas de cada indivíduo, grupo, empresa ou classe.

A implantação desta doutrina em Portugal a partir de 1933 foi muito favorecida pelas circunstâncias. Na verdade, nos países estrangeiros onde se processara a revolução industrial do século XIX a questão social surgira em consequência da, dureza com que o patronato procurava fazer progredir as empresas, com desdém completo pêlos aspectos humanos do trabalho. A indústria nascente recrutava braços entre uma população abundante e miserável fixando os salários segundo a lei da oferta e da procura. E impunha aos trabalhadores, pelo direito do mais forte, exigências em completo desacordo com as mais rudimentares normas de humanidade. As primeiras reacções socialistas não partiam de nenhuma base teórica: mas apenas da necessidade de proteger o trabalhador, para o qual se reivindicava salário justo, horário fixo de trabalho, garantias contratuais de emprego, condições higiénicas de vida dentro e fora da oficina, e outras justíssimas pretensões. Teve então de, à surdez dos patrões e

à indiferença dos governos, corresponder a acção concertada do operariado que se coligou esporadicamente para movimentos de protesto e de pressão - as greves - e passou depois a associar-se em sindicatos disciplinados.

Pode dizer-se que tudo quanto os trabalhadores conseguiram durante o século XIX para melhorar a situação e a condição operária, foi obtido por luta. O Estado liberal considerava as relações da trabalho questão de interesse privado. Foi mérito dos primeiros socialistas - e dos primeiros católicos-sociais - mostrar que não era assim, e que não podia nem devia o Poder público alhear-se `dos problemas do mundo do trabalho. As primeiras leis sociais foram surgindo, agora num País, depois, noutro, até que a grande guerra de 1914-18 veio acelerar o processo da protecção jurídica do trabalhador, que no pós-guerra conheceu notável evolução, com a revolução russa, a subida dos trabalhistas ao poder na Grã-Bretanha e o advento do fascismo na Itália.

Cumpre não esquecer que o fascismo, sendo uma dissidência do socialismo, teve na origem e na evolução a marca socialista, como o nazismo, que era "nacional-socialismo" não só no nome .. , mas na doutrina e na prática. Hoje apodam-se de fascistas quantos não dão o seu acordo activo ou passivo à revolução social tal como é entendida pelas internacionais. Mas a oposição fascismo-comunismo foi inicialmente do mesmo tipo da que tem oposto tantas vezes, comunistas a socialistas-reformistas ou a anarquistas, uma querela centre irmãos inimigos.

O fato de em Portugal a industrialização ter sido tardia fez com que não se processassem no País, como fenómenos espontâneos, as

acções e reacções que caracterizaram no resto da Europa á questão social. Pode dizer-se que até 1930 o que se passa no meio operário português como movimento associativo e reivindicativo é obra de meia dúzia de homens, que na doutrina e no exemplo estranhos colheram inspiração para tentar despertar o sentimento de classe nos trabalhadores. Os socialistas recrutavam-se sobretudo entre os intelectuais. E de natureza intelectual, mesmo entre os operários, é a atitude romântica do anarquismo, tão do agrado dos nossos vizinhos espanhóis e que em Portugal não era em geral tomada a sério salvo nas suas manifestações terroristas... Em 1933, na altura em que se desencadeia a revolução corporativa, havia uma dúzia de pobres associações de classe e a legislação social não passara de tímidas providências sobre horário de trabalho, descanso semanal, acidentes no trabalho e pouco mais. A 1? República, mesmo reconhecendo o

direito à greve, não fora muito longe em benefícios para os trabalhadores e a gr ande crise económica de 1929, com o seu cortejo de desemprego, quebrara os ímpetos reivindicativos, pois os operários estavam, nessa época, interessados, acima de tudo, em sobreviver.

Recapitulo estes fatos para explicar as razões do êxito do corporativismo e fundamentar a necessidade da sua compreensão histórica. É a partir de 1933 que, em Portugal, se organizam todas as profissões nos seus sindicatos e que as empresas formam os seus grémios. Começam a ser estipuladas convenções colectivas de trabalho entre sindicatos e grémios, regulamentando com força legal, em termos cada vez mais estritos e benéficos para os trabalhadores, a prestação dos serviços destes. A lei sobre contrato de trabalho veio completar essa regulamentação jurídica. E, ao mesmo tempo, a partir de 1934, são lançadas as bases da previdência social, talvez com o defeito de se quererem demasiado sólidas, mas que instauraram um sistema que, com os anos, se revelaria eficaz.

O progresso de industrialização do País vai assim tendo lugar simultaneamente com o desenvolvimento da legislação protectora do trabalhador, considerando todos os aspectos que pudessem influir na sua vida, na sua produtividade e no seu bem-estar: o salário, a saúde, a habitação, as férias, a família, a educação dos filhos, o regime especial das mulheres e dos menores, o seguro na invalidez, na velhice, por acidente de trabalho e por morte... tudo isso foi sendo regulamentado ao longo dos anos, sem sobressalto e sem luta, por mero reconhecimento de um dever de justiça, entrando naturalmente nos hábitos quotidianos.

Quer dizer que aquilo que nos países do centro e norte da Europa foi resultado de árdua conquista do proletariado, com o apoio do sindicalismo ou do socialismo reformista, em Portugal proveio da acção do Estado e converteu-se pacificamente em direito. Constou-me que um dos membros do governo que me sucedeu, cuja vida se passou entre Moscou e Praga ao serviço da Internacional Comunista, declarou que toda a legislação social existente devia ser revogada por contrariar os interesses do proletariado. Acredito que não favoreça, nem tenha nunca favorecido, os propósitos da revolução comunista, mas não se confundam esses propósitos com os interesses reais dos trabalhadores portugueses. A esses a legislação corporativa trouxe benefícios inegáveis, com a vantagem suplementar de lhes ter poupado muitos milhões de horas de expectativa, de sofrimento, de miséria, de ódio que as greves reivindicativas acarretaram para o operariado nos países em que os mesmos benefícios foram arrancados na luta o de as organizações sindicais fizeram dos trabalhadores massa de manobra

de exercícios revolucionários.

Porque agia dentro de uma Constituição que sempre procurei respeitar, e por convicção própria, mantive, portanto, o Estado Corporativo. Mas lancei, poucos dias depois de tomar posse do governo, a fórmula do Estado Social a fim de acentuar o conteúdo da política que me propunha seguir.

Esta fórmula é, há bastantes anos, corrente na literatura da ciência política por esse mundo publicada e foi consagrada nalgumas constituições, designadamente na da República Federal Alemã.

O sentido que lhe dei na curta alocução proferida em 10 de outubro de 1968 ao receber os presidentes das corporações foi o de - "um poder político que insere nos seus fins essenciais o progresso moral, cultural e material da colectividade que, pela valorização dos indivíduos e pela repartição justa das riquezas, encurte .distâncias e dignifique o trabalho". E meses depois, por ocasião da apoteótica visita ao Porto, em 21 de maio de 1969, voltava, no discurso proferido da varanda dos Paços do Concelho, a proclamar um Estado Social, mas não socialista. Foi, porém, no prefácio escrito para a colectânea do que disse no decurso do terceiro ano

de governo, publicada sob o título de Renovação na Continuidade, que eu tornei mais explicito o meu pensamento a tal respeito. Nesse prefácio, que constitui um ensaio sobre a liberdade no Estado moderno, escrevi eu:

"A política dos nossos dias nos países ocidentais traduz um compromisso entre soluções socialistas e soluções liberais. Conservam-se a livre iniciativa e a livre empresa mas fortemente condicionadas pelo dirigismo mais ou menos enérgico dos poderes públicos e por uma rede de legislação que impõe severas obrigações a observar.

"As declarações de direitos do homem, que no Século XVIII continham as faculdades necessárias para dotar o indivíduo de autonomia de acção em face do Estado, passaram nos nossos dias a incluir sobretudo direitos sociais que permitam a cada um obter do Estado prestações de amparo, de assistência, de previdência, de educação, de habitação e de trabalho. O que importai á não é tanto afirmar a soberania do indivíduo na sociedade, como proporcionar a cada um a base -material é cultural necessária para poder ser cidadão participante e consciente na vida pública.

"Por isso, hoje, nos contactos com a massa popular, aquilo que esta solicita aos governantes não é mais liberdade mas preços equilibrados com os salários, casas decentes, educação acessível, previdência social eficaz com boa assistência médica na doença e pensões garantidas na velhice e na invalidez.

"A liberdade antiga queria dizer abstenção do Poder, autonomia do indivíduo para resolver por si os seus problemas. Hoje a liberdade exige que o Estado esteja activo para que o direito à saúde, o direito à'educação, o direito à previdência, o direito à habitação tenham conteúdo efectivo. É a liberdade contra a necessidade, a liberdade que surge da luta contra a miséria, contra a ignorância, contra a doença, contra a insegurança do futuro. Não é a liberdade jurídica que está em causa, essa liberdade por que se batem tradicionalmente os advogados, mas a libertação das inferiorizações susceptíveis de prejudicar a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos. '

"Por isso, enquanto no século passado o ideal dos filósofos estava no que se chamou Estado de Direito, hoje os que continuaram na linha dessa filosofia falam já no Estado Social de Direito.

"No Estado de Direito o poder político acha-se limitado pelo dever de', respeitar os direitos individuais decorrentes da natureza do homem ou consagrados em solenes declarações de carácter constitucional.

"Ao passo que no Estado Social de Direito o poder político tem de cumprir obrigações para com os cidadãos traduzidas em benefícios que asseguram certa igualdade na repartição dos bens da vida, diminuindo as distancias resultantes da distribuição da riqueza".

Está, pois, claro o pensamento que me animava ao preconizar o Estado Social: embora mantendo. a propriedade privada e a liberdade de iniciativa em economia de mercado, o Estado deveria intervir fortemente na vida social para corrigir as injustiças da repartição dos rendimentos, directamente através do ajustamento dos salários e indirectamente mediante a concessão de vantagens e oportunidades que permitisse aos trabalhadores e às suas famílias vencer obstáculos à sua promoção e encurtar distâncias sociais. O Estado teria, pois, de ser um dinamizador permanente da sociedade, de modo a assegurar ao conjunto dos cidadãos, sob a égide do interesse geral intransigentemente defendido e realizado, um progresso harmónico na ordem moral, no plano cultural e no campo material.

O progresso moral creio que não terá sido logrado sob o meu

governo, pois os factores de desmoralização encarniçaram-se sobretudo na juventude. Mas quanto ao resto, aumento de força e de prestígio dos trabalhadores, melhoria da sua participação no rendimento nacional, fácil acesso à educação, tudo isso se conseguiu.

Ainda dentro do primeiro ano do meu governo se fez a publicação e começou a execução da legislação que deu aos sindicatos nacionais maior liberdade de gestão e de acção, pondo termo à sanção governamental dos corpos gerentes eleitos pelas assembleias sindicais (decreto-lei de 14 de junho de 1969). Ao mesmo tempo, para evitar as delongas no processo de elaboração ou da revisão das convenções colectivas de trabalho, fixaram-se por decreto-lei de 28 de agosto de 1969 prazos a observar desde que um pedido de negociação fosse formulado. E aperfeiçoou-se o próprio processo: decorrido o prazo máximo previsto na lei para que sindicato e grémio chegassem a acordo por negociação directa, qualquer das partes podia requerer que se passasse à fase da conciliação, no seio da corporação respectiva, com intervenção dos respectivos órgãos e serviços. Frustrada a conciliação, seguia-se a fase arbitrai, em que as duas partes expunham as razões da sua divergência a uma comissão de três árbitros, um designado pelo grémio, outro pelo sindicato e o terceiro inicialmente escolhido por acordo dos dois primeiros mas que passou depois a ser designado pelo governo. A designação do terceiro árbitro pelo governo justificava-se pela dificuldade frequen-

te de as partes acordarem na escolha e também porque o governo não podia estar ausente de deliberações de tamanha influência na vida económica, sobretudo pelas consequências que em período inflacionário podiam resultar de uma sentença que visse só o caso concreto sub judice sem se importar com o efeito de imitação produzido nos demais sectores profissionais pela fixação num deles de salários cujo nível--- estivesse em desproporção com o que a justiça e a prudência aconselhassem em geral.

Este processo de dirimir pleitos surgidos nas relações entre patrões e operários e empregados é, nunca me cansarei de o proclamar, o único civilizado e compatível com um Estado de direito. A greve constitui um afrontamento de forças que se medem para procurar a decisão pela vitória da que puder mais. Corresponde na história do Direito à fase da justiça pessoal, que cada indivíduo ou grupo fazia por suas mãos desde que dispusesse de força para dominar o adversário. Mas o progresso jurídico consistiu em submeter os dissídios entre os homens à apreciação serena, segundo um processo

onde todos pudessem dizer as suas razões, de um juiz independente e imparcial. Tínhamos em Portugal, para julgar a execução das leis e dos contratos laboristas, os tribunais do trabalho; instauramos a possibilidade do recurso a uma jurisdição arbitral para decidir divergências na própria formação dos contratos colectivos. De êxito desta maneira de proceder falam a números. Pouco tempo antes da revolução tive ocasião de os mencionar e de demonstrar que, das convenções colectivas, a maioria era acertada por ajuste directo, e das que o não eram, ficava considerável parte arrumada na fase da conciliação e só um número reduzido chegava ao julgamento arbitral.(1)

Os sindicatos, logo que saiu esta legislação, chamaram os seus advogados e prepararam-se para tirar dela todo o partido possível. Efectivamente a maior parte das decisões arbitrais foi-lhes favorável. Isso fez com que as entidades patronais se queixassem amargamente do que consideravam resultado de inclinação das simpatias governamentais. Lembro-me de, a uma dessas entidades, eu ter dito um dia, em termos vivos, que não podiam contar com a protecção paternalista do poder - nem os patrões, nem os trabalhadores. Uns e outros gozavam dos mesmos direitos e das mesmas possibilidades da demonstração da justiça das suas pretensões. Se num processo arbitrai os sindicatos sabiam justificar melhor que os grémios patronais os seus pontos de vista, isso não era com o governo: aos grémios competia, em processos futuros, acautelar-se pára que tal não voltasse a acontecer. E era ainda aos interessados que cumpria escolher escrupulosamente advogados que pleiteassem com convicção e árbitros que julgassem em consciência. Diziam-me nos últimos tempos, que os árbitros sindicais se haviam transformado em advogados também, com grande agressividade partidária no seio das comissões arbitrais. E, de fato, vi várias vezes na imprensa que, estando pendente decisão de um processo, o respectivo árbitro sindical se apresentava perante a assembleia geral do sindicato para explicar o que estava a fazer e como decidiria, e ouvir a opinião da classe.

O Secretário de Estado do Trabalho tinha de homologar as decisões arbitrais pêlos motivos já mencionados: não podia o Estado desinteressar-se do regime geral do trabalho e consentir que em sectores isolados se adoptassem medidas prejudiciais da sua política económica ou susceptíveis de perturbar a própria política social em conjunto. Havia leis gerais a fazer respeitar, um interesse superior a observar. Não era fácil fazê-lo compreender e acatar, mas tinha de ser. A libertação das eleições sindicais da sanção governamental levou o partido comunista a movimentar-se imediatamente em quantos sindicatos pôde, para conquistar posições nos respectivos corpos

gerentes. Dentro de pouco tempo estava formado um grupo de sindicatos a trabalhar concertadamente segundo as directrizes do par tido. Um dos mais activos era o dos empregados bancários. Em deter minada altura, na sua constante luta contra as associações clandestinas, a polícia deteve um membro tia direcção desse sindicato que, levado a tribunal, lá foi condenado por se ter provado desenvolver actividades ilegais no partido. Tal detenção levantou um coro' de protestos na classe, sabiamente orquestrado, e em breve acompanhado pela solidariedade de numerosas entidades estrangeiras afectas ao movimento comunista internacional, que nas mais variadas' línguas e tons se manifestavam pêlos diversos meios de publicidade e junto do governo português. - Estas acções concertadas em países estrangeiros para fazer pressão sobre o governo português e seus funcionários foram contínuas tinham como pretexto os mais variados fatos, muitos deles des

[(1) Como informei no pequeno discurso proferido em 6 de fevereiro de 1974, para agradecer os cumprimentos dos delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, de 309 convenções colectivas concluídas desde o início de 1970 até outubro de 1973, a negociação directa das partes conduziu a acordo em 237, foram fechadas na fase de conciliação, 97, e só 75 passaram à fase de arbitragem.]

conhecidos totalmente por mim até ao momento em que começavam a chegar os telegramas e a notícia de manifestações junto das missões diplomáticas e consulares portuguesas, bem como os recortes contendo as dramáticas objurgatórias da imprensa dos mais distantes países acerca do "novo atentado do governo português" contra as liberdades individuais, ou as liberdades sindicais, ou os direitos dos escritores, ou a emancipação das mulheres, etc. etc. Apesar do incómodo que tais movimentos de pressão causavam, a sua frequência e inanidade acabaram por criar a insensibilidade a respeito das manifestações em que se desdobravam, não sem que, em certos casos despertassem a sensação de um profundo ridículo. Que bem--organizada, porém, estava a campanha internacional contra o governo português! Como eram docilmente aceitas todas as fantasias e calúnias postas a correr contra ele! E de que maneira se criava assim no espírito público a convicção da existência de fatos contrários à realidade ou artificialmente avolumados, dos quais e caso mais significativo foi o da proclamação do Estado fantasma de Guiné-Bissau!

Vinha isto a propósito de como, à, infiltração social-comunista nas direcções de alguns sindicatos, correspondeu a formação de um grupo intersindical muito activo na doutrinação e na acção, que

organizou logo um núcleo de advogados, economistas e sociólogos para orientar o seu trabalho e se ligou a movimentos internacionais que o apoiavam com firmeza. E o espírito corporativo do sindicalismo português foi cedendo o passo à concepção marxista, assistindo-se progressivamente à transformação dos sindicatos em instrumentos da luta de classes. A (rente desta mutação apareceram as Ordens dos Médicos e dos Engenheiros, onde grupos de jovens diplomados, continuando a acção política desenvolvida nas universidades, se apossaram dos postos dirigentes perante a passividade e o comodismo da maioria dos sócios e imprimiram à acção desses organismos corporativos carácter nitidamente sindicalista revolucionário.

A preocupação de proceder segundo os melhores princípios fizera com que, na nova legislação sindical, se tivesse excluído a possibilidade da aplicação administrativa de sanções. Para destituir uma direcção tornava-se necessário reunir provas de que ela estava a afastar-se dos fins sociais ou praticara actos irregulares, e instaurar processo nos tribunais do trabalho cujo julgamento se fazia oralmente em audiência pública. Este judicialismo atou as mãos ao governo. E mesmo em casos onde as razões e as provas sobravam, era difícil a instrução do processo e escandaloso o julgamento, sempre bem acepilhado por advogados do partido ou seus simpatizantes.

Tudo servia aos agitadores de pretexto para atacar o governo. Como a alta dos preços se tornara constante, certos sindicatos estavam permanentemente a solicitar actualização de salários de modo que, mal terminada a revisão de uma convenção colectiva, logo era introduzido o pedido de nova revisão. Isto não só impedia qualquer planejamento por parte das empresas como constituía importante factor inflacionário. No quadro de um conjunto de providências contra a inflação decretadas em 1972 figurou, pois, a disposição que s6 permitia a revisão geral de convenções colectivas de quatro em quatro anos, salvo quanto a salários, que poderiam ser actualizados de dois em dois. Era uma disposição provisória enquanto se estudavam as vantagens e os inconvenientes de actualização automática de salários por indexação ou outro meio idóneo.

Isso deu logo motivo a um escarcéu por parte do grupo agitador (sem grande acolhimento, diga-se a verdade, na massa dos trabalhadores) contra o que chamava o bloqueio dos salários. Tive ensejo de- explicar que não havia bloqueio nenhum: as convenções colectivas estipulavam salários mínimos deixando inteira liberdade às empresas para pagar mais. a todos ou a alguns dos seus empregados e, operários quando e como julgassem conveniente; e em período de pleno emprego era sempre fácil a um bom trabalhador procurar serviço

melhor remunerado. O que se pretendia evitar era o anúncio constante de elevação do nível dos salários mínimos, com todo 0 seu cortejo de inconvenientes em tempo de inflação.

No Ministério das Corporações estudou-se, entretanto, o problema da fixação de um salário mínimo interprofissional. As conclusões a que se chegou foram pouco animadoras: variavam muito os salários de região para região, de profissão para profissão -è até consoante o trabalho era prestado por homens ou por mulheres. E sem grave abalo para a economia não se podia fixar um salário mínimo nacional a não ser em base tão baixa que fosse irrisória. Por isso se resolveu, em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos; entrar numa fase preparatória durante a qual o Ministério das Corporações, por via administrativa, começaria a r' impor, na homologação das convenções colectivas ou nos despachos' de fixação de salários, que não houvesse nenhuma remuneração inferior a X, cujo valor iria progressivamente subindo. Deste modo se criariam condições favoráveis ao estabelecimento oportuno do salário mínimo interprofissional.

Daqui resultou uma actuação muitas vezes mal compreendida pêlos patrões que se queixavam de ser o próprio governo a aumentar

salários aceitos pêlos sindicatos: eram salários que estavam em nível inferior ao mínimo fixado em Conselho de Ministros.

Transpirou esta política para o meio sindical. E apareceu então, de repente, promovida pelo grupo agitador, a reivindicação destinada a inutilizar qualquer esforço governamental razoável: a exigência de 6.000$00 mensais como salário mínimo interprofissional . . . Daí por diante, quanto o Governo fizesse seria insuficiente... O pior é que a manobra imaginada pêlos elementos comunistas para embaraçar o meu governo veio a produzir efeitos inesperados quando um comunista assumiu o Ministério do Trabalho: tinha havido quem o tomasse a sério e exigisse o cumprimento do que antes se, tinha reclamado como fácil e justo. Então se viu que não era justo - nem fácil. Foi uma vingança do destino...

No sector industrial e comercial, onde os sindicatos estavam organizados e dispunham de capacidade de negociação e de pressão, transportada agora, nalguns domínios, para o plano da agitação com uns políticos, a própria dinâmica do sistema ia defendendo os trabalhadores e originando a conquista de novas vantagens para eles.

Mas, quando tomei conta do governo, havia um sector quase completamente desamparado, - que era o sector agrário. E além deste. existiam umas tantas profissões ainda privadas de organização ou dos

benefícios da segurança social que eram os mais desejados e apreciados de quantos proporcionava a legislação corporativa.

Ao lançar-se a organização corporativa encontrara-se uma solução feliz para os rurais. Na agricultura portuguesa, em 1933, era difícil (salvo no Alentejo) distinguir patrões e trabalhadores: muitos agricultores eram-no por conta própria, como proprietários ou rendeiros das terras que exploravam com os seus braços e os da sua família. Mesmo os que davam dias de trabalho à jorna ou trabalhavam como rendeiros ou parceiros, eram frequentemente proprietários de algumas leiras. A pequena propriedade e até o minifúndio preponderava em todo o 'Norte. Por isso se pensou que em vez de separar em organismos corporativos distintos, como na indústria e no comércio, empresários e trabalhadores, seria mais realista organizar o meio rural em instituições que agrupassem quantos nele viviam, as Casas do Povo, embora os proprietários que não trabalhassem na terra entrassem nelas como simples sócios .contribuintes.

A ideia era boa, bastantes casas do povo foram fundadas, aqui ou acolá, algumas ensaiaram actividades de aperfeiçoamento profissional, previdência e assistência, mas a verdade é que em setembro da 1968 os trabalhadores rurais estavam em situação de franco desfavor relativamente aos que labutavam no comércio ou na indústria.

Faça-se a justiça de explicar por que; e já atrás me referi ao assunto. A agricultura portuguesa, no início da década de 60, sustentava um milhão de bocas a unais do que a sua capacidade económica permitia. Daí que existisse no trabalho agrícola uma situação endémica de desemprego e de subemprego, forçando os patrões a manter nas suas terras uma quantidade de gente de escassa produtividade à qual não se podiam pagar salários decentes. (c) governo tinha constantemente de cuidar em que não faltasse trabalho em certas épocas e em certas regiões è de acudir com providências extraordinárias que iam aguentando as populações.

A emigração para a Europa veio alterar profundamente este ,quadro e facilitar a nova política que adoptei. Quando trabalhei, na segunda metade da década de 50, na elaboração do II Plano de Fomento, uma das grandes preocupações, minha e dos meus colaboradores, era a de tirarmos de cima. da agricultura o peso da gente que a asfixiava, desviando-a para a indústria e para os serviços. A emigração veio simplificar drasticamente a solução do problema. E em setembro de 1968 tinha já de se fazer face a outra dificuldade: a de começar a estancar á emigração que, de individual, começara a fazer-se por-famílias. Por outro lado, a escassez progressiva da mão de obra tornou os patrões compreensivos para

medidas que, tempos antes, os teriam feito levantar as pedras da calçada.

Dois meses exactos depois de tomar posse, no discurso proferido na Assembleia Nacional em 27 de novembro de 1968, pude, por isso, anunciar no meio de calorosos aplausos a apresentação da proposta da lei que, estendia aos trabalhadores 'rurais a concessão do abono de família, a que se seguiriam os benefícios do esquema da previdência social e da assistência complementar na doença, na velhice e na invalidez.

A lei foi aprovada (lei n° 2144 de 29 de maio de 1969) e na, execução andou-se bem depressa. Para que esta fosse possível reorganizaram-se as casas dó povo' é-- criaram-se onde ás não havia. Mas não se esperou pelo funcionamento delas para executar a lei nos lugares onde ainda não existissem. Era larga a definição do trabalha

dor rural, abrangendo nela os rendeiros e os que com seus braços cultivassem terras próprias, além dos trabalhadores por conta de outrém.

Nos cinco anos e meio do meu governo os rurais foram beneficiando sucessivamente da concessão de abono de família, que para as famílias numerosas, tão frequentes nesse meio, constituía às vezes um segundo salário; da assistência na doença, com subsídio nos dias em que estivessem inactivos, médico e medicamentos e incluindo assistência cirúrgica e cuidados para as famílias; subsídio de casamento; subsídio pelo nascimento de cada filho, subsídio de aleitaçãc nos primeiros oito meses de vida da criança; subsídio para funeral, no caso de morte... Os rurais começaram a descontar para virem oportunamente a ter direito à reforma por velhice ou invalidez, mas como não era justo deixar na quase indigência tantos velhos e inválidos existentes por essa província a sobrecarregar a família e a comunidade local, estipulou-se imediatamente, a título de assistência, uma pequena pensão para os velhos dos dois sexos e para os inválidos Foi esta uma das providências mais celebradas no País. Apesar de receberem poucochinho, os velhos foram dignificados, sentiram-se gente, já _ não tinham de estar dependentes para comprar os cigarros (ou o vinho. .), e quando me deslocava pelas aldeias era um coro de bênçãos a cair sobre mim, enquanto as mães de família me mostravam os remédios que tinham agora, e os bebés pêlos quais recebiam subsídios de nascimento e de aleitação e abono de família. Não eram artificiais, não, estas manifestações de júbilo. Como não foi artificial a alegria que me cercou no almoço de confraternização em que me reuni com centenas de trabalhadores rurais numa herdade de Ferreira do Alentejo, em 1 de julho de 1973. O que se fazia em prol

dos camponeses era muito positivo, muito concreto - não era simples agitação baseada em promessas vãs. E isto junto à valorização natural dos salários, masculinos e femininos, no campo, fez com que a situação económica das famílias rurais se modificasse por completo. ,

Dias antes da revolução, na semana santa, passei por Lamego e ao saber-se da minha presença a visitar a catedral, logo apareceu muito povo. Um homem saiu da multidão e deu-me um abraço a chorar, exclamando: "deixem-me abraçar quem nos tirou da miséria".. Era decerto excessivo. Mas já que carregam com tamanho passivo, possa eu ao menos averbar no activo do balanço do meu' governo a solicitude que se dispensou aos camponeses e os benefícios que para eles daí resultaram.

Outras categorias profissionais foram objecto de atenção. Os pescadores por exemplo, tinham o seu esquema de previdência desfasado do esquema geral e ambicionavam poder legar às famílias, em caso de morte a pensão de sobrevivência. Para que isso fosse possível, o Estado abriu mão em 1970 do imposto de pescado, que foi abolido para permitir à indústria da pesca arcar com os encargos da ampliação benefícios da previdência. Recordo com saudade os encontros que tive com pescadores dos vários centros de pesca do País. Gente franca e aberta, a quem a prática do mar e as viagens cultivara, habituando-a a conversar sobre os problemas do seu interesse e até sobre questões gerais que versavam com mais senso que muitos bacharéis sempre me entendi muito bem com ela - como com toda a gente do povo.

Os vendedores incluídos no esquema de jornais - tis ardinas - também não estavam geral da previdência. Tratou-se de os incluir. Pediu-me depois um grupo deles que os recebesse para agradecer. Não cultivando agradecimentos sobretudo por temer certo artificialismo na sua organização, relutei em conceder a audiência. Até que, passado tempo, perante a insistência constante no pedido, os recebi com a condição de que fossem poucos e para uma conversa informal. ;pareceram-me com uma placa de prata que tinha gravado o modo seu reconhecimento e estivemos trocando amistosamente as nossas impressões. O pior foram os protestos que depois me chegados não convocados pela comissão! Mudaram os tempos, é furai que já nem gostem de ouvir evocar isto... ,

Mas não posso deixar de mencionar a inclusão na previdência social das empregadas domésticas, as antigas criadas de servir. .antes faziam parte da família e nesta eram tratadas e assistidas sem necessidade de protecção oficial. Depois tudo se foi

transformando e mesmo as mais antigas tinham em muitos casos problemas quanto seu destino na doença ou na invalidez. Era uma profissão como outras e, como elas, merecedora de protecção. Em 1973 foram ente abrangidas pêlos benefícios da previdência. Com grande júbilo da classe, que se me manifestou reconhecida até ao último momento da minha presença em território português.

Mais de uma vez proclamei em público quanto devia àqueles comigo colaboraram na gerência do Ministério das Corporações Previdência Social, como Ministros, Secretários de Estado ou Subsecretários de Estado, especificando os Drs. José Proença e Silva Pinto. Tudo o que se fez para aperfeiçoamento da cobertura do pais . previdência social foi graças ao entusiasmo e à diligência que puseram nessa obra.

E já agora mencione-se também o que, pelo Ministério das Comunicações, pôde ser realizado em benefício dos motoristas de praça. Ao aumentar o número de táxis em serviço nas cidades de Lisboa e Porto não se quis que as licenças caíssem nas mãos de aventureiros , ou meros capitalistas. E então foi decidido dar preferência absoluta aos motoristas de praça, por ordem da sua antiguidade como trabalhadores, e de acordo com o seu Sindicato. Centenas de motoristas puderam assim tornar-se .proprietários do seu instrumento de trabalho e foi com emoção que recebi os seus abraços na manifestação de agradecimento que foram fazer a S. Bento.

Fez-se também grande esforço no domínio de habitação económica.

Em Portugal, como aliás por toda a parte, o problema da habitação nas cidades tornou-se agudíssimo. Apesar de se construir muito graças à iniciativa particular e à actividade do sector público, a oferta de casas fica muito abaixo da procura. A construção é cara, devido ao preço dos terrenos e à carestia dos materiais e salários. Daí a subida constante das rendas das casas para arrendar - pois as das já arrendadas, em Lisboa e Porto, estavam congeladas e no resto do País os aumentos só se podiam fazer em períodos certos e em termos regulados por lei.

O panorama geral da habitação ensombrava-se ainda mais ao considerar o caso das famílias de escassos recursos económicos, de operários e pequenos empregados públicos e privados. Estas, não podendo suportar as rendas correntes no mercado, tinham que optar por soluções precárias, cheias de inconvenientes de ordem moral, social e sanitária, como a acumulação num só quarto ou o alojamento em barracas apressadamente erguidas numa noite em qualquer "bairro

-de lata".

Logo em 1933 o regime corporativo encarou a construção de habitações populares - as "cases económicas" - nesse tempo sob a forma de moradias familiares independentes reunidas em bairros económicos. A lei previu a sua distribuição segundo critérios de preferência entre sócios de .sindicatos ou funcionários, consoante a instituição de previdência que financiasse a construção. O locatário entrava na casa como seu proprietário futuro: a venda era calculada de modo a incluir a anuidade da amortização do custo da casa e o prémio de um seguro cobrindo os riscos de morte (em caso de falecimento de inquilino vencia-se o capital correspondente ao custo da casa, que assim revertia logo em propriedade para a família) e de doença e desemprego durante dois anos.

Tal era o regime ' ainda em vigor em 1974 e que fazia parte da tal legislação "nociva" ao operariado cuja revogação se anunciou.

O Ministério das Corporações construiu, ao longo de quarenta anos, por acção do seu serviço de habitações económicas, muitos milhares de apartamentos em quase todas as cidades do País com destino a empregados e operários. A breve trecho teve de se abandonar a concepção da moradia independente (que em Lisboa se aplicou nos bairros do Arco do Cego, da Encarnação, da Ajuda, do Restelo, e outros) para enveredar pêlos prédios de andares. E hoje são já numerosíssimas às famílias que se tornaram proprietárias das casas de que foram inquilinas.

O Ministério das Obras Públicas, por si só ou em conjugação com as câmaras municipais, construiu também um grande número de casas de renda económica. Foi notável na cidade do Porto a obra de extinção das "ilhas" conjuntos empastelados de miseráveis habitações insalubres incrustradas no próprio centro da cidade levada a efeito na década de 50 pelo Ministro Arantes e Oliveira de mãos dadas com o Município e graças à qual milhares de famílias foram transferidas de locais onde viviam em condições sub-humanas para airosos bairros para elas construídos nos arredores.

E em Lisboa, notável foi também o que se fez em certas zonas de expansão, como Alvaiade e Cheias, onde os planos de urbanização reservaram a maior parte das áreas para construção de habitações económicas a cargo das instituições de previdência. A imprensa só falava, por via de regra, nos leilões de terrenos a que a Câmara procedia e onde estes atingiam preços altíssimos: mas a área assim vendida em hasta pública era uma porção diminuta, sem comparação com a reservada à habitação social, e tinha de se recorrer a esse

mercado livre para obter os meios financeiros necessários à construção das infra-estruturas de toda a zona.

Por muito que se edificasse, porém, a procura era insaciável. Tanto mais que pesava nesta, cada vez em maior percentagem nas zonas de construção livre, a utilização de casas destinadas a habitação por firmas comerciais e industriais para instalação de escritórios. O período de expansão económica que se vivia faia com que essa

utilização fosse crescente e por inquilinos que não regateavam a renda a pagar.

Nos Planos de Fomento, por isso, o desenvolvimento da construção de habitações figurava prioritário. Para conseguir pôr recursos casas acessíveis às suas terrenos e a própria construção e especulativo dos construtores.

A fim de baratear os terrenos promulgou-se a lei dos solos (Dec. Lei n9 576/70 de 24 de novembro de 1970) que; entre outras disposições destinadas a impedir o desregramento nas .edificações e a facilitar a aquisição pelas entidades públicas dos terrenos necessários à execução de uma política acelerada de habitação económica, permite a expropriação de grandes zonas de que se haja planeado a urbanização, mediante o ,que se chamou "expropriação sistemática", de modo a evitar a especulação nascida da perspectiva de valorização que o anúncio da passagem de terras aráveis para a categoria de terrenos para construção habitualmente acarreta.

Lembro-me de que, quando se estudou o projecto desta lei, preparado por uma comissão de técnicos e juristas, em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, alguns dos membros deste, reputados liberais e tecnocratas, mostraram receio de que o diploma suscitasse vi reacção por ser considerado pouco respeitador da propriedade privada. Mas a lei saiu, começou a ser executada (e como já notei, os seus princípios aplicaram-se em grande escala na área de Sines) e a tal reacção não apareceu.

Quanto à redução do custo da construção o remédio era adoptar o mais possível os métodos de pré-fabricação de elementos estandardizados. Isso se fez apelando para empresas privadas detentoras de patentes de construção pré-fabricada. E como neste capítulo influía também a demora burocrática na aprovação dos projectos de construção, em geral, foi por minha iniciativa elaborado

e publicado um diploma que reformou o processo de licenciamento municipal das obras particulares (Dec.-Lei n° 166/70 de 15 de abril). Com pouco sucesso: porque os serviços das câmaras, designadamente na de Lisboa, que só conheceu um período de dinamismo sob a presidência de Santos e Castro, encontraram logo maneira de iludir a lei e de continuar a protelar, não se sabe com que fins, as licenças para construir.

Enfim, o planeamento, a orientação dos projectos, o lançamento e a fiscalização das empreitadas públicas, foram confiados a um serviço autónomo do Ministério das Obras Públicas denominado Fundo entre as iniciativas sociais de carácter à disposição das classes de menos posses era indispensável baratear os eliminar o mais possível o lucro de Fomento da Habitação, que criamos em 28 de maio de 1969, onde se concentraram os recursos financeiros do Ministério a fim de poderem mais facilmente ser geridos, quer para aquisição de terrenos, quer para pagamento de obras.

O Fundo foi entregue a uma equipe de técnicos já experientes, pois alguns deles provinham do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa. E pôde, no, primeiro semestre de 1971, adjudicar a construção préfabricada da 1a fase do Bairro de Agualva-Cacém, no valor de 400.000 contos. Outros projectos foram postos em marcha, designadamente o que correspondia à criação. de uma nova cidade na margem direita do Tejo.

Planeamento, levantamento e cadastro de terrenos a expropriar, estudo dos projectos das infra-estruturas... tudo isso leva tempo, e ainda mais quando, com a preocupação de usar métodos democráticos, uma parte do trabalho dos técnicos é feita em longas. reuniões, com debates estéreis a entremear as decisões concretas. Confesso que me impacientava a lentidão da acção do Fundo.

Por isso decidi dar mais um passo, criando, no verão de 1972, a Secretaria de Estado de Urbanismo a Habitação, na qual foram integrados, juntamente com o Fundo de Fomento da Habitação e a Direcção Geral de Urbanização, os serviços de casas económicas do Ministério das Corporações.

Mas nem por isso consegui ver maior celeridade no erguer das casas. Pelo contrário, a transição dos serviços das Corporações para a nova Secretaria de Estado originou uma passageira moderação do ritmo do trabalho daqueles.

Conto isto para se ver a luta constante de quem quer realizar alguma coisa. O Ministro das Obras Públicas era homem de conhecido

espírito prático e provada capacidade de comando e de acção. Mas os seus esforços não conseguiam a desejada aceleração dos trabalhos. Espero que tenha ficado acumulado muito material de preparação para iniciativas que os meus sucessores possam lançar.

Ao confessar-me insatisfeito com o que se fez neste capítulo, não se julgue que menosprezo aquilo que efectivamente se levou a cabo, e, muito foi: porque todos os anos o sector público pôs à disposição das famílias milhares de residências por todo o País e nalguns casos, como em Almada, foi possível ao esclarecido e dinâmico presidente da Câmara demolir todas as barracas existentes e realojar condignamente os seus moradores. Em cerimónia sóbria tive o prazer de assistir à destruição da última barraca.

Em resumo, delineou-se uma política nova de habitação social, criaram-se os instrumentos jurídicos e administrativos necessários à

sua execução, puseram-se fundos à disposição dos órgãos executores, construiu-se bastante, mas aquele impulso espectacular que sonhei dar, não consegui vê-lo traduzido nas dimensões almejadas. Ficaram, porém, lançadas bases de acções futuras e o governo que me sucedeu encontrou pronta a 1a fase do bairro de Agualva-Cacem.

O Estado não pode nesta matéria prescindir da iniciativa privada que tinha a seu cargo a maior parte da construção para fins habitacionais. E mesmo quanto às casas económicas, não deve ser esquecida a acção de Fundações particulares, entre as quais avulta a Fundação Salazar.

Nesta orientação de procurar facilitar a vida aos economicamente débeis, proporcionando-lhes comodidades e serviços em condições mais favoráveis à custa do contribuinte e, portanto, operando uma redistribuição de rendimentos, poderiam citar-se algumas outras realizações. Adiante, ao versar a reforma do ensino, se tratará da acção social escolar. Mas vale a pena incluir aqui uma nota sobre o que se fez em favor do funcionalismo.

Em 1956 ou 57, era eu Ministro da Presidência, pensei em ajudar algumas instituições mutualistas dos funcionários públicos que existiam para lhes permitir desenvolver um esquema eficaz de previdência e assistência na doença e generalizá-lo a todo o País. Comunicado o projecto ao Ministério das Finanças, logo o chamou a si, mas convertendo-o depois na concepção de uma organização pública que substituísse essas instituições privadas. Achei óptimo e desisti da minha ideia, mas só em 1963 veio a nascer a Assistência na Doença

aos Servidores do Estado (ADSE).

Não faço injúria a ninguém dizendo que o Ministério das Finanças era uma tremenda máquina de travagem de iniciativas. Em certos casos agia como freio necessário, concedo, porque um mês depois (e às vezes nem isso...) de aprovado o orçamento anual já os ministros começavam a enviar projectos com aumento de despesa. Mas noutros, a paragem resultava de acumulação de serviço, de lentidão de métodos burocráticos e de... feitio das pessoas, porque ministros houve que correspondiam bem à imagem que um autor francês traçava dos titulares da pasta das Finanças: "os Senhores não". E um deles, que trabalhou com o Dr.Salazar, foi particular mente nocivo ao País.

Tive a sorte de ter ministros das Finanças excelentes, cheios de espírito de colaboração comigo e com os colegas. Encontramos a Assistência na doença aos Servidores do Estado criada há cinco anos mas ainda a dar os primeiros passos. Imprimiu-se o maior desenvolvimento possível ao serviço que, partindo em 1968 de escassos milhares de inscritos, em 1973 já abrangia 400.000 beneficiários incluindo cônjuges e descendentes dos funcionários e foi nesse ano tornado extensivo aos serventuários das autarquias locais. Os benefícios foram sendo aumentados de ano .para ano, até se conseguir uma cobertura assistência bastante completa, abrangendo mesmo, em certos casos, serviços, médicos e medicamentos fora do País.

Claro que o crescimento rápido deste organismo tinha de acarretar algumas deficiências e até revelar certos vícios que em actividades assim são quase inevitáveis: mas a obra ficou, e só com muita injustiça se poderá negar a quem nela superintendeu de 1968 a 1974, o Secretário de Estado do Orçamento Dr. Augusto Vitor Coelho, o mérito de ter, com entusiasmo, posto em marcha tão importante sistema de apoio ao funcionalismo.

Neste capítulo é impossível omitir a criação das "obras sociais" !ou "serviços sociais" dos vários Ministérios. Começaram os Ministérios ricos a montá-las para proporcionar aos seus funcionários um conjunto de facilidades susceptível de tornar menos pesado o agravamento do curió de vida. Mas depois foi-se generalizando a sua instituição, as leis sucederam-se a dar-lhes existência jurídica e a dotá-las da orgânica e dos recursos necessários. Praticamente toda a Administração Central as possuía em 1973.

Procurou-se melhorar as condições do estatuto dos funcionários e suprimir discriminações e restrições desnecessárias, aproximando-o,

em tudo quanto fosse do interesse dos servidores públicos, do regime jurídico dos trabalhadores privados. Na verdade,. se tempos houvera em que o funcionário era privilegiado, gozando vantagens e garantias que não existiam no sector privado, agora a posição invertera-se, e o empregado particular tinha benefícios maiores que o funcionário público. Não só por justiça como por conveniência da Administração, importava estabelecer ao menos a igualdade, sempre difícil de conseguir dada a liberdade das empresas privadas para fixar remunerações e o grande número de servidores públicos que elevava o custo de cada benefício, por pequeno que fosse. Assim se começou, por exemplo, a prática da atribuição do 13° mês de vencimento em cada ano.

Mas era no capítulo da aposentação que se apresentavam maiores divergências entre o direito público e o regime de previdência social dos trabalhadores particulares. O novo Estatuto da Aposentação, publicado em 9 de dezembro de 1972, inovou largamente na matéria, consagrando soluções mais largas e, sempre que possível, generosas.

Era' aspiração viva do funcionalismo civil e militar ver resolvido o problema da situação dos seus familiares no caso da perda do chefe de quem dependesse o seu sustento. Existia um Montepio de Servidores do Estado mas que não só não era obrigatório para todos como pagava aos herdeiros pensões que o correr do tempo tornara irrisórias. Estudou-se com afinco e boa vontade esta importante questão e daí resultou .a publicação, em 31 de março de 1973, das leis que criaram o direito do funcionário a legai por morte aos seus herdeiros a pensão de sobrevivência, mediante o pagamento de uma cota módica do seu vencimento, ao mesmo tempo que, relativamente aos que haviam durante longos anos descontado para o Montepio dos Servidores do Estado, se permitia a opção pelo novo regime ou a permanência no antigo, cujas condições foram melhoradas.

Na altura muitos funcionários se me dirigiram, felizes, a exprimir o seu reconhecimento e a opinião de que fora a mais significativa regalia recebida num período de muitos anos. Talvez isso já vá esquecido, como esquecido se encontre o cuidado com que se procurou a imediata actualização das pensões de reforma e de aposentação sempre que se melhoraram vencimentos (o que dantes não sucedia) e ir aumentando as pensões em curso de pagamento a viúvas e órfãs. Mas não importa: a verdade é que no meio das mil dificuldades com que se lutava e das necessidades de toda a ordem a que tinha de se fazer face, houve sempre a preocupação de não esquecer os que trabalhavam e os que, tendo já merecido a reforma ou sendo herdeiros de trabalhadores, tinham um crédito sobre a

colectividade.

Quando assumi o governo estava aprovada e em execução a reforma que, dando satisfação a reiterados desejos da classe médica através da sua Ordem, criara as carreiras médicas, proporcionando aos clínicos o ingresso em hierarquias profissionais nacionais que lhes garantiria acesso e remuneração condigna, ao mesmo tempo que permitiria guarnecer os hospitais e serviços regionais e sub-regionais.

Segundo me explicou um dia o principal artífice deste sistema, ele veio a ser posto em prática numa altura em que tinham mudado completamente as condições para que fora concebido. Dez anos antes, os médicos jovens lutavam com as maiores dificuldades para começar a vida profissional na clínica livre e até na difícil, apertada e severa carreira dos hospitais civis. Ao cabo de um curso que era o mais extenso nos estudos universitários, o diplomado ganhava pouco e tinha de lutar arduamente para conquistar o seu lugar ao sol.

Mas, entretanto, a previdência social expandira os seus serviços de assistência médica e cirúrgica através das "Caixas". E essa expansão não só originou a criação de numerosíssimos postos de trabalho para médicos e enfermeiras em todo o país, como ensinou à população o caminho da procura dos cuidados médicos na prevenção e no tratamento das doenças. A procura desses cuidados aumentou nos últimos quinze anos em Portugal por forma espectacular. e não apenas nos serviços da previdência, porque a melhoria do nível de vida dos portugueses os levava a preferir em muitos casos recorrer à clínica livre.

Por outro lado, a mobilização das forças militares para guarnecer as províncias ultramarinas obrigava a garantir-lhes .a necessária assistência médica e a manter junto das tropas um contingente importante de médicos e cirurgiões assim afastados da metrópole. Ao aumento de procura de cuidados médicos correspondia, assim, a escassez do pessoal disponível para os prestar. O resultado foi não terem os médicos mãos a medir; a profissão tornou-se das mais lucrativas, mesmo em zonas da província onde dantes se vivia com' sacrifício; os médicos concentraram-se em Lisboa, Porto e Coimbra onde tinham sempre que fazer, o número de estudantes de medicina, que estava em decréscimo no princípio da década de 60, subiu em flecha, inundando as faculdades e os hospitais escolares e desorganizando as estruturas docentes.

Nestas condições, a carreira médica que, sendo no fundo um passo para a socialização da medicina, aparecia como salvatério de uma

classe em crise nos anos 50, deixou de oferecer interesse dez anos depois. Os meus Ministros da Saúde viram-se em sérias dificuldades para executar as leis que tinham criado e regulamentado, e a prosperidade da medicina ajudava a eclosão e a manutenção do i. espírito contestatário, aliás tradicional entre os médicos em Portugal.

Diziam-me que um dos males estava na existência paralela e concorrente de dois sistemas--públicos de assistência médica: o tradicional, baseado nos hospitais, 'e o moderno, que era o da rede da Previdência Social. Este dispunha de largos recursos financeiros e, facilitando ao doente carecido de cuidados cirúrgicos a escolha do cirurgião e do local da operação, viera a estimular o abandono dos hospitais do Estado em proveito das casas de saúde e dos hospitais particulares, que pulularam por toda a parte. Era, então, necessário juntar, fundir ou pelo menos coordenar os dois sistemas para tirar o máximo rendimento dos meios existentes, evitar desperdício de recursos e eliminar atritos entre serviços. Foi essa a razão determinante da união dos Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência na remodelação de 1970.

E logo a seguir se constituiu a comissão encarregada de estudar a coordenação e até, sempre que possível, a junção de serviços de assistência médica para< cuja presidência estava indicada a pessoa que nessa matéria fora, nessa altura, o meu principal conselheiro mas que, inexplicavelmente, se recusou depois a colaborar na execução do que propusera e começou a resvalar para uma atitude de cada vez maior hostilidade ao governo e até ao regime. Coincidiu esta tentativa com um período de tremenda perturbação na vida hospitalar, comandada por conhecidos elementos da esquerda. Todos os esforços de disciplina e de organização encontraram dificuldades enormes. Dir-se ia toda a gente apostada em provocar o caos. Médicos respeitados e conhecidos- pela sua posição política liberal, viram-se desfeiteados e desobedecidos no exercício de funções directivas. Foi forçoso, em dado momento, colocar os hospitais civis de Lisboa em regime de requisição militar sob a autoridade de oficiais médicos das Forças Armadas.

E todavia a obra a realizar era imensa. Pelo País iam sendo construídos, apetrechados e postos a funcionar novos hospitais. Em Lisboa e Coimbra preparava-se a construção de dois grandes hospitais centrais cuja adjudicação ainda o meu governo chegou a fazer. Considerei sempre indispensável substituir velhos pardieiros, sem conserto possível, de antigos hospitais de Lisboa, por hospitais modernos que se implantassem nos terrenos excelentes que os antigos

ocupavam.

Mas a sensação que tinha era a de que o Governo, neste sector; não dispunha de colaboradores que soubessem ou quisessem servir o interesse público com a devoção e a eficiência necessárias. Salvo excepções, claro está:

Aqui, como noutros domínios, chegava a convencer-me de que. se procurava intencionalmente frustrar os desígnios governamentais,. fazer o menos e o pior possível, dificultar acções - na intenção. de comprometer o regime e de afundar as estruturas sociais. A conspiração estava instalada nos serviços. E os homens que deveriam deter e exercer a autoridade sobre esses serviços em lugares de direcção e de chefia não podiam remar contra a maré ou não estavam para se incomodar. O Governo deste modo agitava-se no vácuo ou num meio que era passiva ou até activamente.. . resistente.

O que me faz pena, em tudo isto, é ver que o grande prejudicado foi o povo português, a quem o governo queria ardentemente servir e que nestas condições veio a ser, sobretudo em certos grandes centros médicos, desservido por aqueles que enchiam a boca com a profissão de uma democracia ausente do seu coração.

CAPITULO V

A REFORMA DO ENSINO

Ao assumir o governo considerei um dos pontos capitais do programa a desenvolver a reforma ampla e global do ensino. Professor por vocação, desde sempre me interessara pêlos problemas pedagógicos e fora recente a experiência feita, com apaixonante entusiasmo, na .reitoria da Universidade de Lisboa. Se me eram mais familiares os problemas do ensino superior e da investigação, tinha perfeita consciência das questões suscitadas nos demais graus e ramos de ensino. Não desejaria passar pelo Poder sem fazer alguma coisa de muito positivo em proveito da escola portuguesa e da juventude que a frequentava.

A necessidade de atacar o problema educativo português no seu conjunto já fora sentida no governo do Dr. Salazar e o Ministro Galvão Teles consagrara pratica praticamente o melhor esforço da sua gestão da pasta da Educação Nacional ao estudo de um plano geral de reforma do ensino,, em cuja preparação foram feitas pesquisas do maior interesse e produzidos relatórios de grande valor. Esse acervo de documentos e as bases que o próprio Ministro chegou a elaborar constituíram importante material de que o meu governo pôde dispor para o seu trabalho. Mas ainda quando não fosse intenção minha e veemente desejo meu empreender uma vasta acção que beneficiasse as estruturas escolares e as condições do seu funcionamento, a verdade é que, em setembro de 1968, esse problema já se impunha por si à atenção constante dos governantes, quer eles quisessem, quer não. '

No discurso que proferi perante a Assembleia Nacional em novembro seguinte consagrei largo trecho aos problemas do ensino onde "as dificuldades se amontoam de ano para ano, entre nós como no resto do mundo". E refiro-me a .,três causas dessas dificuldades: a explosão escolar, traduzida na afluência de multidões para as quais são escassos os quadros docentes e exíguos os locais existentes, a crise educativa proveniente da perda de fé nas valores em que assentara a autoridade da família, das igrejas e da escola para conduzir com segurança a formação dos jovens, e a contestação juvenil desencadeadora de uma onda de anarquia subversiva de toda a disciplina.

Efectivamente o trabalho construtivo realizado sob o meu governo deparou sempre com essas três ordens de dificuldades.

A explosão escolar foi fruto da melhoria do nível de vida das populações, de uma aspiração mais generalizada e insistente a obter promoção social mediante a posse de diplomas de cursos e da entrada 'em força do sexo feminino em todas as escolas e profissões.

Sempre em Portugal a escola foi considerada um processo de ascensão na sociedade. Independentemente da classe de origem, qualquer se podia guindar pelo estudo e chegar aos mais altos postos através, sobretudo, da carreira universitária. Foi a Igreja, aliás, graças aos seminários, que deu a muitas crianças das aldeias a possibilidade de seguirem estudos secundários e daí passarem aos superiores. A Universidade abria-se sem obstáculos económicos aos pobres, pois as propinas cobradas pela matrícula e inscrição nas suas faculdades eram quase simbólicas e, a partir de 1942, podia-se obter, sem esforço de maior, isenção dessas propinas.

Mas na década de 60 a afluência de alunos às escolas de todos os graus de ensino tomou o aspecto de uma verdadeira avalancha: a multidão que repentinamente encheu as escolas não estaria talvez sequiosa de saber, mas pretendia obter conhecimentos e sobretudo qualificações escolares para poder com mais facilidade ganhar a vida em posições de maior relevo profissional.

E na composição dessa multidão entrou em grande percentagem o sexo feminino: a tradicional vocação doméstica da mulher portuguesa desapareceu na nova geração, cujas jovens saíram de casa para seguir nos mesmos trilhos dos homens e exercer as mesmas actividades que eles.

Assim, a população das escolas aumentou a ponto de não haver instalações que a comportassem professores que a enquadrassem e autoridades que pudessem mantê-la disciplinada.

Os próprios métodos de ensino e regimes de exame não podiam deixar de se ressentir do aumento desmesurado do número de alunos, agravado pela existência de situações privilegiadas, como as dos alunos militares ou que houvessem prestado serviço militar no Ultramar, os quais podiam requerer exames em qualquer altura do ano independentemente de provas de frequência.

Entrou-se no regime do improviso: - improvisavam-se salas de aula, improvisavam-se professores com um mínimo de habilitações e sem cuidar das suas qualidades morais e pedagógicas, improvisavam-se soluções através de despachos ministeriais dados sem lei ou contra a lei, praga que infestou endemicamente o Ministério da Educação.

Nestes estabelecimentos superlotados, o ambiente era favorável à indisciplina e à levedura dó fermento da contestação. Foi nos primeiros anos da década de 60 que se começaram a manifestar os sintomas da politização da massa escolar pêlos movimentos da esquerda. Assisti como reitor da Universidade de Lisboa aos primeiros passos do processo. Eu criara, na ideia de dar participação aos estudantes no governo universitário, um "conselho académico" formado pêlos presidentes das associações de estudantes das faculdades onde estas existissem, ou por delegados eleitos nas outras. Esse conselho, que reunia com frequência, só ou em conjunto com os directores das Faculdades, funcionou bastante bem no primeiro e no segundo ano da sua existência.

Havia, já, porém, um movimento estudantil em Lisboa - a RIA (Reunião Inter-Associações) - onde os elementos comunistas foram ganhando preponderância. E a manobra desenhou-se em dois tempos: conquistar a direcção das associações, o que era fácil devido à indiferença da massa pelas eleições, e fazer com que os membros do meu conselho académico fossem, não representantes dos interesses dos estudantes das suas escolas, mas agentes da RIA de modo a prosseguirem uma política orientada e intencional. Começou, então, a suceder que, tomada uma deliberação no conselho académico, depois de larga apreciação de um assunto e livre adesão de todos à solução encontrada, os vogais do conselho me_ procurassem dias depois a dar o dito por não dito, porque os seus colegas da RIA não estavam de acordo!

E os incidentes para afirmação do "poder estudantil", começaram a tornar-se frequentes, até chegarmos ao caso da celebração do "dia do estudante" em 1962, em que as tergiversações do Ministro da Educação acabaram por me forçar a pedir a demissão. Seguiu-se uma greve prolongada em Lisboa e em Coimbra em cuja condução se revelaram alguns dos homens que vieram a ter papel destacado na acção política, dez anos depois.

No decurso dos anos 60 nunca mais deixaram as escolas de ser alvo da doutrinação comunista; mais ou menos encoberta e de nelas se fazer trabalho de organização, a partir, em geral, da conquista das associações académicas ou das chamadas comissões. pró-associação nas escolas onde aquelas não existiam. O emburguesamento do operariado alterara os termos da concepção clássica da revolução social, mas os jovens intelectuais viriam substituir os proletários como tropa de choque. A acção na escola tinha ainda as vantagens de, por intermédio da juventude, infectar a vida social, desorganizar o esforço militar no Ultramar e abalar as estruturas capitalistas. E em toda esta acção

as mulheres, cuja capacidade emocional de doutrinação e de combate é preciosa para as transformações sociais, foram objecto de atenção particular revelando-se depois elementos revolucionários muito úteis.

As escolas superiores iam sendo, assim, persistente e habilmente trabalhadas pelo partido comunista que só começou á ter dificuldades gelo aparecimento dos seus inimigos à esquerda - os trotskistas, maoístas e anarquistas.

Em Espanha, onde o fenómeno da recrudescência do socialismo revolucionário na juventude universitária se manifestou na mesma época com extraordinária virulência, o anarquismo é constitucional da personalidade dos espanhóis. Mas foi para muita gente uma surpresa vê-lo tão vivo e com tanto poder de sedução.

Em maio de 1968 a revolta na Sorbonne foi a grande epifania europeia .dessa doença romântica que é a anarquia.

Os jovens de toda a Europa estremeceram de curiosidade jubilosa perante as notícias da insurreição de gente da sua geração contra tudo quanto fora respeitável, e até sagrado, para as gerações anteriores. Nos dias da crise parisiense negou-se até ao paroxismo, rejeitaram-se todos os valores da civilização existente, recusou-se a fase desta civilização conhecida por "Sociedade de Consumo", ao, mesmo tempo que se fazia pouco de todas as crenças e se proclamava rebeldia , contra todas as normas.

E em Portugal os ecos dessa contestação global encontravam ressonância não faltando quem, como de costume, se apressasse a papaguear os pontos da doutrina revolucionária quanto ao ensino.

Foi aliás daí por diante um delírio de regresso a pedagogias libertárias, incluindo a ressurreição das ultrapassadas concepções de Jean-Jacques Rousseau. Respeitáveis professores e boas mães de família passaram a afirmar enormidades anti-educativas, onde as pretensões filosóficas tomavam laivos de psicanálise em fórmulas mal digeridas e dogmaticamente proclamadas. E aqui se insere a terceira das causas das dificuldades do governo na definição e na prática da reforma educativa: enquanto progrediam os ataques revolucionários, comunistas ou anarquistas, contra a educação dita burguesa, do lado da burguesia entrava-se francamente em crise. Os professores antigos recusavam-se a discutir com quem os acusava de atraso ou reacção, e depois, perante a pressão dos mais (ovos, começaram a ter

medo de fazer figura em público de ultrapassados, ainda quando em particular divergissem das novas ideias e dos novos métodos.

O mesmo sucedeu com os padres. A Igreja fora sempre em Portugal o grande , sustentáculo dá moral tradicional que é a moral cristã, e o sólido apoio das famílias na educação dos jovens segundo esses princípios. Mas o espírito de dúvida acerca dos valores morais e dos métodos de educação entrou também na Igreja. Sacerdotes com fumos de intelectualidade apressaram-se a perfilhar as novas ideias sobre conduta em sociedade onde o materialismo pusera a sua marca e a abençoá-las como frutos apurados de um requintado espírito cristão. Cheios os bispos do temor de usar a autoridade pastoral (não fossem chamá-los fascistas!) não tardou que nos retiros, nos colóquios, nos colégios religiosos começasse a imperar como boa a doutrinação progressista que relegava para o mundo das velharias os conceitos e os métodos em que haviam sido educados os pais dos jovens de hoje. E as famílias recebiam no seu seio o impacto desta mensagem. Os jovens em crise de adolescência proclamavam agora, perante os s atónitos, a negação de quanto estes acreditavam, e autorizavam-se para isso com o prestígio da adesão da escola e da bênção da Igreja.

Perante os pais - quando havia pais.. . Porque a crise da família fazia com que, cada vez mais, os jovens não encontrassem em casa com quem dialogar. As mães para um lado, os pais por outro, caminha-se para a destruição da comunidade familiar.

Foi neste quadro que se trabalhou no domínio da educação durante os cinco anos e meio do meu governo.

Logo no primeiro Conselho de Ministros a que presidi se abordaram problemas do ensino ficando resolvido que tivessem prioridade sobre outros e que imediatamente se encarassem algumas necessidades mais urgentes do ensino superior, para o que sé procederia a um inquérito preliminar cujos resultados seriam o ponto de partida da futura reforma.

Depois tratei com o Ministro Dr. José Hermano-Saraiva vários assuntos prementes, entre os quais a aceleração da execução da recente reforma que prolongara o período de escolaridade obrigatória e a situação do professorado primário.

Ainda no governo do Dr. Salazar, e dentro das ideias aceites para a reforma em projecto, fora decretado que a escolaridade obrigatória passaria de quatro para seis anos, numa primeira fase, a que se seguiria, noutra fase, a extensão a oito anos. Os dois anos a mais podiam ser frequentados nas escolas primárias ou no ciclo

preparatório ministrado em substituição do 1° e 2° anos do liceu. Para tornar efectiva a obrigação legal era necessário multiplicar as escolas do ciclo ou escolas preparatórias, prevendo-se pelo menos uma escola oficial em cada sede de concelho: Usar-se-iam, também, os meios audiovisuais, tendo sido criada, por acordo com a Rádio Televisão Portuguesa, a Telescola com sua rede de postos de recepção entregues a monitores.

Esta reforma ensaiava os primeiros passos e ' durante todo 0 tempo do meu governo se trabalhou afanosamente para lhe dar cabal execução, estando por fim praticamente criadas e instaladas todas as escolas preparatórias necessárias, para o que o Ministério da Educação ergueu, pêlos seus próprios meios, centenas de pavilhoes préfabricados e adaptou, por acordo com as câmaras municipais ou por compra a instituições de ensino particular, dezenas de edifício;:'

A necessidade de fazer apelo a professores primários paia reger', certas disciplinas do ciclo, pôs em relevo a escassa remuneração dessa classe, tão meritória e que só há vantagem em prestigiar, pêlos altíssimos serviços que lhe deve a educação popular. Por isso, ainda em 1968 se aumentaram os vencimentos dos professores primários

No Orçamento que no final do ano foi aprovado para 1969 quis marcar uma orientação bem clara: a maior parcela do aumento das despesas ordinárias em relação ao ano anterior seria a destinada ao Ministério da Educação Nacional. Como sublinhei na primeira "conversa em família" na rádio e na televisão, em 8 de janeiro de

1969, tratava-se de uma política muito intencional - a de consagrar o máximo de disponibilidades orçamentais à solução dos problemas educativos. Desapareceu a antiga avareza do Ministério das Finanças neste capítulo: em todos os orçamentos da minha responsabilidade se manteve a orientação inicial, com créditos generosos e de importância crescente (talvez em proporção geométrica...) postos à disposição do Ministério da Educação.

As vezes, como era natural, os Ministros das Finanças discutiam os montantes pedidos pela Educação e que iam subindo de maneira impressionante. Eu era chamado a arbitrar e convidava o, Ministro da Educação a justificar-se, o que o Dr. Veiga Simão fazia com particular habilidade é talento. Nos últimos anos o Ministério era rico e sabia constituir os seus fundos próprios à custa' das ,verbas orçamentais. Creio poder orgulhar-me de ter facilitado recursos como nunca houvera para se fazer frente às necessidades do ensino e da

educação. Se foram ou não bem aproveitados, se a sua gestão se fez com o critério devido, isso já não posso garantir: mas eu tinha de confiar nos colaboradores.

Ainda em 1969 as perturbações estudantis dificultaram a I acção ministerial tendo, como já contei, deflagrado em abril a greve académica de Coimbra com implicações nas outras cidades universitárias, sobretudo em Lisboa. Foram meses de preocupações e arrelias, tanto mais que havia ainda muita gente, entre o professorado e as famílias, que não queria acreditar no carácter político do movimento e olhava com indulgente simpatia a causa dos "rapazes". No Ministério a comissão da preparação do inquérito sobre o ensino superior embaraçava-se na elaboração do questionário. Na remodelação ministerial de janeiro de 1970 o Dr. José H. 'Saraiva mostrou desejos de sair. Convidei o Reitor da Universidade de Lourenço Marques, Dr. José Veiga Simão, para o substituir. É dos livros que quando num momento de crise se substitui um responsável por alguém que estivesse afastado do conflito, este pensa sempre que será capaz de fazer melhor usando outros processos. 0 Dr. Saraiva e a Universidade de Coimbra, sobretudo o seu Reitor, Prof. Andrade Gouveia, tinham mantido uma posição bastante firme na crise. Havia uma corrente convencida de que essa firmeza endurecera e radicalizara a questão académica e de que era preciso encontrar uma plataforma de entendimento com "os rapazes". O novo Ministro resolveu ir a Coimbra e antes conversou comigo em certo sentido. Mas localmente souberam rodeá-lo e convencê-lo a tomar resoluções em sentido oposto, e quando voltou a Lisboa vinha comprometido a nomear um novo reitor, professor de Medicina e partidário fervoroso da "abertura" pela adopção de métodos amplamente democráticos. Já não houve nada a fazer e começou na cidade do Mondego uma época de agitação, confusão e indisciplina académica, com o reitor a tomar parte nos "plenários" estudantis, a consulta-los € ta acatar as suas resoluções. A experiência foi dolorosa, mas útil para certos visionários da Universidade e para o Ministro, embora a este não tivesse curado do seu incorrigível gosto de agradar a todos.

Entretanto no Ministério trabalhava-se afincadamente para levar a cabo o inquérito inicialmente projectado e para adiantar a preparaçao da reforma.' No desejo equívoco de não excluir ninguém fitaram-se nos serviços, em especial no Secretariado improvisado pára estudar a reforma educativa, pessoas dos mais variados matizes algumas até aí declaradamente adversárias do regime. E o inquérito seguiu a partir de janeiro de 1971, recebendo-se respostas numerosíssimas que foram compiladas, apuradas e sistematizadas. Parecia existir uma ardente vontade de transformação e de melhoramento. Eu apenas pusera ao Ministro, desde o primeiro

momento, uma condição enquanto existisse agitação académica não se admitiriam representantes de estudantes nos órgãos do governo escolar. Porque fatalmente seriam eleitos os agitadores ou seus delegados e esses órgãos se converteriam em instrumentos da subversão. A triste reacção era a de que as pessoas experientes não tinham energia,, nem disposição para se impor, e na actuação dos órgãos mistos deixavam p. campo livre aos activistas. Portanto, o princípio da representação estudantil podia ser admitido mas para ser aplicado quando houvesse condições normais que o permitissem.

Apesar da vontade reformadora do governo, de todas as complacências do Ministro, e da boa disposição da opinião descomprometida logo se começou a formar a oposição revolucionária à reforma. Que sim, que a intenção poderia ser muito boa, mas reformas e deixassem intata a estrutura (burguesa. . .) não interessavam, e eram até contraproducentes. A esquerda, portanto, rompeu fogo. rompeu fogo a direita, por causa do abandono de certas preocupa es educativas e de fórmulas tradicionalmente consagradas, e que se tocava com aquilo em que, na transigência com certas modas pedagógicas pensava ver demagogia governamental. Nem sempre procederam porém, os seus representantes, com inteligência e lealdade, e foi pena. O caso é que as intenções reformadoras se viram atacadas da esquerda e da direita, sem o apoio dos alunos e com a hostilidades professores.

Mas a reforma era necessária e tinha de se fazer. Creio que no labor desenvolvido pelo Ministério da Educação Nacional durante

o meu governo haveria muita coisa a rever e talvez a corrigir em circunstâncias normais porque se trabalhou sob a pressão dos acontecimentos e no frenesi de realizar. Ficaria, porém, bastante para marcar uma época e definir um rumo irreversível nos destinos das' nossas instituições escolares. O tempo decantará impurezas e porá no seu lugar o que porventura haja sido precipitado ou ficado desarrumado, tirando depois a prova real de oportunidade e da conveniência do que se produziu. Tudo era admissível em 1968 no domínio do ensino público em Portugal menos que o governo cruzasse os braços. E agimos. Com os riscos de errar, em circunstâncias na firme intenção de servir o povo português. Faça-se dificílimas, mas essa justiça aos' obreiros que no Ministério da Educação gastaram saúde e vida a planejar e pôr em prática a reforma do ensino.

A Constituição mandava que a Assembleia Nacional discutisse e votasse as leis contendo as bases gerais dos regimes jurídicos. Este preceito constitucional veio na sequência da doutrinação dos mestres

que consideravam impróprio dos parlamentos e inconvenientes à marcha dos negócios do Estado que, corno. sucedia até 1926, qualquer insignificante providência tivesse de receber a bênção parlamentar. O Estado moderno, com a extensão das suas atribuições e a complexidade dos seus serviços, exige maior facilidade de legislar, e em todos os países os parlamentos tiveram de partilhar com os governos o poder legislativo. Contrariar essa tendência, ê condenar os governos a viver na inconstitucionalidade.

Dentro dessa orientação procurei sempre que a Assembleia Nacional se pronunciasse sobre as bases das grandes reformas. Não podia fugir à regra a reforma do ensino, cuja proposta de lei foi submetida à Assembleia Nacional na sessão legislativa de 1972-73. Sobre ela se debruçou largamente a Câmara Corporativa como era sua tradição, em debates que, apesar de não serem públicos, foram vivos conforme se depreende não só dos termos do parecer emitido como das declarações de voto que acompanham a assinatura de alguns dos procuradores.

Na Assembleia Nacional também a discussão foi renhida no seio da Comissão de Educação presidida pelo antigo Ministro Dr. Veiga de Macedo que, embora muito cioso sempre da independência dos deputados, foi excelente medianeiro entre a sua comissão e governo.

Após o debate em plenário, veio a ser aprovado o texto que 'promulgação transformou na lei n° 5/73 de 25 de julho. E um diploma equilibrado que permitia ao governo caminhar daí por diante com segurança.

Um dos pontos mais controvertidos da proposta foi a manutenção ou conversão do ensino técnico. Este constituíra talvez a mais notável realização do governo do Dr. Salazar no campo do ensino. Durante muitos anos as sumidades da nossa pedagogia e da nossa sociologia culpavam o carácter excessivamente literário do ensino português do atraso do País. Éramos uma Nação de bacharéis bem falantes, prontos a discorrer sobre ideias gerais mas sem capacidade para a acção concreta e produtiva que enriquece e dignifica os povos. Só modificando o tipo de ensino conseguiríamos transformar a sociedade portuguesa naquela comunidade dotada de iniciativa, senso prático, capacidade realizadora e sentido das responsabilidades que precisávamos de ser.

Em 1895 o Ministro João Franco criara o ensino comercial e industrial fazendo apelo a mestres estrangeiros para proporcionar aos jovens portugueses os conhecimentos e a aptidão técnica necessários a trabalhadores de escol. E no regime do Estado Novo

deu-se particular impulso a esse ensino, um ensino em que os conhecimentos básicos eram ministrados ao lado de séria iniciação no trabalho dos laboratórios e das oficinas para que o estudante soubesse aplicar o que aprendia e comprovar os conhecimentos pela experimentação. A Direcção Geral do Ensino Técnico foi, pois, durante quarenta anos, a promotora de todo um movimento de que beneficiaram muitos milhares de jovens preparados para a vida em escolas destinadas a encaminhá-los para profissões úteis.

Ora, a quando da discussão da reforma do sistema educativo surgiram, macaqueando aliás críticas análogas noutros países, os impugnadores da validade da existência das escolas técnicas a par dos liceus. Tratar-se-ia de um ensino destinado a sancionar e agravar a distinção de classes, pois enquanto o filho do burguês procuraria o liceu, a escola técnica era destinada aos filhos dos operários para que operários continuassem a ser. Não era verdade. Nem havia nenhum obstáculo a que o filho do operário frequentasse o liceu (como tantos faziam), nem das descolas técnicas estavam excluídos os filhos dos burgueses muitos dos ,quais as procuravam. E aliás como o ensino técnico elementar dava

acesso ao médio e este ao superior, o estudante da escola industrial podia prosseguir estudos até ser engenheiro saindo assim, se fosse caso disso, da condição operária - que nada tinha de envergonhar os que a ostentavam. Mas o ataque, desenvolvido a partir daí com esses e outros argumentos, impressionou os projectistas da reforma e o próprio Ministro. Concluíram - e parece que é a moda da China - que em todo o ensino devia haver iniciação profissional. E competiria aos orientadores em cada escola secundária - sempre do mesmo tipo, ou seja o do liceu - encaminhar os alunos para cursos mais ou menos profissionais.

Foi, porém, no capítulo do ensino superior que a reforma provocou maior excitação no País. Assentáramos em que, para evitar o gigantismo ingovernável das Universidades existentes, se deveria criar novas universidades e procurar diversificar fora delas o ensino superior. Assim, a par das universidades seriam criadas escolas normais superiores para formação de professores do ensino preparatório, e institutos politécnicos que, em vez do ensino técnico médio, facilitassem a preparação profissional no grau correspondente à primeira qualificação universitária (bacharel).

Não houve cidade de província que se não habilitasse logo a centro universitário; e' não podendo ser, a sede de outra escola superior. Conhecido o feitio acomodatício do Ministro, era um perigo

deixar-lhe liberdade da escolha da localização. Mas, quanto às Universidades, ele próprio se defendeu dos assaltos das localidades e regiões, encarregando o computador de responder à pergunta sobre os sítios mais indicados para as colocar, de acordo com determinados elementos. Assim nasceram as novas universidades do Minho (Braga Guimarães, sendo esta dispersão uma concessão feita à rivalidade entre as duas cidades), Aveiro e Lisboa (Universidade Nova). O computador rejeitou Évora, onde havia um Instituto de Estudos Económicos e Sociais e que tinha no governo influentes ministros ligados à cidade. E foi ingrato para o chefe do governo ter de manter inflexivelmente o princípio de que onde o computador não dissesse, não haveria universidade. A transigir-se num caso como resistir depois a outra ementes solicitações? Então Évora ficou apenas com um Instituto Universitário, germe, segundo espero, da almejada restauração da Universidade que já teve.

Quanto às escolas normais superiores o Ministério pensou, e creio que bem, ser conveniente localizá-las em regiões predominantemente rurais, onde fosse fácil recrutar candidatos ao professorado que, depois de feito o curso, não tivessem relutância em viver na província.

Ao contrário, os institutos politécnicos deveriam ser criados em áreas industriais ou em via de industrialização, oferecendo aos jovens um leque de possibilidades para se diplomarem em cursos que lhes abrissem boas perspectivas profissionais e dotassem o País de técnicos médios, preparados mais rapidamente e com menos despesa que nas escolas superiores. Todos os países industriais dispõem hoje dessa massa de técnicos que não são doutores. Mas na lei da reforma a vocação doutoral ficou . . . A proposta da criação do ensino politécnico é já do tempo do Dr. Saraiva e logo se discutiu se deveria situar-se no ensino médio ou no superior, mas a esmagadora maioria dos pareceres foi no sentido da última solução. Depois, ao integrá-los na reforma, previu-se que dessem o grau de bacharel e abrissem caminho ' para \a licenciatura universitária. É um dos nossos males, esse, de € ninguém se sentir feliz sem ser doutor. De modo que nos arriscamos continuar sem os tais técnicos formados, não para teorizar, mas para executar. Confesso que, sendo estes institutos das inovações mais interessantes, estive sempre apreensivo acerca do modo como iam ser montados e postos a funcionar.

O Ministério da Educação entendeu, e acho que bem, ser necessário Bário para a instalação das novas escolas proceder cautelosamente, de modo a permitir com calma o recrutamento do pessoal, o arranjo e equipamento dos locais, a organização dos

primeiros cursos. Por x isso o Decreto-Lei n° 402/73 de 11 de agosto que, em execução da `a lei da reforma, criou as novas escolas superiores, determinou que para cada uma houvesse uma comissão instaladora dotada de amplos poderes para ir reunindo as condições necessárias ao seu arranque oportuno.

Deve notar-se que já antes da lei da reforma e sem falar na oficialização da universidade católica, na conversão dos Estudos gerais de Angola e de Moçambique em Universidades e na transformação das escolas de Farmácia em Faculdades, o meu governo criara f em Coimbra o ensino da engenharia na Faculdade de Ciências e „Tecnologia e a Faculdade de Economia, e em Lisboa fizera larga '; deforma no ensino das ciências económicas e empresariais, donde resultaram os Institutos Superiores de Economia, de Ciências Sociais e de Ciências do Trabalha e da Empresa.

Fez-se assim o possível por, num futuro próximo, descongestionar as antigas universidades, mantendo uma elevada oferta de ensino à juventude.

Nesta linha se insere ainda o desdobramento da Faculdade de Medicina de Lisboa que por motivos vários esteve praticamente para-

lisada no Hospital de Santa Maria no ano lectivo de 73-74: entretanto, e graças sobretudo à competência, dedicação e entusiasmo do Prof. Artur Torres Pereira, Vice-Reitor da Universidade, foi posto a funcionar o 1° ano fora do Hospital, no Instituto de Medicina Tropical, primeiro, e depois no velho edifício da Escola Médica do Campo de Santa Ana prodigiosamente restaurado (para não dizer reconstruído) pelo Ministério das Obras Públicas em prazo recorde. Estava ali o início da segunda Faculdade de Medicina de Lisboa animada, segundo esperava, de espírito novo. Efectivamente era modelar a dedicação do seu corpo docente e os alunos, cansados de' perturbações, seguiam os cursos com interesse, assiduidade e aproveitamento admiráveis sem que tivesse havido o mais pequeno incidente: 3 Mais uma vez se provou que, onde os agitadores eram neutralizados. e os professores cumpriam todos os seus deveres, a contestação não ` encontrava terreno propício. Ao mesmo tempo, recorreu-se aos hospitais civis de Lisboa para 'o ensino. das cadeiras de clínica dos :' últimos anos a uma parte dos alunos inscritos, missão de médicos do velho quadro hospitalar, recrutados mediante árduas provas, se saíram em geral com competência e boa vontade, apesar das deficiências próprias da improvisação do ensino.

A multiplicação das universidades e escolas superiores justificaria depois a limitação do número de inscrições ao numero fixado. o para cada uma de acordo com a capacidade dos seus locais de ensino e as possibilidades dos seus docentes. Não está nas nossas tradições o numeres clausus: mas sob pena de deixar de ter qualquer seriedade o ensino, tínhamos de o adoptar. A massificação da frequência das escolas destrói toda a possibilidade de formação universitária digna desse nome.

Por isso, e dada a degradação que também se nota no ensino secundário, pensava que teríamos de admitir no ensino superior uma' espécie de cursos básicos - os três anos correspondentes, na reforma ma, ao bacharelato - de acesso relativamente fácil, a que se seguiriam, com muito maiores exigências de recrutamento e especialização, os cursos de licenciatura e de pós-graduação, apoiados em centros de pesquisa bem apetrechados. A democratização do ensino não pode ser sinónimo de aviltamento dele. Erro enorme será não seleccionar entre os mais capazes , ; os que devem aceder aos cursos superiores, procurando fazer ume criterioso trabalho de orientação profissional que dirija cada um para a actividade onde mais facilmente e com maior proveito paru a colectividade possa dar boa conta de si. relações com o ensino particular e à expansão do ensino português no estrangeiro para filhos dos emigrantes.

A reforma do ensino exigia que o Ministério da Educação fosse organizado de modo a poder corresponder ao esforço que tinha e realizar. E a reorganização fez-se por Dec-Lei n° 408/71 de 27 setembro em termos de profunda renovação e sem olhar a encargos: o que era preciso era dotar a campanha educativa de um estado Maior suficiente, competente e eficaz, apetrechado com todos os serviços que lhe permitissem planear com visão e executar a tempo. Por isso a nova Direcção Geral da Administração Escolar recebia inclusivamente poderes para fazer obras, montar e conservar instalações, ficando para o Ministério das Obras Públicas, através da sua ¡erecção Geral de Construções Escolares, a edificação de grandes escolas definitivas e a sua grande reparação.

A reforma do Ministério fora já preparada por algumas leis sectoriais Uma delas criou o Instituto de Acção Social Escolar (Decreto-Lei n° 178/71 de 30 de abril) posteriormente integrado na orgânica do departamento e reorganizado a seguir pelo Dec.-Lei no. 223/73 de 11 de maio. Nele se concentrou tudo quanto respeitava ao apoio complementai do estudo dos alunos dos vários graus fie ensino - cantinas escolares, bolsas-de-estudo, lares, transportes lectivos,

assistência sanitária, aquecimento, etc.

O que nos interessava realmente não era apenas criar escolas: mas abri-Ias com largueza a todos os jovens, sem que as dificuldades económicas constituíssem obstáculo à sua frequência. Isso se tem amado a "democratização do ensino" num certo sentido da frase. A verdade é que durante o meu. governo se adoptaram sucessivas medidas que garantissem essa igualdade de oportunidades, não só pela facilitacao da inscrição como proporcionando aos alunos matriculados meios necessários para se sentirem bem na escola e nela pode m dar o rendimento que fossem susceptíveis se produzir.

Por isso, todo o ensino básico oficial ficou sendo gratuito e se ementaram nos restantes graus as possibilidades de concessão de isenção de propinas e de bolsas-de-estudo. Nas regiões onde houvesse dispersão de residência de alunos, todos os dias lectivos os automóveis da escola os iam buscar e levar se não se julgasse preferível alberga-los em lares. Desenvolveram-se as cantinas escolares de Dentro do quadro da acção renovadora do Ministério da Educação Nacional não deve omitir-se a referência à Acção Social Escolar,

modo a generalizar o fornecimento de uma refeição composta segundo as regras dietéticas indicadas para as idades consideradas. Acompanhava-se o estado sanitário dos estudantes de modo a prevenir as doenças no seguimento da acção iniciada primeiro em Lisboa, havia anos, com os universitários. Nas zonas frias aqueceram-se as escolas. Enfim, o Instituto de Acção Social Escolar, cuja direcção foi confiada a uma senhora de grande inteligência e raras qualidades de acção, desenvolveu uma obra notável que ia em crescendo e para a qual os créditos orçamentais foram sempre aumentando.

O ensino podia assim ser efectivo instrumento de promoção social desde que se cultivasse no espírito dos jovens o gosto do estudo, o desejo de aprender e saber, a ambição de ser socialmente útil e isto conjuntamente com o culto de qualidades de carácter e de civismo. Foi aqui que a obra falhou: a desorientação pedagógica junta à indisciplina estudantil comprometeu muito estes objectivos. Receio que a geração formada nas escolas portuguesas nos anos 70 não esteja em condições de cumprir a missão que no País lhe deveria incumbir. E, todavia, proporcionaram-se-lhe condições que as anteriores, na sua maior parte, não tiveram. Quem sabe, porém, se no meio da desordem reinante não se estará a desenhar entre a juventude uma reacção salutar?

O problema do ensino particular preocupou-nos muito. A data em que se começou a pôs em prática a reforma do sistema educativo eram numerosas por todo o País as escolas particulares, em grande parte propriedade das dioceses ou de institutos religiosos. A maior frequência dessas escolas provinha dos alunos dos primeiros anos e as suas mensalidades constituíam a base do sustento do ensino dos anos mais adiantados. Ora, com a criação do ensino básico de seis anos, gratuito, e as perspectivas da sua extensão a oito, colégios particulares localizados na província perderam os alunos que acorreram às escolas preparatórias do Estado, e ficaram reduzidos à minoria dos últimos anos. Mesmo quanto a estes não se pode esquecer que multiplicação dos liceus - só numa reunião do Conselho de Ministros (a de 12 de novembro de 1971) foram criados 21 liceus nacionais mistos - também abria as portas do ensino oficial, muito mais barato que o dos colégios, aos jovens estudantes. Resultou daqui um clamor e foi necessário atender, examinando os casos em que os colégios particulares, pêlos serviços que prestavam, deviam ser apoiados mediante subsídios libertadores do déficit das suas contas.

Diziam os defensores deste tipo de ensino que o Estado teria podido diminuir francamente os seus encargos se, em toda a parte onde houvesse bons colégios particulares, firmasse acordo com eles para ministrarem gratuitamente o ensino básico obrigatório mediante subsídios suficientes. O problema era digno de ser estudado. Mas a mentalidade dominante no Ministério era no sentido de montar um ensino oficial completo e suficiente.

O terceiro ponto a que julgo dever fazer referência é o da criação no estrangeiro de escolas e cursos de português destinados aos filhos dos emigrantes. O Ministério da Educação trabalhou também bastante neste plano, de mãos dadas com o Secretariado Nacional de Emigração. Era necessário não deixar desnacionalizar os filhos dos emigrantes portugueses e manter neles vivo o culto e o conhecimento da língua materna. Celebraram-se por isso acordos com os governos dos países de destino para que nas escolas primárias locais fosse permitido a professores portugueses ministrar o ensino da nossa língua e da nossa história; obtidos os acordos, instituíram-se os cursos, recrutaram-se os professores e pouco a pouco na França, na Alemanha, no Luxemburgo . . . as aulas foram surgindo. Ao mesmo tempo lutava-se por que nos liceus desses países, se incluísse também o ensino da língua portuguesa como disciplina de opção, e não foi pequena a briga para conseguir em França o alargamento do número de professores dos quadros docentes liceais especializados no ensino da nossa língua. Porque a França, apesar de todo o empenho que põe em que o francês ocupe lugar destacado no ensino em Portugal, dava muito pouca importância ao estudo do português nas suas escolas

secundárias sem embargo de hoje se tratar de uma das línguas mais faladas no País.

Os resultados conseguidos pelo Ministério da Educação Nacional foram animadores e continuar-se-ia a porfiar por uma cobertura adequada da juventude portuguesa no estrangeiro.

A reforma do ensino! Quanto entusiasmo posto em levá-la a cabo, quantas esperanças acalentadas a respeito dela! E quanta tristeza em ver como a tanto trabalho e a tanto esforço correspondia da parte da maioria daqueles que deveriam colaborar uma atitude de passividade e de desconfiança, senão de franca e aberta hostilidade! Já me referi a essas resistências. E nunca será demais sublinhar o desgaste que provocava nos dirigentes a constante agitação estudantil, mantida pêlos movimentos revolucionários com o confessado propósito de dificultar a acção do governo e de atingir nos seus fundamentos a sociedade dita capitalista. Por isso as escolas mais visadas eram as que se destinavam a preparar técnicos - as de engenha-

ria e de economia - embora fossem também particularmente visadas as que formassem professores - caso das faculdades de Ciências e de Letras. Nos panfletos que os movimentos revolucionários estudantis espalhavam em profusão que só um financiamento generoso permitia afirmava-se claramente ser preciso' boicotar os esforços do governo para remodelar o ensino enquanto este fosse posto ao serviço da "sociedade burguesa". Tal como sucedia quanto a Cabora Bassa, a reforma educativa tornou-se alvo dos ataques dos inimigos do regime na ideia de que o seu êxito seria uma vitória do Estado Social que não convinha permitir.

Por isso tivemos em Lisboa o Instituto Superior Técnico, durante anos, em pé de guerra, a funcionar intermitentemente e, mesmo nos períodos de funcionamento, sujeito a uma pressão intolerável. O último director, homem de boa fé e extraordinária generosidade, tentou nos primeiros anos todas as fórmulas de diálogo e de conciliação, sempre convencido de que o apelo à maioria isolaria a minoria agitadora. Por fim a dura experiência, traduzida em numerosas decepções, levou-o a adoptar medidas enérgicas com a depuração dos promotores da desordem. E a verdade é que a imposição da disciplina deu resultado, como era de esperar.

Quanto ao Instituto Superior de Economia tornou-se um feudo dos movimentos anarquistas para os quais o próprio Partido Comunista já é uma organização à direita. O que se passou nessa escola chega a ser inacreditável. E só a dedicação quase heróica do Prof. Gonçalves

de Proença, que assumiu a direcção nos últimos dois anos, fez com que ela não fosse encerrada, depois de se ver que a reorganização resultante da extinção do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e da sua substituição por três institutos, não conseguira a normalização desejada.

A verdade é que as escolas superiores se transformaram em centros de doutrinação revolucionária, infectando gravemente a juventude que havia de formar os quadros da vida económica e social portuguesa e era chamada a conduzir os soldados nas operações contra-subversivas no Ultramar. A revolução social-comunista foi preparada aí. É justo que ela tenha recompensado quem tal tolerou, iludindo-me sobre os seus sentimentos e propósitos.

CAPITULO VI

AS FORÇAS ARMADAS

Na véspera de 27 de setembro de 1968, ao convidar o então Brigadeiro Bettencourt Rodrigues, para continuar na pasta do Exército a que fora chamado dias antes, dizia-lhe eu:

- O Dr. Salazar tem arcado sozinho com as responsabilidades da condução da defesa do Ultramar. Bem podia fazê-lo: tinha prestígio de sobra que o permitisse. Mas não é o meu caso. Há um órgão a que por lei cabe a orientação da política militar e das operações em tempo de guerra: é o Conselho Superior de Defesa Nacional. Pois com esse Conselho trabalharei assiduamente. E embora dele não façam parte os ministros das pastas militares, mas unicamente o da Defesa Nacional, é minha intenção usar da faculdade legal de os convocar sempre para assistir às reuniões.

Bettencourt Rodrigues mostrou-se particularmente satisfeito com este programa, que cumpri à risca. O Conselho Superior da Defesa Nacional existia desde há coisa de trinta anos mas reunira raríssimas vezes. O Dr. Salazar não gostava de .trabalhar em conselho, deplorando sempre o tempo que se desperdiçava em reuniões de muita gente. Por isso preferia as reuniões restritas com participação das pessoas que tinham uma palavra a dizer ou uma missão a cumprir, em lugar das sessões formais de órgãos com rígida composição legal. Talvez tivesse razão, mas não compreendo então por que motivo nas leis: feitas no seu tempo deixara incluir a criação de tantos órgãos colegiais condenados depois à inactividade.

Constituíam o Conselho Superior de Defesa Nacional, sob a presidência do Presidente do Conselho, os Ministros da Defesa Nacional, do Interior, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar, bem como o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, sendo secretário o .mais moderno dos oficiais-generais adjuntos deste. Mas o Presidente do Conselho tinha a faculdade de convocar os membros do governo que entendesse e, ao abrigo dela, determinei que assistissem sempre, com voz e voto, os Ministros do Exército e da Marinha e o Secretário de Estado da Aeronáutica, bem como o Secretário de Estado do Exército no período em que o Ministro da Defesa acumulou a pasta do Exército.

O fato de a lei prever apenas a participação do Ministro da Defesa Nacional insere-se em toda uma política da orgânica dos

departamentos militares. Quando em 1950 foi criado o cargo de Ministro da Defesa Nacional deu-se-lhe o carácter de mero delegado do Presidente do Conselho para o exercício das funções, a este pertencentes, de orientação superior da política de defesa. Nunca lhe correspondeu um Ministério, estando os seus serviços limitados a um Secretariado directamente dependente do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Deveria ser sobretudo o coordenador dos Ministérios militares - do Exército, da Marinha e da Aeronáutica - e o gestor de certos fundos comuns. Na prática as relações entre os ministros da defesa e os ministros das pastas militares foram sempre difíceis, porque aqueles queriam justificar a sua existência intervindo nas matérias de cuja boa marcha julgavam depender a eficácia da defesa, e estes reivindicavam a sua independência.

A breve trecho se viu que, tal como sucedeu noutros países com esquemas orgânicos análogos, só haveria vantagem em concentrar poderes num Ministro das Forças Armadas, chamasse-se assim ou com outro nome. Cada vez mais se verificava nas operações militares a necessidade de intima colaboração interarmas e essa colaboração deveria ser facilitada em tempo de paz pela unidade de direcção política e pela existência de um estado-maior conjunto.- Convinha, pois, caminhar para esse departamento ministerial englobador de toda a gestão das forças armadas, chefiado por um Ministro assistido por três Secretários de Estado. E neste sentido procedi: o Ministro da Defesa, que já superintendia na Secretaria de Estado da Aeronáutica, foi nomeado em 1970 Ministro do Exército, tendo a coadjuva-lo um Secretario de Estado também. Restava a Marinha. Esta corporação era, porém, extremamente ciosa da sua autonomia e reagia vivamente à ideia de deixar de ter um Ministério. Por outro lado, no Ministério da Marinha ;estavam reunidas as administrações da marinha militar e da marinha mercante e das pescas, de tal modo que a sua redução a, Secretaria de Estado puramente militar implicava uma amputação, dolorosa para os oficiais que desde sempre tinham tido a seu cargo as tarefas dos sectores civis. De modo que nunca consegui chegar à almejada unidade. E sendo assim, ache preferível dar aos ministros das pastas militares direito de cidade, em vez de os relegar para uma situação penosa de subalternos do Ministro da Defesa.

O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu, a partir de setembro de 1968, com frequência, tendo passado para a sua competência a escolha dos oficiais-generais até aí feita em Conselho de Ministros. Esta escolha tinha lugar sob proposta dos Conselhos Superiores de cada ramo das forças armadas, compostos dos generais com funções mais importantes nele. Sempre que havia uma vaga num ramo, o respectivo Conselho Superior reunia e, por votação aberta,

graduava pela ordem de mérito os oficiais que estavam em condições de ser promovidos. Aos Conselhos Superiores do Exército e da Aeronáutica presidia o Chefe do Estado Maior General, membro também, como já referi, do Conselho Superior de Defesa. Não se conseguiu que fosse aceite a mesma presidência no Conselho Superior da Armada.

O Conselho Superior de Defesa decidia, em face das propostas. recebidas, com plena liberdade. As circunstâncias exigiam o preenchimento das vagas por oficiais quanto possível jovens, na plena possa das suas faculdades físicas, intelectualmente aptos, profissionalmente competentes, disponíveis para todas as missões. Em teoria todos os candidatos do Exército, tendo passado pelo crivo apertado do curso de altos comandos do Instituto de Altos Estudos Militares, que seleccionava os coronéis para a promoção a brigadeiro, deviam. estar nestas condições. Na prática não era assim. De cada vez que se tornava necessário nomear um oficial-general para algum cargo mais difícil começava-se a desfiar a lista e verificava-se que A estava doente, B não era inteligente, C não convinha para aquele caso, D era bom, mas por motivos particulares não podia ser deslocado .... e era um inferno para encontrar alguém que servisse menos mal.

Na verdade, os Conselhos militares não resistiam a respeitar os direitos de antiguidade na graduação dos candidatos. O que sé compreende: era doloroso preterir oficiais com uma carreira limpa e por vezes distinta, que não tinham culpa de que a vez da promoção lhes chegasse tarde e numa época de serviço intensivo. E o Conselho Superior de Defesa não conseguiu alterar tal critério, embora procurasse temperá-lo pela escolha de oficiais mais modernos sempre que estes tivessem méritos geralmente reconhecidos.

Nestas promoções havia ainda uma questão que progressivamente envenenou o estado de espírito dos oficiais do Exército: a existência do Corpo do Estado Maior. Em todos os países as forças armadas têm de possuir um escol intelectual, particularmente devotado ao estudo dos seus problemas e à preparação e sugestão de soluções a ponderar para decisão dos chefes militares e dos dirigentes políticos. Para a formação desse escol existem cursos que concedem diplomas aos oficiais que os frequentam com êxito e são desse modo considerados aptos para os serviços do Estado Maior. Tal é o regime existente em Portugal na Marinha e na Força Aérea.

Mas no Exército, onde aliás através da História têm sido experimentados todos os sistemas possíveis, os oficiais diplomados com o curso complementar de Estado Maior eram por via de regra admitidos num corpo especial, a que ficavam afectos, com vantagens

apreciáveis (avanço imediato na antiguidade, aumento de vencimentos, etc..) e dispensa do serviço de tropas, pois o seu trabalho é nos quartéis-generais e nas repartições correspondentes do Ministério do Exército.

A segregação deste grupo em relação ao conjunto dos oficiais era mal vista pelas tropas combatentes. O Corpo do Estado Maior gozava da reputação de ser excessivamente teórico, responsável pelo atraso das operações e por erros nelas cometidos, detentor de injustos privilégios... E os seus oficiais, votados ao estudo das questões militares e chegados mais jovens aos postos superiores, encontravam-se por via de regra em melhores condições que os outros para frequentar com aproveitamento o curso de altos comandos e para a promoção ao generalato. Mais um motivo de despeito dos restantes...

O Conselho Superior de Defesa Nacional, além da escolha ,dos oficiais generais dos três ramos, tinha uma dupla e importantíssima função: a de informação e a de decisão.

Sempre que um comandante-chefe de alguma província ultramarina vinha à Metrópole, era convidado a expor a situação na sua província e os princípios que o orientavam no comando. E periodicamente o Chefe do Estado Maior General fazia o ponto da situação nos três teatros de operações e na Metrópole, onde lhe competia também o comando-geral da segurança interna.

As exposições assim feitas permitiam aos membros do Conselho formular perguntas e dar esclarecimentos, facilitando um diálogo frequentemente vivo a sempre útil.

Sobre a base das informações e dos relatórios tomavam-se: decisões de que todos os presentes ficavam logo conhecedores para poderem dar-lhes execução. Atas minuciosas foram sempre lavradas das reuniões, mas apenas reproduzidas em três exemplares.

Foi nas reuniões do Conselho que se traçou a orientação relativa às operações de contra-subversão em África. Partimos do princípio de que tínhamos de sustentar uma guerrilha demorada cuja persistência resultava do apoio externo e cujos objectivos eram a progressiva conquista da adesão das populações para as subverter contra Portugal. Se não fora esse apoio constante, generoso e crescente de potências estrangeiras, a guerrilha seria dominável facilmente por meios militares: assim não. A contra-subversão tinha de consistir numa acção de conjunto, apoiada pelas forças militares mas não exclusiva delas. O importante era durar de forma a permitir a

evolução política conveniente, resistir à acção de desgaste da guerra subversiva, e opôr à vontade do inimigo uma outra vontade determinada e resoluta. Mais do que em qualquer outra guerra, vale nesta o princípio de que o vencido é aquele que primeiro desiste de lutar e se considera derrotado.

Acção global, em que todos os serviços e toda a população tinham de ser empenhados, a contra-subversão era um problema de segurança interna. Portanto, importava organizar em todo o território ameaçado forças de segurança eficazes: polícia civil e militarizada, milícias populares, grupos de contraguerrilha. Essas forças territoriais teriam a vantagem de ser formadas por homens fixados nas províncias dispensando a mobilização de grandes efectivos militares.

As forças armadas teriam de' estar presentes para fazer a cobertura dos pontos estratégicos ou sensíveis e fornecer tropas de intervenção para operações de maior responsabilidade. Mas, quer pela necessidade de não dar à luta carácter racial, opondo brancos a pretos, quer pela melhor adaptação dos nativos ao meio, quer até pela,¡ impossibilidade de, por outro modo, corresponder aos pedidos de efectivos feitos constantemente pêlos comandos, foi determinado, logo no princípio do meu governo, a africanização das tropas. Intensificou-se o recrutamento local e de tal modo que em 1974, no conjunto das três províncias, era superior a 50 a percentagem de nativos africanos nas tropas portuguesas lá estacionadas e activas.

A maior parte dos nativos servia em tropas regulares. Mas tinha-se constituído nas forças de segurança concretamente na Direcção Geral de Segurança - uma organização militarizada, chamada de Flechas, composta por elementos escolhidos, muitos deles antigos terroristas recuperados e que operavam no mato em pequenos grupos de contraguerrilha com grande mobilidade e autonomia. Muitos dos mais assinalados sucessos obtidos em Angola, sobretudo no Leste, deveram-se a essas formações que só tardiamente, por resistência dos comandos militares, puderam começar a ser lançadas em Moçambique, onde a preferência ia para as unidades militares africanas - os grupos especiais (GE) e grupos especiais pára-quedistas (GEP) que, todavia, não alcançaram o mesmo grau de eficiência.

Foram estas directrizes observadas como deviam ser? Não garanto. Alargou-se em Angola e Moçambique para números convenientes os quadros das forças de segurança - Polícia de Segurança Pública, Direcção Geral de Segurança, Guarda Rural. . . - mas o recrutamento, devendo incidir em homens já com o serviço militar cumprido e vocação profissional para esse tipo de actividade, tornava-se difícil, até por não ser possível remunerar os agentes em termos

competitivos com outras carreiras que se lhes ofereciam. O número de vagas por preencher foi sempre .grande.

Por outro lado, a organização global contra-subversiva teve em cada província fases. mais ou menos felizes: dependia muito a sua eficácia do espírito de colaboração entre autoridades civis e militares e sobretudo do grau de compreensão que os comandantes militares tivessem da utilidade do aproveitamento das autoridades civis. Nos últimos tempos, sobretudo, pareceu-me desenhar-se a tendência para alargar o poder militar e pôr de lado as autoridades civis, o que na luta anti-subversiva é gravemente inconveniente.

De maneira geral as tropas nativas provaram bem, mereciam confiança, eram valentes e praticamente nelas não havia deserções. Tinham o inconveniente de possuírem uma concepção cruel da guerra, mantendo os seus preconceitos tribais. Para homens de certas tribos, os de outras não mereciam misericórdia. Isso exigia uma atenção constante dos quadros que nem sempre podiam evitar aquilo que para os soldados nativos era natural, de tal modo que muitos destes foram punidos sem compreenderem a razão nem aceitarem a justiça dos castigos.

O Conselho Superior de Defesa Nacional foi, pois, um órgão activo onde se debateram os problemas, se encontraram os responsáveis e adoptaram directrizes de acção. Nunca pus obstáculo a que no seu seio se levantasse qualquer questão ou se emitisse uma opinião sobre matéria que estivesse no âmbito da sua competência.

Os principais problemas com que tive de me haver durante governo em matéria militar foram o dos órgãos de comando, o d material e o do pessoal.

Quanto a órgãos de comando encontrei o sistema adoptado e todos os países da NATO que transformou os chefes dos estados maiores dos três ramos das forças armadas em comandantes operacionais para tempo de guerra. A coroar este sistema está um chefe do estado maior-general. ,

Nas províncias ultramarinas onde se desenrolavam operações havia um . comandante-chefe para cada uma, coordenador dos comandos do exército, da marinha e da força aérea.

Quando fui visitar o Ultramar em 1969 assisti nas três províncias à exposição da situação militar - a um briefing em cada uma como era costume chamar. E verifiquei que os comandantes-chefes não dispunham de quartel-general (mas de um simples gabinete nem de

poderes de chefia, limitando-se à função de coordenar os três ramos e de obter dos respectivos comandos a cooperação em operações conjuntas. Pareceu-me isso mal, e de regresso discuti o assunto com as entidades competentes daí resultando a reorganização dos comandos-chefes operada pelo Dec.-Lei n° 49.107 de 7 de julho d 1969. Os comandantes-chefes passaram a ser, nas respectivas províncias, os responsáveis pelas operações militares, funcionando os comandantes militar, naval e aéreo como `seus adjuntos, com competência sobretudo nos domínios logístico e orgânico. Criaram-se, então, os quartéis-generais dos comandos-chefes com as repartições de informações e operações centralizadas, ficando para os quartéis-generais dos ramos estantes repartições. Esta reforma foi da maior importância, embora tivesse levado algum tempo a ser executada. Em Moçambique, ao ser nomeado comandante-chefe o general KaúIza de Arriaga, este pediu para acumular o comando da região militar, ficando assim com possibilidades extraordinárias de actuação eficaz.

Na metrópole os chefes dos estados maiores do Exército, da Marinha e da Força Aérea também lutavam com dificuldades de acção. Particularmente difícil foi o caso do Estado-Maior do Exército, organismo extremamente pesado e lento, ainda por cima guarnecido por oficiais que tinham de exercer por acumulação outras funções (sobretudo de ensino) de tal modo que só na parte da tarde as

repartições funcionavam como devia ser. Os assuntos levavam imenso tempo a ser estudados lá, com desespero meu e dos comandos-chefes do Ultramar. Não era o órgão adequado para dirigir um exército em operações

A situação do chefe do Estado Maior General era análoga à dos comandantes-chefes antes de 1969, agravada pela circunstância de até 1973 o Ministro da Defesa ser um general. Nunca se conseguiu organizar o Estado Maior General e os serviços do Secretariado da Defesa foram proliferando em número, com abundante pessoal, mas sem o rendimento útil que convinha. Depois da nomeação do Prof. Silva Cunha, retomou-se um projecto anterior de organização do Estado Maior General simplificando-se a seus termos e reduzindo o seu custo. Estava para ser publicado. 0-Chefe do E. M. G. deixaria também de ser mero coordenador para, cada vez mais, ser o orientador operacional das forças armadas.

Note-se que uma das primeiras medidas, do Prof. Silva Cunha na Defesa Nacional fui obrigar os serviços a começar a funcionar às 9 horas da manhã. O Ministro, grande trabalhador que durante anos e

anos sempre se encontrava a essa hora no Ministério do Ultramar, deu o exemplo e, de bom ou de mau grado, toda a gente o seguiu.

Para se combater é necessário, hoje mais do que nunca, dispor de material: não. apenas de armas, mas de transportes e de meios de transmissão. Mal se fará ideia da dificuldade que, de ano para ano, o governo ia sentindo para obter esse material, em contraste com as enormes facilidades de que dispunha o inimigo. Este recebia de graça, dos países comunistas e até de alguns que o não são, material abundante e actualizado, a última palavra da fabricação, em certos casos decerto para ser experimentado. Ao terminar a guerra do Vietnam foi sensível o aumento do material fornecido aos terroristas, algum bastante "sofisticado". Portugal, pelo contrário, encontrava os maiores obstáculos para adquirir material de guerra ou susceptível de utilização militar. Sob a pressão das Nações Unidas e da imprensa os países foram-se fechando sucessivamente à venda de material e, quando muito, vendiam algum com. a condição de ser subscrita uma "cláusula de destino final" pela qual o governo português se comprometia a não utilizar o material adquirido nas operações do Ultramar. Fomos, pois, ficando cada vez mais reduzidos à indústria nacional onde ocupavam lugar predominante os estabelecimentos fabris militares. Mas estes não eram suficientes. Surgia então a indústria privada a concorrer, e apesar da situação existente, os serviços do Ministério do Exército fizeram-lhe durante muito tempo renhida oposição. Até que, por intervenção pessoal minha, se criou no Departamento da Defesa a Direcção Geral do Armamento e se começou a coordenar o planejamento e a produção dos estabelecimentos do Estado e das empresas privadas. A situação estava a melhorar francamente em 1974.

Quanto aos problemas do pessoal, ainda eram mais graves. Esperava-se que, com o recrutamento local dos nativos, fosse diminuindo o pedido de tropas expedicionárias da Metrópole, mas não sucedeu assim. Os comandantes-chefes, sobretudo os da Guiné e de Moçambique, pediam cada vez mais gente. Ora os contingentes anuais recrutados na Metrópole iam minguando, primeiro porque a natalidade começou a decrescer a partir do início da década de 50 e o número de mancebos em idade militar ia diminuindo também de 1970 em diante, e depois porque a propaganda antimilitarista e a emigração se reflectiam no número de refractários. Os recrutas eram incorporados quatro vezes em . cada ano, e recebiam imediatamente uma instrução geral sumária. A seguir, eram destinados a diversas especialidades e enviados, conforme a classificação feita, a centros de instrução especial. Finda esta (também sumária) reuniam-se, então, em companhias e batalhões que, antes de serem enviados para operações deviam receber a instrução operacional.

Esta concepção vinha da NATO e o Estado Maior do Exército ficou-lhe fiel durante os anos todos da guerra subversiva. _ O resultado era uma instrução deficientíssima; não havia espírito 'de corpo; os instrutores não acompanhavam os instruendos e ao formarem-se as companhias os homens, que tinham andado de Herodes para Pilatos, encontravam pela primeira vez os oficiais com quem deviam marchar para o Ultramar. A instrução operacional na Metrópole era má. Resolveu-se, em Conselho Superior de Defesa Nacional, ministrá-la nas províncias de destino, no próprio ambiente em que os homens deviam actuar, mas isso só pôde ser parcialmente executado na Guiné e em Angola.

Homens mal instruídos e mal enquadrados, portanto. A instrução era dada por oficiais milicianos inexperientes e por outros do quadro permanente vindos há pouco do Ultramar e que passavam alguns meses na Metrópole para ao Ultramar regressarem, cansados e ansiosos por repouso total.

Este era o grande problema: a fadiga dos quadros permanentes. A carreira de oficial do exército fora durante muitos anos calma e serena. Na Segunda Grande Guerra, porém, houve as mobilizações destinadas a guarnecer os Açores, de modo a defender o arquipélago da cobiça de qualquer dos beligerantes, e a reforçar as

guarnições de Angola, de Moçambique e de Macau. A ocupação de Timor pêlos holandeses, primeiro, pêlos japoneses, depois, levou a encarar a participação de tropas portuguesas na guerra do Pacífico a fim de libertar a colónia ocupada, e uma força importante foi concentrada em Lourenço Marques, da qual saiu a expedição que com três navios de guerra seguiu para Dili logo que houve a notícia da capitulação do Japão.

Depois veio a índia. Grupos de aventureiros provenientes da União Indiana procuraram fazer cair em Goa o domínio português. O governo de Lisboa enviou tropas para defender o velho Estado fundado por D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque e representante da cultura ocidental desde o século XV no Oriente. Diz-se agora que foi erro o governo português não ter então negociado pacificamente com a União Indiana a retirada da nossa India. Mas estão publicados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, sob o título, salvo erro, de Vinte anos de defesa do Estado Português da índia, os documentos comprovativos da disposição do governo de encontrar um modus vivendi com a União Indiana: só que esta desejava apenas que lhe dissessem quando entregávamos Goa e isso o governo português não estava

constitucionalmente autorizado a dizê-lo.

A Índia Portuguesa, que o Tribunal Internacional de Justiça, de Haia reconheceu fazer parte de Portugal depois de um processo complexo, demorado e ruidoso, não era militarmente defensável contra o exército indiano: mas tinha uma guarnição, para que só por um ato formal de guerra pudesse ser conquistada, e que teria podido honrar, com uma resistência simbólica embora, a bandeira nacional. Esperava-se que a duração dessa resistência permitisse agitar a opinião internacional e recorrer ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas não houve resistência digna desse nome. E os oficiais que sem combater lá ficaram prisioneiros nunca mais se restabeleceram do traumatismo sofrido. Culparam, então, o governo por tê-los sujeitado a essa derrota humilhante. Mas não sei se com razão. O governo, já disse, não podia negociar a alienação de Goa ao .estrangeiro. E se o tivesse feito não resultariam daí vantagens apreciáveis para os goeses, como se vêem nos estabelecimentos franceses da costa do Coromandel, abandonados no fim da guerra por um governador apressado e transitados por acordo para a União Indiana, mas onde hoje, praticamente, nada resta da cultura francesa e apenas há reminiscências da língua.

O fato é que os oficiais que estiveram na Índia na altura da entrada, em passeio militar, das tropas da União Indiana, nunca mais deixaram de reflectir um certo estado de espírito. E muitos deles lá embarcaram de novo, várias vezes, para as províncias africanas.

De maneira geral os oficiais do quadro permanente, a partir de 1961, passaram a sua vida no Ultramar com pequenos intervalos na Metrópole. Ao procurar-se converter em serviço de segurança a contra-subversão pensou-se que muitos oficiais poderiam ser estabilizados numa província, mas não sucedeu assim. O Estado Maior do Exército caiu na rotina de convocar o oficial, por escala, para uma comissão de dois anos na província onde ele fosse preciso na altura, para, findo esse prazo, o fazer regressar à Metrópole na qual estava alguns meses até ser novamente convocado para nova comissão de dois anos na mesma ou noutra província, conforme calhava. Um coronel ou tenente-coronel podia assim, em 1974, tendo em conta o serviço na Índia, ir na sua quinta ou sexta comissão no Ultramar. Era muito. Se bem que se autorizasse que fosse com ele a família, nem sempre isso era possível, e sobretudo os filhos, carecidos de estabilidade na educação, ficavam na Metrópole onde iam crescendo à revelia dos p Com frequência o oficial ao regressar do Ultramar encontrava em casa filhos que mal reconhecia, contestatários e antimilitaristas e sofria por não poder acompanhar a sua educação. Houve dramas reais.

Este sistema de comissões, cumpridas em maus climas, por vezes em zonas operacionalmente duras, fatalmente havia de ir desgastando física e psiquicamente os oficiais. E ao aperceberem-se da vida que iam ter, os jovens que poderiam acalentar vocação militar fugiam da carteira: a Academia Militar nos últimos anos, apesar das vantagens dadas aos alunos, estava sem frequência que se visse nos cursos das chamadas armas gerais (infantaria, cavalaria e artilharia). De resto, nem valia a pena fazer distinções: o serviço em África era o mesmo para todos, .todas as armas forneciam batalhões que actuavam como infantes, e os oficiais perdiam cultura e qualidades profissionais, reduzidos à rotina da quadrícula e da. contraguerrilha.

Sucederam-se as providências durante o meu governo para atenuar este estado de coisas: aceleração do acesso na escala, alargamento dos quadros, vantagens económicas... Mas eram paliativos que não podiam curar um mal profundo e extremamente grave.

Praticamente não havia subalternos porque os poucos diplomados em cada ano pela Academia Militar eram rapidamente promovidos, por diuturnidade, a capitães.

Numa guerra onde a companhia era a unidade táctica (com quatro grupos de combate) o capitão constituía a peça fundamental. Daí a existência de capitães muito jovens num quadro cheio de va

gas. E que seria, por esse caminho, dos postos superiores do Exército dentro de poucos anos?

A insuficiência do número de capitães e de subalternos do quadro permanente para o enquadramento das tropas era suprida pelo recurso aos oficiais de complemento, chamados milicianos. Tratava-se de diplomados com cursos superiores ou, pelo menos, alunos das universidades, que cumpriam o seu serviço militar obrigatório como oficiais. Após a frequência de um curso-relâmpago (também havia quatro incorporações anuais) os jovens eram promovidos a aspirantes-a-oficiais e mandados servir na instrução de recrutas. A maior parte seguia no posto de alferes para o Ultramar sendo no regresso licenciados como tenentes. Mas a carência de capitães obrigou o Exército a chamar, anos depois do cumprimento do serviço obrigatório, os tenentes milicianos para frequentarem o curso de comandantes de companhia. Eram então homens já lançados na vida, com encargos de família e actividade profissional, a quem a mobilização causava enormes transtornos e que seguiam para o Ultramar no estado

de espírito que se calcula.

Para aliviar a estes inconvenientes experimentou-se, aí por 1972, outra solução. No curso inicial eram logo seleccionados os cadetes que revelavam maior maturidade e maiores qualidades de comando. Estes escolhidos partiam para o Ultramar para fazer um estágio de seis meses como alferes e, desde que aí se confirmassem as qualificações dadas, voltavam para frequentar o curso de comandantes de companhia a fim de seguidamente serem graduados em capitães. Deste modo se evitavam as mobilizações tardias. E as informações acerca do comportamento destes capitães improvisados não foram más.

O que sucedia, porém, era a inundação das unidades, todos os anos, por jovens que tinham terminado os seus cursos superiores ou os frequentavam, devendo notar-se que se permitia aos estudantes o adiamento da incorporação até aos 26 anos. Através dessa constante injecção de universitários, as forças armadas recebiam a influência das ideias que agitavam as gerações e circulavam nos corredores das escolas. E essas ideias, como já notei, eram de contestação da ordem social existente e da legitimidade da manutenção do Ultramar português. Nas salas de oficiais, onde é tradicional a conversa e a discussão, os milicianos doutrinavam.

Debalde chamei a atenção, mais de uma vez, dos ministros e dos chefes militares para a necessidade de uma segura informação acerca do estado de espírito e das opiniões dos quadros e de se fazer a doutrinação destes. Nunca consegui nem uma nem outra.

Os serviços de informação davam minuciosa conta do que o inimigo fazia, dizia e pensava, mas daí não se tirava lição para contrabater os seus argumentos e a sua ideologia. Dir-se-ia estarmos mais empenhados em difundir as ideias adversárias do que em espalhar as nossas. O Exército tinha serviços de acção psicológica para actuar janto das populações do Ultramar, mas pouco ou nada fazia para mentalizar os seus homens e motivá-los de modo a emprestar-lhes combatividade. Em geral, e sobretudo nos últimos tempos, o Exército ia cumprindo sem entusiasmo e sem zelo.

Quanto à informação interna, os chefes militares consideravam desonroso para os oficiais, mesmo exercendo comandos, terem de relatar pensamentos e comportamentos de camaradas. Em vão se lhes ' dizia que em tempo de guerra era indispensável detectar as possíveis infiltrações do inimigo nas fileiras, bem como a eventual deterioração do moral da nossa gente. Não objectavam a isso: mas tolhia-os uma noção de camaradagem que vinha dos verdes anos do

Colégio Militar, onde tudo quanto se passava com os alunos deveria ;ficar entre eles, olhando-se com desconfiança prefeitos, professores e directores a quem a lei juvenil da casa mandava ocultar a vida íntima do internato.

Por isso o Governo chegou à undécima hora na ignorância de (muita coisa que era já realidade profunda no seio das forças armadas...

Tenho-me referido sobretudo ao Exército, deixando de lado a Marinha e a Força Aérea. Efectivamente a grande massa dos efectivos pertencia ao Exército, era este que carecia de mais quadros, movimentava mais importantes serviços e consumia mais avultadas verbas.

A Marinha era, até 1961, uma pequena corporação com um i corpo de oficiais que se distinguia pela cultura, pelo aprumo e pela disciplina e onde todos se conheciam, de todos se sabiam as qualidades, as virtudes, os defeitos e as fraquezas A partir de 1961 v couberam-lhe também numerosas e importantes missões no mar e em terra. Além dos navios modernos, fragatas e corvetas destinados ¡ a escolta oceânica ou a missões de soberania, foram construídos nu-

merosos navios mais pequenos para serviço no Ultramar, que pudessem penetrar e navegar nos rios da Guiné, de Angola e de Moçambique. E criou-se o Corpo de Fuzileiros, a infantaria de Marinha a que couberam tantas e tão delicadas missões. De tudo isso resultou o alargamento de efectivos e de quadros, embora sem perda do carácter primitivo de corporação.

Em contacto frequente com o estrangeiro, os oficiais da Armada começaram a ser sensíveis à argumentação com que por lá Portugal era atacado em razão da defesa do Ultramar. A literatura e os' livros que liam corriam no pendor socialista, fazendo reviver uma velha tendência esquerdista que datava dos últimos tempos da monarquia e fizera com que a Marinha tivesse tido papel preponderante na proclamação da República e na política, dos primeiros tempos do novo regime. As camadas novas recebiam a influência da onda geracional.

Um dia descobriu-se que cada curso da Escola Naval se mantinha organizado depois de sair da vida académica, numa espécie de célula maçónica, e que os vários cursos já se entendiam entre si. O que fora, ao princípio, simples intenção de manter, pela vida, fora, a amizade e solidariedade que ligara os estudantes dos mesmos anos, começara a converter-se numa organização em que se tratava de

interesses profissionais e até de problemas políticos. A democracia. e o socialismo ganhavam terreno. E a aversão à guerra do Ultra: mar, também: aqui não tanto por cansaço, mas por repugnância pela própria natureza da guerra. Começaram a surgir os pedidos de saída da Marinha, alguns formulados por jovens oficiais que exemplarmente se tinham comportado e às vezes haviam ganho altas condecorações, mas se confessavam tocados na sua sensibilidade pêlos actos praticados. Este é um dos piores aspectos da contraguerrilha: o guerrilheiro fanático, e neste caso, selvagem, não tem escrúpulos no emprego dos m para atingir os seus fins, mas aqueles que se lhe opõem quando civilizados, sensíveis, cultores de valores morais, todos se confrangem por terem de lançar mão de métodos análogos para bater e adversário. Consta-me que pelo menos um dai! oficiais de marinha a quem foi concedida a demissão professou numa ma ordem religiosa. Os portugueses são conhecidos pela sua sensibilidade sibilidade, e as gerações chamadas às fileiras nos anos 60 fora educadas com piedade cristã: não admira que muitos dos melhores não resistissem ao duro embate de uma guerra cruel. ,

Todavia, a Armada tinha as suas tradições estreitamente ia* gás ao Ultramar cuja administração durante quase dois séculos teve ligada à da Marinha no mesmo Ministério (de 1736 a 1911 saindo dos quadros navais a maior parte dos governantes ultramarinos. A principal actividade da Marinha militar portuguesa consistiu sempre nas estações e nas operações no Ultramar. E a esta tradição continuavam fiéis quase todos os velhos marinheiros.

Quanto à Força Aérea, o seu papel nas operações anti-subversivas foi da maior relevância: transportando tropas, abastecendo regularmente guarnições, evacuando feridos, procedendo a reconhecimentos, apoiando acções em terra, bombardeando posições fortificadas do inimigo. Com aviões velhos e cansados que só milagres de manutenção conseguiam sustentar no ar sem acidentes de maior e com uma frota razoável de helicópteros, a Força Aérea Portuguesa obrou prodígios, deu segurança e moral às tropas terrestres e manteve em respeito o inimigo. Os seus excelentes oficiais não mostraram por via de regra sinais de desfalecimento no cumprimento dos seus deveres, embora tivessem também razões para estar fatigados. E quando, na Guiné, surgiram inesperadamente. nas mãos do inimigo os mísseis terra-ar que em poucos dias nos derrubaram cinco aviões, foi admirável a forma como, sob o impulso de um comandante valoroso, a Força Aérea reagiu, não abandonando o céu nem faltando aos camaradas de terra com o apoio precioso, graças a uma rápida adaptação à situação mediante a adopção da táctica adequada.

Nela estavam integrados os caçadores pára-quedistas sobre ;cuja actuação recolhi informações dispares.

Em meados de 1973 a situação militar podia considerar-se satisfatória. Na Guiné, apesar do emprego pelo inimigo das novas armas antiaéreas e de uma ofensiva dura no sul, desencadeada, como ide costume, a partir do território da Guiné-Conakry, as tropas tinham-se aguentado, embora com sinais de defecção da parte de alguns oficiais. A energia e valentia pessoal do General Spínola haviam debelado a covardia e mantido o moral do Exército. No seio das Nações Unidas surgira a grande manobra da criação é do reconhecimento internacional do Estado-fantasma de Guiné-Bissau, sem Bissau e também sem Guiné. Bissau continuava segura e pacifica-

mente portuguesa. E apesar de a propaganda inimiga se arrogar a , posse de dois terços do território da Guiné, a verdade é que em parte alguma dele conseguiram estabelecer a capital do pretenso Estado e, pelo contrário, centenas de jornalistas e turistas estrangeiros puderam pela mão dos portugueses percorrer toda a província. O General Spínola constantemente garantia ao governo o seu domínio da situação e as suas afirmações eram corroboradas nas visitas que altas autoridades militares e civis, sobretudo o Ministro do Ultramar Prof. Silva Cunha, frequentemente faziam aos mais diversos pontos do território. Entretanto findara o período, já prorrogado, do governo do general, que acumulava o comando-chefe, e era forçosa a sua substituição. No verão convoquei, para o pavilhão anexo ao Palácio de Queluz onde trabalhava durante os meses de calor, uma reunião a que assistiram os Ministros da Defesa, do Ultramar, da Maranha e o General Costa Gomes, chefe do Estado Maior General. E r pus a este , que recentemente visitara a Guiné, inspecionara as tropas h pás e acertara os dispositivos a adoptar, a seguinte questão:

- A Guiné é defensável e deve ser defendida? Se sim, vamos escolher o melhor general disponível para a governar, vamos continuar a fazer o esforço de lá manter os homens necessários e de procurar dotá-los do material possível. Se não, prepararemos a retirada progressiva das tropas, para não prolongar um sacrifício inútil, designando um oficial-general, possivelmente um brigadeiro, para liquidar a nossa presença.

A resposta do General Costa Gomes foi categórica:

- No estado actual a Guiné é defensável e deve ser defendida.

Perguntei-lhe o que significava a expressão "no estado actual". Resposta:

- Não havendo escalada de meios do inimigo, isto é, desde que não apareça aviação a jacto a bombardear-nos.

Em conclusão, foi resolvido nomear. governador e comandante-chefe chefe o General José Manuel Bettencourt Rodrigues e fazer-se o impossível para dotar a Guiné de eficaz defesa antiaérea.

Bettencourt Rodrigues cessara havia poucos meses o comando, que fizera brilhantemente, da Zona Leste de Angola pata o qual fora proposto pelo General Costa Gomes, ao tempo Comandante . Chefe da província. A abertura pelo inimigo da frente leste constituíra tremenda preocupação e Costa Gomes, ao assumir as responsabilidades da defesa de Angola, encarara o caso com inteligência e decisão. Bettencourt Rodrigues recebeu o encargo de, com bastante autonomia e com poderes de coordenação de todas as autoridades da zona, pacificar a região, e conseguiu-o, incluindo o entendimento com a gente da UNITA, grupo insurrecto que, sob a chefia de Savimbi, operava por lá discordante do MPLA.

Era Bettencourt Rodrigues um general jovem - nos anos e no espírito - e, apesar de proveniente do Corpo do Estado Maior, homem de tropa, que com as tropas gostava de viver, exprimindo-se numa linguagem directa, viva e pitoresca em que traduzia os conceitos do seu senso prático juntamente com os dos seus largos conhecimentos militares servidos por uma bela inteligência. Quando penso que as Forças Armadas perderam homens como Bettencourt Rodrigues e Rui Monteiro, não posso deixar de me entristecer.

A Guiné ficava, pois, entregue em boas mãos. E Angola estava tranquila como há muito não sucedia. Para isso contribuíram o surto de progresso económico que a todos empolgava e os dissídios entre os movimentos terroristas que, apesar de todos os esforços de reconciliação feita pelo Organização da Unidade Africana, não se entendiam. Tirando uma ou outra operação no Congo e um ou outro incidente em Cabinda, pode dizer-se que Angola vivia em paz.

Quanto a Moçambique é que as coisas corriam pior. Se em Cabo Delgado se mantinha a pressão do inimigo apoiado na Tanzânia, no distrito de Tete a subversão progredia a olhos vistos. Vendo que não era possível atacar directamente a obra de Cabora-Bassa; defendida por uma zona fortificada com campos de minas, os terroristas

resolveram investir contra as linhas de comunicação e além disso inquietar toda a região, caminhando em direcção ao mar. Daí os constantes ataques às linhas férreas e aos transportes por estrada, tendo sido necessário organizar cuidadosamente o transporte aéreo das chamadas "cargas críticas", isto é, de materiais essenciais para a execução do projecto de Cabora-Bassa nos prazos estipulados. Ao mesmo tempo os guerrilheiros iam progredindo do interior para o litoral, praticando o terrorismo selectivo (assassínio sistemático dos chefes nativos fiéis a Portugal), subvertendo as populações e fazendo atrevidos ataques a brancos, às suas fazendas e aos seus automóveis.

Perante a iminência da chegada dos guerrilheiros ao planalto de Manica, a Vila Pery e à própria cidade de Beira, a população branca começou a acusar a tropa de pouca combatividade e pouca eficácia, estranhando o conforto em que tantos oficiais com suas famílias viviam na messe dos oficiais da Beira. Mas antes de se produzir a crise nas relações entre civis e militares estalou na imprensa i internacional a campanha dos "massacres".

Foi em abril de 1973 que pela primeira vez o Núncio Apostólico me falou em que teria havido no Distrito de Tete atrocidades cometidas por tropas portuguesas.

O Núncio, Mons. Sensi, tinha uma deplorável tendência para se imiscuir na política interna portuguesa o que, na altura da revisão constitucional, em 1970, dera origem a um penoso incidente entre os dois. Tive de lhe dizer, nessa ocasião em que se permitiu fazer considerações sobre as alterações introduzidas na Constituição, que Portugal deixara há séculos de ser feudatário da Santa Sé e que nenhum governo português admitiria a um estrangeiro, fosse ele enviado do Papa, que viesse pronunciar-se sobre actos do foro da soberania nacional. Depois disso passou a ser mais prudente. Mas apertado por padres e frades, sobretudo missionários estrangeiros, não resistia, de vez em quando, a tentar fazer censuras ou dar conselhos. Respondi-lhe que Portugal estava sob uma campanha insidiosa de difamação e que não se podia dar ouvidos às acusações que constantemente eram formuladas de má-fé contra nós: a guerra implicava sempre actos de força, o mal era ter de fazê-la. Insistiu, porém, o Núncio em tinha informações não só de missionários estrangeiros como de bispos de Moçambique. E no dia seguinte ao desta conversa mandei expedir, pelo canal da Defesa Nacional, um telegrama ao comandante-chefe da província a perguntar-lhe o que havia e se, no caso de ter existido alguma coisa, se procedera a inquérito, o qual deveria ser concluído rapidamente. A resposta foi

de que, de fato, tivera rumores de certas violências e ordenara inquérito o qual não pudera ainda prosseguir por falta de oficial disponível para o fazer. Recomendou-se urgência. E ficou-se à espera.

Nas vésperas, porém, da minha visita oficial a Londres, onde em 16 de julho de 1973 me desloquei a convite do governo britânico no quadro das comemorações do sexto centenário da Aliança lusobritânica, estalou escandalosamente no Times e noutros jornais estrangeiros o relato de massacres a que as tropas portuguesas se teriam entregue em dezembro de 1972 na povoação de Wiryamu, perto de Tete - povoação que, procurada logo, não se encontrava nos mapas.

A nota que o governo português publicou imediatamente em Lisboa era cautelosa e sem negar a possibilidade de se ter passado alguma coisa de irregular, apenas sublinhava que estávamos perante uma campanha cujas intenções eram manifestas. Foi só nessa altura que a Defesa Nacional me deu conhecimento de ter recebido havia pouco o relatório final do inquérito a que se procedera em Mo Moçambique, com o parecer dos serviços de Justiça e um despacho do comandante-chefe a mandar arquivar o assunto.

Tratava-se de uma operação destinada a aliviar a cidade de Tete dos ataques feitos nos seus arredores para a isolar. Os guerrilheiros tinham-se infiltrado entre as populações e daí certos incidentes deploráveis, mas que eram considerados . pêlos militares como resultantes de riscos normais da actividade operacional.

Fui a Londres e aí desempenhei, com a dignidade que as funções me impunham, a missão que as circunstâncias haviam tornado particularmente difícil. Creio que me saí com felicidade e o País acompanhou com emoção as fases dessa visita, no regresso da qual, fui acolhido por uma imponente e expressiva manifestação em frente ao Palácio de S. Bento.

Em Londres tive de responder várias vezes a perguntas formuladas pêlos homens da informação. E expliquei que havia duas ordens de fatos a distinguir: a hipótese de alguma irregularidade nas operações e a campanha em curso. Nenhum homem público, disse, fosse ele quem fosse, a qualquer país que pertencesse, de qualquer partido que fizesse parte, poderia garantir que numa guerra de guerrilhas, decorrida no mato, não se passasse alguma coisa de condenável. Não estávamos perante batalhas ordenadas em que os exércitos se defrontassem sujeitos aos seus comandos segundo planos cuidadosamente estabelecidos. Mas em face de uma guerra de golpes de mão, mais suja que qualquer outra. O que eu poderia garantir é que

não era doutrina do governo português a prática de violências e que, pelo contrário, constantemente se insistia nos princípios de que na guerra subversiva o essencial era conquistar adesões e nâo exterminar pessoas. Esse mesmo ponto de vista desenvolvi na "Conversa em família" de 26 Julho, publicada na volume As grandes opções, pg. 185 e seguintes.

Só posteriormente vim a apurar o que se passara em Chawola. Insisti com o Ministro da Defesa Nacional e do Exército para que fosse de Lisboa um inquiridor com poderes para imediatamente instaurar autos de corpo de delito contra os responsáveis; determinei que não fosse reconduzido o comandante-chefe de Moçambique, porque mesmo que não lhe coubessem responsabilidades directas, era quem deveria ter actuado imediatamente; exonerou-se o governador do distrito de Tete. Mas, daí a tempos, o brigadeiro que seguira para fazer o inquérito regressou, com um relatório onde explicava a seu modo os acontecimentos e emitia a opinião de que não deviam ser levantados os autos de corpo de delito. E outros problemas, como veremos, chamaram entretanto as atenções dos chefes militares.

O ambiente em Moçambique já era bastante mau devido à actuação dos missionários estrangeiros, acolitados por alguns portugueses. Excessos ninguém pode aprová-los e, a produzirem-se, deveriam ser severamente castigados. Mas a campanha internacional que a respeito do caso se desencadeou não era desinteressada: visava abalar o moral das tropas, infamando-as sem discriminação de modo a dar mais uma machadada na causa da defesa do Ultramar português.

Em todo o caso, e até porque o contrário se prestava, como prestou, a especulações graves, os comandos superiores deveriam ter procedido com rigor contra aqueles que, desrespeitando as leis da humanidade, mancharam o nome português.

Como já disse, o recrutamento de novos oficiais para o quadro permanente apresentava-se como problema instante e grave. A continuar a abstenção das matrículas na Academia Militar, dentro em pouco não haveria subalternos profissionais. E como os milicianos passavam fugazmente pelas fileiras, não decorreriam muitos anos até que fosse impossível ter oficiais superiores e oficiais do Estado-Maior.

Todos os comandantes-chefes que vinham a Lisboa chamavam a atenção do governo para o caso. E era unânime a opinião de que só abrindo largamente a, carreira das armas aos milicianos que tivessem

dado boas provas m campanha, se poderia solucionar a crise.

Já em tempo se tinham adoptado medidas para facilitar o ingresso dos oficiais milicianos no quadro permanente, mediante a possibilidade de se matricularem na Academia Militar sem outras condições que não fossem a posse do curso do liceu e o haverem servido no Ultramar. Frequentavam depois o mesmo curso dos cadetes e no final entravam na escala destes, mas sempre à esquerda deles. Conservavam a graduação da patente já adquirida no quadro de complemento, mas só vinham a tê-la de direito depois de chegada a altura da promoção normal dos camaradas do mesmo curso da Academia.

O sistema que, em perto de dez anos, apurara uns duzentos oficiais, não fora bem recebido. Um oficial com serviços em campanha e às vezes altas condecorações, sentava-se' nos bancos da Academia ao lado de jovens vindos dos liceu e estava condenado a ficar mais moderno do que eles, apesar da idade.

O Ministério do Exército estudou, pois, uma nova solução, criando na Academia Militar um curso acelerado, de dois semestres, para ministrar em programas intensivos aos oficiais já munidos da experiência do comando em campanha os conhecimentos teóricos indispensáveis à preparação do profissional. E contava aos oficiais assim diplomados e depois ingressados no quadro permanente, a antiguidade no posto a que tivessem ascendido no quadro de complemento.

O diploma que concretizava esta solução continha porém mais uma disposição: a que mandava aplicar aos oficiais do quadro permanente oriundos dos milicianos, por haverem frequentado a Academia Militar, as novas regras sobre antiguidade.

O projecto que me foi submetido pareceu-me vir ao encontro das sugestões repetidamente formuladas pêlos generais e em Conselho de Ministros, salvo um reparo do Ministro da Marinha, foi aprovado e convertido no Dec.-Lei no. 353/73 de 13 de julho.

Não tardaram muitos dias, o meu adjunto militar, inteligente oficial de marinha apaixonadamente devotado à sua carreira, informou-me que o decreto-lei caíra mal nos meios do Exército por causa tia modificação da posição relativa de antiguidades que envolvia para os oficiais ex-milicianos. Há capitães, disse-me, que pulam para tenentes-coronéis. E lembrou-me a importância enorme que para o militar assume a sua antiguidade na escala: "a antiguidade é um posto".

Apressei-me a chamar a atenção do Ministro do Exército para o caso. Aos seus ouvidos não chegara ainda nada. Mas no Ministério procedeu-se ao estudo dos resultados da aplicação desse artigo do diploma e verificou-se haver um caso de promoção em salto e muitos de avanço na escala. E claro que se tratava de oficiais que ao entrarem na Academia Militar eram mais graduados - geralmente tenentes e às vezes capitães - que os seus colegas, simples cadetes, e até à promoção destes às mesmas patentes figuravam para todos os efeitos como seus superiores. E, embora em quadros diversos, as patentes no Exército eram de uma s6 espécie e com o mesmo valor. Mas procurou-se atender aos reparos, que breve tomaram vulto, da oficialidade, e em 20 de agosto, pouco mais de um mês após a publicação do diploma contestado, o Dec.-Lei n° 409/73 dava nova redacção a dois artigos dele, de modo a reduzir o mais possível os inconvenientes da alteração das antiguidades.

Foi nessa altura que se recebeu uma exposição assinada por oficiais do quadro permanente do Exército em serviço na Guiné subalternos, capitães e alguns majores - a protestar em termos vivos contra os decretos. Tratava-se de uma manifestação colectiva, punível nos termos do Regulamento de Disciplina Militar, e significativa de um estado de espírito muito grave. Não tardou muito que aparecessem exposições análogas firmadas por oficiais em serviço na Metrópole e em Angola. Estava desencadeado o "movimento dos capitães" cujo pretexto foi, assim, um problema de ordem profissional: o desprestígio que para o Exército resultava de se poder ser oficial mediante o curso de um ano, e a questão das antiguidades.

Está claro que o curso de um ano era um expediente de tempo de guerra, e o ano de aprendizagem teórica vinha a seguir a três ou quatro anos de serviço nas fileiras, dos quais normalmente dois prestados em África. Era uma imposição das circunstâncias que não impediria que se continuasse a pensar em organizar os cursos da Academia Militar e da Escola Naval com currículos que permitissem facilmente a convocação para outros cursos superiores.

Mas dado o mal-estar existente nas Forças Armadas qualquer pretexto serviria como detonador da explosão. Foi este. Dentro em pouco eu sabia que o movimento tinha o seu directório e aliciava os oficiais do quadro permanente, exigindo de todos um pedido de demissão com a data em branco, que o directório apresentaria quando julgasse oportuno, caso não fossem satisfeitas as suas pretensões. O pedido em massa de demissão dos oficiais obrigaria o governo a ceder ou a retirar-se. E corriam os números dos requerimentos já reunidos:

quinhentos, setecentos, novecentos...

Não sei quantos realmente foram subscritos e se nas cifras indicadas não haveria blefe. De qualquer modo a ameaça desenhava-se e tive claramente a noção de que maus dias se preparavam para o governo. Tanto mais que as adesões começavam também a vir da Marinha e da Força Aérea.

O meu dever, porém, era o de tentar esclarecer os quadros acerca das verdadeiras intenções dos diplomas publicados a ver se a questão se mantinha no plano profissional. Com esse fim o gabinete do Secretário de Estado do Exército (poiso Ministro estava em Moçambique onde ninguém lhe tocou no assunto) elaborou e fez expedir, pela via hierárquica, uma circular explicativa, que apesar dos seus termos claros e -comedidos ainda irritou mais os recalcitrantes. E logo que o Ministro Sá Viana regressou a Lisboa, convocou o Conselho Superior do Exército para esclarecer os generais e os fazer cientes de que o governo não revogaria os diplomas sob coacção. No dia dessa reunião o Chefe do Estado Maior General pediu-me que o recebesse com urgência e marquei logo audiência para a tarde. De modo que o Gen. Costa Gomes teve de sair do Conselho para ir ao meu encontro.

O General disse-me que fora procurado por representantes do movimento dos capitães os quais se lhe tinham queixado de não haver chefes no Exército que encabeçassem as suas aspirações, expondo-lhe a seguir as queixas existentes. Depois de ouvi-los, respondeu-lhes que tomaria daí por diante a defesa da causa deles e era para isso que me procurava.

Estranhei que o fizesse. As Forças Armadas só podem subsistir quando respeitem a disciplina, e a atitude dos capitães, com a organização do seu movimento e a apresentação das suas exposições, era claramente indisciplinada. Qualquer êxito desta atitude seria o desfazer irremediável das estruturas militares: depois dos capitães, como se negaria legitimidade a um movimento de sargentos? ou a sovietes de soldados? Um governo consciente das suas responsabilidades não podia reconhecer movimentos assim, menos ainda dialogar com eles. Por mim, não tinha apego ao Poder, e se as Forças Armadas queriam impor a sua vontade só tinham uma coisa a fazer: -assumir o governo.

- Que não, atalhou o. general, que não era isso o que se pretendia. Os oficiais apenas desejavam que lhes fosse feita justiça e decerto o governo não se recusaria a fazê-la... '

Tive de explicar que uma coisa era a justiça; outra, a maneira de a pedir. Se alguém solicita da autoridade competente, em boa e devida forma, a consideração de uma causa para se decidir como for justo, nunca se deve recusar audiência, ponderação e decisão. Assim procurara sempre proceder. Mas se um indivíduo ou uma classe nos encosta à parede e aponta uma arma impondo - faça lá a justiça como nós queremos! - está claro que só se o ameaçado for de qualidade de ceder à intimidação poderá daí resultar alguma coisa, e mesmo isso não vale, por ser extorquido sob coacção. Por mim não estava disposto a transigir em tais condições e preferia ser substituído no lugar que ocupava.

A conversa tomou então novo rumo, porque o general insistiu em que não era seu propósito fazer-me sair do governo. Em que termos me disporia então a tomar na devida conta as aspirações dos militares?

- Quando tiver a certeza de que está completamente restabelecida a disciplina, respondi. Nessa altura poderei debruçar-me outra vez sobre os assuntos que preocupam as Forças Armadas e ver

se há algum fundamento válido nas pretensões formuladas. Importa que cesse todo o movimento reivindicativo, se dissolvam as organizações antidisciplinares e que sobre esse apaziguamento decorra o tempo necessário para se ver que é real e que o governo tem os movimentos livres.

- Que tempo considera necessário a partir da cessação do movimento? - interrogou o General.

-- Não preciso de muito, desde que me convença da sinceridade do procedimento dos oficiais: quinze dias, três semanas...

E sobre isto nos separamos.

Seguiram-se as eleições para deputados e imediatamente, como já referi, fiz a recomposição ministerial substituindo o Ministro da Defesa Nacional, com reforço da posição do General Costa Gomes.

Os novos Ministros da Defesa e do Exército, este coadjuvado pelo Subsecretário de Estado, Coronel Viana de Lemos, lançaram-se ao trabalho de revisão dos pontos contestados. Daí saíram os diplomas que tacitamente revogaram aqueles que tinham suscitado a oposição dos oficiais e os que melhoraram consideravelmente os vencimentos militares. Devo esclarecer - e disse-o em Conselho de Ministros -

que cedi sem convicção quanto a estes diplomas, perante o entusiasmo do Prof. Silva Cunha e o empenho dos demais ministros das pastas militares.

A revogação das medidas tomadas quanto ao recrutamento do quadro permanente era uma capitulação e deixava em aberto outra vez um grave problema existente. Quanto aos` vencimentos, desencadeariam o ciúme e a competição dos funcionários civis e receava bem que não solucionassem os fundos males com que nos debatíamos. Não me enganei. O movimento dos capitães prosseguiu, politizou-se cada vez mais sob a influência de oficiais esquerdistas e entrou francamente na via da conspiração.

VII

A CRISE

Os primeiros zunzuns, de que o General Spínola trabalhava n. redacção de um livro sobre o problema do Ultramar português chegaram-me goram-me aos ouvidos ainda ele estava a governar a Guiné.

Eu tivera excelentes relações com o general, que se dizia abe r abertamente "marcellista", até ao dia em que, em minha casa, decorre uma, conversa que iria influir nos nossos destinos.

Leopoldo Senghor, Presidente do Senegal,, sonhara sempre desempenhar um papel relevante na solução da questão ultramarina na portuguesa em geral e, em particular, do caso da-Guiné. Este território português confinava ao norte com o Senegal e ao Sul com a Guiné-Conakry governada pelo desvairado e sanguinário Seku Turé, cada vez mais apoiado na União Soviética. Senghor não que ria, de maneira nenhuma, que a Guiné portuguesa caísse sob domínio ou a influência de Seku-Turé de tal modo que este ainda lhe ficasse mais na vizinhança, e confessava publicamente a si; simpatia por Portugal afirmando-se de ancestralidade lusitana Senghor seria a corrupção de "Senhor". Propunha, por isso, que à Guiné fosse dada a independência no quadro de uma comunidade luso-afro-brasileira que, naturalmente, abrangeria também a restantes províncias ultramarinas portuguesas erigidas em Estado;

Ao governo português nunca repugnou esta ideia. Mas a formacão de tal comunidade pressupunha que em cada um dos território do Ultramar português se conseguisse garantir o que deveria ser

grande contribuição por ela dada ao mundo: a multirracialidade, não só no convívio social como em todas as actividades de governo e de administração.

Senghor, que eu conhecia pessoalmente, fez-me saber por intermédio de terceiro governo ter interesse em discutir ó assunto com o governo português. Através do medianeiro combinou-se aí por 1971 que haveria primeiro conversas exploratórias ao nível de altos funcionários, para esclarecimento de fatos e intenções, a aplanar o encontro, em que eu punha todo o interesse, dos chefes de governo. E partiu para Dacar com uma carta credencial minha e um exemplar encadernado das obras completas de Fernando Pessoa que eu oferecia ao grande poeta africano de expressão francesa, o Dr. Alexandre

Ribeiro da Cunha, director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Talvez porque a entidade medianeira não tivesse explicado bem as coisas, Senghor não recebeu o Dr. Ribeiro da Cunha que, todavia, conversou largamente com os ministros designados para o atender. Explicou-lhes qual o regime jurídico-político das nossas províncias cuja autonomia eles desconheciam. Deu-lhes todos os esclarecimentos solicitados. E ficou assente que as conversas continuariam, desta vez com um emissário senegalês em Lisboa. Mas até hoje esse emissário nunca apareceu e pouco depois, das conversações de Dacar o Senegal formulava nas Nações Unidas mais uma queixa contra a violação do seu território pelas tropas portuguesas.

Passado tempo, Senghor começava a fazer saber ao General Spínola que gostaria de falar com ele: Ciente do fato o governo autorizou o general a encontrar-se com o Presidente do Senegal, o que teve lugar numa povoação senegalesa próxima da fronteira portuguesa em meados de .1972. O General Spínola veio depois, num salto, a Lisboa dar conta do que se passara. Na entrevista surgira a hipótese de um encontro Spínola-Amílcar Cabral para se negociar um cessar-fogo preliminar do acordo pelo qual se esperava que o PAIGC passaria a colaborar com os portugueses no governo do território.

Observei ao general que por muito grande que fosse o seu prestígio na Guiné - e eu sabia que era enorme - ao sentar-se à mesa das negociações com Amilcar Cabral ele não teria na frente um banal chefe guerrilheiro,, e sim o homem que representava todo o movimento anti-português, apoiado pelas Nações Unidas, pela Organização da Unidade. Africana, 'péla imprensa do mundo inteiro. Assim, ia-se reconhecer oficialmente o Partido que ele chefiava como sendo uma força beligerante e reconhecia-se mais, que essa força possuía importante domínio territorial, uma vez que aceitávamos negociar com ela um armistício (ou cessar-fogo) como preliminar de um acordo. Durante o armistício, nós, o exército regular, fica /ríamos com as mãos presas, enquanto o movimento insurreccional conservava a sua liberdade de manobra subversiva 'encorajada pelo êxito. Finalmente, ao cessar-fogo , seguia-se logicamente a negociação do acordo definitivo abrindo um precedente quanto ao resto do Ultramar português a cuja força não se poderia fugir. Ora, se Portugal tivesse apenas para resolver o problema da Guiné, o método talvez fosse utilizável. E mesmo assim não sabia se seria, uma vez que os dirigentes do PAIGC eram cabo-verdianos e, incluindo a independência do seu arquipélago nos objectivos do movimento, não poderiam deixar de reivindica-la nas negociações facultadas quanto à Guiné. Ora em Cabo Verde havia absoluta paz e a sua entrega a Amílcar Cabral, com as graves dificuldades provenientes da secura ido clima e da pobreza

da população, só poderia significar a passagem para o domínio do mundo socialista de uma posição-chave do Oceano Atlântico. Esse seria sempre um obstáculo intransponível nas negociações com PA IGC. Admitamos, porém, que as negociações eram método praticável quanto à Guiné. Não se podia, então, esquecer que tínhamos Angola, e tínhamos Moçambique, com centenas de milhares de brancos e milhões de pretos afectos que não podíamos sacrificar levianamente. A dificuldade do problema da Guiné; estava nisto: em fazer parte de um problema global mais amplo, que tinha de ser considerado è conduzido como um todo, mantendo a coerência dos princípios jurídicos e da 'política que se adoptasse.

E foi aqui que, no decurso da conversa, fiz a afirmação chocante para a sensibilidade do general, dizendo mais ou menos isto:

- Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.

- Pois V. Exa. preferia uma derrota militar na Guiné? - exclamou
- escandalizado o general.

- Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso, que vendam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender .o resto do Ultramar. E o dever do governo é defender todo o Ultramar. É isto que e eu quero dizer.

O General Spínola não se conformou com a decisão do governo - a qual traduzia não só o meu ponto de vista mas o de todas as pessoas consultadas (e foram bastantes) sem excepção. E regressou a Bissau profundamente chocado e sem escondera sua mágoa. Naquele meio pequeno foi rápido o espalhar da novidade com os i respectivos comentários amargos: os militares tinham tido na mão a solução do caso da Guiné que a cegueira dos políticos de Lisboa não permitira fosse por diante; os militares tinham ido até onde lhes era possível e se a guerra continuava era por culpa do governo de Lisboa que chegava ao desplante de desejar a derrota militar, decerto para lançar sobre as Forças Armadas a culpa da falência da sua política; ó general ficava mal colocado perante o governo do Senegal, com vexame para as Forças Armadas, etc.

Foi neste-estado de espírito que o General Spínola começou a escrever o seu livro.

Amigos comuns diziam-me, porém, ser sua convicção de que ele o não publicaria sem meu conhecimento. .Enquanto fosse governador era impensável que assim não procedesse, e mesmo deixando de o ser estava vinculado peio Estatuto dos Oficiais das Forças -Armadas a obter autorização para publicar opiniões acerca de questões políticas. ou militares.

O General deixou o governo da Guiné e deixei eu de ouvir falar no livro. Por ocasião da remodelação ministerial de novembro de 1973 consultei-o acerca do estado de espírito das Forças Armadas e do preenchimento dos ministérios por onde corressem assuntos militares. Cheguei mesmo a pensar em confiar-lhe a pasta do Ultramar. E, naturalmente, conversamos bastante acerca do problema ultramarino. Expôs-me as suas ideias acerca da autodeterminação das províncias no sentido de conseguir que por vontade própria formassem com a Metrópole uma federação de Estados e comunicou-me a sua intenção de, sobre este ponto, publicar um livro. Amistosamente lhe observei, ao cabo de longa troca de impressões, que a sua visão do problema ultramarino português continuava demasiado influenciada pêlos anos que passara na Guiné. Via as coisas através da fresta de Bissau:, era preciso que alargasse o seu ângulo de visão, voltasse a Angola, percorresse Moçambique contactasse com a gente de lá e com as realidades sociais e políticas da África austral. No seu lugar eu não publicaria nada antes dessa viagem.

Aceitou com facilidade a sugestão, dizendo que já mais de uma vez pensara nisso.

Pois, retorqui, é só escolher a maneira de fazer: a título particular, ou em missão oficial. 0 governo com muito gosto o designaria para inspeccionar tropas ou estabelecimentos militares, por exemplo, o que lhe facilitaria a viagem nas melhores condições.

Foi a partir daqui que, designado o novo Ministro de Defesa, Prof. Silva Cunha, o General Spínola mostrou o maior interesse em ocupar funções que lhe permitissem partir em viagem para África. Encarou-se, primeiro, a hipótese de , o nomear Inspector Geral do Exército ou Inspector Geral das Forças Armadas, mas levantaram-se dificuldades da parte das hierarquias militares. Surgiu, a seguir, a solução de criar o lugar de Vice-Chefe de Estado Maior General, com quatro estrelas, para coadjuvar o Chefe por cuja delegação despacharia e foi neste sentido que se decidiu, com acordo e aprazimento do interessado.

No dia em que tomou posse desse lugar o General Spínola visitou-me para me agradecer e apresentar os seus cumprimentos. Estava, porém, magoado porque o Ministro da Defesa não quisera a televisão no acto da posse e impedira que muitos oficiais jovens assistissem, como desejavam. Expliquei-lhe tratar-se de normas gerais segundo as quais os actos de posse deviam ser simples e com o mínimo de publicidade. Assumir as funções de um cargo, para quem fazia parte dos quadros, era coisa normal que devia acontecer com naturalidade. Não tomasse, pois, por desconsideração ou manifestação hostil o que era simples aplicação de princípios.

Anunciou, então, a publicação para os próximos dias do seu y livro. Julgava eu que fosse apenas a exposição e defesa da tese federalista e das vias para a tornar praticável. Perguntei-lhe se estava já autorizado a publicar. Respondeu-me que certamente o governo tinha confiança nele...

- Não, senhor general, o problema não é ter ou não ter confiança.
- Mas observar as leis e regulamentos militares. O senhor acaba de ser empossado no segundo lugar da hierarquia das Forças Armadas e não vai certamente querer começar por cometer uma infracção à disciplina que lhe tiraria autoridade para a impor aos outros. Se tem alguma relutância em submeter aos seus superiores imediatos a apreciação do que escreveu eu próprio me ofereço para fazer a leitura e posso garantir-lhe que a farei com a maior largueza de espírito.

Confessou-me que pensara muito se me devia dar a ler o livro, .,. ou não. E concluíra pela negativa. Porque sustentava pontos de vista que nem todos aceitavam mas que considerava indispensável trazer a lume e, de duas, uma: ou eu admitia a publicação e isso me

comprometeria, ou não admitia e, pensava ele, daí resultaria grave inconveniente para o País.

Voltei ao meu ponto de vista: que fosse eu ou outro a fazer a leitura, era indiferente, contanto que se respeitasse a regra de que um oficial na actividade do serviço não pode publicar opiniões, sobre matérias políticas sem autorização superior. E aqui surgiu uma dúvida: que dizia á lei? autorização superior ou autorização ministerial? Nenhum de nós tinha a certeza. O General iria verificar. Por. que na primeira hipótese bastava que fosse dada pelo Chefe do Estado Maior General como seu superior. Este que lesse o livro e decidisse ou, quando a competência não lhe pertencesse, que emitisse e

seu parecer para o Ministro da Defesa resolver.

E nisto ficamos.

O general Costa Gomes partia no dia seguinte, 17 de janeiro, para Moçambique onde a situação se agravara. O ataque em Ma nica dos terroristas a uma fazenda e a morte de uiva mulher europeia desencadearam uma onda de protestos, que por pouco se não traduziu em actos de violência da parte da população branca. E na Beira houvera manifestações em frente da Messe dos oficiais contra o que as pessoas consideravam inacção e desinteresse do Exército perante a agressividade do inimigo.

Costa Gomes levou com ele o livro do General Spínola que me disseram depois estar já impresso. E ao regressar a Lisboa, submeteu em 11 de fevereiro a despacho do Ministro da Defesa o parecer cujo texto foi mais tarde divulgado e correu de mão em mão.

Nesse parecer, muito sucinto, diz-se que o autor do livro "defende com muita lógica uma solução equilibrada que podemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: independência pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pêlos comunistas e socialistas, e a de integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pêlos extremistas da direita: Não necessitamos de desenvolver grande argumentação para concluirmos que estas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva aos interesses nacionais e a segunda por ser inexequível."

Por isso,-_ Costa Gomes concluía estar o livro em condições de ser publicado e ser a sua publicação um serviço "brilhante" prestado ao País. (i)

Dóis dias depois de apresentado este parecer veio o Ministro da Defesa ao 'meu gabinete para que eu o lesse. Comunicou-me que fizera diligências para se inteirar do conteúdo do livro, mas sem resultado: deparará com decidida resistência. Estranhava, como era natural, a recusa e temia que o livra não fosse apenas a defesa da solução federal como até aí pensávamos e até do parecer se inferia. Que fazer?

Observei-lhe der público e notório estar para sair o livro. Não me parecia conveniente que se pusesse a correr a notícia de que fora proibido pelo governo, datando-se da obra de um homem até há pouco cumulado de honrarias é que acabava de ser investido num lugar da maior confiança. Em meu entender achávamo-nos numa hora em que, mais

que nunca, cada um deveria assumir as suas responsabilidades. O General Spínola estivera interessado em assumir uma função de íntima colaboração com o governo, e não podíamos admitir que não tivesse consciência das responsabilidades contraídas. O seu superior imediato, General Costa Gomes, era o principal conselheiro para os assuntos militares do Chefe do Governo e' do Ministro da Defesa e também, ao subscrever um parecer tão claro e terminante como o que tínhamos sob os olhos, não deixara certamente de ponderar a delicadeza da sua posição pela qual era altamente responsável. Eu não podia admitir que tais pessoas não tivessem a noção do interesse nacional e do dever militar.

O Prof. Silva Cunha não me pareceu muito convencido. Mas ao ver que a minha posição estava tomada, condescendeu em lançar sobre o parecer o despacho da autorização da publicação do livro, com a ressalva de não conhecer o texto e de que decidia tendo em conta os termos em que se lhe referia o Chefe do Estado Maior General.

Sempre na convicção de que o livro era fundamentalmente a defesa da solução federativa, aproveitei o discurso que devia proferir em IO de fevereiro no encerramento da conferencia anual da Acção Nacional Popular para, mais uma vez, me referir ao problema ultramarino e ao fato de tomar de novo corpo a hipótese dê uma federação de estados portugueses que eu sustentara dez anos. antes mas que me parecia agora, em face das atitudes conhecidas dos mo-

[(1) Utilizamos o texto do parecer reproduzido no Jornal do Brasil de 10 de abril de 1974.]

vimentos chamados de "libertação" e das Organizações Internacionais que os apoiavam, já não ter a virtude de aplacar os rebeldes e de oferecer uma fórmula de paz aceitável por todo o mundo. procurei sublinhar que, em qualquer caso, não. se tratava' de atitude condenável da parte de quem a preconizasse: tudo era questão de oportunidade e de possibilidade de aplicação.

Dois dias depois, em 18, recebi um exemplar do livro. Portugal e o Futuro com amável dedicatória do autor. Não pude le-lo nesse dia, nem no seguinte em que houve Conselho de Ministros. E só no dia 20 .consegui, passadas já ás onze da noite, encetar a leitura ao cabo de uma fatigante jornada de trabalho. Já não larguei a obra antes de chegar à última página, por alta madrugada. E ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses; era agora inevitável.

Convoquei, em 21, para o dia seguinte 22 de fevereiro, às I l horas da manhã em, minha casa, os generais Costa Gomes ë Spínola.

Compareceram ambos fardados. E tive com ambos uma conversa que logo de início avisei que seria das .mais graves e desagradáveis de minha vida e que não importa aqui reproduzir. Besta registrar o ponto fundamental dela: o livro do general Spínola tinha uma primeira parte crítica que não poderia deixar de influenciar a disposição das Forças Armadas quanto à continuação da defesa do Ultramar, de pesar sobre a opinião pública no tocante aos rumos da política interna e de reduzir á já,. escassa margem de manobra do governo português na .sua política exterior. Não era uma tese e sim um manifesto. A sua publicação nas, condições ç es em que era feita, provinda do Vice-Chefe do Estado Maior General e coberta pelo próprio Chefe, colocava o governo em, situação delicadíssima porque, a manter a política até aí seguida ficava aberto o divórcio entre ele e .os mais altos representantes das Forças Aradas. Era-me por isso manifestamente impossível continuar a governar, com um corpo de oficiais insubmissos e os chefes -militares discordantes. Mas não ti na lógica que fosse eu naquele momento a pedir a demissão. O manifesto lançado, sob o nome de Spínola, pelo estado Maior General, traduzia a intenção de um golpe de Estado e então era necessário que cada qual chamasse a si as responsabilidades que lhe com petiam, a tempo de não deixar: degradar a situação. Eu tinha resolvido partir nessa tarde, sexta-feira antes do Carnaval, a passar os eras tradicionais de, férias no Hotel do Buçaco, em busca de algum repouso do corpo e de espírito. Pois bem - aproveitassem os senhores generais aqueles dias de minha ausência para se avistarem com o Chefe do Estado, lhe exporem as suas ideias e os sentimentos das Forças Armadas e reivindicassem para estas o Poder. Tudo se passaria entre as mais altas hierarquias e sem qualquer obstáculo da minha parte, pois nem sequer diria fosse a quem fosse ó teor daquela conversa.

Esta protesta foi ouvida em silêncio e sem mostras de concordância. O General Spínola reafirmou ser um militar disciplinado que não _ participava em conspirações nem dava. golpes de Estado. O general Costa Gomes disse-me que tivesse paciência, pois não haveria remédio senão continuar a fazer o sacrifício de estar no governo. Mas, já de pé, insisti: as palavras eram muito amáveis, mas do que me não restava dúvida era de não ter mais condições de prosseguir com autoridade na política até aí mantida.

E nessa tarde, fui, como declarara, passar as férias do Carnaval pata o Buçaco, donde só regressei em 26 de fevereiro.

Já então, graças sobretudo às largas transcrições feitas no semanário Expresso quer publicando-se aos sábados, consagrara largamente o número do dia 23 à difusão 'das ideias do General Spínola, o livro deste se tornara conhecido na Metrópole e no Ultramar e produzira profunda sensação:

Inquiri sobre se teria havido audiência do Presidente da Republica aos dois generais: não a tinham solicitado. Pedi então para ser recebido em Belém, o que sucedeu na manhã do dia 28.

Encontrei o Presidente Tómaz, a quem o General Spínola oferecera pessoalmente õ livro, emocionado como era natural. Narrei-lhe a entrevista que tivera com os dois generais e o conselho que lhes , dera. A publicação do livro, vinda de onde viera, era grave em si: f`` mas ainda se tornava' mais grave pela ocasião em que ocorria, a dar uma doutrina e a emprestar uma bandeira ao chamado "movimento dos capitães" com o qual repetidamente o General afirmara que sé não identificava. Eu sabia que os jovens oficiais estavam dispostos a solidarizar-se com os dois generais sé alguma sanção lhes fosse aplicada. A situação do Governo era, pois, delicadíssima, más havia interesses muito altos .ã salvaguardar. Em meu entender, o Chefe do Estado deveria tentar manter a iniciativa e, aceitando a exoneração do Governo que ali lhe propunha, procurar formar outro governo , com maior liberdade de movimentos e que esconjurasse o perigo iminente.

O Senhor Presidente respondeu que a minha exoneração não fazia sentido: o País mostrava confiança' em mim, ele só tinha ra-

zoes para a manter também. E _ se substituísse o Governo ia lançar-se nó desconhecido - numa aventura que não seria só dele; mas do País. Portanto, o que havia a fazer era procurar, pêlos meios constitucionais, obter à expressão da vontade da Nação e, de acordo com ela, proceder então.

Com estas instruções nos separamos.

Funcionando segundo uma legalidade. constitucional, era dentro dos meios por ela proporcionados que o governo tinha de se movimentar. Pus-me em contacto com alguns deputados amigos e nomeadamente com o presidente da Comissão do Ultramar da Assembleia Nacional e fácil. foi, com o acordo do Ministro do Ultramar, Dr. Baltazar Rebelo de Souza, assentar em que essa comissão deveria ,

estudar uma. moção a apresentar à Assembleia para proporcionar que se debatesse a revisao da política ultramarina.

A Comissão foi logo convocada, e os seus líderes puseram-se ao trabalho de redigir a moção com o pedido dê que não sé referissem a nenhum caso concreto; não tocassem no livro do General de perto, ou de longe, e apenas' procurassem marcar as orientações que o governo devia seguir.

Entretanto, resolvi usar da faculdade constitucional de discursar na Assembleia. O - regime da Constituição de 1933 era presidencialista e o Presidente da República correspondia-se com a Assembleia Nacional por meio de mensagens. Mas o Presidente do Conselho de Ministros tinha o direito de, quando entendesse conveniente, ir' à Assembleia e dirigir-se-lhe oralmente. O assunto neste caso .merecia-o. Prepare i assim com a maior rapidez um discurso em que recapitulava quanto sé, tinha passado desde 1961 a respeito da defesa do Ultramar, relembrava--- as directrizes adoptadas na política ultramarina não só com assentimento , da Nação mas por impulso dela e concluía por solicitar à Assembleia que mais uma vez se debruçasse sobre o problema, o encarasse com toda a liberdade de espírito à luz das circunstancias atuais ,e dissesse ao governo se era ou não de manter. o caminho 'traçado. Da conclusão à que a Assembleia chegasse eu tiraria perante quem de direito as ilações lógicas sublinhando desde logo que estava demasiadamente comprometido com uma orientação para poder aceitar. outra que me traria sérios problemas de consciência. '

O discurso teve larga repercussão no País e emocionou fortemente, A correspondência que todos os dias se recebia na Presidência do Conselho e que o gabinete; sob a superintendência neste sector da diligentíssima secretária Da. Maria Lisette, lia e analisava com escrúpulo, atingiu a seguir a 5 de março, data do discurso na Assembleia, um dos seus números recordes com mais de noventa por cento de aplausos vindos de todo o território nacional e das mais diversas pessoas de todas às condições sociais, em geral minhas desconhecidas.

A imprensa fez comentários,_ havendo quem estranhasse que, contrariamente ao disposto na Constituição - segando a qual a permanência do' governo dependia apenas da vontade do Chefe do Estado e não era influenciada pêlos votos parlamentares - eu tivesse pedido um voto de confiança à Assembleia. Não era exacto. Eu pedia à Assembleia Nacional que fizesse o que era do seu papel: auscultar através dos seus membros a opinião pública e exprimir a vontade nacional. Se a conclusão desautorizasse a política até aí seguida eu

teria de pôr ao Presidente da República o problema da manutenção dó governo. Qualquer interpretação diferente das minhas palavras era contrária à letra delas e ao seu espírito.

Proferido o discurso, foi apresentada a ,moção da Comissão de Ultramar (redigida quando ainda não estava decidida a minha intervenção) e seguiu-se um debate de três dias durante os quais jorrou a habitual oratória em que, mais uma vez se manifestou a falta de preparação política da maior parte dos deputados. Alguns dós intervenientes desejavam que na moção se acentuasse melhor o desejo de aceleração da autonomia das províncias do Ultramar. E um deles, o mais jovem deputado, vindo já da legislatura anterior onde enfileirava entre as liberais, pôs particular ênfase nessa tese com, desagrado de um grupo que o aparteou com dureza e com infelicidade. Mas pagaram' o atrevimento: depois de 25 de abril os desse grupo foram todos presos.

Obtida da Assembleia Nacional a . ratificação da política seguida, procurei em 11 de março o Chefe do Estado a quem dei oficialmente conhecimento da moção aprovada. Parecia-me indispensável, em vista de se ter esclarecido por essa forma a situação, prosseguir com decisão na actividade governativa normal de maneira a tranquilizar o País e chamá-lo à consciência de outras graves questões existentes a que era preciso prestar pronta atenção. Figurava entre estas a do agravamento dá inflação resultante da crise do petróleo

ocorrida no final do ano anterior. Tínhamos, havia bastantes anos, um saldo positivo anual na balança de pagamentos internacionais que nos permitira conservar e aumentar as reservas de ouro e divisas. Mas o aumento do preço do petróleo bruto a importar, só por si, ia-nos levar uma. importância equivalente a esse saldo anual tal como se apresentara no ano anterior. E as implicações do encarecimento da energia no custo de outros produtos eram inevitáveis. Por isso eu tinha projectado remodelar o sector económico do governo imediatamente após o Carnaval. O incidente da publicação do livro do General Spínola levara-me a suspender a remodelação, mas desde que tinha de continuar à testa do governo não a devia protelar mais. E expus as linhas gerais das alterações a fazer: separação das Finanças e da Economia por ter verificado ser, na altura, carga demasiada para os ombros de um homem só, e desdobramento da pasta da Economia em dois Ministérios, um para a Agricultura e o Comércio, outro para a Indústria e Energia. Nestes ministérios eu teria de pôr pessoas muito experientes e profundamente conhecedoras dos sectores,

porque as circunstâncias não permitiam perda de tempo e indecisões rias resoluções.

O Sr. Presidente "residente da República pareceu-me pouco bem disposto e fez reparos a todas as soluções de orgânica e de pessoas que formulei, fiem como às prioridades de actuação que indiquei. O meu estado de espírito naquele período não podia também ser dos melhores e por isso a nossa conversa terminou num ambiente de certa tensão, como nunca sucedera durante os cinco anos e meio em que naquelas funções colaborávamos. Daí resultaram uma carta que no princípio da tarde enviei ao Almirante Tomaz e uma conversa, já quase à noite, em Belém, na qual o Chefe de Estado me ratificou a sua confiança e me deu luz verde para proceder:

Lancei, pois, mãos à efectivação da remodelação ministerial mas ao mesmo tempo procurei arrumar pela`- melhor maneira a questão militar. Era meu,. desejo conservar nos seus-postos os Generais Costa Gomes e Spínola `de modo a evitar pretextos para o recrudescimento da indisciplina, mas para isso tornava-se necessário que eles fizessem qualquer coisa que permitisse ao governo mantê-los. Reuni, pois, no dia 12 de . março, os ministros das pastas militares a quem expus o seguinte plano: o governo obtivera da Assembleia Nacional a ratificação, da política ultramarina e do Chefe de Estado a reafirmação da sua confiança,' é portanto estava definido pêlos órgãos constitucionais competentes o caminho a seguir por todos os portugueses e em especial pelas Forças.. Armadas, instrumento que deviam ser da execução da política traçada pêlos poderes constituídos.

Deveria pedir-se agora ao Chefe do . Estado Maior General das Forças Armadas para vir, acompanhado pelo Vice Chefe e por todos os oficiais-generais em serviço na. metrópole, à presença do Presidente do Conselho dizer apenas isto: que as Forças Armadas não têm política própria, por ser da sua natureza e da sua ética cumprir as directrizes traçadas pêlos poderes constituídos e que o País podia estar certo de que nesse rumo se manteriam.

Feita esta declaração solene, pelo General Costa Gomes, tendo ao lado o General Spínola, nada impediria que fossem mantidos nos seus lugares.

Os Ministros consultados concordaram e partiram dali para o gabinete da Defesa Nacional onde o respectivo Ministrar formulou ao General Costa Gomes o convite nos termos combinados. Com surpresa geral o General recusou-se pura e simplesmente _á fazer a declaração. Tenho informações seguras de que nesse encontro apenas falaram o

Ministro da Defesa e o General Costa Gomes. Em vista da recusa, com o qual se solidarizaram o General Spínola e o Contra-Almirante Bagulho, foi convidado a falar, em nome dos oficiais-generais, o Chefe do Estado Maior do Exército, General Paiva Brandão, como mais antigo dos chefes dos Estados Maiores que prontamente anuiu. E a partir daí a ideia não encontrou mais resistência.

No dia 13 recebi sucessivamente, o pedido deles, os Generais Spínola e Costa Gomes. Com ambos conversei longamente, ambos esclareceram as suas posições e a ambos tive ensejo de expor o meu pensamento, não lhes deixando dúvidas de que a sua não comparecia na audiência do dia seguinte implicava a exoneração dos cargos onde estavam, o que mostraram compreender com toda a cordura. Separamo-nos nos melhores termos.

A audiência aos oficiais generais do Exército, da Marinha e da Força 'Etérea teve lugar na sala nobre do Palácio de S. Bento no dia 14. O General Paiva Brandão leu um curto discurso em que fazia a declaração pedida, e cujo projecto me fora por ele submetido sem que eu lhe propusesse qualquer alteração. Respondi em termos muito sóbrios que tomava nota. da afirmação de que às Forças Armadas não pretendiam impor . uma política própria e, segundo a sua vocação,- se limitavam a acatar os poderes legitimamente constituídos.

"O Chefe do governo - disse eu - escuta e aceita a vossa afirmação de lealdade e disciplina. A vossa afirmação de que as Forças Armadas não' só não podem ter outra política que não seja a definida pelas poderes constituídos da, República, como estão, e

têm de estar com essa política quando ela é a da defesa da integridade nacional."

Não se tratou, pois, .de um acto de apoio ou de adesão ao governo, de uma tomada de partido pêlos generais mas de sublinhar um princípio que está na base de todos os regimes verdadeiramente democráticos, qual seja o da, subordinação, das forças armadas ao poder civil.

Este princípio foi hábil e pacientemente restaurado e consolidado na vida política portuguesa pelo Dr. Salazar ao longo do seu governo. O Estado Novo nascera da ditadura militar que a revolução de 28 de maio de 1926 instituíra. Mas a partir da promulgação da Constituição Política de 1933 o Dr. Salazar procurou sempre afastar as Forças Armadas da acção política, embora mantendo um militar na Presidência da República como elemento de contacto e

como fiador da observância da doutrina do regime. Fora dolorosa a experiência dos dezesseis primeiros anos do regime republicano com constantes intervenções militares na vida pública sob a forma de golpes de Estado c de revoluções, e os tempos do início da Ditadura não tinham deixado melhores recordações da ingerência dos quartéis na política. Normalizar a vida cívica do País implicava, pois, necessariamente, a redução das Forças Armadas ao seu papel de instrumento ou meio de realização dos objectivos nacionais fixados pêlos órgãos a que a Constituição desse competência para o fazer.

A esta doutrina aderiam, no dia 14 de março de 1974, praticamente todos , os oficiais-generais ao serviço, sem exceptuar o General Costa Gomes, que apenas tinha relutância em vir publicamente tomar um compromisso em nome das Forças Armadas sem as consultar, muito embora concordando em que o princípio fazia parte da ética militar (mas, argumentava, por ,isso mesmo não era preciso reafirmá-lo), e o General Spínola, cuja ausência resultava da fidelidade que julgava dever ao seu chefe imediato. (1)

Mas desde que os dois se abstinham de acompanhar os restantes seus camaradas, não havia outra coisa a fazer senão demiti-los das funções de confiança que ocupavam -- o que foi feito por despacho meu do próprio dia 14.

No mesmo dia nomeei o general Lua Cunha, que era comandante-chefe em Angola e desempenhara em tempo o cargo do Ministro do Exército, para o lugar de Chefe do Estado Maior General.

Aos dois generais exonerados do Estado Maior General foram mantidas todas as prerrogativas que lhes cabiam como generais de quatro estrelas, incluindo o uso dos automóveis antes distribuídos.

Dentro da orientação que traçara, foram nomeados e tomaram posse no dia seguinte, 15 de março; os novos Ministros de Estado. da Agricultura e Comércio e da Indústria e Energia, com um excelente grupo de novos Secretários de Estado e Subsecretários de Estado a coadjuva-los. A posse, dada em conjunto, também no Palácio de S. Bento, foi concorridíssima e a assistência que enchia o salão nobre e os corredores--vizinhos acolheu-me com demorada e calorosa ovação. Trocaram-se os discursos da praxe e tudo parecia ir-sé encaminhando para uma progressiva normalização. ,

Nessa noite, porém, quando me preparava para pôr termo a mais um dia carregado de trabalho, de preocupações e de emoções, recebi um telefonema do Ministro da Defesa a avisar-me de que sé passava em certos quartéis e na Academia Militar qualquer coisa de anormal.,

Fiquei atento junto ao telefone e daí a pouco começavam a tornar-se mais frequentes as informações. Chegou mesmo a notícia de que do quartel de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha, saíra, com destino a Lisboa, uma coluna motorizada a- qual, decerto, contava com apoio na capital. E pelas três da madrugada, acompanhado pelo roeu adjunto militar, que convoquei, dirigi-me conforme estava combinado, para o Quartel General dá 1? Região Aérea, na Serra de Monsanto Era aí que em caso ,de emergência eu devia encontrar-me com os membros do governo para se tomarem as resoluções convenientes. E aí me mantive todo, o resto da noite, acompanhado pelo Ministro da Marinha e pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, e em contacto com os Mini s da Defesa e do Exército que se achavam no Terreiro do Paço.

Do Ministério do Exército _ foram conduzidas as operações visando interceptar a marcha da coluna das Caldas e evitar adesões.
Todas as unidades cumpriram, as ordens do governo e a coluna, ao chegar a Lisboa, na portagem de Sacavém verificando não ter nenhum apoio, inverteu o sentido da marcha e regressou ao quartel das Caldas onde foi cercada por tropas fiéis e se rendeu sem efusão de sangue. .

Como notei na reunião que tive com os membros do governo no dia seguinte, a fim de dar balanço. à situação, o conjunto de elementos positivos neste incidente fora apreciável. Só numa uni

[(1) O general Silvino Silvério Marques. que, pouco tempo antes, pedira, aceitara e agradecera ao governo a sua nomeação para administrador por parte do Estado do Banco Nacional Ultramarino, justificou a sua falta por ter, no mesmo dia e hora, uma audiência marcada pelo Chefe do Estado no' Palácio de Belém. Era, aliás, um integracionista convicto.]

dade militar se dera a rebelião e por intromissão de oficiais estranhos e prisão dos comandantes; todas as tropas haviam obedecido às ordens do governo, incluindo as dadas para atacar ó quartel das Caldas no caso de recusa de rendição; e o público tinha-se mantido sereno, sem quaisquer mostras de nervosismo e menos ainda de aplauso do acto da rebeldia:

Mas havia outros aspectos a considerar. Persistia o mórbido estado de espírito das forças armadas com a evidente disposição de muitos oficiais de evitar que prosseguisse a luta no Ultramar. O episódio das Caldas não devia ser subestimado, porque decerto os oficiais que o provocaram contavam com apoio que a pronta reacção do governo ou o fato de ter havido precipitação na revolta não tinham

permitido actuar. Esses apoios não desarmariam, procurariam fazer a "revolução dó remorso" para salvarem os camaradas que não podiam deixar de ser processados e naturalmente punidos por insubordinação.

... A revolução que veio efectivamente de surpresa, e conduzida dessa vez com toda a eficiência, em 25 de abril. Não me ocuparei aqui do que se passou nesse dia, em que o governo se sentiu desamparado pelas forças armadas e baqueou o regime da Constituição de 1933. Ainda não é oportuno fazê-lo.

EPILOGO

Na madrugada do dia 26 de abril fui levado num automóvel militar do quartel da Pontinha para. o Aeroporto da Base 1 da Força Aérea. Ia sozinho no banco de trás do automóvel e à frente, ao lado do motorista, sentava-se um 1° Sargento pára-quedista, de cara patibular; que durante todo ó trajecto foi virado para mim com a sua arma assestada na minha direcção. Tive a noção clara de que a um gesto equívoco da minha parte, seria abatido. E ia meditando no que daí, poderia resultar. Porque decerto esse homem não recebera ordens dos chefes do movimento para proceder de tal maneira, mas se o fato se produzisse, quem os isentaria das responsabilidades de, um frio assassínio - a que a ausência de um oficial acompanhante daria toda a verosimilhança? Assim os chefes correm os riscos dos excessos de zelo dos subordinados.

No avião da Força Aérea onde depois entrei, com os Drs. Silva Cunha e Moreira Baptista, e ao qual mais tarde chegou também o Sr. Presidente da República, fomos convidados a sentar-nos no pequeno compartimento junto à cabine do comando onde costumava armar-se uma mesa quando viajavam personalidades importantes. Mas depois de virem instruções de terra, o comandante comunicou-nos que "por necessidade de equilibrar o peso do avião", tínhamos de passar para o centro, dele. Aí tomamos lugar, sentando-se na fila da frente quatro pára-quedistas e nas filas .da retaguarda mais uns tantos, todos armados e equipados e sem largarem as espingardas

em nenhum momento da viagem. O comando desta escolta para conduzir um Almirante da Armada portuguesa no activo, e três pessoas que até aquele momento desempenhavam altos cargos públicos, estava entregue também a um 1° sargento pára-quedista.

Tomei nota destes pormenores, a que podia juntar bastantes mais do mesmo género, para sublinhar .quão pouco se consideram os vencidos no nosso País e c_ orno nele _ tem nula valia o esforço, a dedicação, o sacrifício para o servir.

Se em 27 de setembro de 1968 me tivesse recusado a aceitar as funções do governo, eu teria mantido e feito prosperar um dos primeiros escritórios de jurisconsulto de Lisboa, ganho o bastante para gozar uma velhice repousada e continuado na minha actividade intelectual que me permitiria investigar a meu gosto e publicar o que me aprouvesse, até com a adopção de atitudes elegantes de crítica prudente dos negócios públicos e de sugestão irresponsável de soluções nacionais.

Sacrifiquei interesses, preferências e inclinações pessoais, tranquilidade de espírito, tudo quanto me era caro, porque julguei que seria uma feia acção, indigna do meu passado cívico, recusar-me por comodismo a ocupar um posto que no consenso geral implicava "a mais difícil herança da História de Portugal". Durante cinco anos e meio trabalhei sem olhar a horas e sem contar a fadiga, procurando t cias as formas de ser, útil ao povo português através .das mil dificuldades que a cada momento surgiam na marcha do mundo e na vida da Nação. Pautei a minha conduta política pela Constituição vigente que observei com escrúpulo e fiz aplicar com não menos honestidade e rigor do que se pratica nos regimes apregoados democráticos.

Como repetidas vezes expliquei, não curei de fazer política de direita ou de esquerda preocupando-me acima de tudo em procurar ser fiel ao mandato regularmente recebido e pacificamente exercido com sucessivas ratificações eleitorais e em averiguar as necessidades do povo português para as satisfazer da melhor maneira e com a maior eficácia possível. Lutei contra os partidos totalitários, os movimentos que procuravam desmembrar, o território de Portugal, as actividades, clandestinas, os perturbadores do sossego público pelo terror, e como era meu dever, reprimi a desordem, a imoralidade, a subversão. Fui vencido neste combate, hoje em dia apelidado de "fascista". E em consequência vi-me privado de liberdade, primeiro, e expulso do meu País, depois; tive a casa assaltada, e os parcos bens amealhados ao longo de uma vida de trabalho ameaçados de confisco; fui vaiado insultado e caluniado, houve. quem reclamasse ó meu julgamento como criminoso é até me são discutidos os direitos adquiridos em quarenta e seis anos de exercício de funções.

Assisti então sem espanto de maior, diga-se a verdade, ao vergonhoso espectáculo próprio das ocasiões revolucionárias em que o medo é o sentimento dominante e leva os homens às mais inconcebíveis manifestações de mesquinharia, de grosseria; de incoerência de . pusilanimidade e covardia. Mas prefiro esquecer tudo isso. Pará me lembrar apenas do outro aspecto, esse positivo, do meu calvário: o das revelações de carácter e das atitudes, por vezes heróicas, de amizade, o da fidelidade de tantos anónimos vindos da massa do povo português e que apesar de todas as dificuldades teimaram em me fazer chegar, num coro impressionante e persistente, palavras de consolação, de pesar, de gratidão, de lealdade e de apoio que no cativeiro õ no exílio tem sido, para mim, mais do que lenitivo, exaltante conforto e estímulo. '

Amigos extraordinários procuraram e conseguiram tornar mais suaves as minhas horas de amargura: jovens amigos portugueses inexcedíveis de dedicação que nem sei como agradecer algum dia, e os amigos brasileiros que, em S. Paulo ou no Rio, mal chegado ao Brasil me cercaram de atenções e de carinhos e mobilizaram todas as sins possibilidades de me abrir caminho para que, aos 68 anos, pudesse encetar vida prova em terra. alheia.

Neste hemisfério luminoso de humanidade que tive 'a sorte de encontrar deparei com um exemplar cenáculo de bondade, de cristandade e de cultura. A passagem de S. Paulo, onde a reportagem de todos os géneros e feitos se encarniçava sobre mim, para o Rio-de Janeiro, era extremamente difícil. E o meu querido Pedro Calmon teve ã ideia de solicitar que me fosse dada hospitalidade no Mosteiro de S. Bento, a velha abadia que desde os primórdios da cidade do Rio a domina, abençoa e consagra. Fiel à tradição da .regra do santo patriarca para quem õ hóspede é a imagem de Cristo, não me negou o Mosteiro a sua acolhida e durante vinte dias tive n privilégio de ocupar uma cela monástica e de conviver com a comunidade.

Num mundo retalhado por ódios _e malquerenças, eriçado de ferozes egoísmos e em que se entronizara os interesses materiais, é extraordinariamente consolador encontrar um lugar onde a fraternidade não constitui' mito, mas prática vivida, e ainda se conhece o sentido transcendente da caridade cristã. Se ainda restam possibilidades de melhorar esse mundo e se os seus males profundos podem

ter resgate, será, não nos' iludamos, pelo aperfeiçoamento dos homens que isso poderá ser conseguido. Com indivíduos maus não há estruturas 'que 'valham. Nesta convicção antiga me confirmou a lição dos monges . beneditinos do Rio de Janeiro cuja comunidade constitui o exempla eloquente do que o sopro do Espírito, dignificando e enobrecendo a condição humana, pode conseguir na renovação da face da Terra.

APÊNDICE

DISCURSO NA CONFERENCIA ANUAL DA AÇÃO NACIONAL POPULAR, PROFERIDO EM 16 DE FEVEREIRO DE 1974

(EXCERTOS)

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Reúne-se esta conferência anual da Acção Nacional Popular em circunstâncias particularmente melindrosas da vida da Europa e do mundo. O momento exige de todos nós ponderada reflexão. Porque :a linha da nossa acção política, e eu diria mais, o comportamento cívico de todos os portugueses que apenas procurem o bem da sua pátria, deveriam ser inspirados pêlos resultados dessa reflexão.

As nações daquela zona geográfico-política que se convencionou chamar Ocidente atravessam profunda crise de instituições correlacionada com a deterioração da sua economia e o abalo da sua ordem social.

Estão abaladas as estruturas sociais. A família deixou de ser em muitos casos a célula que os laços do sangue, ,o amor entre pais e filhos, o respeito da autoridade paterna e a comunhão de tradições, princípios e bens mantinha coesa.-. Cantam-se os louvores da "sociedade permissiva" em cujo seio não há mais lugar a qualquer forma da repressão psicológica constituída pelas normas da moral, usos e costumes geralmente adoptados, tabus que as idades haviam criado nas mentes e nos comportamentos individuais. Proclama-se assim a liberdade sexual, o libertinismo na literatura, o erotismo na dite, a legitimidade do vício, a salvação pela droga, a rejeição dos escrúpulos nas relações entre indivíduos, o culto do sensacionalismo

e do 'escândalo, a apologia da violência, o egoísmo erigido em lei suprema da vida.

Abalada a Igreja Católica na firmeza dos seus princípios e na projecção da sua doutrina, comprometida a escola onde a avalancha de alunos dificulta o ensino e, prejudicando a autoridade de que, a dirige, favorece a contestação, cada vez se torna mais difícil conte

a onda de desorientação e de insânia que ameaça submergir tudo e todos. Não tenhamos dúvidas de que o fenómeno será em muito dos seus aspectos passageiro. Como todas as ondas, esta há de ter Ì seu fluir e refluir. Sou dos que acreditam no triunfo final do bom senso e do que há de mais são na natureza humana. Pergunto-me apenas se esse triunfo não custará ainda muitos sofrimentos, desse que, para redimir, causticam.

No meio desta desordem social, muito favorecida pelo clima dei facilidades criado por uma economia aparentemente próspera cujo desenvolvimento era fustigado por espectaculares conquistas tecnológicas graças às quais se represtigiara a fé no progresso indefinido na breve conquista da civilização da abundância, do ócio fácil, d prazer sem limite - surgiu o espectro da crise económica. Anunciada por uma alta constante de preços, inflação rastejante, primeiro mas que veio a transformar-se em todo o Ocidente em inflação galopante, quebrou-se a harmonia conseguida nos valores relativos das moedas para o comércio internacional. A desordem monetária veio acrescentar às tensões inflacionárias dos preços internos as incertezas dos valores das divisas predominantes nas trocas entre nações. E por fim, os receios e preocupações há muito existente sobre as possibilidade de o mundo continuar a viver desperdiçando assuas reservas de energia natural, vieram brutalmente revelar-se com a atitude dos países árabes produtores de petróleo. O aumente dos preços do petróleo bruto que em curto espaço de tempo que duplicaram na origem, constituiu uma tremenda marretada t economia europeia. Mesmo o petróleo que não é produzido nesse países seguiu a alta de preços por força de convenções de forneci mento sempre assentes em cotações fixadas internacionalmente partir do petróleo do Golfo Pérsico. A generalidade das pessoas m se dava conta do que representa hoje em dia na nossa vida ecoa mica, em mil aplicações e por mil maneiras, através de ramificações diversíssimas, a energia proveniente do petróleo e dos seus derivada E atrás do petróleo subiram em flecha os preços das matem primas.

Daqui resultou um desequilíbrio geral na vida económica, com desajustamentos súbitos ou progressivos de equações laboriosamente conseguidas. Havemos de atingir novo equilíbrio, em novas ases claro está, mas até lá força é que passemos por uma transição penosa e Deus permita que não muito dolorosa.

Ora para fazer frente a esta crise social em que se acham comprometidas todas as formas de autoridade, e a esta crise económica e põe em causa os mais delicados mecanismos de que depende a ' riqueza das nações e o bem-estar das pessoas - que instituições políticas nas propõe o Ocidente? Um Estado que consiga suprir as

deficiências de todos os poderes em crise? Um governo que possa dom firmeza. procurar os caminhos da salvação colectiva e orientar 'para eles os cidadãos? Uma política que busque acima de tudo 0 interesse geral, subalternizando as conveniências egoístas de grupos indivíduos que possam comprometê-lo?

Não. O Ocidente, de maneira geral, contínua apegado a mitos. : incapaz da atitude realista e pragmática que seria a única verdadeiramente válida: Não consegue erguer-se acima de certos preconceitos particularistas da opinião pública dominante, forjada por interesses do partidos ou de grupos de pressão, ou por correntes ideológicas assentes em abstracções.

Esqueceu-se o velho lema romano de que nos momentos críticos a salvação pública deve ser a lei suprema, para continuar as práticas de tolerância com atitudes lesivas da normalidade da vida económica e social, paia admitir, mesmo em questões essenciais, a 'negociação a todo o transe, ainda que tendo por interlocutores da autoridade os próprios infractores da lei, às vezes bandos repugnando assassinos ou de outros graves delinquentes de direito comum.

Nunca se falou tanto em igualdade. Mas nunca se viu tamanho úmero de reivindicações de privilégios. Da lei, que deve ser igual a todos, buscam eximir-se grupos e classes consideradas intocáveis.

Privilegiados se consideram os estudantes que acobertados na sua juventude e em certas imunidades tradicionais mas hoje justificáveis - das escolas que frequentam, entendem legítimo sobrepor-se às leis gerais da Nação. Privilegiados se consideram determinados eclesiásticos que abusam do respeito votado ao lugar onde pregam e ao múnus que exercem -- e que, de resto, se encarregam eles próprios de dessacralizar para impunemente desferirem ataques à ordem social e às autoridades constituídas, exercendo sobre as consciências dos fiéis intolerável pressão característica das piores formas de clericalismo.

Privilegiados, ainda, se consideram por esse mundo certos odes capitalistas que julgam poder vergar, tudo à força do seu

dinheiro, e ensaiam a plutocracia, ao procurar fazer frente ao podei; político e às leis do Estado empregando as mais variadas formas de influência, de intimidação e de pressão.

Privilegiados se consideram os sindicatos operários naqueles países onde lhes é consentido dispor dos destinos da economia nacional e jogar com as necessidades públicas, lançando libérrima e

ousadamente os seus desafios à sociedade que deles depende - mas dei que se esquecem dependerem também...

E o mais grave é que muitos destes grupos que se arrogam, privilégios gozam de solidariedades internacionais. A quebra de alguns dos pretensos privilégios em qualquer país desencadeia imediatamente campanhas surpreendentes de apoio ao privilegiado ofendido. O escritor processado pelo Ministério Público por ultraje à moral pública, o estudante castigado pelas autoridades escolares, o clérigo detido por actos terroristas ou cumplicidade neles, o dirigente sindical condenado regularmente pêlos tribunais... já se sabe que terão por si as respectivas confrarias estrangeiras para as quais os amigos se apressam a apelar.

E se deixarmos consolidar estas classes privilegiadas, não tenhamos dúvidas de que regressaremos ao que havia de pior no regime feudal. Os governos mover-se-ão impotentes no meio dos poderosos senhorios dos partidos políticos, dos potentados financeiros, dos clãs ideológico-literários, das forças clericais, das organizações sindica. listas, das cidadelas universitárias... Cada grupo com as suas próprias leis, a sua concepção peculiar do Direito, as suas hierarquias privativas, a sua imprensa e os seus processos de agir sobre a opinião, e - quem sabe? - com as suas milícias armadas ou os seus bandos de acção directa.

O Estado, a ser assim, breve soçobraria. E um anarquismo turbulento se apossaria da vida social.

Não é isso que convém às sociedades contemporâneas.

A complexidade dos problemas com que se debatem exige, certo, pluralidade de centros de decisão, a descentralização inteligente que permita maior eficiência e rapidez nas actuações.

Mas não tenhamos dúvidas: essa mesma descentralização conduzirá ao tumulto, ao desperdício, à confusão, se não for contrabalançada por um poder central que disponha dos meios necessários para assegurar as condições básicas da .unidade nacional e da se rança colectiva. ã
.

No presente momento, sobretudo, torno a dizer que seria erro mortal enfraquecer o poder do Estado. E quando digo poder Estado refiro-me ao império da lei que a todos deve impor-se e à autoridade do Governo que tem de manter-se prestigiada. Não esqueçamos a verdade lapidarmente expressa por Salazar: "Não há Estado forte onde o Governo o não é."

A participação dos indivíduos no estudo e na aplicação das grandes decisões, a crítica dos projectos, dos propósitos ou dos actos de' quem governa e administra, são necessárias, mas não devem enfraquecer a capacidade de oportuna decisão do governo nem destruir o sentido da disciplina de quem deva acatar as suas orientações.

Todos temos em Portugal o gosto de criticar. A posição crítica da entre nós a quem a toma uma aparência lisonjeadora de independência e de superioridade intelectual. ,

As vezes discute-se se será legítimo distinguir entre crítica construtiva e crítica destrutiva.

Claro que para o homem de ciência só há uma espécie de crítica: a que toma um sistema, um trabalho ou uma conclusão pára tis analisar a partir de certos princípios e tendo por padrão certos Métodos - ainda que seja para verificar a coerência interna entre os princípios e métodos adoptados pelo criticado e o que efectivamente em nome deles foi produzido.

Essa crítica é sempre construtiva na medida em que procura reconduzir o criticado à lógica abandonada ou a princípios e métodos preferíveis. E talvez contenha algum elogio, porque raro será o caso em que o autor criticado não revele qualquer mérito, quanto ais não seja o do esforço realizado.

Mas fora do âmbito científico, e sobretudo no plano político, crítica quantas vezes é leviana e de má fé! Quantas vezes o crítico evita estudar, analisar e meditar a acção ou a obra que censura para a condenar num improviso literário, numa caricatura fácil ou numa verrina feroz! Quantas vezes o que está por detrás da crítica é, não 1,,-Ios de pesquisar a verdade ou de melhorar a obra, e sim a paixao partidária, a oposição ideológica, a embirração pessoal, as ambições frustradas, os interesses feridos, ou a libertação de velhos sentimentos . . .

E com essa crítica - que se alcança senão espalhar cepticismo descrença ou até, em certos casos, insinuações difamatórias e ódios cegos? Em que melhora ela seja o que for - as soluções, as ideias ou a Humanidade? Que erros rectifica, de que verdade é apologeta que caminhos mostra, que soluções preconiza?

Por isso é legítimo distinguir entre a crítica autêntica e a simples maledicência.

A crítica é bem-vinda. É bem-vinda quando traduz o resultado de

um estudo consciencioso ou a contribuição de uma experiência rica, e assim permite ou realiza verdadeira participação dos cidadãos na vida pública. É bem-vinda na medida em que obriga a repensar problemas, e pode conduzir a rectificar atitudes ou soluções.

A simples maledicência ou o ataque que encobre sabe Deus que intenções ou propósitos, não os podemos evitar, porque constituem o triste acessório da vida pública nas democracias, mas também não podem os governantes reconhecer-lhes o valor que lhes falta ou atribuir-lhes a importância de que carecem.

Sobretudo, meus senhores, evitemos o regresso a tempos em que a vontade dos portugueses estava corroída e dissolvida pêlos ácidos de um negativismo aniquilador. Para construirmos o futuro precisamos de não nos deixarmos perder outra vez nas dúvidas sistemáticas e. nas rixas de facções em que o verbalismo estéril tomava o lugar da acção.

Pior ainda se nos deixarmos enredar na teia ardilosa das falsidades e das insinuações tecida pela acção do boato. Logo que na vida nacional surgem dificuldades aparece o boato a trabalhar na esperança de as agravar para permitir Deus sabe que aventuras. E não se recua perante as mentiras mais descaradas. Há sempre quem acredite. Vai o boato fazendo caminho rápido, de boca em boca, aumentando a enormidade do absurdo à medida que cada qual acrescenta um ponto ao seu conto. Nem me digam que isso é resultado de deficiência ou de dificuldade de informação: porque não só há' coisas que se espalham e se acreditam malgrado as provas em contrário dadas e estampadas nos jornais, como sou testemunha dos tempos em que a liberdade de imprensa não impedia o surgir e o difundir dos boatos e até às vezes contribuía para os espalhar.. .

Frequentemente tenho chamado a atenção para as circunstâncias em que estamos, vítimas de uma acção subversiva que usa largamente a arma psicológica. E tenho recordado que temos de lutar contra adversários incansáveis, a trabalhar dentro e fora das fronteiras e prontos a aproveitar todas as nossas fraquezas, todas as nossas ingenuidades e todas as nossas credulidades ou distracções!

Porque a actividade dos inimigos de Portugal não se traduz apenas em acções terroristas no Ultramar: visa também o moral dos; portugueses. O moral das tropas e o moral dos civis. O moral dast frentes como o das retaguardas. A subversão procura destruir por dentro o poder ou a Nação contra o qual se encarniça. E por isso na contra-subversão não devem fazer-se dessas distinções: em rigor, embora com funções diferentes, militares e civis todos devem s combatentes, onde quer que estejam, onde quer que se ocupem, porque

a retaguarda pode facilmente passar a ser frente, e é, na verdade, em muitos casos já, uma frente activa e arriscada de combate.

Combate sem tréguas e que se arrasta ano após ano, num fervilhar enervante de incertezas e de surpresas - como não se há de compreender que por vezes surjam sinais de impaciência e até de cansaço?

Mas não há motivo para esmorecimento. Quando em 1961 0 terrorismo eclodiu em Angola pela forma brutal que é preciso não esquecer como lição exemplar, não faltou por esse mundo fora quem nos desse logo por vencidos. Governantes experientes e peritos sabedores prognosticaram a nossa impotência e incapacidade para vencer o ímpeto que parecia irresistível. E afinal, Angola em 1974 continua a ser portuguesa. No seu território não há praticamente guerra - salvo alguns resquícios ténues de terrorismo em pontos muito limitados. As dificuldades económicas que pareciam fatais foram também vencidas - para dar lugar desde há anos à ,mais brilhante e promitente explosão de progresso de que temos notícia na África contemporânea. Em paz, a Angola portentosa trabalha e cresce. Foram varridas todas as nuvens pessimistas de algum dia. Confiante no futuro, a população angolana, todos, pretos e brancos de mãos dadas, está a construir, agora sob a direcção estabelecida e segura de Santos e Castro - que temos o prazer de ver aqui presente - aquele Portugal africano que tem sido o sonho de todos nós!

E na Guiné sabe-se como as Forças Armadas não se limitaram a vigiar e a combater. Sob a sua guarda, e às vezes pelo seu próprio esforço directo, uma grande obra de fomento económico e social deu às populações novos motivos de fé e de esperança. Uma fida nova surgiu. E apesar dessa fantasmagoria delirante que é o Estado da Guiné-Bissau, sem Bissau e sem Guiné, apesar do célebre Estado da Guiné-Bissau com capital na estrangeira Conakry e que não pode receber embaixadores por não possuir território onde alojá-los, apesar disso, a Guiné portuguesa pôde ser visitada chá dias de lés-a-lés, mais uma vez, pelo Ministro do Ultramar, com numerosa comitiva, no meio do carinho e do aplauso das populações.

Quanto a Moçambique é também notável o esforço realizado anos últimos anos em matéria de comunicações, aproveitamento de 'energia, fomento agrícola e industrial e educação popular.

A construção da gigantesca barragem de Cabora Bassa fez enraivecer o inimigo. A obra vem trazer riqueza a todo o vale do

Zambeze e mesmo a todo o sul de Moçambique. Se nos anos iniciais uma

parte da energia, produzida tem de ser vendida à África do Sul',, porque sem esse cliente imediato não teríamos maneira de por enquanto a consumir toda, ainda resta o bastante para fomentar desde já no nosso território o aproveitamento de novas fontes produtivas.

E quando as Forças Armadas julgavam ter dominado o principal reduto da subversão, lá para o norte, em Cabo Delgado e no Niassa, junto à Tanzânia, surgiram as guerrilhas, vindas da Zâmbia, no distrito de Tete, a tentar-nos impedir de levar por diante Cabora Bassa.

Não o conseguiram. A obra de Cabora Bassa, bem defendida, prossegue ao ritmo previsto e segundo os programas estabelecidos.

Mas as guerrilhas não desistiram. Habilmente instruídas e comandadas por técnicos estrangeiros, orientados segundo planos concebidos por um estado-maior inteligente, as guerrilhas - e cada guerrilha é um pequeno grupo, de meia dúzia, quando muito, de guerrilheiros - infiltram-se no nosso terreno, dão golpes inesperados aqui e acolá para logo desaparecerem, inquietam, perturbam, destroem, criando um clima de insegurança naturalmente indesejável.

Já temos onze anos de experiência desta luta nos vários teatros de operações. Em Manica e Sofala, como nos outros lugares, não perderemos o domínio da situação. Sem nervosismo. Com serenidade. Mas também com iniciativa e ousadia.

Serenidade tanto mais necessária quanto--- se sabe que o inimigo procura agora, desesperadamente cavar um fosso entre brancos e pretos. Se a obra material de Cabora Bassa o exaspera - a obra espiritual de consolidação da sociedade multirracial portuguesa, o progresso inegável em Moçambique da política da autonomia participada, enfurece-o. Enquanto que no seio do partido terrorista as cisões se sucedem e são contínuas as defecções dos maiorais que voltam a Portugal e aderem às nossas ideias, entre os habitantes de' Moçambique é cada dia mais claro que estamos no rumo certo. A' fraterna colaboração de raças não convém ao inimigo: ele há-de. fazer tudo para tentar criar a desconfiança, a cizânia, o ódio até entre elas. Mas sabemos o que quer - e não nos deixaremos levar pela sua vontade.

Mas há ou não uma política ultramarina em marcha?

As vezes aparece quem o ponha em dúvida. Com aquela cegueira dos que não querem ver.

Certas pessoas só acreditam nas mutações espectaculares. Mesmo quando sejam só mudanças de cenário. Mas impacientam-se com o trabalho sério que se procura fazer em verdade e profundidade.

A última reforma constitucional, no título referente ao Ultramar, lançou as bases de uma transformação que está em marcha.

As províncias ultramarinas, chamem-se ou não Estados, ficaram com poderes e instituições que delas fazem autênticas regiões autónomas, em melhor posição que a maior parte dos Estados federados.

Então por que motivo se não consagrou logo a Comunidade Portuguesa concebida como Estado Federal?

Devo dizer que, ao contrário de alguns patriotas mal esclarecidos, não considero que a fórmula da federação dos territórios portugueses numa União ou Comunidade como a dos Estados Unidos da América ou como o Brasil, tenha alguma coisa de condenável do ponto de vista nacional.

Estados federais são fórmulas jurídicas de descentralização política - como os Estados regionais do tipo que adoptamos na revisão constitucional de 1971, mas estes mais simples na estrutura e mais económicos no funcionamento - que existem em grande número por esse mundo, sem prejudicar o sentimento nacional dos povos que as adoptam.

Eu mesmo preconizei essa fórmula aí por 1962 quando, a título muito reservado, fui ouvido sobre o assunto pelo Dr. Salazar na minha qualidade de Conselheiro de Estado e antigo Ministro das Colónias.

Alguém, abusivamente, divulgou, quando assumi o Governo, esse documento reservado, decerto no intento de me comprometer aos olhos dos que pensavam identificar-se o bom patriotismo com 3 a política de integração.

A verdade é que não tenho de me envergonhar do voto emitido r há dez anos, nem o repudio. Mas em política as circunstâncias contam muito, contam às vezes decisivamente. Em 1962 eu pensava que valia a pena pôr de pé a construção federal - com a sua complexidade, sobrepondo órgãos federais aos órgãos dos Estados federados e reduzindo a própria metrópole a um destes - porque ela seria aceite pacificamente pelo mundo e nos permitiria vencer as guerrilhas desajudadas por uma vez do auxílio externo e do apoio das Nações

Unidas.

Hoje sei que não é assim. As guerrilhas e os seus aliados, as Nações Unidas e as que andam desunidas, não aceitarão outra solução política que não seja a entrega do poder aos movimentos ter

roristas, com expulsão, imediata ou a curto prazo (como sucedeu em Madagáscar e no Zaire) dos brancos residentes nos territórios.

O problema não é jurídico: não reside já em escolher entre dependência ou independência, entre Estado unitário ou Estado federal. É puramente político. Está posto por essa gente toda aberta ou encobertamente - em termos racistas. E está posto no dilema - pretos ou brancos.

Mesmo os que vêm com pezinhos de lã dizer que farão acordos amistosos para deixar os brancos ficar onde estão, no fundo têm o pensamento de, mais tarde ou mais cedo, fazer a "africanizarão" dos bens estrangeiros e reivindicar a África para os pretos.

Os exemplos são hoje já tão numerosos e concludentes que não sei como ainda existe quem alimente ilusões. Não é a África para os africanos que se quer - porque há milhares de africanos brancos. e amarelos lá nascidos e às vezes arraigados em várias gerações. Os brancos e os asiáticos não são porém desejáveis nesses regimes nacional-racistas. E é isto que não podemos aceitar. Qualquer evolução que se processe sob a égide de Portugal nas províncias ultramarinas há-de ter como condição essencial a prossecução da convivência pacífica de todas as raças e o acesso às funções em razão da capacidade e dos méritos e não pela cor da pele.

Somos responsáveis pêlos milhões de portugueses pretos e brancos que pacificamente labutam e querem viver sob a bandeira verde-rubra na África, na Ásia e na Oceânia.

Para que em paz possam continuar a conviver, e desse convívio vá resultando uma sociedade de cada vez mais acentuado multirracialismo, sem tensões internas de etnias, com plena despreocupação quanto à cor de cada um, em ambiente de fraterna compreensão, colaboração e amizade, é que estamos a lutar.

Essas sociedades africanas só poderão encontrar o cimento da sua unidade nas tradições portuguesas e na língua que a todos permito entenderem-se.

É com mágoa que vejo cultivar, até na Metrópole, os dialectos

indígenas. Esses dialectos, pobres de qualidade expressiva, possuem reduzida expansão local. São numerosos, constituem outras tantas barreiras para a comunicação dos nativos entre si. A língua franca; veículo de cultura, instrumento de civilização, que une os africanos e todos os outros nacionais no seio de Portugal e em cada parte dele, é a língua portuguesa. E um dos nossos maiores erros foi pensar que a correcção da sua fala e o amor à sua riqueza cultural podiam ser transmitidos por missionários estrangeiros.

Cometemos esse erro, e outros teremos cometido na nossa política do Ultramar. Não tão grandes, porém, como o da demissão da Europa perante a África. A África e a Europa estão naturalmente destinadas a ser continentes complementares. A África, milenariamente adormecida, precisou e precisa da iniciativa e da tecnologia europeia. A Europa carece, como pão para a boca, das matérias primas e da energia natural existentes na África. Simplesmente, se a Europa não for capaz de permanecer ligada à África, outros poderes se apressarão a ocupar o lugar vago. Esse poderio não será o americano: podemos vaticiná-lo com segurança e não vale a pena dizer aqui por quê. Nem o da América do Norte, nem o da América do Sul. Se a Europa sair ou for expulsa definitivamente da África não será do Ocidente que virão os sucessores. E enganam-se redondamente os que nas Américas acalentam a esperança de que, forçando Angola e Moçambique a deixar de ser portuguesas, como hoje pacificamente são, poderiam ter segurança no outro lado do Atlântico.

São ilusões que já noutras partes do mundo têm custado caras aos que as alimentam - e o que talvez ainda seja pior, a grandes parcelas da Humanidade, por causa disso caídas no sofrimento e na escravidão.

DISCURSO PROFERIDO NA ASSEMBLÉIA NACIONAL EM 5 DE MARÇO DE 1974

Senhor Presidente:
Senhores Deputados:

Nenhuma dúvida pode haver de que o mais grave problema que presentemente se põe à Nação portuguesa é o Ultramar.

Normalmente nunca o Ultramar constituiria um problema para Portugal. Portugal, desde há cinco séculos, é uma Nação dispersa por vários continentes, está na África, na Ásia, na Oceânia como na Europa. E encontrará sempre, no génio natural do seu povo e na experiência tradicional dos seus contactos, as soluções adequadas ao desenvolvimento harmonioso de todas as suas parcelas, à convivência fraterna de todos os seus filhos, à fusão enriquecedora de todas as suas culturas.

Mas na hora actual essa evolução de uma sociedade pluricontinental e multirracial é perturbada por crescente pressão internacional adversa. Uma pressão determinada por preconceitos ideológicos, por interesses imperialistas, por solidariedades continentais que cada dia encontra novas maneiras para se manifestar, afastando todos os limites da razão e todas as normas da moral e do direito internacionais. Um pressão que encontrou nas assembleias constitucionais ou dependentes das Nações Unidas o ambiente propício de formação, de ampliação e de aplicação. E de que decorre a mais incrível campanha contra o nosso País, com mobilização de recursos avultados e de poderosas forças e com o uso das mais variadas armas desde a calúnia à agressão.

Em face deste ataque, que tudo indica estar em aumento,,, impõe-se que os portugueses adoptem uma atitude consciente e definida. E por isso se lhes pede, através da sua mais alta assembleia representativa, nova reflexão.

É para a facilitar que me proponho recapitular a orientação que tem sido seguida pelo Governo, de acordo com o sufrágio popular e dentro das linhas traçadas na revisão constitucional de 1971.

São já tantas as vezes que me tenho debruçado publicamente sobre este magno problema nacional, que não se estranhará reportar-me agora em muitos passos ao que disse noutras ocasiões.

Nunca será demais recordar que as operações militares em Angola, em Moçambique e na Guiné resultaram da legítima defesa perante uma agressão preparada e desencadeada a partir de territórios estrangeiros.

Perante o ataque a vidas e fazendas em território português o nosso dever era conter a agressão, castigar os agressores e tomar as medidas indispensáveis à segurança de pessoas e bens.

As forças militares foram chamadas a cooperar nesta acção de polícia. Só que o ataque dos adversários foi continuando sob as formas insidiosas da guerra subversiva. E vimo-nos assim envolvidos numa luta desgastante de todos os dias, em que fatalmente o inimigo, com forças ínfimas embora, pode conservar a iniciativa e constantemente vibrar golpes na economia e no moral das populações.

Como, porém, tive ocasião de dizer em julho de 1972, "as forças militares que servem na África portuguesa e hoje têm cerca de metade dos seus efectivos constituídos por africanos, não fazem a guerra: asseguram a paz.

"Não dominam, não subjugam, não anexam, não conquistam apenas vigiam, e repelem quando necessário a força pela força, ,proporcionando aos habitantes a possibilidade de fazer normalmente a sua vida, apoiando a sua evolução e promoção social, e garantindo o fomento e progresso dos territórios". (1)

Ao sermos apontados por isso, como fautores de guerra e perturbadores da paz, estamos perante uma ignóbil mentira. Quem perturba a paz é quem ataca, não quem se defende. E só por torva manobra de propaganda se pode querer condenar os que agem em [(1) Progresso em paz, pág. 177]

legítima defesa, em vez de se procurar actuar sobre quem desencadeia a agressão. (2)

Podíamos, porém, mal restabelecida a ordem nos territórios do Ultramar, ter dado balanço às vantagens e aos inconvenientes de lá permanecer. E se verificássemos friamente que era mais lucrativo e mais cómodo para os portugueses da Europa virar costas aos territórios ultramarinos, teríamos feito as malas e, à semelhança de outras potências europeias, regressado à nossa nesga peninsular no meio do momentâneo coro dos louvores anticolonialistas e sob as bênçãos dos intelectuais bem-pensantes. Decerto, nessa hipótese, até já teríamos ocupado a presidência da Assembleia das Nações Unidas,

depois do período dado ao Nepal, e antes da vez das Ilhas Fidji.

A verdade é que ninguém teve tal ideia. Ficamos no Ultramar. E há doze anos que no Ultramar lutamos, e há doze anos que a flor da juventude portuguesa passa pelas terras de África, lá serve a sua Pátria, sofre, combate e verte o seu sangue. Loucura de um povo? Desvario dos governantes?

Repetidamente tenho versado este tema - da razão por que defendemos de armas na mão o Ultramar. (3)

E mostrei que não podemos deixar de proteger populações cuja vontade é permanecerem portuguesas, nem deixar de preservar uma obra de civilização erguida e mantida por obra e graça de Portugal, e que só com Portugal subsistirá.

Nomeadamente ao sul do Equador as duas grandes províncias de Angola e de Moçambique que Portugal criou a partir de um mosaico de pobres e geralmente decadentes tribos esparsas por territórios inóspitos, Angola e Moçambique são povoadas por pretos. brancos e asiáticos que amam a África e, por nascença ou por escolha, a têm por terra-mãe. Ali se caldeiam raças, se permutam culturas rãs, se estreitam relações, se aliam esforços para continuar e aperfeiçoar um tipo de sociedade onde os homens só contem pelas; suas capacidades, pêlos seus méritos ou pêlos seus serviços.

Consideramos, por isso, nosso dever defender os que confiantes em Portugal são fiéis à sua bandeira; e entendemos ser nossa obrigação salvaguardar uma obra que representa um positivo contributo para o progresso da Humanidade e da Civilização.

Temos estado errados? Não o creio. Nem mesmo relativamente à defesa de outras províncias, como a Guiné, onde não há apreciável presença europeia. É que em África não defendemos apenas os brancos: mas todos quantos, independentemente da sua cor ou da sua etnia, são leais a Portugal e por isso mesmo, em caso de abandono, seriam vítimas da vingança inimiga. Por outro lado, há uma defesa global do Ultramar que nos impõe coerência de atitudes. Uma transigência ou uma abdicação num sítio logo afectaria a força da resistência no conjunto. Não poderíamos, por exemplo, aceitar a negociação com o inimigo na Guiné em termos que nos privassem da autoridade para recusar negociações em Angola ou em Moçambique. Por isso só o Governo central pode ter a iniciativa - porque tem a responsabilidade - da condução da política ultramarina. Só o Governo, em conjunto com os demais órgãos políticos da soberania - e

não quaisquer outras entidades.

A defesa do Ultramar .impôs-se-nos, pois, pela necessidade moral de preservar vidas e bens daqueles que, em territórios secular mente portugueses, portugueses são. E impôs-se-nos pela consciência de termos uma missão a cumprir: a de garantir o prosseguimento e o aperfeiçoamento de sociedades onde se não pratiquem discriminações raciais e se faça vingar a harmonia entre os homens de qual quer cor de pele.

Não atingimos ainda a perfeição? Há vícios condenáveis? Infracções deploráveis? Certamente. Infelizmente não conheço nenhuma, nação nem nenhuma experiência política ou social que tenha começado sem dificuldades, decorrido sem defeitos, triunfado na plena pureza dos ,seus princípios. O que é preciso é manter a fé nesses princípios: as imperfeições humanas que ocorram na prática deles, `há que combatê-las, mas sem nos deixarmos desmoralizar pela sua existência. A persistência dos homicídios não invalida a bondade e á vi vigência da norma de não matar.

Enquanto assegurávamos a paz e a ordem nos territórios ultramarinos, pensávamos no futuro destes. E curioso notar que em todos os territórios o desencadeamento dos ataques terroristas coincide com ô- início de uma era de notável desenvolvimento económico e social

[(2) As grandes opções, pág. 66.]

[(3) Discurso na Assembleia Nacional em 27 de novembro de 1968;6 Pelo Futuro de Portugal, pág. 61-62; no Conselho Legislativo da Guiné,' em 14 de abril de 1969, idem, pág. 111; à A. N. P., 21 de fevereiro de 1970, Mandato Indeclinável, pág. 113-114; no Palácio Foz, 27 de setembro.: de 1970, Renovação na Continuidade, págs. 9-11; na RTP, em 16 janeiro de 1973, As grandes opções, pág 66, etc.]

Era preciso desvendar perspectivas de evolução política no quadro desse desenvolvimento. E assim fiz no decurso da minha inesquecível viagem a África, em abril de 1969, nos vários discursos pronunciados na Guiné, em Angola e em Moçambique.

Do que disse então fiz um resumo na conversa tida na Televisão em 17 de junho desse ano de 1969 e que me permito reproduzir agora. Disse eu: "Anunciei nos discursos que fiz em África os pontos fundamentais da nossa política: consolidação das sociedades

multirraciais que cultivamos e das quais está ausente toda a discriminação de cor, raça ou religião; autonomia progressiva do governo das províncias de acordo, segundo a Constituição, com o respectivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios; participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas; fomento dos territórios com ampla abertura à iniciativa, à técnica, ao capital de todos os países sob a única condição de se proporem valorizar a terra e a gente, e não explorá-las". (4)

Se tenho ou não sido fiel a este programa, o País julgará. Foi de acordo com ele que se operou a revisão constitucional de 1971 na parte referente ao Ultramar. Em seguimento da reforma renovaram-se as instituições políticas e administrativas das províncias ultramarinas, dando-lhes possibilidades novas de acção. Pensam alguns que se não foi suficientemente longe. A verdade, porém, é que se foi até onde razoavelmente pareceu que se podia ir. E é fácil formular críticas a distância, passados os acontecimentos. Não Me esqueci, porém (e haverá mais pessoas que não se esqueceram) das dificuldades que tiveram de ser superadas para se chegar onde se, chegou.

Na política prosseguida tem papel destacado a ideia da concessão de autonomia progressiva e participada às províncias ultramarinas.

Ao falar, no dia 18 de abril de 1969, em Lourenço Marques; perante os Conselhos Legislativo e Econômico-Social reunidos, ainda antes da revisão constitucional, dizia eu:

"A Constituição portuguesa garante às províncias ultramarinas a autonomia administrativa e financeira com a faculdade de legislar através dos seus corpos representativos, acerca das matérias q exclusivamente lhes interessem. E os Conselhos Legislativos não ficam nada a dever, na sua composição como na competência, às assembleias dos Estados membros das mais evoluídas federações.

"Acrescenta a Constituição que a autonomia das províncias será compatível com "o seu estado de desenvolvimento e os recursos próprios" - o que implica a sua expansão segundo vá exigindo o crescimento económico e social dos territórios.

"Há quem tema que a autonomia administrativa e financeira dos territórios ultramarinos prejudique, ou ofenda mesmo, o ideal da integração nacional.

"Por mim sempre pensei que uma integração bem entendida de todas

as parcelas no todo português exige que cada uma nele se insira de acordo com as suas próprias feições geográficas, económicas e sociais. Não seria sã ima unidade que fosse conseguida, não dos interesses, mas pelo abstratamente traçados. por acordo de vontades obtido na harmonia espartilhamento forçado segundo figurinos A unidade nacional não prescinde das variedades regionais.

"Se a participação dos povos no governo local é já, e deve ser cada vez mais, larga e importante, não pensemos porém que ela possa conduzir a uma autonomia desagregada. No mundo de hoje, mais do que nunca, só a união faz a força. Os territórios em via de desenvolvimento carecem de apoios financeiros e técnicos prestados com espirito colaboração fraterna e não dispensados com intuitos calculistas' ou com propósitos de mera exploração. A coesão das parcelas no todo português é o segredo de que dependerá o progresso equilibrado, em que não sejam preteridos os valores humanos pelas realizações materiais". (5)

Ano e meio depois, ao apresentar à Assembleia Nacional, em 2 de dezembro de 1970, a proposta de lei da revisão constitucional, voltei ao assunto e procurei explicar as disposições que dela constavam relativamente à autonomia das províncias ultramarinas. (s)

Sublinhei, se bem se recordam, as diferenças que, de território para território, se impõem ao legislador: diferenças de situação geográfica, de aptidão económica e de estádios de desenvolvimento, ,diferenças de cultura das populações com seus usos, costumes, religiões e práticas que, em tudo quanto não ofenda os princípios morais da civilização, devemos respeitar e procurar conservar, diferenças de estruturas sociais e de tipos de relações humanas... Pus todavia

[(4) Pelo Futuro de Portugal, pág.208.

[(5) Pelo Futuro de Portugal, pág. 131.

[(6) Renovação na continuidade, págs. 66-68.]

em evidência a necessidade de se manter íntegra a soberania do Estado, una e indivisível e a supremacia do governo central, que em sociedades onde convivem diversas etnias tem a missão importantíssima de "zelar pelo respeito dos direitos individuais de todos os elementos da população do Ultramar, sem discriminação". O Governo central é, e deverá continuar a ser, o defensor dos direitos dos mais fracos. "A igualdade jurídica de todos os portugueses tem

de corresponder sempre e em todos os lugares a compenetração social. Se localmente se manifestarem algures tendências de segregação, elas serão inexoravelmente combatidas pela intervenção do Poder Central, caso venha a ser necessário. Não desistiremos da nossa política de fraternidade racial, não renunciaremos ao nosso intento. de prosseguir na formação de sociedades multirraciais, não transigiremos quanto à manutenção de um estatuto único para os portugueses de qualquer raça ou de qualquer cor".

A autonomia política e administrativa de cada província implica a existência de governo próprio, com uma assembleia legislativa eleita que vota as leis de aplicação local, e a liberdade de administração das suas finanças e do património provincial.

Esta autonomia, porém, sendo tão ampla que, como mais de .h uma vez tem sido notado, excede em faculdades as normalmente conferidas nas federações políticas aos estados federados, não pode ser desagregadora. Muitas razões aconselham a manter a autoridade dos governadores como representantes do governo central. E não é das menores a que há pouco indiquei: impedir que o poder económico de certas minorias, ou a força cega de alguma maioria Impeçam o convívio pacífico, equilibrado e harmonioso que tem de existir nas sociedades multirraciais.

Qual será, porém, a evolução da autonomia das províncias ultramarinas?

Peço licença para novamente me citar. Para citar o que escrevi k r em 1970 no prefácio do livro Mandato indeclinável.

Em política só cabem as visões históricas e essas são incompatíveis com as juras para a eternidade: não se pode dizer que tudo se há-de passar desta ou daquela maneira até à consumação dose séculos. Ainda aqui o que importa é preparar o futuro: prepará-ló para que seja um futuro português, construído por nossas m. para preservar a nossa alma."

Pode perguntar-se agora qual é a melhor via para preparar e, futuro português.

E há quem pretenda que a manutenção da luta contra o terrorismo pode vir a cavar um fosso entre Portugal e as população susceptível de comprometer esse portuguesismo que pretende garantir para o futuro.

Tal raciocínio pressupõe a aceitação da existência de um leve lamento nacional guinéu, angolano ou moçambicano contra a Pátria

comum. O que não é exacto. As populações da Guiné, de Angola e de Moçambique não se sublevaram contra Portugal. São, p contrário, vítimas inocentes dos ataques terroristas; e sofrerão p ventura por vezes as consequências do combate aos elementos s subversivos que nelas se infiltram e acoitam. Defende-las é um nossos deveres; é uma das nossas missões.

Nesta luta, repetidamente se acentua, o que está em causa adesão das almas, não a conquista de terras ou a subjugação povos.

Chamamos a nós essa adesão na medida em que cumpri a missão de todos os governos legítimos: realizar o bem com correspondendo às necessidades sociais e às justas aspirações individuais. Nas regiões desoladas da África intertropical, nesses vastos espaços onde desde o princípio do mundo a humanidade se s frágil sob a pressão de uma natureza hostil, coube ao europeu o bravamente da selva, o domínio dos perigos que ameaçavam a da, o aproveitamento das potencialidades da terra. As populaçoes nativas foram assim pouco a pouco libertas da miséria, da ignorancia e da opressão. Mas a obra de redenção da África não está c completa. Há imensas tarefas a cumprir para o descobrimento e aproveitamento lamento das riquezas naturais. E um trabalho imenso a levar a na educação e na valorização das pessoas. Dominar a natureza e dignificar o homem - eis o que verdadeiramente deve contar na política no Ultramar.

Há assim uma evolução em marcha que, como acabei de ... consista em construir um futuro português através da educação promoção das populações ao serviço das quais se ponham as estruturas necessárias para o aproveitamento óptimo da riqueza terra e do trabalho que a valorize.

Eis um caminho sério e seguro que estamos a trilhar, com o empenhamento de capitais, prodígios de técnica, heroísmo de esforços e devoção entusiasta. Mas um caminho que leva algum tempo

correr. Porque, não tenhamos dúvidas, para construir solidamente qualquer obra humana o tempo é um material imprescindível.

Com palavras, habilidades e ilusões podem fazer-se passar num instante aos olhos deslumbrados de um público atónito fantasias mirabolantes. Mas que se esvaem como fumo depois de uns dias breves de brilho fugaz. Fica apenas disso .tudo desilusão e amargor. Quando não revolta.

Precisamos de tempo. Temos de ganhar tempo se quisermos

prosseguir honestamente o nosso intento de construção espiritual e material. Não podemos dispensar ou ,perder um minuto sequer: porque todo o tempo é pouco para agir, e agir. eficazmente.

E muito embora seja grande a nossa impaciência temos de reconhecer que se tem aproveitado o tempo. A obra realizada nas diversas parcelas do Ultramar português nos últimos vinte anos é imensa. E não é apenas obra de fomento. Mas obra de elevação do nível de vida e do nível de cultura das populações nativas. Obra de que podemos justamente orgulhar-nos e de que particularmente podem orgulhar-se aqueles que cumpriram modesta e silenciosamente o seu dever de vigilância, protecção e defesa do Ultramar, permitindo à massa dos habitantes fruir a paz e os frutos do progresso.

Os soldados que guarneceram as províncias do Ultramar nestes últimos anos não estiveram lá a ver morrer camaradas como justificação para outros morrerem após eles. O seu sacrifício garantiu a paz e a segurança. Impediu que se repetisse o espectáculo do Congo em 1961 com as cadáveres dos homens mutilados, das crianças esquartejadas, das mulheres violentadas e esventradas. E permitiu que se retomasse o trabalho construtivo e, refeita a confiança das populações, se acelerasse o ritmo do desenvolvimento dos territórios, hoje realidades cada vez mais promissoras de riqueza, de bem-estar e de paz.

Por mais depressa que andemos, porém, não admira que a marcha pareça lenta. Não falo agora do inimigo para o qual um dos êxitos procurados é privar-nos do tempo. Refiro-me àqueles que, de boa fé e com espírito patriótico, vêem os anos suceder-se aos anos e sentem a fadiga invadi-los, a impaciência a corroê-los e a esperança a fugir.

Seria possível acelerar as soluções políticas? Esse é um tema que submeto em especial à vossa consideração.

É aqui que pode ter lugar um debate franco e aberto. Já o provocamos no País por ocasião das eleições de 1969 e a resposta do eleitorado foi categórica. Não pode, porém, a meu ver, admitir permanentemente esse debate por motivos que mais de uma vez terem sido expostos.

Primeiro porque, segundo o consenso geral, pode discutir-se preparação de uma decisão. Mas quando a decisão está tomada, sobretudo se essa decisão é tão grave na vida nacional, que exige mobilização dos espíritos, sacrifício dos recursos e serviço militar aturado e arriscado, não é lícito depois estar a discutir-se todos dias a decisão que se executa do que se decidiu.

Segundo porque estando nós empenhados numa luta com inimigos poderosos aos quais não faltam meios de pressão psicológica nem dinheiro para nos inundar com a sua propaganda, esse debate seria a brecha facultada ao inimigo para, com mais descaramento do que já tem, espalhar as suas mentiras, divulgar as suas doutrine incrementar junto da juventude e do povo em geral a campanha intimidação já agora por tantas formas e em tantos campos pó! em marcha.

Mas a Assembleia Nacional, essa, tem o direito e o dever de pronunciar sobre os novos aspectos que com o rodar dos tempos vão assumindo os problemas nacionais.

Para isso foi eleita.

Podia, dentro da ideia de acelerar o processo da evolução política do Ultramar português, aceitar-se o princípio da autodeterminação dos povos e recorrer-se ao plebiscito das populações.

Também já há quatro anos me ocupei desta solução (7).

Um dos mais graves erros que têm sido cometidos repetitivamente às populações africanas é o de pretender impor-lhes aceitação dos princípios da democracia europeia e a prática dos seus ritos.

Para povos que na sua maioria não ultrapassaram o estádio, organização tribal, essa democracia não tem sentido. E menos senti reveste a consulta popular segundo a fórmula individualista - 1 homem (ou uma mulher..), um voto.

Daí resultaram os insucessos, nos novos Estados africanos, os ensaios dos regimes democráticos segundo o modelo anglo-saxão rapidamente substituídos por ditaduras militares em que o dita

(7) Conversa na RTP em 8 de abril de 1970, Mandato indeclinável pág. 141.

assume a figura do velho soba, ou por aquilo que eufemisticamente se chama o socialismo africano, no fundo o mesmo regime pessoal com tintas teóricas de totalitarismo.

O plebiscito traduzido em votação por esses sertões sobre os destinos de territórios sem tradições nacionais que significado

poderia ter?

Não o temeria eu. Mas repugna-me aquilo que sei de certeza constituir em qualquer caso uma paródia de democracia directa.

Se não o temo agora, também sei que, abandonado o campo aos nossos inimigos, eles saberiam aproveitar-se devidamente da inexperiência e ingenuidade das populações, e não deixariam de pôr imediatamente em prática todos os meios de coacção moral e física em cujo emprego são mestres e que podem impunemente fazer sob as bênçãos do progressismo enternecido.

As Nações Unidas votam todos os anos uma moção relativa aos territórios portugueses. Nessa moção somos convidados a reconhecer às suas populações o direito à autodeterminação e independência. Mas as Nações Unidas, como já uma vez informei o País (8), não se limitam a essa exigência, dizem também como é que a deveríamos cumprir. Deveríamos retirar imediatamente das províncias ultramarinas as forças armadas que lá mantenhamos: conceder uma amnistia política incondicional, para deixarmos regressar e actuar à vontade todos os membros dos movimentos terroristas: e transmitir todos os poderes a instituições representativas das populações indígenas livremente eleitas.

Para chegar a este resultado, Portugal foi ainda este ano, e como novidade, intimado a entregar imediatamente os territórios aos movimentos chamados "de libertação".

Quer dizer que se fizermos plebiscitos por nossa iniciativa e sob a nossa autoridade, para os inimigos de Portugal e a Organização das Nações Unidas, que é hoje o seu principal instrumento, isso. é o mesmo que nada e foi justamente o que se viu nos casos da Somália Francesa e nas Seychelles onde os resultados foram favoráveis à França e à Grã-Bretanha. As Nações Unidas só consideram legítimos os resultados que corram ao sabor dos seus desejos.

E talvez corressem nos nossos territórios se, como disse pouco, déssemos prévia liberdade de acção ao inimigo na preparação,, e condução do plebiscito.

Inimigo que, não nos iludamos, não é constituído por guinéus, angolanos e moçambicanos desejosos, como os heróis românticos das independências antigas, de conquistar a liberdade para a sua pátria oprimida.

Mas por poderosas nações imperialistas que manobram os

movimentos ditos de libertação para conseguirem os seus objectivos próprios.

Nas operações preparatórias dos plebiscitos como nas mesas das negociações os portugueses encontrariam, na sua cândida ingenuidade, pela frente, não homens a falar a mesma língua com quem se dialogasse em termos elevados sobre a marcha e o destino das terras por todos amadas - mas agentes de forças internacionais representativas de movimentos ideológicos ou racistas a impor soluções praticamente irresistíveis por terem a sustenta-las poderosíssimos grupos de pressão internacionais.

Aliás, que mais expressivo, autêntico, indiscutível plebiscito se pode querer que o apurado ao longo destes doze anos em que os inimigos de Portugal desafiaram a sua soberania?

Formaram-se em território estrangeiro guerrilhas bem pagas, bem armadas, bem instruídas por gente vinda da China, de Cuba ou da Rússia. Tentou-se apoiar a guerrilha em redes estendidas pêlos territórios formados por aderentes ou simpatizantes. Mutiplicaram-se os golpes de mão, os atentados contra os sobas e régulos não colaborantes, as acções de intimidação contra as populações. E tudo no meio de cada vez mais ensurdecedora orquestração publicitária no mundo a apoiar o terrorismo e seus agentes e com a ajuda moral e pecuniária de governos com quem mantemos relações diplomáticas e de igrejas cujos cultos facultamos e protegemos.

E apesar disso as populações continuam fiéis a Portugal. E apesar disso ainda hoje continua a ser possível a um turista percorrer desarmado os territórios da África portuguesa com mais segurança "do que nas ruas de grande número das principais cidades de países `ditos civilizados. E apesar disso decorre normalmente a vida política e a administração dos territórios sob a égide da lei portuguesa.

Esta atitude das populações não significa nada?

Não exprime uma vontade que, de acordo com a mentalidade, tradições, o modo de ver e o modo de ser das populações africa-

(8) Conversa na RTP em 17 de Junho de 1969, Pelo Futuro de Portugal, pág. 206.

nas, é bem mais significativa do que a deposição nas urnas de quadrados de papel tendo impresso um leopardo ou um leão?

Negociações com os movimentos terroristas - para quê?

Para, num diálogo sereno e amistoso, apurarmos o que pensam e o que querem? Nunca o esconderam e nós bem o sabemos: pensam que é chegada a sua hora com os ventos da História a seu favor e querem que lhes entreguemos pura e simplesmente os territórios portugueses do Ultramar.

Para discutirmos com eles o processo de entrega e acordarmos' as fases da nossa retirada, as garantias que concederiam a Portugal e aos portugueses, os laços políticos ou outros a manter?

Nesta altura da História, mesmo que se decidisse em Portugal entrar por esse caminho, não sei como se poderia ter fé em acordos com movimentos chamados de libertação. Como já lá vai o tempo das ilusões da descolonização por via das soluções federais - desde que se desfez a União Francesa e que a própria Comunidade Britânica, de tão sólidas raízes e fortes tradições, com a feliz fórmula, para mais, da fidelidade a uma distante e tolerante monarquia unificadora, entrou em franca decadência e pouco mais é que uma reminiscência.

Dos acordos de descolonização, das garantias que eles podem' oferecer e da eficácia demonstrada na sua aplicação tratei na comunicação ao País feita em 15 de janeiro de 1973 (9).

Aí me referi ao malogro que representaram os acordos belgas e franceses - mas ainda então não se tinha verificado a sensacional rotura dos acordos sobre Madagáscar que tão eloquentemente veio reforçar a tese da fragilidade dos compromissos tomados pêlos novos governantes em relação às antigas metrópoles.

Negociações hoje só podem, para já ou a prazo, conduzir à entrega das províncias ultramarinas.

Como noutros ensejos tenho dito "estamos prontos para todas as conversas que tenham por objecto o regresso dos terroristas à sua terra, a sua reintegração na pátria portuguesa, e até o estudo da aceleração da participação dos naturais das províncias na sua administração e no governo local" (10)

Como continuamos a dialogar com os interessados no futuro da sua terra - isto é, com todos aqueles que, vivendo nas províncias, nelas permanecendo e trabalhando, contribuindo para o seu progresso e sentindo verdadeiramente os seus problemas, estejam em condições de participar no estudo das decisões a tomar para o bem comum. A

política seguida tem sido, pois, a de defender energicamente em todos os campos a integridade de Portugal aquém e além-mar.

Põe-se todavia em dúvida que essa defesa seja suportável pela Nação, quer pelo seu custo financeiro, quer pêlos reflexos que o esforço por ela implicado possa ter no seu progresso económico.

Os fatos desmentem mais temores.

Devo dizer, aliás, que nunca vi num país que se defende ser posta em causa a necessidade, a conveniência, a oportunidade, a extensão do esforço de defesa, por razões económicas e financeiras.

Quando estue em causa vidas de milhares ou milhões de portugueses,. e a integridade do território nacional, é isso que conta em primeiro lugar. Mesmo que a defesa implique sacrifícios. Sacrifícios que tiveram de fazer as populações martirizadas pelas grandes guerras devastadoras deste século e que sofreram ataques inclementes, a destruição dos lares, a morte dos entes queridos, a privação da liberdade, a perda do património, a fome, o exílio e a ruína, sem que se abalasse a sua vontade de resistir e de vencer.

No nosso caso as populações, salvo o luto que entristeceu tantas famílias, não tiveram até agora sofrimentos comparáveis, resultantes do esforço da defesa no Ultramar.

E também não se ressentiram as finanças das despesas enormes que temos sido obrigados a fazer. Continua o orçamento equilibrado, não se excedeu na carga fiscal um limite modesto, a dívida pública continua a estar muito aquém das nossas possibilidades de crédito.

Se sofremos inflação são a Europa e a América as causas dela, não a África.

E quanto ao progresso económico e social creio que ninguém ,de boa fé poderá afirmar que por virtude da defesa do Ultramar ,reja paralisado.

Em poucas épocas da História portuguesa, permita-se-me dizê-lo-se terá visto esforço tamanho, desenvolvido em toda a frente da economia, da educação e da segurança social, como nos últimos `atros se realizou.

(9) As grandes opções, pág. 50.

(10) Conversa de 14 de novembro de 1972, As grandes opções,pág. 40.

Não deixou de se fazer fosse o que fosse por virtude da defesa do Ultramar. Aliás, a minha doutrina é a de que para sustentar o Ultramar o País precisa de fomentar cada vez mais a sua riqueza a começar pela primeira das riquezas de uma Nação, que é o seu povo .e a educação dele.

Dir-se-ia que a defesa do Ultramar, em vez de travão, tem sido um estímulo para o desenvolvimento nacional.

Não será por falta de dinheiro que nos renderemos: ponto é que para resistir não haja falta de vontade. i

Senhor Presidente:

Senhores Deputados:

Não esgotei o que sobre o tema do Ultramar português poderia dizer-vos. Nos cinco anos e cinco meses que levo de responsabilidade pelo Governo do País não se terá passado um só dia em que os problemas ultramarinos tivessem deixado de estar presentes no meu espírito. Sem obsessão. Sempre aberto à consideração e ao estudo de todas as soluções. Sempre atento a todas as possibilidades de trilhar novos caminhos.

Se hoje vos recordei o que disse publicamente nesse já longo período acerca de diversos aspectos das questões suscitadas pela situação e pelo destino do Ultramar, foi apenas para demonstrar que esses aspectos não estiveram ausentes das minhas meditações e que os examinei criticamente à luz do interesse nacional.

Uma selecta dessas declarações públicas foi reunida num volumezinho de bolso intitulado Razões da presença de Portugal no Ultramar que a Secretaria de Estado da Informação editou há meses por sua iniciativa. Como eu gostaria que muitos portugueses lessem essas páginas!

Mas, meus .senhores, o problema não é meu: é da Nação inteira.

Tenho procurado na política seguida ser fiel intérprete do pensamento, do sentimento, da consciência nacionais. seguir.

A consulta ao eleitorado, as resoluções da Assembleia Nacional, a auscultação da opinião pública do norte ao sul do País e aquém e

além-mar, têm sido os meus guias.

É indispensável porém que mais uma vez se afirme o rumo 8

Há milhares de soldados longe das suas terras e das suas famílias que em África arrostam dificuldades e perigos e arriscam a vida na defesa da causa de Portugal.

Há milhares de nativos africanos que ombro a ombro com os seus irmãos europeus enfileiram nas forças armadas e de segurança para sustentar a paz de Portugal.

Há milhões de portugueses, sem distinção de raça ou de cor, que nas províncias ultramarinas têm a sua vida, e ao destino delas ligaram a sua sobrevivência e o seu próprio destino.

E todos esses - os combatentes e os residentes - não podem viver na dúvida, não podem sustentar-se de equívocos, carecem de certezas.

O Governo a que presido comprometeu-se numa orientação. E não pode renegar os seus compromissos.

Mas nem eu, nem nenhum dos homens que me acompanha no Governo, nenhum de nós ocupa os seus lugares por ambição pessoal.

Anima-nos unicamente o espírito de servir o interesse nacional, o espírito de servir, pela melhor maneira, a Pátria comum.

É à Assembleia Nacional que compete agora dizer se o rumo que seguimos está certo.

E disciplinadamente me submeterei depois ao veredicto de quem tem autoridade para o proferir.

RESPOSTA A DECLARAÇÃO DOS OFICIAIS-GENERAIS EM 14 DE MARÇO DE 1974

Senhores Oficiais-Generais:

Julgo da maior, importância a presença de Vossas Excelências aqui, neste momento. Dou o maior valor às palavras que em vosso nome acabam de ser proferidas.

O Chefe do Governo escuta e aceita a vossa afirmação de lealdade e disciplina. A vossa afirmação de que as Forças Armadas não só não podem ter outra política que não seja a definida pêlos poderes constituídos da República, como estão, e têm de estar, com essa política quando ela é a da defesa da integridade nacional.

Não precisava eu de ver reiterada a afirmação desses princípios, porque sei que são os vossos. Mas é necessário que o País o saiba também.

As Forças Armadas portuguesas têm a sua História intimamente ligada à nossa expansão, nos descobrimentos primeiro, na ocupação depois.

Os sacrifícios que hoje se lhes exigem em África são pesados, sem dúvida. Mas encadeiam-se numa acção secular, em que sempre o País ficou devedor da sua grandeza e projecção ao esforço dos seus soldados. Esforço sempre duro, abnegado e quantas vezes heróico.

Ainda no princípio do século as marchas se faziam a pé, durante dias e dias, com dificuldades de abastecimentos, ardendo em sede sob um sol inclemente. As condições sanitárias eram extremamente precárias. A própria retaguarda não possuía condições satisfatórias de apoio.

A ocupação, nos sertões, era assegurada pêlos capitães-mores oficiais do Exército metropolitano ou dos antigos quadros privativos das províncias ultramarinas, isolados de toda a convivência civilizada, às vezes durante anos, mas orgulhosos de saber queda sua diligência e energia dependia o prestígio da soberania portuguesa que .representavam.

Se os marinheiros dos descobrimentos das carreiras da índia, penando nas longas e perigosas viagens em que as fúrias das tempestades se aliavam às incomodidades das doenças para pôr à prova

a sua coragem e determinação, nos deixaram a epopeia da história trágico-marítima juntamente com a revelação de metade do globo, os soldados da ocupação da África, nesses tempos em que o continente negro era cemitério de brancos e selva eriçada de mistérios e ardis, legaram-nos exemplos extraordinários de perseverança, de resistência física e moral e de patriotismo a toda a prova.

Mousinho disse um dia que "este reino é obra de soldados". Do Ultramar português sobretudo se pode dizer terem sido soldados que o trouxeram à Pátria e durante séculos o afeiçoaram a Portugal.

Milícia é sacrifício. E mesmo num mundo onde o egoísmo desenfreado e o amor das facilidades e dos prazeres parece reinarem, ai de nós se desaparecerem as instituições onde o desinteresse, o serviço da colectividade, a dádiva de si próprio persistam como grandes virtudes morais exemplares.

O País está seguro de que conta com as suas Forças Armadas. E em todos os escalões destas não poderão restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandos.

Pois vamos então continuar, cada um na sua esfera, dentro de um pensamento comum, a trabalhar a bem da Nação.

ÚLTIMA CONVERSA EM FAMÍLIA, ATRAVÉS DA RADIO E DA TELEVISÃO

EM 28 DE MARÇO DE 1974

Desde meados de Fevereiro até agora tenha recebido de todos os recantos do País, de aquém e além-mar, milhares de mensagens de apoio, de incitamento, de estímulo. Tantas que não é possível acusar aos remetentes a sua recepção. Nem sequer responder às centenas de cartas de pessoas amigas, algumas delas tão comoventes. Fica aqui o meu agradecimento a todos. Deus permita que eu seja sempre digno da confiança dos bons portugueses. Por isso me tenho esforçado.

Olhando para o trabalho realizado nos cinco anos e meio de governo, fazendo exame de consciência sobre as intenções que me têm norteado e os actos que tenha cometido, fica-me a tranquilidade de ter sempre procurado cumprir rectamente o meu dever para com o País, que o mesmo é dizer, para com o Povo Português.

Consola-me ouvir dizer a muitos, estrangeiros ou que no estrangeiro residam habitualmente, mas que nos visitam de quando em vez, que é visível a profunda transformação da vida nacional em todos os sectores, a partir de acentuada melhoria económica e da aceleração da política social. Essa transformação rápida tem um custo. A muita gente aflige ver a modificação de hábitos, de mentalidade e de costumes que se processa na sociedade portuguesa. E que nem sempre é para melhor. Tínhamos, e graças a Deus ainda há muito quem tenha, uma bondade natural no trato com os outros, um espírito de afabilidade no acolhimento dos estranhos, um respeito recíproco nas relações sociais, uma compreensão das dificuldades alheias, uma contenção púdica de sentimentos, que vão cedendo cada dia mais aos impulsos do egoísmo. O egoísmo é a lepra da humanidade contemporânea. A medida que se vai implantando a convicção de que esta vida são dois dias, dos quais importa tirar o máximo do prazer sem qualquer esforço e suceda aos outros o que suceder, desfazem-se as famílias, desmoronam-se os exércitos e ruem os Estados.

A vida em sociedade implica numa atitude de solidariedade e de colaboração que exige dádiva de si próprio, sacrifício de interesses, espírito de serviço, integração em planos colectivos. Mas o egoísmo materialista desfaz tudo isso. Nega-se ao sacrifício, escusa-se a servir o próximo, aborrece a obediência às leis e a quem as executa, instaura a indisciplina em todos os sectores, recusando-se a acatar outra norma que não seja a das conveniências pessoais de cada um.

Quantas vezes as pessoas se queixam de injustiças, por não lhes ser feita a vontade! Para muitos justiça é o que lhes convém.

Estamos perante a invasão de uma mentalidade que grassa já na maior parte dos países e que, infelizmente, está longe de ser um sinal de progresso. Por esse caminho progride-se sim, mas para a anarquia. E como os povos não podem viver anarquicamente, é fatal que a reacção virá sob a forma de um férreo regime de autoridade. Os regimes comunistas são implacáveis para com os anarquistas. E, não tenhamos dúvida, se alguma fórmula socialista viesse a estabelecer-se no Ocidente - do que Deus nos defenda! - não seria o anarquismo romântico nem sequer a social democracia conformista, mas sim um colectivismo tirânico, cuja ditadura levaria muitos anos a evoluir para regimes mais humanos.

A melhoria das condições económicas e sociais da vida portuguesa tem-se assim processado num clima de dificuldades de toda a ordem - de ordem externa e de ordem interna - num mundo a braços com uma alta generalizada e incontida de preços, a que corresponde a crise do valor das moedas, numa época politicamente agitada e na qual Portugal é obrigado a sustentar a defesa de uma grande parte do território nacional.

Poucos se aperceberão do esforço titânico que tem sido realizado pêlos homens do Governo para, no meio de tantos obstáculos, com serviços administrativos inadequados às circunstâncias, tendo de vencer hostilidades incontáveis e de, a cada passo, ocorrer a situações inesperadamente graves, ir prosseguindo no caminho traçado de proporcionar ao País, com a rapidez necessária, os meios indispensáveis à valorização da nossa gente e ao fomento das riquezas nacionais.

Tem-se a Nação recusado a abandonar as terras de além-mar, onde grandes comunidades vivem e progridem como núcleos integrantes da Pátria Portuguesa.

Não se trata de territórios adquiridos de fresca data, onde meia dúzia de funcionários e de empresários explorem velhas nações subjugadas. Mas de grandes regiões descobertas pêlos portugueses desde há cinco séculos, ocupadas, primeiro, nas costas marítimas donde irradiou a influência para vastos sertões despovoados, ou quase, do interior, pêlos quais divagavam tribus selvagens nas mais primitivas condições de vida.

Foi Portugal que fez Angola; foi Portugal que criou Moçambique. E nessas duas grandes províncias se fixaram milhares de famílias que para lá levaram as concepções e as técnicas da civilização, lá plantaram fazendas, lá estabeleceram indústrias, lá rasgaram estradas e disciplinaram rios, lá ergueram cidades modernas, que são 0 orgulho de Portugal e da África.

De todas as infâmias que os adversários da nessa presença em África têm posto a correr contra nós e alguns portugueses infelizmente repetem, confesso que me fere mais a de que defendemos o Ultramar para favorecer os grandes interesses capitalistas.

Os comunistas e seus aderentes professam uma doutrina simplista que fornece explicações fáceis e unilaterais para todas as coisas. O Capitalismo, para eles, está por toda a parte e explica tudo quanto se faz e não faz. Já mais de uma vez tenho declarado que, se em Angola e Moçambique houvesse apenas grandes interesses capitalistas, bem nos podíamos desinteressar da sua defesa, porque as empresas poderosas defendem-se muito bem a si próprias e encontram sempre maneira de se entender com quem manda e pode. Não. O que defendemos em África são os portugueses, de qualquer raça ou de qualquer cor, que confiam na bandeira portuguesa; é o princípio de que os continentes não são reservados a raças, mas neles deve ser possível, para aproveitar os espaços vazios e valorizar as riquezas inertes, o estabelecimento de sociedades multirraciais; é o direito dos brancos a viver nos lugares que tornaram habitáveis e trouxeram à civilização, e a participar no seu governo e administração. Num mundo que proclama a luta contra o racismo, que nega a legitimidade das discriminações raciais, é isso mesmo que defendemos: a possibilidade de, na África Austral, onde de longa data os europeus se fixaram, prosseguirem a sua evolução sociedades políticas não baseadas na cor da pele.

Manter o carácter português que há-de moldar o futuro das nossas províncias ultramarinas, conferir segurança a quantos, sob a égide de Portugal, vivem em África e contribuem para nela se radicar a civilização e a cultura que representamos - eis uma causa que justifica os sacrifícios económicos e o tributo de sangue da Nação. Os soldados que em África se batem, defendem valores indestrutíveis, e uma causa justa. Disso se devem orgulhar e por isso os devemos honrar.

Contrariam esta política os racistas africanos que hoje pretendem a expulsão dos brancos da África e só admitem que a África seja governada por pretos. E nisto são acompanhados por muitos

países que não conhecem ou não compreendem a orientação portuguesa ou pensam convir-lhes não se oporem ao que julgam ser a fatalidade da História.

Para todos esses não há outra coisa a fazer por Portugal senão o abandono puro e simples do Ultramar Português. Ainda há pouco isso foi afirmado uma vez mais. A propósito da publicação em Portugal de um livro em que se faz a análise da nossa posição frente ao problema ultramarino, a Imprensa internacional e os nossos costumados adversários apressaram-se a perfilhar e proclamar tudo o que nessa análise lhes pareceu favorável às suas teses. Mas repudiando simultaneamente qualquer solução que não fosse a entrega imediata do. Ultramar aos movimentos chamados "de libertação".

Num "Comité", chamado dos 24, das Nações Unidas, que se ocupa da descolonização e por isso nos tem continuamente sob o fogo cerrado dos seus ataques, o repúdio de tudo quanto não seja a entrega aos movimentos terroristas nos termos preconizados na célebre resolução da ONU n° 1514, a que já noutras ocasiões me referi, foi repetidas vezes afirmado pelo observador do M. P. L. A.,` pêlos delegados da Tanzânia, da Indonésia, da Austrália, da Tunísia, do Congo; da Etiópia,... E na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos o deputado negro Sr. Diggs, bem nosso conhecido, claramente afirmou que a solução federal para as províncias ultramarinas não poderia ser aceite pêlos Estados Unidos nem pêlos países africanos.

No que todos os estrangeiros, desejosos de nos ver despojados do Ultramar, jogam é no colapso da retaguarda em Portugal. Isso viu-se no entusiasmo com que os meios de informação de tantos países seguiram e avolumaram o episódio militar que a irreflexão e talvez a ingenuidade de alguns oficiais, lamentavelmente, produziu há poucos dias nas Caldas.

Ficou o mundo mais bem informado do que se passa em Portugal?

Há por aí frequentes queixumes de que não temos por cá informação completa. Nada, porém, do que de verdadeiro se passa e que ao público interesse deixa de ser trazido ao conhecimento dele.

Mas não é informar bem o público deitar mão a todos os mexericos, a todas as intrigas, a todas as fantasias, ouvidas nas mesas dos cafés ou a algum intrujão imaginativo, para as lançar cá para fora, como grandes e sensacionais revelações.

Inventam-se tremendas oposições entre pessoas que mutuamente se respeitam e de comum acordo atuam; divisões internas onde só reina harmonia de vistas; conluios suspeitos em casos em que estão perfeitamente definidas as posições e assumidas as responsabilidades...

Não fica informado o público que escuta mentiras. O fato de o boato ser propalado por jornais ou por emissoras não lhe tira o carácter de boato. Na guerra de 1914-18, quando Portugal começou a mandar tropas para a França e para a África, as paredes encheram-se de cartazes em que o Governo aconselhava, entre outras coisas: despreza os boateiros...

Está claro que em tempo de guerra ou quando há soldados a arriscar as suas vidas não se pode estar a revelar fatos ou planos que permitam ao inimigo trabalhar pelo seguro e matar a nossa gente.

Devo dizer que nisto não somos suficientemente cautelosos. Fala-se demais. E ao condicionar-se a informação não pode deixar de se ter em conta que, de um deslize ou de uma imprudência, pode depender a segurança e a vida de quem está na área da acção dos terroristas ou na zona dos combates contra eles.

E inegável que entre a mera curiosidade de alguns senhoritos, que gostam de saber novidades, enquanto tomam o seu café, e a vida dos nossos colonos e dos nossos soldados, não há que hesitar. Gemam embora alguns por não saberem tudo quanto quereriam da marcha das campanhas - não é só a salvação pública que está em causa, é a segurança dos nossos, tantos deles filhos ,ou parentes de muitos de nós.

Todavia, os comunicados periódicos dos comandos das Forças Armadas não ocultam nada do que pode e convém ser conhecido.

Voltando ao alvoroço de certos meios de informação estrangeiros, quando vislumbraram a divisão das Forças Armadas em Portugal: não acham que é motivo de meditação?

Há pouco, referi-me à irreflexão dos oficiais que se lançaram na aventura de há dias. Irreflexão, por não considerarem que em tempo de guerra subversiva toda a manifestação de indisciplina assume particular gravidade. Irreflexão, por não terem em conta que há manobradores políticos, cá dentro e lá fora, prontos a explorar todos os episódios de que possam tirar partido, para cavar dissensões internas e minar os alicerces do Estado, e para fazer

beneficiar interesses do estrangeiro.

Não nos esqueçamos de que o estrangeiro trabalha, sobretudo, para o que lhe convém: não está empenhado em, generosa e desinteressadamente, cuidar do bem do povo português. Pode dizê-lo: mas não é verdade. Como recordava há pouco, neste mundo selvagem em que vivemos, cada um trata de si. Ai de nós se não tivermos perfeita consciência dos nossos interesses e não soubermos defendê-los.

Os estrangeiros não podem sentir o que nós sentimos quando. estamos em África e passamos por Massangano, onde os portugueses do século XVII defenderam Angola, ou pela ilha de Moçambique, onde no século XVI residiu Camões.

Mas o que sobretudo o estrangeiro não pode compreender é como o Chefe do Governo Português, em 1969, andou, sem escolta, pelas províncias onde grassava o terrorismo.

Não o esqueço eu. Não esqueço a jubilosa multidão nativa que espontaneamente me cercou em Bissau, quando, de surpresa, entrei sozinho na Catedral. Nem o acolhimento entusiasta da população de Luanda. Nem a chegada a Lourenço Marques, numa atmosfera de indescritível alegria, que fez durar horas o trajecto do aeroporto à Ponta Vermelha, constantemente saudado e abraçado por gente de todas as etnias. Nem a juventude da Beira, que me acompanhou nas suas motocicletas, e o colorido da visita à cidade com passagem pêlos bairros chineses e industânicos. Nem o espantoso remate com a visita a Nova Lisboa, e a caminhada, a pé, do aeroporto ao Palácio do Governo, no meio de milhares de brancos e pretos, cercado de jovens, na mais exaltante e esfuziante manifestação de patriotismo que me foi dado até hoje viver e que culminou, à noite, com a multidão iluminada por archotes, ao redor da estátua de Norton de Matos, em frente da varanda do palácio onde me encontrava, a entoar, num coro grandioso, o Nacional.

Julgam que posso abandonar esta gente que tão eloquentemente te mostrou ser portuguesa e querer continuar a sêlo?

Não. Enquanto ocupar este lugar não deixarei de os ter presentes, aos portugueses do Ultramar, no pensamento e no coração. Procuremos as fórmulas justas e possíveis para a evolução das províncias ultramarinas, de acordo com os progressos que façam e as circunstâncias do mundo: mas com uma só condição, a de que a África

portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a
vida e a obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser!

BIBLIOGRAFIA

Os discursos, "conversas em família" e outros pronunciamentos do autor, entre 27 de setembro de 1968 e 27 de setembro de 1973, estão reunidos em cinco volumes, publicados pela Editorial Verbo, de Lisboa, e intitulados:

Pelo Futuro de Portugal, 1969.
Mandato Indeclinável, 1970.
Renovação Na Continuidade, 1971.
Progresso Em Paz, 1972.
As Grandes Opções, 1973.

Após o dia 27 de setembro de 1973 foram publicados, em folhetos da Secretaria de Estado da Informação e Turismo:

Na Véspera de Eleições, conversa em família, em 27-IX-1973.

Entrevista ao "Diário de Notícias", em 25-X-1973, apêndice a "Notícias de Portugal".

O Dever de Votar, alocução, em 26-X-1973.

Os Trabalhadores e a Nação, discurso, em 6-II-1974.

A VERDADE SOBRE O 25 DE ABRIL - DR MARCELLO CAETANO

Ha uma semana o professor Marcello Caetano, ultimo Presidente do Conselho de Ministros portugues ao abrigo da Constituicao de 1933, concedeu ao jornal Mundo Portugues uma substancial entrevista, o fim da qual era a intencao de esclarecer ainda pontos que a curiosidade publica tem como controversos. Sao factos ligados directa e imediatamente aos acontecimentos do 25 de Abril de 1974 e aos seus antecedentes - por exemplo, os que dizem respeito ao Movimento dos Capitaes, ou a Revolta das Caldas. A este respeito, por sinal, ha quem estranhe a tolerancia do Governo Marcello Caetano. E foi sobre essa pretendida nao repressao que o Mundo Portugues comecou por questionar o seu entrevistado. A sua resposta foi categorica:

PROF. MARCELLO CAETANO - No meu livro Depoimento, conto tudo quanto se passou a esse respeito. E explico quais as medidas legislativas que serviram de PRETEXTO a esse movimento, cujo teor ja vi por ai completamente deturpado. Essas medidas, que em principio me tinham sido aconselhados pelos generais mais representativos serviram, repito, de mero pretexto. Porque quem desencadeou o movimento sabia muito bem o que fazia. Como os comunistas costumavam fazer nas escolas e nas fabricas, pegou-se num assunto de natureza profissional capaz de aglutinar adesoes gerais, e depois foi-se politizando o movimento.

O MUNDO PORTUGUES - A pergunta e esta: quando o Governo teve conhecimento desse movimento, nao podia desmantela-lo?

PROF. MARCELLO CAETANO - O movimento foi organizado com todo o segredo. Ou pelo menos com a cumplicidade de muitos responsaveis da hierarquia militar, de modo que o Governo foi surpreendido pela exposicao assinada por numerosos oficiais do Quadro Permanente em servico na Guine. A primeira reaccao do Governo foi proceder contra os subscritores nos termos do Regulamento de Disciplina Militar, procurando identificar os cabecilhas. Mas logo a seguir vieram exposicoes analogas com centenas de assinaturas de Angola e da Metropole. E chegaram noticias de que em Mocambique o estado de espirito ainda era pior. Nenhuma das pessoas com quem conversei julgou possivel proceder disciplinarmente contra tantos oficiais, - praticamente todos os do Quadro. Havia que procurar outros caminhos de solucao do problema.

O MUNDO PORTUGUES - Mas na Metropole fizeram-se reunioes de oficiais. Nao houve conhecimento dessas reunioes?

PROF. MARCELLO CAETANO - Eu soube dessas reunioes. Mas nem as

autoridades militares nem os servicos civis de informacoes foram capazes de dizer ONDE tiveram lugar, QUEM a elas assistiu e o QUE nelas se resolveu.

O MUNDO PORTUGUES - Chega a parecer incrivel...

PROF. MARCELLO CAETANO - Pois sera. Mas e verdade. Duma reuniao que teve lugar no distrito de Evora, soube que o General Comandante da Regiao, intrigado com o movimento de oficiais na cidade, chamou alguns e os inquiriu. Mas ou nao lhe disseram nada, ou ele se comprometeu a guardar segredo. O caso e que as informacoes chegadas ao Ministerio do Exercito eram inexpressivas.

O MUNDO PORTUGUES - O senhor professor suspeita, entao, de que os superiores foram coniventes na conspiracao?

PROF. MARCELLO CAETANO - Tenho quase a certeza. De resto, os conspiradores estavam nos Quarteis Generais: eram Ajudantes dos Comandantes, e soube-se depois que o comite coordenador acabou por funcionar no proprio Estado Maior do Exercito.

O MUNDO PORTUGUES - Mas a Direccao Geral de Seguranca nao foi tambem capaz de penetrar na conspiracao?

PROF. MARCELLO CAETANO - A DGS afirmava-me que nao podia penetrar nos meios militares. Dir-se-ia que receava penetrar neles. A unica informacao extensa e concreta que dos seus servicos recebi, ja nas vesperas do 25 de Abril sobre as intencoes dos miliares, veio de Mocambique. Foi nesta provincia tambem que a DGS procedeu a um inquerito documentadissimo sobre os efeitos desmoralizadores da droga entre as forcas destacadas na provincia.

O MUNDO PORTUGUES - Que caminho procurou entao o Governo para debelar o Movimento dos Capitaes?

PROF. MARCELLO CAETANO - O caminho classico nas Forcas Armadas: o da hieraquia. Procurou-se esclarecer os oficiais atraves dos seus Comandantes. Chamaram-se estes, ouviram-se, foram-lhes explicadas as razoes do Governo, demonstrou-se a sem-razao dos capitaes. Simplesmente, so entao me convenci daquilo de que ha muito desconfiava e que alguns chefes militares me diziam: de que existia um fosso entre os oficiais mais velhos e os mais novos, e de que a maioria dos generais carecia de prestigio entre os seus subordinados.

O MUNDO PORTUGUES - Ha quem diga que foi entao que apareceu o

General Costa Gomes, a quem o senhor pela primeira vez, teria convidado a assumir o Governo.

PROF. MARCELLO CAETANO - Quem disse isso?

O MUNDO PORTUGUES - A leitura da pagina 187 do seu livro Depoimento pode prestar-se a essa interpretacao, diz-se.

PROF. MARCELLO CAETANO - Veja la como as leituras apressadas induzem em erro! O que la esta e isto: perante o facto do Chefe do Estado Maior General das Forcas Armadas - a mais alta hieraquia militar - me aparecer a declarar que encabecava o Movimento dos Capitaes, fiz um apelo a Disciplina, e declarei que nao me vergaria a imposicoes. Acrescentei entao que "se as Forcas Armadas queriam impor a sua vontade, so tinham uma coisa a fazer: assumir o Governo". Isso significa, para quem saiba ler, que me recusei a actuar coagido, acrescentando que se tinham a forca toda, e queriam impo-la, deveriam assumir as responsabilidades de que fizessem, e nao utilizar-me como o seu instrumento.

O MUNDO PORTUGUES - Mas acabou por transigir.

PROF. MARCELLO CAETANO - Tambem nao e verdade. Tinha o dever de fazer quanto estivesse nas minhas maos para evitar uma grave crise. Portanto, desde que o General Costa Gomes assumisse perante mim o compromisso de que o movimento se dissolveria, pedindo-me que, livremente, examinasse os problemas profissionais em causa, consenti em proceder a esse exame.

O MUNDO PORTUGUES - Veio depois o livro "Portugal e o Futuro" do General Spinola ...

PROF. MARCELLO CAETANO - Tambem no meu Depoimento conto o que se passou a esse respeito. Muita gente me tem censurado por ter consentido na sua publicacao, e nas condicoes em que teve lugar. E tenho meditado muito sobre esse meu acto. Nao se pode nunca saber que rumo teria seguido a Historia se tivesse acontecido isto em vez daquilo...mas estou convencido de que o escandalo do "Livro Proibido" estalaria dentro e fora do Pais. E que nao faltariam indiscricoes a revelar o pior do seu conteudo. O Governo seria acusado de ocultar ao Pais a opiniao autorizada e patriotica de um chefe militar prestigioso. A crise deflagraria na mesma, e talvez em condicoes moralmente piores para o Governo.

O MUNDO PORTUGUES - Mas quando se apercebeu de que o livro era, como diz, um "Manifesto" e de que o General Costa Gomes o ocultara ao

Governo, que nele confiara, o seu verdadeiro conteudo, ha quem diga que o senhor procedeu com extrema brandura...e ate tornou a oferecer-lhe o Governo.

PROF. MARCELLO CAETANO - Admiro imenso esses valentes que me acusam de brandura. Vejo-os a enfrentar as Forcas Armadas, representadas pelos seus chefes supremos, com o apoio dos elementos mais jovens e dinamicos. Que queriam que eu fizesse? Que os mandasse prender pela Policia? Que me pusesse a dipsarar contra eles tiros de revolver? Alias, nos dias que se seguiram a publicacao do livro, ouvi muitas pessoas do Governo, da Assembleia Nacional, e ate das Forcas Armadas como era o meu costume e ate meu dever. Um ou outro exigia a pronta demissao dos Generais Costa Gomes e Spinola. A maioria, porem, melhor informada, sabia que os Capitaes reagiriam imediatamente e aconselhavam prudencia. Foi com prudencia que procedi.

O MUNDO PORTUGUES - Na entrevista que conta ter tido com os dois Generais, o professor incitou-os a tomar conta do governo?

PROF. MARCELLO CAETANO - E verdade. Disse-lhes que haviam TRAIDO a confianca que depositava neles, e que nao teria dai por diante a possibilidade de continuar a prosseguir a politica que estava fazendo a respeito do Ultramar, a qual exigia a manutencao do esforco de defesa. Que eles tinham de assumir as responsabilidades daquilo que fizeram. E acrescentei, lembro-me bem: "Como governante e como portugues, tenho o dever de defender ate ao sacrificio da vida a minha Patria, e a sua integridade. Mas as Forcas Armadas tem o mesmo dever, dado por juramentos solenes. Eu opor-me-ei a qualquer tentativa Comunista de assalto ao Poder. Mas se os mais altos chefes militares se dirigirem ao Chefe de Estado a reivindicar o Governo, e este entender que lho deve confiar, nao so nao me caberia opor resistencia, como me afastaria de consciencia tranquila." E disse-lhes que fossem ter com o o Presidente da Republica. Tinham minado a autoridade do Chefe do Governo - que estava eu fazendo dai por diante no lugar?

O MUNDO PORTUGUES - Nao pode entender-se esse conversa como um verdadeiro pacto?

PROF. MARCELLO CAETANO - Se estivessem presentes e assistissim a conversa, veriam que a atmosfera era bem diferente daquelas em que se tramam combinacoes e se firmam pactos. Falei duramente aos Generais, como um homem TRAIDO. E penso que se tivessem seguido o caminho que lhes indiquei - o de ir falar com o Presidente da Republica, expondo-lhe francamente a situacao - muita coisa que correu depois talvez fosse evitada.

O MUNDO PORTUGUES - Os Generais acabaram por ser destituidos das funcoes que ocupavam no Estado Maior General, em 14 de Marco de 1974, e em 16 dava-se a Revolta das Caldas. Diz-se que o professor estava no segredo, e seguiu para Monsanto a fim de na altura propria, tomar um helicoptero que o conduziria a Espanha...

PROF. MARCELLO CAETANO - Tudo fantasias delirantes de pessoas que nao deviam ter saido do manicomio! Que os capitaes reagiriam a demissao dos generais, sabia-o eu porque nunca me fora escondido pelos informadores. Mas nao sabia COMO nem QUANDO. Fui avisado na madrugada do dia 16 do que se passava, como narro no meu livro. E, conforme estava previsto, dirigi-me para o Quartel General de emergencia de ha muito escolhido: a sede da 1| Regiao Aerea, em Monsanto, cujo acesso era facil, sem necessidade de atravessar a cidade, dispondo de "messe", bem com de acomodacoes para varios dias, se fosse preciso, e de um Centro de Transmissoes subterraneo. Os Ministros da Defesa, e do Exercito preferiram ir para o gabinete deste ultimo no Terreiro do Paco, onde o General Andrade e Silva dirigiu as operacoes. E preciso notar que nao era ao Presidente do Conselho que competia comandar a repressao de movimentos militares. havia um Comando Geral de Seguranca Interna subordinado ao Ministro da Defesa, e o Ministro do Exercito. Velho militar, considerou-se apto a orientar os movimentos de tropas. Eu mantive-me sempre em contacto com o Ministerio do Exercito. O exito do Governo foi total. Os revoltosos foram dominados e presos. E uma infamia afirmar-se que eu tivesse alguma conivencia com eles.

O MUNDO PORTUGUES - Bom, ja se disse que o professor esteve envolvido em 1961 na conspiracao dos Generais Botelho Moniz e Costa Gomes contra o Dr Salazar...

PROF. MARCELLO CAETANO - E outra infamia. Nunca na minha vida conspirei, e nunca conspiraria contra o Dr. Salazar, ainda menos em 1961. O MUNDO PORTUGUES - Deixemos esse ano longinquo de 1961 para voltarmos a 1974. Debelado o movimento de 16 de Marco, teria sido a grande oportunidade para cortar a fundo nas Forcas Armadas, e aniquilar as veleidades da nova revolta, nao e verdade?

PROF. MARCELLO CAETANO - Nesse sentido se orientou o Governo. O Ministro do Exercito a cada passo me dizia que tivesse confianca, porque ele conhecia todos os oficiais por uma altura ou noutra da carreira terem sido seus alunos. Estava a seu lado um subsecretario jovem e prestigioso que actuava com energia. O processo dos oficiais presos seguiu-se com rapidez, e foram transferidos numerosos suspeitos. Procedeu-se a substituicao dos Comandantes de algumas

unidades mais importantes, sobretudo as de Cavalaria que dispunham dos carros de combate.

O MUNDO PORTUGUES - O professor descansou...

PROF. MARCELLO CAETANO - Nao, nao descansei. Chegavam-nos rumores De que se preparava qualquer coisa, a tempo de evitar a punicao dos oficiais presos. E com os ministros militares assegurei-me de que as tropas cuja intervencao poderia ser decisiva estavam bem comandadas e em maos de confianca, prontas a agir outra vez como em 16 de Marco. Afinal, o Comandante dos Fuzileiros Navais era o Capitao de Mar e Guerra Pinheiro de Azevedo...

O MUNDO PORTUGUES - O estado de espirito publico parecia-lhe favoravel a revolucao? Que informacoes chegavam ao Governo?

PROF. MARCELLO CAETANO - A opiniao e tao mutavel...depois da tentativa de 16 de Marco falei pela TV numa "Conversa em Familia" cujos ecos foram favoraveis. Em 31 de Marco fui de surpresa com o Ministro de Estado Mario de Oliveira, ao Estadio de Alvalade, assistir ao desafio Sporting-Benfica. Quando o alto-falante anunciou que eu me achava no camarote principal, a assistencia calculada em 80.000 espectadores como que movida por uma mola oculta, levantou-se a tributar-me quente e demorada ovacao que a TV transmitiu a todo o Pais. Isso foi interpretado como repudio por aventuras militares. E note que, tendo saido do estadio 15 minutos antes do fim do desafio, nao houve ninguem nas duas longas filas de pessoas que, como eu, procuravam evitar a confusao do final e por entre as quais passei, que nao me dessem palmas - o que as pessoas que me acompanhavam pareceu ainda mais expressivo que a manifestacao colectiva. E as informacoes que chegavam ao Governo tambem garantiam sossego geral e apoio ao regime.

O MUNDO PORTUGUES - Recebeu garantias de firmeza dos defensores do regime?

PROF. MARCELLO CAETANO - Recebi garantias. A Direccao Geral de Seguranca falava-me na quase certeza de uma tentativa de aquecimento no proximo 1? de Maio. Mas so na madrugada do dia 25 de Abril o Director Geral me telefonou a comunicar-me que a Revolucao estava na rua. Depois de me achar no Brasil, varias pessoas me afiancaram que a data era conhecida de muita gente, e ate tinha sido comunicada a membros do Governo. Pois nem a mim, nem ao Presidente da Republica, ninguem preveniu com tal exactidao. Fui surpreendido no primeiro sono pela Major Silva Pais a dizer-me que a coisa era grave, os revoltados ja tinham ocupado as emissoras da radio e da TV, estavam

senhores do Quartel General da Regiao de Lisboa, e contavam com Cacadores 5. A Policia estava tentando averiguar a extensao do movimento.

O MUNDO PORTUGUES - Entao a Policia foi surpreendida tambem?

PROF. MARCELLO CAETANO - Se foi ou nao, ignoro. Mas nada me disse antes da Revolucao estar na rua. Entrei logo em contacto com o Ministro da Defesa, que correra outra vez para o Ministerio do Exercito e me confirmou as informacoes recebidas. Logo a seguir, o Director Geral da Seguranca tornou a ligar: era indispensavel que eu saisse imediatamente de casa. Para Monsanto? Nao. Em Monsanto sabia-se que tinha estado la em 16 de Marco, era natural que os revoltosos dessem um golpe de mao. Alias, a Policia nao sabia de que lado estava a Forca Aerea... entao para onde vou? Do outro lado da linha houve um momento de hesitacao, Silva Pais falou para o lado, e depois respondeu: "para o Carmo, Senhor Presidente, venha para o Quartel do Carmo, que a Guarda Nacional Republicana esta fixe!" Nao havia tempo para pensar e discutir, chamei o meu Adjunto Militar, metemo-nos no automovel e rumamos para o Quartel do Carmo. Ao passarmos perto do Terreiro do Paco, vemos patrulhas que ocupavam as embocaduras das ruas. "O General Andrade e Silva esta a tomar as suas precaucoes " - comentamos. Nao estava. Eram tropas revoltosas. Deixaram-nos passar sem dar por nos....

O MUNDO PORTUGUES - Mas, de qualquer modo, o Quartel do Carmo pareceu pouco indicado para refugio do Presidente do Conselho. No centro da cidade, tendo de atravessar ruas principais...

PROF. MARCELLO CAETANO - Antes de prosseguir, deixe-me rectificar uma expressao sua. O Presidente do Conselho nao procurava refugio, mas um local onde a coberto de golpes de mao, pudesse acompanhar os acontecimentos e intervir na medida do possivel. Um Quartel-General, se quiser.

O MUNDO PORTUGUES - E entao o Quartel do Carmo...

PROF. MARCELLO CAETANO - Para quantos, como eu, guardavam reminiscencias da epoca revolucionaria dos anos 20, era o local onde o Governo se reunia nos momentos criticos. Construido sobre as ruinas do antigo Convento do Carmo, numa colina dominante da cidade, o Quartel compreendia dois edificios: num estava o Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, com o seu centro de transmissoes, e o outro foi durante muitos anos aquartelamento de um esquadrao de Cavalaria que policiava o centro. O que eu nao sabia era que o esquadrao tinha saido de la: o Comando-Geral dispunha apenas de uma

Companhia de comando e servicos. O edificio continha as reparticoes, a messe dos oficiais, e abrigava uma quantidade de residencias onde viviam as familias dos comandantes e de muitos oficiais, sargentos e pracas.

O MUNDO PORTUGUES - Uma colmeia...

PROF. MARCELLO CAETANO - E verdade. Quando cheguei la, fui recebido cortesmente pelo General, a paisana (como se manteve sempre), calmo, parado, quase indiferente. Tudo corria com normalidade. Ate demais. O facto de haver uma Revolucao e estar presente o Presidente do Conselho nao levou aqueles brilhantes oficiais a tomar quaisquer providencias de defesa exterior do Quartel, sobretudo a guarda das ruas que confluiam no largo fronteiro, e dos pontos de que fora dominavam os edificios - como o passadicio do elevador de Santa Justa. Tudo se dispos para transformar o Quartel numa ratoeira...

O MUNDO PORTUGUES - Mas se, como disse, so dispunham de uma Companhia...

PROF. MARCELLO CAETANO - Quando la cheguei de madrugada, era facilimo mandar avancar para o Carmo uma das unidades de que a Guarda dispunha na cidade. E isso nao se fez. Na minha frente, uma personagem ridicula que era o Chefe do Estado Maior da corporacao, telefonava para todos os batalhoes a assegurar-se de que estavam prontas e as ordens. As respostas eram afirmativas. Olhou no fim para mim, com ar triunfante. Fiquei sem perceber porque e que obtida essa certeza, nao movimentava as tropas. Do Ministerio do Exercito, foi ordenado o avanco sobre o Terreiro do Paco de uma das unidades - a de Santa Barbara ou do Cabeco de Bola, nao me lembro ja. A unidade avancou, parou numa das ruas da Baixa, e ai assistiu a vitoria da populacao que estava em frente do Ministerio do Exercito.

O MUNDO PORTUGUES - Como foi isso?

PROF. MARCELLO CAETANO - Muito simplesmente. Apos o 16 de Marco, o comite que passou a comandar a actividade conspiratoria entrou em contacto com os representantes dos partidos socialista e comunistas. E estes, no 25 de Abril lancaram para a rua os seus grupos de accao formados por homens e mulheres, dizem-me que ja levando nas maos os cravos vermelhos. Quando chegou pelo lado da Ribeira das Naus o grupo de intervencao da Cavalaria 7 para fazer frente aos carros da Escola Pratica da Cavalaria de Santarem, que estava no meio da praca (diz-se sem municoes), os tanques de Cavalaria 7 foram assaltados por mulheres que davam aos soldados vivas, beijos e cravos. A tropa desmoralizou-se. Do navio de guerra, surto no Tejo, que recebeu

ordem para bombardear os revoltosos, chegou um reparo que afligiu o Chefe do Estado Maior da Armada: o Terreiro do Paco esta cheio de civis desarmados, vamos lancar granadas sobre eles? O caso e que, as duas por tres, os membros do Governo que se encontravam no Ministerio do Exercito viram-se desamparados e em risco de serem presos ali mesmo pela multidao que, com os soldados revoltosos, ja invadia o edificio. Valeu-lhes o desembaraco do Almirante Tenreiro, que, conhecedor de uma saida reservada, levou dali para fora os Ministros da Defesa, do Interior, do Exercito, e da Marinha. Chegados a Rua do Arsenal, tomaram uma viatura e nela se dirigiram com o General Luz Cunha, para o Quartel de Cavalaria 2, na Ajuda.

O MUNDO PORTUGUES - Entretanto, o senhor professor o que fazia no Quartel do Carmo?

PROF. MARCELLO CAETANO - Procurava manter-me informado e em contacto com todos quantos pudessem ser uteis na ocasiao. Determinei aos Ministros civis que, sendo possivel, se mantivessem nos seus ministerios. Ia animando as pessoas proximas, e telefonicamente as distantes - os governmadors civis, etc. Procurei o Presidente da Republica, mas nao consegui localiza-lo. O Ministro dos Negocios Estrangeiros foi ter comigo. Recebi depois, de Cavalaria 2, a noticia da chegada la dos Ministros militares, e combinou-se a reorganizacao da resistencia, tudo porem escutado pela central telefonica militar que estava (sem o sabermos) nas maos dos revoltosos. O MUNDO PORTUGUES - Tenho aqui um livro, publicado ha meses em Madrid, no qual se afirma que o Director Geral de Seguranca se pos em contacto com o Presidente do Conselho pela radio, informando-o da forca real do MFA e sobre as unidades afectas ao Governo, ou que ainda nao se tinham pronunciado, e solitando autorizacao para actuar, pois ate as 17 horas se comprometia a dominar a situacao por completo. O senhor ter-lhe-ia negado a autorizacao pedida, alegando que nao queria derramamento de sangue. Duas ou tres vezes mais - diz o livro, citando a revista espanhola Indica - o Director Geral insistiu sem obter a resposta desejada.

PROF. MARCELLO CAETANO - Puro romance. O Director Geral de Seguranca nao deu esses informacoes, nem pediu tal autorizacao. Alias, nem precisava dela. Numa ocasiao dessas, cada um deve agir cumprindo o seu dever como puder, sem necessidade de autorizacao. Mas nao era ao Director da Policia que competia mobilizar as tropas e lanca-las em accao. Ele estava a bracos com as investidas dos revolucionarios na sua propria sede, onde tinha arquivos preciosos que deveriam ter sido destruidos a tempo.

O MUNDO PORTUGUES - Mas a revista afirma que as conversas,

transmitidas pela emissora da Direccao Geral de Seguranca, foram captadas nitidamente e gravadas por numerosas pessoas, incluindo membros do Corpo Diplomatico. E teria sido a passividade do Presidente do Conselho que desmoralizou as unidades leais e quebrou o animo dos membros do Governo "nao implicados na conspiracao" e de outros sectores, ate que as unidades da Aviacao e da Marinha, que se mantinham na expectativa, acabaram por aderir ao MFA.

PROF. MARCELLO CAETANO - Aonde pode levar a imaginacao empenhada em caluniar alguem! Gostava de ouvir essas gravacoes. Nao existem. Se alguem as apresentar, sao montagens falsissimas. Esteve muita gente comigo no Quartel do Carmo - o proprio Ministro do Interior, de quem a corporacao dependia, se me juntou, acompanhado pelo Almirante Tenreiro, vindo de Cavalaria 2. Todos podem testemunhar a minha resolucao. O que nao encontrei foi quem combatesse pelo Governo. Com o General Comandante da Legiao portuguesa estive em contacto, e dei ordens precisas. Todavia, a legiao rendeu-se ao primeiro grupo de insurrectos que apareceram no Quartel da Penha de Franca. O povinho, uma vez triunfante no Terreiro do Paco, veio em passeata ate ao Largo do Carmo, fronteira ao Quartel, que ocupou sem qualquer resistencia. Assisti pasmado a inercia do comando da GNR, onde so um Coronel da Reserva, chefe do servico de Transmissoes, mostrava coragem e decisao mas inutilmente porque nao podia mandar. Concertei com o General que as tropas da Guarda que estavam na cidade cercassem o Largo do Carmo, o que colheria os manifestantes entre os dois fogos. Disseram-me que assim se faria. Soube depois que efectivamente, uma forca subiu ate ao Largo de Camoes, veio pela rua D. Pedro V, mas em vez de actuar, pararam e retiraram. Quem as mandou retirar? Talvez aquele apalhacado Chefe do Estado Maior que, apos umas rajadas de armas automaticas sobre a fachada do Quartel, a que se seguiram corridas aflitas de senhoras pelos corredores, me veio dizer perturbado que a minha presenca estava a comprometer a Seguranca de quantos se achavam no edificio...

O MUNDO PORTUGUES - Custa a acreditar! Mas houve entao um ataque?

PROF. MARCELLO CAETANO - Soube depois que fora um pateta, portador do nome honrado de um falecido amigo meu, conhecido na sua geracao e na sociedade lisboeta como psicopata, que estando como muitos senhoritos e senhoritas a gozar a excitacao do momento entre a multidao que dava vivas e morras no Largo do Carmo, se chegou ao pe de um soldado, lhe tomou a arma e dizendo: " isto use-se assim..." disparou meia-duzia de rajadas, logo imitado por outros. Vi entao o panico - nao entre os soldados, os sargentos, os velhos oficiais praticos da GNR, que foram admiraveis do principio ao fim - mas nas familias dos srs comandantes e em certos ilustres oficiais. No

quarto, onde me encontrava, irrompeu acodado um Major, dizendo-se delegado do MFA ali, no quartel, declarando que eu ia desencadear uma tragedia com a minha resistencia. Serenamente, mandei-o embora, recomendando-lhe calma. Ninguem o prendeu. E fiquei sabendo que o inimigo estava dentro da praca...

O MUNDO PORTUGUES - E entao falso que a sua atitude, como se diz no tal livro, tivesse impedido ate ao ultimo momento que as forcas fieis ao Governo actuassem contra os revoltosos?

PROF. MARCELLO CAETANO - Falsissimo! Em contacto com Cavalaria 2, recebi de la a noticia de que o Comando de Seguranca Interna nao tinha ja meios de accao. No proprio quartel desse regimento, se os oficiais superiores eram infieis, a atitude dos subalternos e das pracas era hostil. Por isso, os membros do Governo iam retirar-se num helicoptero para Monsanto. A Forca Aerea enviou tambem um helicoptero a tentar livarar-me do Carmo. Nao havia, porem, onde pousar e a operacao nao teve seguimento.

O MUNDO PORTUGUES - Foi nessa altura que chamou o General Spinola?

PROF. MARCELLO CAETANO - O Dr Pedro Pinto, Secretario de Estado da Informacao, achava-se no Gremio Literario, e apercebeu-se de que a causa do Governo estava perdida. Foi dele a iniciativa de me por em contracto com o General Spinola. E enviou-me o Dr. Feytor Pinto, que com dificuldade entrou no Quartel do Carmo, a fim de servir de emissario. Efectivamente, saiu dali para sondar as disposicoes do General. Entramos mais tarde em contacto telefonico. Disse-lhe: "General, tenho de reconhecer que estou vencido. Ai fora ouco uma multidao ululante e dizem-me que ha apenas uma companhia de carros de combate comandada por um capitao. Se o Governo tem de capitular, que seja perante alguem que possa responsabilizar-se pela ordem publica, e tranquilize o Pais. Peco-lhe que venha aqui quanto antes". O General respondeu-me: "Mas sr Presidente, eu nao estou na conspiracao..." Retorqui: "Nao importa. Se nao esta na conspiracao ainda pode receber uma ordem minha. Eu sei que o respeitarao. Dizem-me ate que pela radio pediram a sua comparencia. Venha quanto antes.", acrescentei., "Bem, entao vou ver o que posso fazer" foi a resposta. Mal acabou a conversa, o meu Adjunto Militar, o Comandante Lanhoso, veio prevenir-me que o Capitao Salgueiro Maia, comandante dos carros que investiam o quartel, ja se encontrava dentro do edificio em conferencia com o General Comandante da GNR. Tive a nocao de que ia ser entregue ingloriamente. E ordenei ao meu Adjunto que fosse ao gabinete do General e dissesse que, estando eu no quartel, se o Capitao queria falar com alguem, era comigo que devia conversar. Apareceu entao o

Capitao. Era um jovem que se perfilou no meio da sala, manifestamente enleado pela situacao. Perguntei-lhe o que estava a fazer ali. Respondeu-me que tinha recebido ordens terminantes para formular um ultimatum: ou eu me entregava ou ele arrasaria o quartel a tiros de canhao. O Comando da Revolucao achava que a tolerancia estava a durar demais. "E quem e que comanda a Revolucao?," indaguei". "O General Spinola" respondeu. "O que? O senhor recebeu directamente do General Spinola as ordens que acaba de me transmitir?" O Capitao hesitou um pouco. "Nao. As ordens nao lhe haviam sido directamente dadas pelos General Spinola. Eram transmitidas sob um nome de codigo, e revelou: "Charlie". "Entao, e o General Spinola que esta por detras do Charlie?" Que nao. O Comando era colectivo. Exercia-o um comite de 15 generais. "Quem sao eles?" - insisti. "Isso nao sei. Mas tenho de cumprir ordens, Ou va exa se entrega, ou arraso isto tudo." Disse-lhe entao que, infelizmente, aquela hora eu estava ciente de ja nao dispor de forca para resistir. Mas nao admitia sair dali com vida deixando o Pais entregue a uma mascara, a um Charlie que nao sabia que rostos encobria, ja que o General Spinola com quem acabara de comunicar, estava em casa dele e me afirmara nao se achar dentro da conspiracao. O Capitao fez um ar de espanto, e pareceu-me ter ficado confuso. Mas insistiu: "Tenho de cumprir ordens. Arrasarei o quartel." ' 'O senhor nao arrasara coisa nenhuma. Pedi ao General Spinola que viesse aqui e ele deve estar a chegar. A ele transmitirei o Poder... (fiz uma pausa, sorri, comentei) ja nao tenho o Poder... A ele me entregarei. Va la para fora, acalme essa populaca e aguarde." ' Sim senhor" assentiu o Capitao. E com uma continencia correcta, retirou-se. Dai a minutos, ouvi que o barulho do povoleu no largo amainava: o capitao comunicava qualquer coisa que desencadeou a seguir um delirio de manifestacoes. E passada uma meia hora surgia o General Spinola, acompanhado por um Coronel (seria o Vasco Goncalves? Nao sei). " Achei melhor (disse ele) passar pela Pontinha (o Quartel de Engenharia onde se achava instalado o Comite Revolucionario) e vir acompanhado de um membro do MFA. Esta preparado um aviao que levarara o sr. Presidente da Republica va exa e alguns Ministros mais visados, para a Ilha da Madeira, como medida de precaucao. Trata-se apenas de os defender contra qualquer acto de violencia. Onde esta o sr. Almirante Tomaz?" Verifiquei que julgavam estar ali o Governo todo. Foi uma decepcao quando souberam que apenas ali nos encontravamos tres membros dele. O General foi correctissimo. O que se seguiu e do conhecimento publico.

O MUNDO PORTUGUES - Teve mais contactos com o General Spinola?

PROF. MARCELLO CAETANO - Vi-o no Quartel da Pontinha, onde estive

preso, e ai num quarto, ele teve a amabilidade de se despedir de mim quando embarquei no automovel para o aeroporto. Despedida correcta e sem dialogo.

O MUNDO PORTUGUES - Desculpe, so mais uma pergunta: Diz-se que antes do 25 de Abril, o senhor Professor e o General Spinola se entenderam, e afirma-se que o intermediario tera sido o professor Veiga Simao...

PROF. MARCELLO CAETANO - Que mais havera de inventar? Nao houve entendimento nenhum! Efectivamente, por duas ou tres vezes, depois da destituicao do General Spinola, o prof. Veiga Simao, Ministro da Educacao Nacional (que, entre parentesis, sempre se afirmara fidelissimo a politica de defesa do Ultramar portugues) telefonou-me a pedir que o recebesse logo que pudesse, mas no proprio dia para assunto importante. Como nao estava inscrito na lista das audiencias, recebi-o sempre no final da tarde. Veiga Simao vinha dizer-me ter sido procurado pelo General Spinola (nao lhe fora possivel escusar-se a recebe-lo, explicava) o qual lhe tinha dito isto e aquilo e mais aqueloutro. Ele, amigo leal, colaborador dedicado, apressava-se a comunicar-me tudo quanto ouvira. De uma das vezes, depois do seu relatorio, acrescentou: "corre por ai que o senhor Presidente pediu a exoneracao. Estou no Governo apenas por sua causa, e para servir consigo. Se o senhor sair eu acompanha-lo-ei, nao trabalharei com mais ninguem". E disse isto com tanta sinceridade, com tal emocao, que ate acreditei: abracei-o, agradeci-lhe, disse-lhe que nao se preocupasse. O momento era dificil mas haviamos de o vencer.

O MUNDO PORTUGUES - Nao era entao um intermediario de ir e vir?

PROF. MARCELLO CAETANO - Nao, senhor! E um homem que nao tinha segredos para o seu chefe, e o punha ao corrente de quanto sabia. Quando a certa altura me preveniram - "Olhe que o Veiga Simao anda metido com o General Spinola" - eu sorri com superioridade, observando: "Nao se apoquente, tomara que todos procedessem comigo tao lealmente como tem procedido o Simao..." Nunca me disse, alias, que o General estivesse a conspirar e que a revolucao ia rebentar. Quando depois soube das atitudes que tomou e que fiquei a conhecer o seu caracter... ou a sua falta de caracter, como quiser.

FIM DA ENTREVISTA NO ''MUNDO PORTUGUES''

COMPOSTO E IMPRESSO EM BARCELOS

EM SETEMBRO DE 1976, 2a edicao.